



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JETSON LOURENÇO LOPES DA SILVA

**METAMORFOSES PROGRAMÁTICAS NO MST: inflexões político-  
estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no  
Governo Lula**

**RECIFE**

**2019**

JETSON LOURENÇO LOPES DA SILVA

**METAMORFOSES PROGRAMÁTICAS NO MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula<sup>1</sup>**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza.

**RECIFE**

**2019**

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586m Silva, Jetson Lourenço Lopes da

Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula / Jetson Lourenço Lopes da Silva. - 2019.

324 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019.

Inclui referências.

1. Governo Lula. 2. MST. 3. Questão agrária. I. Souza, Marco Antônio Mondaini de (Orientador). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2019 – 100)

JETSON LOURENÇO LOPES DA SILVA

**METAMORFOSES PROGRAMÁTICAS NO MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social.

Aprovado em: 19/08/2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza (Orientador)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Santana do Amaral (Examinadora Interna)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues (Examinador Externo)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

Prof. Dr. Michel Zaidan Filho (Examinador Externo)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

Prof. Dr. Maurício Bernardino Gonçalves (Examinador Externo)  
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

*Aos meus pais, Silvia Maria e Joselito Lopes.*

*Em memória: de minhas avós, Maria Lúcia e Almerinda Lopes.  
E dos amigos, Rui de Jesus e Wilian Leandro.*

*Aos que no campo ou na cidade, no centro ou na periferia, fazem da sua vida a luta  
“por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e  
totalmente livres”. (Rosa Luxemburgo)*

## AGRADECIMENTOS

É curioso como esse momento de desfecho de uma jornada de quatro anos de doutorado aflora uma mistura de sensações que estão entre o alívio e a satisfação pessoal. Na leveza desse momento, desponta entre os sentimentos a gratidão por aqueles que, por uma razão ou outra, intercruzaram suas experiências e contribuição com essa caminhada percorrida.

A despeito da dedicação dessa tese feita aos meus pais, Silvia Maria e Joselito Lopes, nunca é demais reforçar o reconhecimento pelo carinho, encorajamento e apoio emocional que me dispensaram. O mesmo reconhecimento a minha irmã Isabela Naiara e ao meu tio José Railton e sua família.

Agradeço ao flamenguista e meu orientador, o Prof. Marco Mondaini, não só pelo compromisso com que dedicou sua orientação, mas, particularmente, pelas críticas e questionamentos que me fez durante a construção da tese; como diria Mario Quintana: “a resposta certa não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas”. Destaco também, a leveza da relação que desenvolveu nessa trajetória, marcada por uma conjuntura em que a universidade e a pós-graduação reproduzem a lógica reificadora do capital.

Registro minha menção especial a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Elizabete Mota por ter encantado esse percurso de doutoramento com suas aulas sempre muito enriquecedoras e com resplandecência ímpar.

Deixo expresso aqui minha igual gratidão aos membros da Banca Examinadora: a Prof.<sup>a</sup> Ângela Amaral e ao Prof. Daniel Rodrigues, que enriqueceram essa tese com suas considerações e críticas desde a qualificação do projeto de pesquisa; ao Prof. Michel Zaidan pelas considerações e o rico debate que trouxe; ao Prof. Maurício Gonçalves, primeiro pela solicitude com que aceitou o convite para participar da banca examinadora e, segundo, pelas relevantes contribuições que elevaram as problematizações acerca da temática da tese.

Não posso deixar de lembrar da colaboração de todos os membros do GEPMARX, que desde a seleção para o curso de doutorado contribuiu com a construção do projeto de pesquisa e com o desenvolvimento teórico na aproximação com a tradição marxista. Aqui faço referência destacada a Prof.<sup>a</sup> Roberta Uchoa pela rica conversa e boa discussão no grupo de estudos. Minha referência especial vai

também, não mais ao professor, mas ao camarada Daniel Rodrigues, pela admiração que nutri tanto pela pessoa, quanto pela sua impressionante capacidade de analisar teoricamente a realidade de forma viva e profundamente relevante, para intervir no fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora e na luta por uma outra universidade. É cativante a forma como expressa a máxima gramsciana do “pessimismo da razão e o otimismo da vontade”.

Nessa trajetória confessei cansaço e compartilhei tropeços com alguns amigos. Mas, sobretudo, com eles dividi sorrisos e boas conversas, que foram imprescindíveis porque contribuíram nutrindo-me de afeto, incentivo e apoio. Em muitos deles, sem que soubessem, busquei silenciosamente o calor terno e revigorante da convivência. Agradeço aos amigos sertanejos: Taísa Teixeira, Bruna Mota, Cristiane Batista, Anderson Leandro, Diego Estrela, Michel Anjos, Moises Santos, José Carlos Jr., Ozelita dos Santos, Adriany Aquino, Márzio Nunes e Reginaldo Carneiro. Minha gratidão também pelo calor afetivo, incentivo e convivência, por: Sebastião Herculano, Mark Anderson, Tamires Andreia, Marcelo Braz, Ana Cristina, Nathália Rodrigues, Roseane Fernanda, Lilian Falcão, Gerlizey Curvelos e Felipe Tibério.

Por fim, agradeço pelos incentivos e pela boa companhia da colega de doutorado Taíse Negreiros. Bem como, reservo agradecimento especial a Michele Ribeiro não só pela companhia, mas, especialmente, pelo amparo, incentivos, risos e força com quem compartilhei nessa longa jornada de doutoramento.

## **Contra a Sedução**

Não vos deixei seduzir!  
Regresso não pode haver.  
O dia já fecha as portas,  
já sentis o frio da noite:  
não haverá amanhã.

Não vos deixeis enganar  
que a vida pouco vale!  
Sorvei-a a goles profundos!  
Pois não vos pode bastar  
que tenhais de abandonar!

Não vos contenteis de esp'rança  
que o tempo não é demais!  
Aos mortos a podridão!  
O maior que há é a vida:  
e ela já não está pronta.

Não vos deixei seduzir  
ao moirejo e à miséria.  
Que pode fazer-vos o medo?  
Morreis como os bichos todos,  
e depois não há mais nada.

*Bertold Brecht*



## RESUMO

Sem dúvida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma das organizações, entre os segmentos subalternos, mais importantes na arena política do Brasil, tendo alcançado reconhecimento internacional pela imposição política contrária à orientação neoliberal que dominou a agenda dos Estados nacionais a partir da década de 1990, especialmente, na periferia do capitalismo. O histórico caráter classista e antissistêmico desse movimento social traz significados relevantes para a condição de organização política e fundamental no desenrolar da luta de classes na sociedade civil, bem como guarda determinações para a dinâmica particular da acumulação capitalista dependente. Essa posição de dependência, dirigida pela mundialização do capital, acentua o peso do setor primário exportador para o funcionamento da economia nacional, a qual reproduz reiteradamente as bases estruturais da questão agrária como marca da formação econômico-social do país: expropriação de terras, subalternização e superexploração dos trabalhadores rurais, empobrecimento de grande contingente da população rural, acentuada concentração fundiária, etc. É recorrente que, em análises acerca do processo de desenvolvimento organizativo do MST, pouco se atribua atenção para os horizontes estratégicos das programáticas que formulou, embora elas conformem um projeto político que detém direção social, além de estarem vinculadas a interesses de classe e assumirem uma dada perspectiva societária. A relação política e histórica que deteve com o Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe, na conjuntura mais recente, implicações para a direção social e orientação político-estratégico do MST; isso se configurou a partir da chegada do partido ao comando do Poder Executivo do Estado. Assim, a relação aproximada com a gestão do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe, somada a um conjunto de outras mediações, inflexões na programática desse movimento social com rebatimentos na luta pela reforma agrária que historicamente pautou. Nesta tese, buscou-se analisar as transformações do projeto político do MST que inflexionou programaticamente no sentido da acomodação política junto a plataforma neodesenvolvimentista. Metodologicamente a pesquisa recorreu, entre outros recursos, ao exame tanto de documentos elaborados pelo MST quanto de entrevistas e textos publicados por membros de sua direção, além da avaliação de indicadores da relação com o Governo Lula e a aproximações com resultados de pesquisas desenvolvidas sobre a temática. As análises e problematizações no processo de reconstrução teórico-metodológico do movimento do objeto foram enriquecidas pelo universo categórico que tem implicações com questões acerca da/o: hegemonia, transformismo, revolução passiva, capitalismo dependente, capital agrário, Estado, luta de classes, reforma agrária, política agrária, desenvolvimento capitalista, etc.

**Palavras-Chave:** Governo Lula; MST; Neodesenvolvimentismo; Questão Agrária; Transformismo.

## RESUMEN

Sin lugar a dudas, el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST, por sus siglas en inglés) es una de las organizaciones subalternas más importantes en la arena política brasileña, habiendo logrado reconocimiento internacional por la imposición política contraria a la orientación neoliberal que dominó la agenda estatal nacional a partir de la década de 1990, especialmente en la periferia del capitalismo. La clase histórica y el carácter antisistémico de este movimiento social aportan significados significativos a la condición de organización política, que es fundamental para el desarrollo de la lucha de clases en la sociedad civil, así como a las determinaciones de la dinámica particular de la acumulación capitalista dependiente. Esta posición de dependencia, dirigida por la globalización del capital, acentúa el peso del sector exportador primario para el funcionamiento de la economía nacional, que reproduce repetidamente las bases estructurales de la cuestión agraria como una marca de la formación económica y social del país: expropiación de tierras, subalternación, y la sobreexplotación de los trabajadores rurales, el empobrecimiento de un gran contingente de la población rural, la marcada concentración de tierras, etc. Es un hecho recurrente que en el análisis del proceso de desarrollo organizativo del MST, se presta poca atención a los horizontes estratégicos de los programas que formuló, aunque son un proyecto político que tiene una dirección social, además de estar vinculado a los intereses de clase y asumir un Dada la perspectiva corporativa. La relación política e histórica que tuvo con el Partido de los Trabajadores (PT) trajo, en la coyuntura más reciente, implicaciones para la dirección social y la orientación político-estratégica del MST; Esto se configuró desde la llegada de la parte al comando del Poder Ejecutivo del Estado. Así, la relación aproximada con la administración del gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva trajo, además de un conjunto de otras mediaciones, inflexiones en el programa de este movimiento social con refutaciones en la lucha por la reforma agraria que históricamente guió. En esta tesis, tratamos de analizar las transformaciones del proyecto político del MST que programan la inflexión en el sentido de acomodación política a lo largo de la plataforma de desarrollo neurológico. Metodológicamente, la investigación utilizó, entre otros recursos, el examen de documentos preparados por el MST, así como entrevistas y textos publicados por miembros de la dirección del movimiento, así como la evaluación de indicadores de la relación con el Gobierno de Lula y aproximaciones con investigaciones realizadas sobre el tema. Los análisis y problematizaciones en el proceso de reconstrucción teórica y metodológica del movimiento del objeto fueron enriquecidos por el universo categórico que tiene implicaciones con preguntas sobre la hegemonía, el transformismo, la revolución pasiva, el capitalismo dependiente, el capital agrario, el estado, la lucha de clases, la reforma. Política agraria, desarrollo capitalista, etc.

**Palabras clave:** Gobierno de Lula; MST; Neodesarrollo; Pregunta Agraria; Transformismo.

## ABSTRACT

Undoubtedly, the Landless Rural Workers Movement (MST) is one of the most important subaltern organizations in the Brazilian political arena, having achieved international recognition for the political imposition contrary to the neoliberal orientation that dominated the national state agenda from the 1990s, especially on the periphery of capitalism. The historical class and antisystemic character of this social movement brings significant meanings to the condition of political organization, which is fundamental to the development of the class struggle in civil society, as well as guarding determinations for the particular dynamics of dependent capitalist accumulation. This position of dependence, directed by the globalization of capital, accentuates the weight of the primary export sector for the functioning of the national economy, which repeatedly reproduces the structural basis of the agrarian question as a mark of the country's economic and social formation: land expropriation, subalternization and overexploitation of rural workers, impoverishment of a large contingent of the rural population, marked concentration of land, etc. It is a recurrent fact that in the analysis of the organizational development process of the MST, little attention is paid to the strategic horizons of the programs that it formulated, although they are a political project that has social direction, besides being linked to class interests and assuming a given corporate perspective. The political and historical relationship that he had with the Workers' Party (PT) brought, in the most recent conjuncture, implications for the social direction and political-strategic orientation of the MST; this was configured from the arrival of the party to the command of the Executive Power of the State. Thus, the approximate relationship with the administration of Luiz Inácio Lula da Silva's Government brought, in addition to a set of other mediations, inflections in the program of this social movement with refutations in the struggle for agrarian reform that historically guided. In this thesis, we tried to analyze the transformations of the political project of the MST that programmatic inflexion in the sense of political accommodation along the neodevelopmental platform. Methodologically, the research used, among other resources, the examination of documents prepared by the MST as well as interviews and texts published by members of the movement's leadership, as well as the evaluation of indicators of the relationship with the Lula Government and approximations with research conducted on the subject. The analyzes and problematizations in the process of theoretical and methodological reconstruction of the movement of the object were enriched by the categorical universe that has implications with questions about the hegemony, transformism, passive revolution, dependent capitalism, agrarian capital, state, class struggle, reform agrarian policy, capitalist development, etc.

**Keywords:** Lula Government; MST; Neodevelopment; Agrarian Question; Transformism.

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

<b>QUADRO 01:</b> Distinção entre as instâncias de deliberação .....	176
<b>QUADRO 02:</b> Distinção entre as instâncias de representação .....	177
<b>QUADRO 03:</b> Definição dos Setores de Atividade .....	177
<b>QUADRO 04:</b> Média percentual de crescimento da economia brasileira entre os anos 1946 e 2003 .....	203
<b>QUADRO 05:</b> Evolução do Índice de Gini de Concentração Fundiária no Brasil entre os anos 1950 e 1995 .....	203
<b>QUADRO 06:</b> Lemas políticos do MST .....	205
<b>QUADRO 07:</b> Objetivos políticos do MST em encontros e Congressos nacional ....	220
<b>QUADRO 08:</b> Cooperativas de produção no Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA) na década de 1990 .....	229
<b>QUADRO 09:</b> Histórico evolutivo da composição das transações externas correntes nos anos 2000 em bilhões de dólares .....	265
<b>GRÁFICO 01:</b> Relação de aumento percentual entre estabelecimento e área ocupada Brasil: entre 1940 e 1970 .....	166
<b>GRÁFICO 02:</b> Relação de aumento percentual entre estabelecimento e área ocupada Brasil: entre 1970 e 1985 .....	166
<b>GRÁFICO 03:</b> Índice de Superávit Primário entre 1999 e 2011 .....	256
<b>GRÁFICO 04:</b> Montante de Investimento Estrangeiro Direto .....	257
<b>GRÁFICO 05:</b> percentual do crescimento de propriedades rurais nos anos 2000 ...	267

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

**ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

**AGE/MAPA** - Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

**ANCA** - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento.

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

**CDES** - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

**CEPAL** - Comissão Econômica para América Latina.

**CF/88** – Constituição Federal do Brasil de 1988.

**CIMI** – Comissão Indigenista Missionária.

**CNA** - Confederação Nacional da Agricultura.

**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento.

**CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

**CONCRAB** – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**CPA** – Cooperativa de Produção Agropecuária.

**CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito.

**CPS** – Cooperativa de Prestação de Serviço.

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra.

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores.

**DataLuta** – Banco de dados da Luta pela Terra.

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

**EBC** – Empresa Brasil de Comunicação.

**EFF** - Escola Florestan Fernandes.

**Embrater** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

**Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

**ET** – Estatuto da Terra.

**ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural.

**EUA** – Estados Unidos da América.

**FEE** – Fundação de Economia e Estatística.

**FETAG** – Federação de Trabalhadores na Agricultura.

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas.

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso.

**GepMarx/UFPE** – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da Universidade Federal de Pernambuco.

**ha** – Hectares.

**IAA** - Instituto de Açúcar e Alcool.

**IBC** - Instituto Brasileiro de Café.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IC** – Internacional Comunista.

**IED** - Investimento Estrangeiro Direto.

**IEJC** - Instituto de Educação Josué de Castro.

**IF's** – Instituto Federais.

**IFCH/UC** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**ITERRA** - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária.

**JK** - Juscelino Kubitschek.

**LCP** - Liga dos Camponeses Pobres.

**LOA** - Lei Orçamentária Anual.

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**MASTER** – Movimento dos Agricultores Sem Terra.

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**MJT** – Movimento Justiça e Terra.

**MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas

**MP** – Medida Provisória.

**MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores.

**MPC** – Modo de Produção Capitalista.

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

**MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

**OAN** - Ouvidoria Agrária Nacional.

**ONG** – Organização Não Governamental.

**PA** – Política Agrícola.

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos.

**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento.

**PADSS** - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

**PBF** – Programa Bolsa-Família.

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro.

**PDP** – Programa Democrático Popular.

**PFL** - Partido da Frente Liberal.

**PGPM** - Política de Garantia de Preços Mínimos.

**PGPM** - Política de Garantia de Preços Mínimos.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**Pnater** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

**PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária.

**PPB** - Partido Progressista Brasileiro.

**PPGCS/UFMG** - Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

**PPGCIE/UFMG** - Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

**PPGSS/UFAL** - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

**PPGSS/UFPE** - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

**PPGSS/UFRJ** - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**PPL** - Pastoral Popular Luterana.

**PRA** – Política de Reforma Agrária.

**Proagro** - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

**Procera** - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

**Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**Pronat** – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

**PT** – Partido dos Trabalhadores.

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro.

**SCA** – Sistema Cooperativista dos Assentados.

**Siafi** - Sistema Integrado de Administração Financeira da União.

**SNA** - Sociedade Nacional de Agricultura.



**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural.

**SRB** - Sociedade Rural Brasileira.

**STR** - Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

**STTR's** - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

**TL** – Teologia da Libertação.

**UDR** - União Democrática Ruralista.

**UF's** – Universidades Federais.

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco.

**ULTAB** – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

**UNB** – Universidade de Brasília.

**UNESP** - Universidade Estadual Paulista.

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	21
2 REPRODUÇÃO AMPLIADA CAPITALISTA E QUESTÃO AGRÁRIA .....	41
2.1 CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A REPRODUÇÃO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO PARTICULAR COM O MONOPÓLIO DA PROPRIEDADE TERRA.....	41
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E SEU SIGNIFICADO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA NO SÉCULO XX: O DEBATE CLÁSSICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO.....	53
2.2.1 A questão agrária e a acumulação capitalista “em Marx” .....	55
2.2.2 Questão agrária e a acumulação capitalista no campo: síntese da teoria da renda da terra ou teoria da renda fundiária .....	60
2.2.3 O debate da questão agrária em clássicos da tradição marxista: algumas considerações sobre a irreversibilidade do processo de expansão capitalista no campo em Karl Kautsky e Vladimir Lênin.....	68
2.3 A PARTICULARIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAMPO E A GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA COMO MEDIAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	73
2.3.1 A particularidade da questão agrária no pensamento social brasileiro: teses do Brasil feudal ou semifeudal e as estratégias rumo ao desenvolvimento capitalista ..	77
2.3.2 O desenvolvimento capitalista no Brasil a partir das relações sociais mercantis no campo: tese do “sentido da colonização” .....	82
2.3.3 Fundamentos da crítica às teses: 1) das relações sociais pré-capitalistas e 2) do atraso do desenvolvimento capitalista do Brasil no campo .....	84
2.4 ESTRUTURA AGRÁRIA (LATIFUNDIÁRIA) E A REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO SOB A ÉGIDE DA “MODERNIZAÇÃO DOLOROSA”	89
3 INTERVENÇÃO DO ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A RELAÇÃO ENTRE AS CLASSES....	93

3. 1 AS BASES HISTÓRICAS-ESTRUTURAIS DA ECONOMIA RURAL OU AGRÁRIA PARA A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: O PACTO INTRACLASSISTA NA “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” .....	94
3.1.1 O pacto de dominação de classe no interior do Estado para execução da “modernização conservadora”: expressão do desenvolvimento capitalista no Brasil .....	107
3.2 AÇÕES DO ESTADO NA ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA NO BRASIL: ENTRELAÇAMENTO ENTRE CAPITAL AGRÁRIO, CAPITAL INDUSTRIAL E CAPITAL FINANCEIRO .....	118
3.2.1 Apontamentos teóricos-críticos acerca do Estado: indicações da singularidade do capitalismo monopolista no Brasil .....	123
3.2.2 Estado e acumulação monopolista: industrialização e financeirização no campo sob a batuta da economia política do agronegócio .....	129
3.2.3 A ideia da "modernização" da economia brasileira como fundamento do "novo desenvolvimentismo" .....	136
3.3 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO NO BRASIL DO SÉCULO XX .....	141
4 O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DOS SEM TERRA: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DO MST .....	148
4.1 AS LUTAS AGRÁRIAS COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES ANTICAPITALISTA .....	148
4.1.1 O duplo caráter da base social mais combativa do MST: a dialética entre camponês e trabalhador rural sem-terra na luta de classes.....	154
4.1.2 Caracterização das “etapas” ou momentos históricos da luta de classes no campo.....	162
4.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE GESTAÇÃO DO MST .....	168
4.2.1 Gênese e conjunturas do desenvolvimento organizativo do MST .....	173
4.3 CARACTERIZAÇÃO ORGANIZATIVA DO MST.....	192
4.3.1 O MST como movimento social dos sem terra.....	193
4.3.2 A <i>forma partido</i> no MST .....	195
4.4 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DO MST E A CENTRALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL: DO <i>ETHOS</i> SOCIALISTA AO TRANSFORMISMO .....	199

5	TRANSFORMAÇÕES PROGRAMÁTICAS DO MST: A EMERGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA DE NOVO TIPO E O ALINHAMENTO COM O (NEO)DESENVOLVIMENTISMO .....	213
5.1	METAMORFOSES NA DIREÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO MST: INFLEXÕES PRÁTICAS E PROGRAMÁTICAS .....	214
5.1.1	Declínio no potencial de radicalidade combativa do MST e a redução das ocupações: inflexões no comportamento prático-político.....	241
5.1.2	Reconfiguração na base social do MST e redirecionamento da luta política .	245
5.2	CONTRADIÇÕES DA IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA: A HEGEMONIA DOS SETORES DOMINANTES NA PLATAFORMA POLÍTICA DO GOVERNO LULA.....	250
5.2.1	A dualidade contraditória e desigual entre a Política Agrícola e a Política Agrária do Governo Lula.....	262
5.3	A REFORMA AGRÁRIA NOS MARCOS DO MITO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: O PAPEL DO ESTADO NA INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E A INSERÇÃO EM CONDIÇÕES DESIGUAIS DO “CAMPONÊS” NO MERCADO.....	271
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	294
	REFERÊNCIAS.....	307

## 1 INTRODUÇÃO

A exposição dos resultados de pesquisa presente nesta tese teve como objeto de estudo as metamorfoses do projeto político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, condicionado por uma relação mais aproximada com a gestão petista do Estado entre os anos 2003-2010, inflexionou programaticamente no sentido da acomodação política junto à plataforma neodesenvolvimentista.

O ponto de partida para formulação do objeto de pesquisa deu-se mediante a observação de indicações fenomênicas que dizem respeito a relação entre a gestão petista no Palácio do Planalto e os Sem Terra<sup>2</sup>. Não obstante a isso, a proximidade com a temática da questão agrária, das lutas sociais no campo e, mais particularmente, com problemáticas concernentes ao MST, desenvolveu-se pela rápida militância na Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sertão baiano. Mas, foi determinante para relação com o objeto de pesquisa, o Curso de Mestrado realizado no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Nesse programa há uma relativa tradição em estudos na área temática do assim chamado “mundo rural”, o que viabilizou desenvolver a pesquisa com título de Dissertação: “O Projeto Educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): elementos políticos e concepção contra-hegemônica na proposta político-formativa”. A pesquisa realizada durante a passagem pelo PPGCS/UFCG resultou de contato com assentamentos do MST no estado de Pernambuco, da interação seja com camponeses assentados, seja com membros da direção regional e da setorial de educação<sup>3</sup>.

Essa pesquisa de mestrado foi, sem dúvida, a principal ponte para interlocução com questões problemáticas referentes ao MST, muito embora a pesquisa expressa nessa tese de doutorado não seja desdobramento direto do estudo apresentado no PPGCS/UFCG. Entretanto, é pouco provável que sem essa primeira aproximação temática a presente tese pudesse ser desenvolvida.

A exposição dos resultados desta tese problematiza algumas contradições sobre a política de conciliação de classes que viabilizou a plataforma

---

<sup>2</sup> A expressão “Sem Terra”, sempre com as iniciais em maiúsculo, serve para designar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou seja, é uma expressão sinônima de MST.

<sup>3</sup> O MST apresenta dentro de sua estrutura organizativa áreas responsáveis por dar dinâmica às necessidades internas ou tocar ações cotidianas, são elas as setoriais. O Setor de Educação compõe uma das principais setoriais e é responsável pela formação educativa dos militantes.

“neodesenvolvimentista<sup>4</sup>”, a relação do MST com o Governo Lula, o novo significado atribuído pelo movimento à reforma agrária, a reprodução das bases históricas e estruturais da questão agrária no Brasil, etc.

Os Sem Terra, enquanto sujeito coletivo, simboliza uma das mais importantes organizações da esquerda no país e se constitui também em uma ferramenta de luta política de interesses dos trabalhadores, com indiscutível potencialidade combativa. Por isso, requer todo apoio e colaboração, principalmente, nessa conjuntura marcada pelo avanço do conservadorismo, pela criminalização das organizações de lutas sociais e pela acentuação do trato da questão social como caso de repressão policial.

Dessa forma, as considerações apontadas sobre as inflexões do MST, que se aprofundaram a partir da relação desse movimento social com o Governo Lula, guardam o sentido de problematizar acerca das implicações dessa relação, seus limites, tensões, impasses e contradições. Bem como, intenciona colaborar com uma reflexão acerca dos caminhos estratégicos e do direcionamento prático-político das organizações de lutas sociais, na sua relação com a realidade social marcada por projetos ideopolíticos que se (auto) afiguram com viés desenvolvimentista.

A emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no cenário político do país, sem sombra de dúvidas, foi condicionada pelas marcas da formação econômico-social do Brasil, que permanecem intocáveis até os dias atuais: de um lado, a grande concentração de terras privadas que constituem o latifúndio e, do outro lado, o caráter de destacado fornecedor de produtos primários para o mercado internacional.

Decerto, esses condicionantes estruturantes que marcam a particularidade da formação econômico-social nacional forjaram o terreno para sua constituição, além de outros condicionantes mais conjunturais. Do mesmo modo, também não se pode

---

<sup>4</sup> O uso, apenas inicial, da palavra destacada entre aspas é para indicar que aqui se compreende o neodesenvolvimentismo como uma mistificação que buscou diferenciar, do ponto de vista ideológico, a plataforma política de gestão do Governo Lula em relação à orientação neoliberal dos governos que lhe antecederam, principalmente em relação à gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em suma, entende-se o neodesenvolvimentismo como uma ideologia que recupera o mito de retomada dos rumos do desenvolvimento do país, ao passo que orienta uma série de intervenções políticas para fomentar o crescimento econômico. Ela se apresentou propalando rechaço às orientações neoliberais. Mas, o que se observou é que a plataforma implementada esteve associada à administração do receituário neoliberal. O neodesenvolvimentismo serviu como orientação política para o direcionamento da intervenção do Estado sob o Governo Lula, principalmente a partir do seu segundo mandato. A desmistificação dessa ideologia, em muitos de seus aspectos fundamentais, pode ser encontrada em Mota (2012), Castelo (2013) e Sampaio Júnior (2012). A desmistificação da política neodesenvolvimentista será problematizada no tópico 5.2 desta tese.

negar que, no plano político, esse movimento social se constituiu para unificar uma série de lutas sociais no campo que outrora ocorriam espalhadas por várias regiões do país, mas que fundamentalmente apresentavam como pauta de luta a exigência do direito ao acesso à terra para fins de sobrevivência e produção.

Na primeira metade da década de 1980, sob a conjuntura de lutas pela redemocratização do país e de reascenso de uma profusão de novos sujeitos coletivos, o MST se constituiu como um movimento social de organização política de frações dos trabalhadores rurais espoliados da posse da terra ou expropriados do acesso a ela no campo, então perpetrado por grandes proprietários ou empresas rurais. Sua grande bandeira e pauta política se tornou a luta pela desconcentração da propriedade da terra por meio de uma reforma agrária profunda em todas as regiões do país, a ser desenvolvida pelo Estado, com fito a socialização da posse da terra e a facilitação do acesso a ela como direito àqueles que nela querem produzir. À vista disso, a pauta política apresentada nesses termos caracterizou a adesão à luta pela reforma agrária de caráter radical.

Com isso, não é preciso muito para assegurar que sob a bandeira da reforma agrária radical, como principal ponto de sua plataforma política, o MST se colocava em rota de colisão com o caráter histórico e estrutural que toma o latifúndio. E, por conseguinte, também se colidia com os pilares do padrão econômico que se desenvolveu e ainda marca o Brasil na divisão internacional do trabalho, baseado na produção de produtos primários, sobretudo direcionados para exportação.

No decorrer dos anos 1990, tornou-se um dos maiores protagonistas da luta de classes na cena nacional, em especial no campo. Nessa conjuntura, transformou-se também numa das principais forças de tensionamento da orientação neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao se colocar em rota de colisão com o Estado e com a ordem social instituída sob a propriedade privada. Para tanto, fez uso de grandes atos públicos e daquilo que ficou marcado como sua principal arma estratégica de atuação política, as ações diretas com ocupação de prédios e outros espaços públicos, de empresas que atuam com o agronegócio, de grandes extensões de terras improdutivas, através de fechamento de rodovias, realização de longas marchas inter cruzando regiões do país, etc.

Não pouco frequente, o MST se colocava conflituosamente diante das funções essenciais do Estado, em face à condição que apresenta de salvaguarda institucional

da propriedade privada, de operador das condições de reprodução ampliada capitalista e de regulador do conflito de classes. Registra-se, no período do Governo FHC, a dura violência perpetrada pelo aparato repressor do Estado em resposta às ocupações de terra realizadas pelo MST, ao tratar a questão agrária como questão policial. É exemplo disso a ocorrência em 1996 da morte de 19 integrantes desse movimento social, fato que ficou internacionalmente conhecido como “Massacre de Eldorado do Carajás”.

No início dos anos 2000, o PT venceu as eleições e assumiu a gestão do Governo Federal, porém, com o decorrer do governo, o MST denotou inflexões no comportamento prático-político e na orientação político-estratégica. Isso pôde ser observado tanto na redução do número de ocupações que passou a realizar quanto na reorientação das pautas e reivindicações políticas apresentadas. Nessa conjuntura, sua energia combativa, de tensionamento e conflito com o Estado desvaneceu, mesmo a despeito da política da referida gestão acentuar a importância do agronegócio e da pauta primária-exportadora para economia do país.

A constatação da importância do setor primário, capitaneado pelo agronegócio<sup>5</sup>, para a política econômica do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva se revela mais sólida quando se observam os investimentos do Governo Federal à época, então direcionados à pasta responsável pela gestão e incentivo à Política Agrícola, representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). De acordo com a Lei Orçamentária Anual da União (LOA), os investimentos previstos para o MAPA orçaram em 2003, precisamente, o montante de R\$ 5.857.753.269 a serem executados. Nesse mesmo ano, o orçamento apresentado na LOA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) previu, em números exatos, o montante de recursos no valor de R\$ 2.144.705.771 para a execução da Política de Reforma Agrária, dentre outras ações.

A discrepância apresentada, em termos de orçamento para investimento, respectivamente, referente a pasta responsável da Política Agrícola (PA) e concernente a Política de Reforma Agrária (PRA), atravessou os dois mandatos do

---

<sup>5</sup> É inquestionável a importância que tomou o setor primário para política econômica do Governo Lula, especialmente, porque esse setor encontrou na conjuntura um mercado internacional favorável e com expansiva demanda. O agronegócio direcionado a exportação assumiu papel relevante na política econômica do governo, todavia, a importância para a política econômica não se restringe a essa subárea do setor primário, também assumiu considerável relevância outras subáreas produtoras de *commodities*, a exemplo do extrativismo mineral.



governo (2003-2006/2007-2010) sempre em favor daquela que era a política de incentivo ao padrão histórico de produção primária. Padrão esse lastreado na agroexportação e perfilado ao agronegócio concentrador de terra. No ano de 2010, o orçamento do MAPA foi previsto na LOA em cerca de R\$ 7,63 bilhões; já o orçamento do MDA, no mesmo ano de referência, foi de cerca de R\$ 3,5 bilhões, conforme a LOA. Isto é, o montante destinado em orçamento da Política Agrícola quase que dobrou em oito anos quando colocado em relação à previsão orçamentária para Política de Reforma Agrária.

Os números da LOA em 2010 ratificam, em montante de recursos, a afirmação da relevância que tomou o setor primário de produção para a dinâmica da política econômica nos dois ciclos do governo, a despeito do caráter essencial desse mesmo setor em impulsionar a reprodução das contradições sociopolíticas no campo, próprias à particularidade da formação econômico-social do Brasil.

A consolidação do papel de relevância que tomou a Política Agrícola para política macroeconômica, então pautada no agronegócio, sobretudo direcionada à exportação, “repôs” em movimento a reprodução das contradições sociopolíticas que marcam a formação econômico-social brasileira, representadas: seja pela expropriação/espoliação por meio da ampliação do latifúndio, seja evidenciada no camponês sem-terra e no conflito agrário, do qual o MST é a maior expressão política organizada dos segmentos que lutam pelo acesso à terra.

Na balança do Estado, para regulação dos interesses presentes, o Governo Lula encaminhou a administração das contradições acenando também com a possibilidade de reconhecimento legal da apropriação de vastas áreas de terras públicas em regiões de conflito agrário<sup>6</sup>, ilegalmente apropriadas através de grilagem e por meio de violência, com o objetivo principal de expandir a fronteira agrícola. A natureza desse aceno fica ainda mais evidente através do envio de duas Medidas Provisórias (MP) ao Congresso Nacional com a finalidade de se tornarem leis.

Em 2008, o Palácio do Planalto enviou para votação no Congresso Nacional a MP 422/08 e no ano seguinte encaminhou a MP 458/09. A primeira ampliava a possibilidade de regularização de áreas na Amazônia Legal de 100 mil hectares para

---

<sup>6</sup> São exemplos de regiões onde o conflito agrário era (e ainda é) significativo e que o Governo Lula procurou dar bases legais, em favor do latifúndio, para administração do conflito: Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Pará, dentre outras.

250 mil hectares; já a segunda MP, que veio a se constituir na Lei 11.952/09, permitia o repasse de terras da União sem qualquer custo, numa área de até 1.500 hectares, àqueles que comprovassem atividade produtiva instalada nessa área.

Ambas as MPs, em especial a Lei 11.952/09, foram duramente criticadas pelos movimentos sociais e organizações que atuam na luta pela reforma agrária. De acordo com informações apresentadas em abril de 2009 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Lei 11.952/09 beneficiaria, fundamentalmente, madeireiros, pecuaristas e exportadores de soja. Esse setor teria reconhecimento legal, sob a forma de propriedade privada, das terras que incorporaram de maneira ilegal. Na forma da lei, seria reconhecida como propriedade, mesmo que adquirida inicialmente por meios ilícitos, uma área aproximada de 60 milhões de hectares da Amazônia Legal.

Para que não reste dúvida do significado e natureza política dessa iniciativa do comando do Estado Nacional na época, as áreas que foram incorporadas e reconhecidas, ou até protegidas como propriedade privada pelas referidas MPs, compõem uma região em que é forte a pressão para expansão das fronteiras agrícolas.

Ainda segundo essa mesma fonte apresentada pela CPT, aponta-se que essa área de 60 milhões de hectares está distribuída entre os estados: Amazonas – 20,9 milhões de hectares; Pará – 17,9 milhões de hectares; Roraima – 9,2 milhões de hectares; Mato Grosso – 5,7 milhões de hectares; Rondônia – 4,9 milhões de hectares; Maranhão – 1,7 milhões de hectares; e Tocantins – 1 milhão de hectares.

Paralelamente à efetivação, por meio legal, dos interesses econômicos e políticos dos segmentos dominantes que atuam no setor primário, como contrapeso à frente de luta contra o agronegócio e o latifúndio, o mesmo governo acenou na esfera do conflito agrário para as organizações políticas dos sem-terra e de outras organizações de trabalhadores rurais, especialmente por meio da implementação de políticas e programas sociais; de maior destinação de recursos técnicos e financeiros; da ampliação de serviços; etc.

Dessa forma, *pari passu* à reprodução viabilizada pelo Estado de marcas características das contradições históricas da formação econômico-social brasileira, ocorreu também maior abertura de espaços no aparato estatal a demandas e determinados interesses políticos de sujeitos coletivos.

No mesmo compasso em que a gestão petista no Poder Executivo do Estado assegurava o atendimento de interesses do agronegócio e do latifúndio, em contrapelo, também viabilizou maior acesso ao MST, tanto a serviços quanto a recursos técnicos e financeiros necessários à sua manutenção. Espaços institucionais do aparato estatal, estratégicos a seus objetivos políticos, foram abertos com maior facilidade de acesso. Alguns desses espaços foram, inclusive, abertos a coparticipação na gestão.

É representativo que esse movimento social detenha hoje, através do PRONERA<sup>7</sup> (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), sob sua própria gestão, um número expressivo de escolas municipais e estaduais. Além disso, na última década, registrou-se, principalmente em Universidades Federais (UFs) ou Institutos Federais (IFs), a abertura de inúmeros cursos de nível técnico, superior e de pós-graduação sob orientação, ou direcionados ao próprio MST, que beneficiaram, até aqui, centenas de militantes, segundo fontes do Setor de Educação.

Outras relações de cunho institucional que o MST estabeleceu com espaços do Poder Executivo do Estado podiam ser notadas pelo fato de lideranças vinculadas ao movimento participarem diretamente da gestão do INCRA por meio da coadministração de recursos destinados a assentamentos. Informações divulgadas pela Organização Não Governamental (ONG) “Contas Abertas”, que atua com a fiscalização e publicização dos gastos públicos, dão conta de que entidades<sup>8</sup> diretamente vinculadas aos Sem Terra receberam o repasse de um montante um pouco maior que R\$ 39,9 milhões ainda no primeiro mandato do governo. A título de informação, o repasse a essas entidades passou de uma média anual aproximada de R\$ 2,4 milhões no Governo de Fernando Henrique Cardoso para cerca de R\$ 10 milhões já no primeiro mandato da gestão petista, e praticamente se manteve nesse patamar durante o segundo mandato.

---

<sup>7</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi formalmente estabelecido pelo Governo Federal em 1998 por meio da Portaria nº 10/98 e estava vinculado ao gabinete do extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária. O PRONERA sofreu reformulações fundamentais já no segundo ano do Governo Lula sob a Portaria/INCRA/nº 282 de 16/04/2004, que viabilizou a expansão do programa. Embora se trate de um programa do Governo Federal, o PRONERA possibilita o estabelecimento de parcerias com/entre Estados, Municípios e Distrito Federal.

<sup>8</sup> As entidades a que se faz referência são: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) e Instituto Técnico de Capacitação, Pesquisa e Reforma Agrária (ITERRA). O montante de recursos repassados a essas entidades pelo Governo Federal, durante a gestão de Lula, foi efetivado por meio de convênios.

Ainda de acordo com a ONG “Contas Abertas”, informações apresentadas no Sistema Integrado de Administração Financeira da União (Siafi) mostram que, os recursos repassados às referidas entidades redundaram numa aplicação de quase  $\frac{1}{3}$  do montante de recursos no próprio movimento. Mais precisamente, desse montante de recursos direcionados pelas entidades ao MST, boa parte foi aplicada em projetos de educação rural, construções habitacionais, eletrificação, saúde e cultura, além de produção e comercialização agrícola.

Na reta final do primeiro mandato do Governo Lula, o MST iniciou visível declínio no número de ocupações e no empreendimento de outras ações diretas no que diz respeito à luta pela reforma agrária. Destarte, *aparentando* inflexão no seu comportamento político e na programática que monta base para seu projeto político.

Os recursos acessados para viabilização de projetos, além da ampliação de serviços e da abertura de espaços para gestão direta de alguns deles, expressam algumas mediações concretas para efetivação das condições em que se estabeleceu uma relação mais aproximada entre o movimento e a plataforma política de viés desenvolvimentista, que orientou a gestão petista no âmbito do Estado. A “natureza” dessa relação mais próxima com o Poder Executivo do Estado no âmbito do Governo Federal manifestou, *a priori*, contradições que acentuam uma relação mais pactuada e institucional, do que conflitiva e de pressão.

Esse quadro geral de informações supramencionadas serviu como problemática real para delimitação do objeto de estudo desta tese, já que tais informações expressaram de maneira fenomênica a contemporânea relação que o MST desenvolveu com a gestão petista do Estado, bem como manifestaram o conjunto de contradições que se materializam nessa relação. Do mesmo modo, o quadro de informações há pouco referido indicou que a processualidade dessa relação velou implicações para o horizonte ou direção social do projeto político desse movimento social.

Assim, o objeto de estudo que orientou a execução da pesquisa esteve calcado na análise sobre as transformações sofridas pelo projeto político do MST que, especialmente sob a conjuntura do Governo Lula, processou relativo alinhamento com o mito do neodesenvolvimentismo, muito em razão da programática de desenvolvimento nacional que orienta essa organização dos trabalhadores rurais desde o estabelecimento da hegemonia neoliberal no país.

Diante disso, inicialmente, surgiu uma gama de questões decorrentes da manifestação fenomênica em que o objeto de estudo se apresenta na realidade. Assim, as indagações que foram despertadas se constituíram as seguintes: 1) Quais as determinações que incidiram no processo de transformação do projeto político deste movimento social? 2) Qual a orientação político-estratégica que conforma esse projeto político? 3) A aproximação com a gestão do Estado comandada pelo Governo Lula trouxe inflexão na programática política do MST que tem centralidade na reforma agrária? 4) A proximidade do MST com o governo expressou conquistas ou estratégias de dominação ante a lógica de conciliação de classes da política neodesenvolvimentista? 5) Em que resultou para esse movimento social, do ponto de vista ideopolítico, a aproximação mais pactuada ou institucional com o Governo Lula? 6) Quais as implicações disso para luta de classes?

As respostas a esse conjunto amplo de questões que se estabeleceram como problemáticas inscritas ao objeto de estudo trouxeram, a princípio, duas hipóteses que se conciliam ou se articulam: 1) O MST realizou uma aproximação com a gestão petista determinada por reorientações políticas e estratégicas, bem como determinada por necessidades imediatas próprias às condições objetivas da reprodução social e pertinentes às condições materiais organizativas que lhes são particulares. Em face disso, operou inflexões na programática política da reforma agrária. 2) O MST foi inserido dentro da gestão do aparato estatal, mediado pelo acesso e administração direta de serviços, como estratégia de conciliação de classes para efetivar a plataforma neodesenvolvimentista.

O estabelecimento do elenco de questões há pouco referidas levou a delimitar como traços mais gerais dos objetivos da pesquisa a busca por:

- Qualificar as determinações econômicas, sociais e políticas que incidiram na configuração do projeto político do MST;
- Identificar as inflexões programáticas que fundamentam o projeto político do MST;
- Examinar as implicações para o projeto político do MST em sua relação com o Governo Lula;
- Problematizar as estratégias de pactuação/institucionalização do MST na relação com a plataforma neodesenvolvimentista que orientou a política do Governo Lula.

Nesse sentido, ao se procurar responder às problemáticas em face ao objeto de estudo, bem como ao buscar contemplar os objetivos delimitados, por conseguinte, o desenvolvimento da pesquisa problematizou sobre: 1) a processualidade das metamorfoses do projeto político do MST; 2) os referenciais estratégicos, as bases e fundamentos que estruturaram esse projeto político; 3) a centralidade ou o núcleo fundamental desse projeto político; 4) os traços particulares ou mais imediatos que expressam o referido projeto; 5) a processualidade histórica da aproximação entre o MST e a gestão petista, suas determinações e as contradições incidentes; 6) as estratégias de dominação operacionalizadas a partir do aparato estatal presente na relação estabelecida com o referido governo; 7) a dinâmica contemporânea que conforma a pauta política dos Sem Terra.

Em suma, a exposição da pesquisa indica que a aproximação institucional com parte do aparato do Estado, operada pela gestão petista, determinou uma espécie de pacto de passivação da luta que esse movimento social empreende pela desconcentração da terra. Ou melhor: condicionou um pacto de conciliação conjuntural dos interesses entre Sem Terra e setores primário-produtores, viabilizado pelo Estado no plano da administração política dos conflitos, mas cujo fundamento essencial radica na necessidade objetiva da efetivação do padrão econômico de reprodução capitalista no país para potencializar a acumulação.

A problemática sobre as implicações de uma aproximação mais institucional ou negociada do MST com o Estado não se apresentou de modo imediato ou direto, mas mediada por uma gama de dimensões permeada por contradições na arena política e nas relações sociais, que envolveram desde necessidades objetivas e interesses políticos de camponeses e sem-terra, quanto igualmente tocaram em interesses econômicos e políticos de setores dominantes. Portanto, constituiu uma problemática saturada por mediações próprias à relação entre as classes e frações de classes que formam o tecido social na totalidade capitalista.

Sob a gestão do Governo Lula, o Poder Executivo do Estado viabilizou, por meio de uma dada plataforma econômica, as condições de reprodução ampliada do capital na medida em que efetivou os interesses políticos de perpetuação do latifúndio, pautando os interesses econômicos do setor primário de produção, especialmente o agronegócio. O caráter singular da realidade em que apareceu a relação institucional do MST com o Estado se particularizou diante da totalidade social - a qual envolve o

processo de produção e reprodução da vida social capitalista -, quando despontou a contradição no recuo da principal estratégia de luta desse movimento social, a ocupação da terra para fins de reforma agrária. Mas foi por intermédio das inflexões apresentadas na programática da reforma agrária que se concretizou com maior nitidez a aproximação com a plataforma de impulsão para o novo estágio de desenvolvimento capitalista instituído pelo governo.

Nesse sentido, é que se configurou como tese central decorrente dos resultados da pesquisa a consideração de que o MST se acomodou à lógica conciliatória requerida pela política neodesenvolvimentista implementada pelo Governo Lula. De modo que se constituiu ora com consenso passivo, ora com consenso ativo, como uma das pontas do nó da política de pactuação conjuntural entre as classes, particularmente nas relações sociais no meio rural.

Essa condição foi determinante para viabilizar a pauta primário-exportadora ou o sucesso da economia política da produção rural dirigida sob o padrão do agronegócio, uma vez que o sucesso da produção primária-exportadora se converteu num dos sustentáculos para a política neodesenvolvimentista, precisamente por se configurar numa das fontes essenciais de recursos, seja para o investimento do Estado, seja para recompensação do capital financeiro.

Não obstante, é imprescindível apontar que a acomodação dos Sem Terra na política conciliatória ou de pactuação entre as classes, conduzida pela gestão petista, não se constituiu como um movimento mecânico, imediato ou linear resultante da relação aproximada com a gestão petista. As mediações para concretização desse fenômeno estão num processo de metamorfoses inscritas no próprio movimento social, no seu projeto político e na programática que o conforma. Mais especificamente sobre isso, aqui entende-se como um processo que se afigura numa espécie de *transformismo* operado no projeto político dos Sem Terra.

Também colaboraram, nessa direção, determinações inscritas nas estratégias de construção da hegemonia por parte do Governo Lula ao gerir o Estado para imprimir uma direção social e estabelecer consenso político em torno de uma plataforma governamental. Uma das estratégias para recomposição da hegemonia que, no campo da política, colaborou para instituição do novo ciclo de acumulação capitalista esteve sustentado na inserção das organizações populares e de luta dos trabalhadores na arena que impera a pequena política; bem como no arco das

estratégias constituídas buscou-se efetivar um processo de revolução passiva com a incorporação de algumas demandas populares, que permitissem esvaziar o conteúdo mais radical das lutas sociais e organizações políticas da classe trabalhadora e suas frações.

A pesquisa acerca da problemática de estudo buscou seus fundamentos, sobretudo na tradição marxista. Isso não excluiu, entretanto, que outras contribuições inscritas no *rol da teoria social crítica* auxiliassem na fundamentação dessa pesquisa a partir do crivo daquilo que foi possível estabelecer um diálogo no campo teórico, sem que se abalasse os pilares e as perspectivas fundamentais marxianas. Afinal, as formulações seminais dessa tradição teórica são resultantes da incorporação crítica do que havia de mais refinado no pensamento social do século XVIII e XIX, seja no campo da economia política, seja no terreno da filosofia, como bem lembra Netto (2011).

No processo investigativo das mediações que constituem o objeto de estudo, foi de grande valia o método analítico e expositivo que orientou a tradição marxista. Ou melhor, para apreensão das determinações do movimento interno do objeto de estudo e para captura das mediações da totalidade capitalista em que ele está inserido; o método do Materialismo Histórico Dialético foi indispensável.

Mediante esse método, foi possível partir da primeira mediação, a aparência fenomênica e num processo de sucessivas aproximações construir as categorias simples de leitura do movimento do objeto. Assim, posteriormente, num aprofundamento ou complexificação das categorias que revelam suas mediações na totalidade, foi possível ir do abstrato ao concreto pensado, ou seja, viabilizou retornar àquilo que antes era apenas aparência. Nessa viagem de retorno às expressões fenomênicas apareceram não mais sob “uma representação caótica do todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008b, p. 258).

No Materialismo Histórico Dialético, o desenvolvimento do conhecimento sobre os fenômenos sociais ocorre mediante aprofundamento na explicação dos “[...] condicionamentos históricos como também [...] as suas formas gerais e a sua essência [...]” (LUKÁCS, 1989, p. 124). Por conseguinte, o elo entre o particular e o universal, bem como a historicidade do objeto são imprescindíveis no percurso de conhecimento que se funda nessa tradição. Primeiro, porque a sociedade burguesa,



pela sua complexidade, cria e recria uma miríade de situações particulares (ou microssituações) que dão a ilusão de que não têm qualquer ressonância com a constituição da realidade mais geral. E, segundo, porque todo objeto é impregnado de história, que impõe a compreensão das implicações do passado com o presente.

Assim, buscou-se desvelar as interrelações entre os fenômenos analisados e a totalidade social ordenada pelo capital, com vista a extrair das explicações cada vez mais próximas à realidade estudada a identificação das “leis” históricas ou tendências que condicionam o objeto em questão, principalmente no que se refere às contradições, aos antagonismos e às tensões sociais que atravessam as relações de classes na sociedade capitalista.

O ponto de partida da pesquisa requereu também operações empíricas com o objeto para mapear ou realizar triagem de fatos e apanhar relações entre eles. Para que o desenvolvimento da pesquisa superasse o nível das aparências e do dado imediato, foram fundamentais a reflexão abstrata e o denso suporte teórico sobre esse dado aparente e imediato. Portanto, mediante o suporte do método de pesquisa adotado, não houve desprezo à aparência ou ao momento das operações empíricas, pois se compreende que a aparência é imprescindível como primeiro momento de aproximação, entretanto ela é apenas uma dimensão do real.

A realidade social só se permite conhecer essencialmente pela reflexão demorada sobre o movimento do objeto, que desvenda dimensões que não são visíveis *a priori*, isto é, que não estão no primeiro contato estabelecido por intermédio da aparência. A reflexão como momento de abstração auxilia a realidade a se constituir num movimento de descoberta dos nexos que a constituem. A reflexão repõe em outro patamar a interação entre o sujeito e objeto, dado que esses não se separam; o sujeito é partícipe da realidade investigada que constitui o objeto. O sujeito que pensa o objeto concreto, tanto vivencia a dimensão real do objeto, quanto participa da reconstituição desse objeto no pensamento.

Pela natureza do objeto e sua afiguração, compreende-se que esta pesquisa apresentou uma natureza qualitativa, pois privilegiou a análise de microprocessos através do estudo das ações e horizonte político de um determinado sujeito coletivo, buscando desvelar a relação desses microprocessos com o contexto mais amplo do ser social e histórico (TRIVIÑOS, 1987). Dessa forma, os procedimentos metodológicos instrumentados contemplam três momentos, que não necessariamente

foram operacionalizados nessa precisa ordem linear: 1) historicização do objeto de estudo; 2) reconstrução teórico-metodológica do objeto de estudo; 3) pesquisa empírica.

Quanto à *historicização do objeto de estudo*, a caracterização histórica do processo de sua formação se constituiu como indispensável no desenrolar da apreensão das determinações que tocam no seu movimento de emergência e desenvolvimento. Com isso, considerou-se a historicidade dos caminhos de formação do projeto político MST e o horizonte político em que constituiu sua trajetória no universo das lutas sociais determinadas pela relação entre as classes fundamentais e suas frações.

A direção política tomada pelo MST na história fundamenta o projeto político que conformou em diversas fases ou conjunturas. Assim sendo, a análise das conjunturas históricas, em que apresentou transformações no seu projeto político, fundou-se na captura e interpretação das tendências do movimento da história impulsionado pela totalidade capitalista, da qual se inscrevem as contradições que atravessam as práticas e estratégias políticas da classe trabalhadora organizada. Dessa forma, nesse momento de captura, incontornavelmente foi preciso levar em consideração que os homens “fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008c, p. 199).

Portanto, a historicização do processo de relação institucional mais aproximada do MST com o aparato estatal requereu compreender que tal fenômeno se estabeleceu sobre a dinâmica de funcionamento e transformação da sociedade capitalista, por isso esteve atravessado de contradições. Coube, então, na historicização do processo apresentar as contradições desveladas no percurso da pesquisa.

No que diz respeito à *pesquisa empírica*, o levantamento das informações ou amostragens empíricas foi buscado em fontes primárias e secundárias. Em relação às fontes de natureza primária, o processo de investigação se debruçou, especialmente, sobre as plataformas políticas<sup>9</sup> e/ou documentos emitidos pelo MST,

---

<sup>9</sup> Acerca das plataformas políticas que se menciona no percurso expositivo desta tese, elas dizem respeito às linhas políticas, às propostas e programas de reforma agrária, dentre outras balizas e documentos, que foram formulados pelo MST. Ao nosso ver, tais plataformas conformam elementos

resultantes de encontros e congressos nacionais deliberativos. O intuito, com isso, foi de apreender e examinar as orientações político-estratégicas assumidas pelas programáticas e pautas políticas formuladas em suas instâncias máximas de deliberação.

Cabe frisar que, embora a pesquisa faça menção às tensões internas quanto à direção político-estratégica assumida pelo movimento na conjuntura mais recente, essa questão não se constituiu em fonte de observação mais aprofundada, de modo que as problematizações analíticas se detiveram com mais precisão sobre as fontes documentais, assim, os sujeitos não despontam como recursos metodológicos destacados na pesquisa.

A partir dos referidos documentos é que foi possível problematizar acerca da direção social tomada pelos Sem Terra, já que as pautas e programáticas formuladas nos referidos encontros e congressos constituem as bases e os fundamentos para o horizonte social ou o caráter societário do projeto político pesquisado. O MST não apresenta um projeto político estabelecido num documento ou plataforma política que o designe como tal, ainda assim os princípios, o conteúdo das reivindicações, os objetivos e fundamentos apresentados nos programas de reforma agrária e outras programáticas permitem constatar a orientação societária estratégica que lhes guiaram durante o seu desenvolvimento histórico e em conjunturas determinadas.

Ademais, outras fontes empíricas primárias buscadas na pesquisa foram as formulações teóricas que orientam ideologicamente suas ações e pautas políticas. Tais formulações podem ser vistas tanto em documentos de comunicação externa como jornais, panfletos, *site* oficial quanto em documentos internos, a exemplo dos Cadernos de Formação Política que são elaborados para a base militante e para o processo de formação de quadros (ou lideranças). Nesses documentos, sobretudo nos referidos cadernos de formação, estão elementos indicativos da orientação política que conforma seu projeto societário, bem como neles se encontram informações sobre as estratégias e mediações para materializá-lo.

---

de sua programática política. Assim, aqui tem-se designado por "plataforma política" as formulações que o MST elaborou em documentos e outras formas de socialização para o conjunto do movimento social e da sociedade, fruto dos debates e visões construídas nos seus encontros e congressos nacionais.

No tocante às fontes secundárias, a pesquisa se deteve fundamentalmente no exame de literatura teórica específica acerca da questão agrária, das determinações da formação econômico-social nacional, da dinâmica que tem tomado a acumulação capitalista contemporânea, dos fundamentos da plataforma política neodesenvolvimentista, da configuração da luta de classes no campo, etc.

Também se buscou a coleta de informações de natureza acadêmica em artigos, revistas, jornais, periódicos, relatórios e banco de dados de instituições de apoio à pesquisa. As informações esquadrihadas nas fontes secundárias tiveram como foco aquelas que apresentaram, de algum modo, elementos indicativos da relação do MST com instituições estatais entre os anos 2003 e 2010, período de recorte temporal da pesquisa.

Uma das fontes mais importantes para se mapear e consubstanciar as análises em conformidade aos objetivos traçados para o estudo foi o exame de entrevistas realizadas por dirigentes e integrantes dos Sem Terra. Não obstante, a coleta dessas entrevistas se desenvolveu a partir da procura e triagem em diversos *sites*, jornais, artigos, revistas, etc. Tanto o *site* oficial do MST quanto seu jornal eletrônico e impresso, enquanto meios de comunicação e expressão do pensamento ou posição ideopolítica que detém, foram fontes valiosas para obter as referidas entrevistas como material empírico e informações fenomênicas para auxiliar as investigações sobre o objeto.

Outro recurso importante que serviu para aproximações com o objeto analisado se deu por intermédio do acesso a resultados de pesquisas já realizadas sobre o MST em programas de pós-graduação no Brasil. A importância dessas informações se estabelece porque elas dizem respeito a conhecimentos, conteúdos e estudos já desenvolvidos e acumulados, que trazem como parâmetros informações sobre a relação do MST com o Estado, sobre as transformações que esse movimento social vivenciou na sua trajetória histórica, além das estratégias políticas que buscou desenvolver nas lutas sociais que empreendeu.

Dessa maneira, somente foram acessadas aquelas pesquisas que apresentavam estreita proximidade temática com as análises realizadas na presente tese. A busca por essas informações se deu a partir de triagem de dissertações e teses de pesquisas realizadas em programas de pós-graduações na área das Ciências Humanas e Sociais (Sociologia, Ciências Políticas, História, etc.), Educação

e, mais precisamente, na área do Serviço Social. No Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encontrou-se algumas pesquisas que têm os Sem Terra como campo de estudo, porém foram apenas selecionadas aquelas que tocam em questões em conformidade com os parâmetros que acima foram sinalizados.

Além disso, serviu como critério para seleção das pesquisas o marco temporal de sua publicação, posto que se tomou como referência as publicações compreendidas entre os anos de 2007 e 2018. A escolha dessa temporalidade foi meramente em razão do fato de que o ano de 2007 marcou o início do segundo mandato do Governo Lula, de modo que as pesquisas publicadas sobre o MST após esse período poderiam trazer informações a respeito da relação que ambos desenvolveram. Especificamente em relação ao ano de 2018, a escolha desse marco temporal se estabeleceu unicamente porque esse ano foi quando se iniciou a redação desta tese decorrente da exposição dos resultados alcançados pela pesquisa desenvolvida.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram selecionadas 01 (uma) tese publicada na área da Ciência Política, além de outra tese na área da Educação. No campo particular à pós-graduação em Serviço Social, foram selecionadas para leitura a publicação de 01 (uma) tese e 01 (uma) dissertação.

Sumariamente, pode-se dizer que a tese de autoria de Alexander Maximilian H. Filho, então defendida em 2013 pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH/UC), apresenta que: o MST na primeira década dos anos 2000 sinalizou algumas contradições, tensões e dilemas. Nessa conjuntura, passou a apresentar parcerias com empresas capitalistas transnacionais e a gerir recursos governamentais, tendo sido essas algumas das determinações para as contradições, tensões e dilemas que se colocaram diante do movimento como estratégia de sobrevivência. Assim, num cenário marcado pela fragmentação das organizações da esquerda, de crescimento econômico e diminuição da desigualdade social e queda do desemprego, então buscou diversificar suas estratégias e táticas de luta política para além daquelas tradicionalmente de natureza mais radical. Por isso, o recuo do movimento não pode ser compreendido fundamentalmente como resultado de alianças e composição de classe numa frente de governo. Ademais, os desafios e

impasses vivenciados pela organização também são gerais e recaem em outras forças antissistêmicas.

No Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL), Elaine Nunes S. Fernandes apresentou em 2008 sua Dissertação de Mestrado, cujas principais considerações indicam: que o conceito de socialismo do MST está centrado no Estado, de modo que lhe cabe a condução do processo revolucionário. Portanto, a construção do socialismo será guiada pelo poder estatal sob o comando dos trabalhadores, ao passo que o processo revolucionário poderá ser desencadeado nessa ordem social através da mudança subjetiva dos indivíduos.

Em 2016, foi publicada a tese de Roberta S. Traspadini e, mais tarde, em 2018, Ana Elisa C. Côrrea apresentou sua tese, respectivamente, no campo da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Conhecimento, Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPCIE/UFMG) e no campo do Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Ambas as teses trazem, no desenvolvimento das problematizações a interlocução entre o MST, a conjuntura dos governos petistas e a questão agrária.

A tese defendida por Roberta Traspadini parte das bases teóricas do pensamento social brasileiro de Ruy Mauro Marini e Paulo Freire para discorrer sobre a questão agrária no Brasil e a práxis do MST. Mediante as análises da formação nacional e do desenvolvimento da luta dos Sem Terra, defende a tese de que este transitou de uma *práxis* de ocupação para uma *práxis* de ocupação-formação e, no período do neodesenvolvimentismo, culminou com uma *práxis* institucionalizada. Assim, no contexto em que predomina a *práxis* institucionalizada, o MST se deparou com o que denomina de velhas-novas encruzilhadas na luta pela terra e pelo trabalho no Brasil. Situação condicionante que levou o movimento social a traçar opções políticas e responsabilizar-se pelas escolhas realizadas.

Em outra linha, a tese de Ana Elisa C. Côrrea faz uma reflexão sobre a crise da esquerda mundial e situa as análises da trajetória do MST nas estratégias de luta pela transformação da realidade brasileira. Em síntese, a tese problematiza as tensões e os limites das estratégias de luta do MST num quadro histórico marcado pela crise do capital e pela crise da modernização periférica. Dessa forma, salienta as reduzidas

possibilidades presentes na luta em torno da questão agrária, uma vez que a reforma agrária apresenta estreitos limites como mediação entre reforma e revolução. Além disso, a tese problematiza acerca da estratégia de limitar a luta aos camponeses, posto que as potencialidades seriam mais alargadas pela incorporação de outros sujeitos sociais ou frações da classe não proprietária, a exemplo dos trabalhadores que vivenciam situações de extrema precarização nos centros urbanos.

A despeito da discordância em relação a algumas das considerações apresentadas nas teses e dissertação aqui referidas, o contato com esses resultados de pesquisas brevemente expostos serviu tanto para colaborar com aproximações com o objeto de estudo da presente tese quanto para reforçar a validade das hipóteses inicialmente levantadas<sup>10</sup>. O contato foi igualmente importante para reforçar algumas das considerações que são problematizadas na exposição desta pesquisa, especialmente no tocante ao levantamento da tese central acerca da imbricação do MST na política de pactuação de classes que sustentou a plataforma do Governo Lula, então requerida para instar a acumulação capitalista.

A exposição da pesquisa está estruturada em quatro capítulos. A articulação entre cada um deles procurou demonstrar a aproximação sucessiva ao objeto estudado, expor o movimento de suas determinações mais essenciais e no decorrer das problematizações apresentar os fundamentos que permitem tanto se aproximar

---

<sup>10</sup> O propósito de observar as considerações analíticas das referidas pesquisas foi o de avançar na aproximação com o objeto de estudo dessa tese, portanto, não se teve como objetivo a interlocução mais minuciosa com as problematizações que elas trazem. Entre as problematizações levantadas se discorda de Alexander Maximilian ao não considerar o recuo político do MST como resultado da determinação fundamental da proximidade com o Governo Lula. Nesse sentido, a discordância se estabelece porque há aqui a compreensão de que a gestão de parte do aparato de Estado foi importante para o estabelecimento de costuras de hegemonia, que consolidaram o processo de inflexão do movimento diante da plataforma neodesenvolvimentista. Em relação à pesquisa de Roberta Traspadini há concordância com as problematizações de que na conjuntura de implementação neodesenvolvimentista os Sem Terra estabeleceram processos que se configuram como uma *práxis* institucionalizada. Em relação às considerações de Ana Elisa C. Côrrea, a principal discordância está atribuída na tese de que a reforma agrária apresenta estreitos limites para potencializar processos de transformação societária. Em relação a essa questão há divergência, pois se em si a reforma agrária é uma bandeira capaz de ser acomodada no âmbito da reprodução social capitalista, no caso específico da formação econômico-social brasileira, essa bandeira afigura potencialidades de impulsionar processos de transformações estruturais e de aprofundamento da luta de classes, pois entre as particularidades estruturais da reprodução ampliada capitalista, ou seja, da acumulação de capital no Brasil, a propriedade fundiária concentrada assume uma condição estrutural fundamental. Ainda em relação à pesquisa de Ana Elisa C. Côrrea, foi a partir da aproximação com os seus resultados publicados que se despertou o interesse em investigar e aprofundar a problematização acerca das transformações na base social do MST, como um dos condicionantes para se compreender as metamorfoses programáticas por que passou o movimento.

das respostas às indagações inicialmente levantadas, quanto ao mesmo tempo fundamentar teoricamente as considerações alcançadas durante a pesquisa.

No primeiro deles, aparece a problematização sobre as bases da formação econômico-social brasileira e sobre o complexo de mediações que a questão agrária trouxe para as particularidades da reprodução capitalista. O segundo capítulo discorre sobre as determinações do processo de capitalização da produção no campo através da “modernização dolorosa” da produção rural no Brasil, bem como traça considerações sobre a implicação, seja da renda fundiária ou renda da terra, seja da financeirização da economia rural para o capitalismo nacional e para constituição das contradições nas relações sociais do campo.

No terceiro capítulo, são expostos os processos de luta de classes em que o MST esteve inserido e em razão dos quais se desenvolveu historicamente; nesse capítulo são apontadas as determinações, os fundamentos e as orientações estratégicas para constituição e metamorfoses de seu projeto político. Já no quarto capítulo, fundamentalmente, estão uma gama de problematizações acerca da aproximação do MST com o Governo Lula e as mediações estabelecidas para o consenso que desenvolveu com a plataforma neodesenvolvimentista, materializado principalmente por meio das inflexões programáticas que passou a formular.

No decorrer da exposição ao longo dos quatro capítulos, tentou-se deixar claro que a pesquisa desenvolvida apresenta um viés teórico-conceitual, mas também nela se impõe uma dimensão política ou prático-crítica. Toda investigação no âmbito das Ciências Humanas e Sociais é, em primeira instância, uma reflexão da realidade decorrente das relações sociais, todavia, não está eliminada a articulação entre pensamento e realidade, ou seja, não aparece apartada da relação constituinte entre pensamento e o movimento do objeto pensado. Assim, a compreensão crítica da realidade tem como propósito possibilitar a constituição de caminhos para transformação da concretude que se buscou conhecer.

Dessa forma, esse estudo demarca sua dimensão política ao apresentar uma modesta contribuição para que as organizações da classe trabalhadora possam problematizar suas estratégias interventivas no terreno da luta de classes. Isso sem qualquer pretensão em oferecer verdades absolutas ou receitas de orientação que desconsiderem ou refutem todo o profundo e relevante acúmulo das experiências histórico-organizativas e da capacidade formuladora dos sujeitos coletivos.



## 2 REPRODUÇÃO AMPLIADA CAPITALISTA E QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária aparece como *uma das chaves mediadoras* para o desvelamento do objeto de pesquisa desta tese. Ela se coloca como mediação de primeira ordem a fim de compreender as determinações para o movimento de desenvolvimento do capitalismo nacional, as contradições postas na processualidade da relação estabelecida entre o MST e o Governo Lula na gestão de parte do aparato estatal (entre 2003 e 2010).

Outra razão pela qual se colocar acento nessa problemática durante a exposição inicial da pesquisa diz respeito às implicações que seu significado traz para o projeto político dessa organização dos trabalhadores do campo. A relação aproximada que estabeleceu com o Poder executivo do “Estado<sup>11</sup>”, sob a égide da política neodesenvolvimentista<sup>12</sup> do Governo Lula, trouxe rebatimentos para a reprodução da questão agrária, condicionante histórico-estrutural da emergência e potencialidade das lutas do MST. Essa problemática, inclusive, colocou-se como eixo fundamental de seu projeto político diante da luta pela efetivação da *reforma agrária radical*.

### 2.1 CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A REPRODUÇÃO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO PARTICULAR COM O MONOPÓLIO DA PROPRIEDADE TERRA

Prender-se no debate conceitual, meramente epistemológico, sobre o que define a “questão agrária” não elucidaria a problemática na sua concreticidade, tampouco esclareceria suas determinações essenciais.

---

<sup>11</sup> O termo *Estado*, sempre que aparecer entre aspas nesta tese, serve para indicar que a aproximação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com o conjunto do aparato estatal na verdade não se desenrolou sem contradições e conflitos. A relação mais conflitiva com o Poder Judiciário e com os aparatos repressores do Estado não desapareceu no período recortado pela pesquisa. Portanto, as aspas são para indicar que essa proximidade se desenvolveu de maneira limitada e apenas com parte do Estado. A relação aproximada do MST com o aparato estatal foi costurada fundamentalmente com a esfera do Poder Executivo, no entanto, até mesmo a relação com essa esfera apresentou contradições e arestas em determinados momentos.

<sup>12</sup> Ao longo desta tese aparecerá a problematização acerca da política neodesenvolvimentista, bem como em relação às determinações e contradições incidentes sobre o projeto do MST. Mais precisamente, o debate que concerne ao neodesenvolvimentismo está no tópico: 3.2.3 e 5.2.

O conceito questão agrária<sup>13</sup> não é em si autoexplicativo; o uso da expressão requer ser endossado por categorias da *crítica da economia política* para explicar as contradições presentes nas relações sociais desenvolvidas no campo – especialmente porque a compartimentação das Ciências Humanas e Sociais em áreas temáticas<sup>14</sup> segmentadas, tão comum na academia, corriqueiramente, retira desse conceito a sua articulação com a totalidade das relações sociais capitalistas.

Apesar da abrangência do uso do conceito, sua instrumentação no Brasil tem correlação também com diferentes conjunturas históricas, algumas delas marcadas por crises econômicas, por planos e estratégias políticas de desenvolvimento das forças produtivas ou por crises nas relações de poder político.

A depender da conjuntura histórica, o conceito de questão agrária aparece predominantemente com um acentuado viés economicista em que as contradições sociais e políticas em torno da estrutura agrária são lateralizadas, confundida como mera questão agrícola<sup>15</sup>. Por outro lado, há também situações em que a questão agrária é recortada estritamente em sua dimensão política.

A concepção acentuadamente econômica passa a vislumbrar a questão apenas como forma de equacionamento das variáveis dos bens produzidos no campo, no que diz respeito ao preço e a quantidade produzida. Em resumo, refere-se mais à questão da produção e do abastecimento. Já a acepção com viés unicamente político

---

<sup>13</sup> A expressão “questão agrária” foi cunhada pelo pensamento marxista no contexto de acirramento das lutas socialistas na Europa do século XIX. Historicamente, a expressão foi elaborada para se referir a uma série de problemáticas concernentes ao movimento dos trabalhadores e à luta socialista com implicações no meio rural, como a organização dos trabalhadores assalariados rurais e o campesinato. Além disso, o termo tem correlação com uma gama de contradições que surgiram no campo sob a sociedade capitalista. A expropriação do camponês, a concentração fundiária, o desemprego rural, as transformações nas relações de produção no campo, dentre outras, são algumas das contradições. O termo em si é uma tradução da palavra alemã “*Agrarfrage*”, cuja tradução mais próxima no português é “problema agrário”.

<sup>14</sup> O debate acerca da “questão agrária” está presente em várias áreas das Ciências Sociais; tradicionalmente, esse debate aparece mais notório na Geografia, História e Sociologia. Em Stedile (2011) se encontra uma boa síntese explicativa acerca da riqueza com que esse conceito aparece como chave interpretativa no léxico das Ciências Sociais. Nas diversas áreas desse campo do conhecimento, a expressão pode assumir, para cada uma delas, ênfase mais inclinada às relações de produção, ao debate em torno das lutas sociais e das relações de poder político, acerca da apropriação e organização do espaço territorial, etc.

<sup>15</sup> Sobre isso, Silva (1981) alerta que é preciso não cair nessa armadilha teórica e metodológica quanto ao uso impreciso do termo. Corriqueiramente, pela segmentação cujos “analistas” operam sobre a realidade, remete-se, então, a um embaraço de colocar a *questão agrária* como sinônimo de *questão agrícola*. Essa última carrega uma acepção economicista, por isso as “soluções” apresentadas para o enfrentamento da problemática são colocadas como soluções exclusivamente técnicas. A advertência sobre isso vai no sentido de compreender que essa “separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um recurso analítico. Evidente que na realidade objetiva dos fatos não se pode separar as coisas em compartimentos estanques [...]” (SILVA, 1993, p. 10).

é apresentada como fórmula mágica ao arrefecimento da conflitividade no campo ou como panaceia para se atingir um maior nível de equidade social; isso sem apresentar nas problematizações qualquer implicação com a relação existente entre estrutura agrária no Brasil, a organização da produção no campo e a apropriação da riqueza social produzida. Ou seja, sem que se apresente implicação com a reprodução do capital no campo.

No Brasil, o debate sobre essa questão apareceu com mais força na contemporaneidade a partir da primeira grande crise capitalista no século XX, simbolicamente expressa com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que remeteu o país na década de 1930 a uma crise nas exportações do café, principal produto no plano internacional para economia nacional.

Nas décadas seguintes, após a primeira grande depressão capitalista até o último quartel do século passado, a questão agrária atravessou o debate nacional sobre a estratégia de industrialização, pois se arrazoava que a produção no campo “devido ao seu atraso seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país” (SILVA, 1993, p. 07). A retomada do crescimento econômico acelerado, que ficou conhecida durante a Ditadura Empresarial Militar<sup>16</sup> como “Milagre Econômico”, potencializado por uma industrialização a partir de investimento internacional no país, redundou também num crescimento da produtividade no campo. Isso remeteu à ideia de que a questão agrária já tivesse sido resolvida, primeiro porque a industrialização pesada no país foi resolvida com a entrada das multinacionais, com isso, superou-se seu caráter incompleto ou restringido<sup>17</sup>. E, segundo, o aumento da produtividade no campo recolocou a produção primária do Brasil novamente no cenário internacional com a retomada das exportações.

---

<sup>16</sup> Sobre a natureza empresarial e a participação da burguesia nacional e monopolista internacional na imposição de seus interesses no Golpe de 1964, ver a tese de doutorado de Henrique Campos (2012).

<sup>17</sup> Apesar do Brasil ter iniciado um processo mais denso de industrialização ainda na primeira metade do século XX, para alguns pensadores, o país vivenciou limites em sua industrialização entre o Governo de Vargas e o início da implementação do Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek (JK). Por isso, João Manuel Cardoso de Mello (1994) denominou esse processo de “industrialização restringida” para indicar que se forjou nesse período uma industrialização limitada, porque os setores produtores de bens de capital e de bens intermediários, os chamados bens de produção, eram muito pouco desenvolvidos no país. Isso determinava restrições ao núcleo fundamental da indústria de bens de produção, o que poderia permitir à capacidade produtiva crescer para além da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. Sobre isso, além de João Manuel Cardoso de Mello (1994) consultar também Maria Conceição Tavares (1998).

Durante o processo de “redemocratização” do país foi novamente colocada à baila as discussões acerca da questão agrária. Nas discussões do campo progressista e de algumas organizações da esquerda, o debate se inclina *hegemonicamente* a responder a necessidade de acesso à terra por parte de trabalhadores do campo, ou para equilibrar um pouco mais a balança da suposta equidade social em que o país se orientava naquele contexto. Contudo, o teor dessas discussões pouco ou quase nada questionou o peso fundamental que a estrutura agrária no Brasil detinha para a reprodução capitalista<sup>18</sup> e, tampouco, contestou o modelo de desenvolvimento econômico sustentado sob os pilares da produção primária-exportadora.

A questão agrária ficou, nesse período, amarrada por um debate que remetia seu enfrentamento com as políticas tópicas para aqueles sujeitos à “margem” da grande propriedade de terra ou à “margem” da participação na produção agropecuária, que simbolizava pujança dentre os setores de produção da economia brasileira. Ficaram escamoteadas as contradições atadas à estrutura fundiária da grande propriedade (leia-se latifúndio); contradições inerentes à forma como se expressava objetivamente essa problemática nas determinações da formação econômico-social do país. Até mesmo parte da esquerda e do campo progressista, nesse debate, inflexionaram-se diante da “moderna” face da produção empresarial no meio rural<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Nesse contexto histórico que atravessou o país é importante dizer que os setores dominantes atuaram com força no campo da batalha das ideias e da disputa ideológica, que é uma das dimensões em que a luta de classes se desenrola com implicações práticas. O bloco composto por latifundiaristas, grandes agroindustriais e multinacionais, que atuam na produção rural, agiram fortemente para que esse debate não avançasse ou ganhasse alguma dimensão transformadora que pudesse ameaçar a ordem instituída sob os pilares do latifúndio e da produção agroexportadora. A ação desses setores inviabilizou avanços inclusive do ponto de vista conceitual e formal para constituição de arranjos jurídico-institucionais no enfrentamento à questão agrária. A saber, é ilustrativo como, na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o enfrentamento da questão agrária, expressa pelo princípio de “função social da terra”, foi inviabilizado pelo princípio fundamental do “direito à propriedade”. Assim, consubstanciou-se o que Fernandes (1989) intitulou de *Constituição Frankenstein*, em que um princípio de natureza social e coletivo se coloca a outro de conteúdo privado e individual, com prevalência do segundo sobre o primeiro. Atuaram nesse sentido, como aparelhos privados de hegemonia do setor ruralista, conforme Gramsci (2004a), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e, principalmente, a União Democrática Ruralista (UDR). Para uma compreensão mais minuciosa sobre esse processo, deve-se recorrer aos capítulos 01 e 04 de Mendonça (2010).

<sup>19</sup> A moderna face empresarial no meio rural refere-se ao que se denomina, na atualidade, por *agronegócio* (ou *agribusiness*). Essencialmente, ela expressa muito pouca discrepância com o padrão histórico que estruturou ou marcou a organização da produção primária no processo de formação econômico-social no Brasil. O agronegócio reproduz a monocultura em extensas áreas de terra, portanto, o latifúndio lhe é estrutural, assim também a produção está fundamentalmente direcionada para o mercado externo. No entanto, o contexto em que se constituiu o agronegócio ficou marcado por uma modernização ou uma revolução na capacidade produtiva do setor primário, além de uma maior

Problematizar, nesse debate, estratégias para desmontar a histórica estrutura em que se processava a tão propalada pujança da produção primária, implicaria em inviabilizar o livre desenvolvimento que a agropecuária no Brasil havia atingido. No limite, o debate para o enfrentamento da problemática se detinha em propostas com vistas à equidade social no campo, sem que se articulassem como contraponto à forma como se organizou a produção primária, o seu significado para inserção do país na divisão mundial do trabalho e à histórica concentração da propriedade da terra. Em outras palavras, o enfrentamento da questão agrária na redemocratização do país, até mesmo para setores progressista ou da esquerda<sup>20</sup>, não se arvorava articulado a um projeto hegemônico direcionado, seja para ruptura com o modelo dominante de organização da agricultura, seja para romper com as bases materiais e políticas que historicamente a sustentam (GRYZBOWSKI, 1987).

Problematizar acerca do enfrentamento essencial da questão agrária implica pensar na reforma agrária radical sem poder contorná-la, ou seja, exige colocar em pauta o embate com a forma particular em que se processa a reprodução capitalista no Brasil, ainda que para muitos estudiosos<sup>21</sup> essa problematização tenha, ao menos do ponto de vista ideológico, perdido seu significado e importância.

---

imbricação no processo produtivo entre a indústria agropecuária (de insumos e bens de capital) e a indústria de processamento de produtos primários. A compreensão desse processo de modernização da produção primária no campo pode ser encontrada em José Graziano da Silva (1982). É sugestiva a leitura de Beatriz Heredia *et al.* (2006) para uma análise conceitual do que se trata por agronegócio.

<sup>20</sup> É importante frisar que nesse processo não houve homogeneidade, pois existiam divergências no setor progressista e da esquerda quanto às estratégias de enfrentamento com a questão agrária. Porém, em face à pressão dos aparelhos privados de hegemonia do setor ruralista, e mesmo dos ganhos produtivos na produção primária alcançados pelo agronegócio, ganhou hegemonia o projeto de intocabilidade na estrutura fundiária do país no período. Até mesmo importantes setores progressistas (como intelectuais) e organizações da esquerda capitularam a essa hegemonia.

<sup>21</sup> Após a redemocratização, depois de duas décadas da Ditadura Empresarial Militar, num contexto em que a burguesia rural conseguiu impor seus interesses e conquistar espaço na tessitura da hegemonia, alguns estudiosos da questão agrária se tornaram intelectuais orgânicos, conforme Gramsci (2004a; 2014), do projeto de desenvolvimento do capitalismo monopolista no meio rural. Com isso, ao louvar e defender os avanços da produtividade que a economia agropecuária alcançou no país, sob os complexos agroindustriais, propagam ideologicamente a perda do significado da reforma agrária e até mesmo a sua morte na atualidade. Dentre eles, o mais destacado, na propagação ideológica do fim do sentido da reforma agrária e na afirmação da produção rural empresarial, está Zander Navarro (2013) e Zander Navarro *et al.* (2014). Mais recentemente, Zander Navarro e Francisco Graziano Neto (2015) afirmaram o fim da oposição entre a pequena e grande produção rural. Nesse processo, constituiu-se um “novo mundo rural” emergente da modernização capitalista que integrou o país em definitivo à economia globalizada e o colocou na condição de potência agrícola. Nesse sentido, a “questão agrária” foi superada no Brasil. Assim, é mais importante iniciar um processo efetivo de desenvolvimento rural para tornar toda produção rural economicamente viável do que continuar discutindo a reforma agrária. É imprescindível destacar que a perda do significado político e sentido econômico da reforma agrária assume uma faceta ideológica no sentido de falsa ilusão voltada para dominação, conforme o sentido genuinamente marxiano. A propagação da ideia do *fim da atualidade da reforma agrária* é a manifestação “ideal das relações materiais dominantes; [...], portanto a expressão das relações que

Aqui, o sentido substancial ou o conteúdo explicativo inerente ao conceito de questão agrária tem correlação com a maneira como se entrelaça a estrutura fundiária de natureza concentradora com a organização da exploração do trabalho na produção rural. O conceito também implica nas contradições, interesses, relações de poder e representações culturais ou ideopolíticas desenvolvidas no campo. Dessa maneira, o conceito serve para iluminar estudos correlatos às problemáticas cuja concentração da propriedade da terra traz

ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e as influências no poder político. [...] o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola, [...] é utilizado para o domínio e o controle da posse da terra. (STEDILE, 2011, p. 15)

A noção conceitual acerca da questão agrária diz respeito ao caráter complexo da relação entre economia e política: produção e reprodução da vida social. Portanto, para além da dimensão econômica, envolve também a dimensão política presente nas relações sociais em sua particularidade no meio rural. Dessa forma, está saturado das determinações das relações de produção e das contradições políticas que se manifestam também sob a luta de classes.

Mais precisamente, a expressão surge para dar conta das contradições decorrentes da reprodução do capital no meio rural e está atravessada por mediações econômicas, políticas, culturais e simbólicas que envolvem sujeitos sociais com interesses antagônicos. Dessa forma, como chave heurística, expressa contradições próprias da sociedade capitalista incidentes no campo, mediadas pelo nexo em que se efetiva o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, a luta de classes, formas determinadas de revoltas e resistências que, em contextos históricos distintos, assumem também particularidades distintas.

É precisamente sob esse sentido teórico e metodológico que o conceito aparece nesta tese de doutorado, dado que a questão agrária é uma mediação

---

fazem uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 48). Isso porque na realidade efetiva dos fatos a reforma agrária tem um significado político para as frações de classes expropriadas ou espoliadas no acesso à terra. Em mesma medida, sua importância econômica se justifica pela profunda desigualdade socioeconômica no meio rural, determinada em parte pela estrutura concentradora da propriedade da terra. Dito de outra forma, a atualidade da reforma agrária tem seus fundamentos na própria contradição que se manifesta concretamente sobre os trabalhadores rurais sem-terra através da expropriação, do profundo empobrecimento, das lutas sociais, etc., condicionados pela concentração privada da terra como um meio de produção da vida social.

estrutural para compreender as determinações da formação econômico-social (ou formação histórica) do Brasil. Ela auxilia a reflexão sobre o peso da particularidade da formação histórica do país para as determinações do projeto político do MST e, especialmente, contribui para problematizar o significado da relação que essa organização política estabeleceu com o “Estado” em quase uma década do Governo Lula, além de permitir problematizar, nessa conjuntura, as inflexões e contradições que incidiram sobre esse movimento social, sua prática política e o projeto político que forjou.

Nunca é demais afirmar que, dentre as particularidades da formação histórica do Brasil, a questão agrária se constituiu como mediação estrutural atrelada à totalidade capitalista. Por isso, não obstante tenha ganhado novas configurações no presente, se objetiva articulada a reprodução ampliada do capital.

Em meio aos condicionantes essenciais que enquadraram historicamente a formação econômico-social brasileira e que se fazem ainda presentes no cenário atual, estão: a grande concentração da propriedade da terra sob a forma de latifúndio; a frágil acumulação primitiva de capital baseada, sobretudo, na produção primária de caráter acentuadamente agroexportador; as lutas sociais no campo, como contradição da expropriação e espoliação sofrida por camponeses e/ou trabalhadores rurais.

Conforme Sampaio Júnior (2013), esses condicionantes da formação econômico-social brasileira são reiteradamente reproduzidos e atravessam todos os períodos da trajetória histórica do país, porque se inscreveram como particularidades que marcam o processo de formação e expansão capitalista. Assim, dão vazão à dinâmica de acumulação aqui realizada, além de igualmente endossarem a profunda desigualdade social e econômica como traço característico nacional. Do mesmo modo, esses mesmos condicionantes também reforçam a subalternidade política dos setores mais pauperizados no campo.

Por estar a questão agrária entrelaçada ao movimento de formação, de expansão e de acumulação capitalista, se pode asseverar que ela está imbricada, no plano interno, à reprodução da desigualdade política, econômica e social que acompanhou a formação histórica nacional. Por outro lado, seguramente está também conectada ao processo de reprodução do capitalismo dependente<sup>22</sup> em que o país se

---

<sup>22</sup> A dependência é uma característica peculiar do capitalismo nos países da América Latina. Marca essa dependência o fato das nações latino-americanas não conseguirem lograr um desenvolvimento das relações capitalistas que se equiparem ao nível de desenvolvimento das nações tidas como

insere como nação periférica na divisão internacional do trabalho. O latifúndio e o setor agroexportador, desde o início, colocaram-se como elementos estruturantes do processo de formação econômico-social. Ambos lastrearam o desenvolvimento e a expansão capitalista internamente, acentuando-se como particularidades inscritas no movimento de acumulação que se processa no país.

Um dos traços mais significativos da formação histórica do Brasil está na determinação da questão agrária nacional, que guarda relação estruturante com a particular reprodução capitalista nos trópicos.

A formação econômica-social é um determinado tipo histórico de sociedade, um degrau particular do seu desenvolvimento com o seu caráter distintivo, o conjunto de todos os aspectos de sua vida material e espiritual. O aspecto determinante de cada formação econômico-social é o modo de produção historicamente determinado, que inclui as relações de produção correspondentes. (ERMAKOVA; RÁTNIKOV, 1986, p. 14)

Desde o limiar da dominação portuguesa no período colonial, as atividades extrativistas e a organização da produção que se desenvolveram internamente esteve sob a determinação do capitalismo na sua fase mercantil. Esse é o primeiro ciclo do padrão de produção primária que marca a formação econômico-social do país.

Nesse período, toda a produção agrícola juntamente com as atividades de exploração de bens naturais era direcionada para suprir a demanda do mercado europeu. É nesse processo, que se constituiu os traços essenciais do padrão agroexportador<sup>23</sup> brasileiro que ainda perdura contemporaneamente. Trata-se de um padrão estruturado sob o latifúndio e baseado na monocultura. É característico também desse mesmo período o uso da mão de obra escrava. Para efetivação da organização da produção agroexportadora era garantido pela coroa portuguesa aos

---

avançadas. A acumulação capitalista interna nesses países, por várias determinações, é insuficiente ao ponto de não lograrem se desenvolver, por conta própria, na mesma profundidade que os países do capitalismo central ou imperialistas: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, etc. Uma síntese explicativa da tradição marxista sobre os fundamentos que determinam o caráter dependente do capitalismo na América Latina, ao que se inclui o Brasil, está em Ruy Mauro Marini (2011). As várias perspectivas presentes sobre a dependência do capitalismo nacional estão sumariadas em Sampaio Júnior (1999).

<sup>23</sup> Estudiosos da questão agrária apontam, no debate acerca da estrutura e perfil que tomou forma o padrão agroexportador no período colonial, que o modelo brasileiro foi o *plantation*. A designação de que o *plantation* predominou como modelo de estrutura e organização da produção agrícola mais adequado ao padrão agroexportador nesse período é quase que consensual. Para compreender melhor os elementos desse debate, recomenda-se recorrer a Jacob Gorender (2016).



proprietários do empreendimento o direito hereditário do uso de largas extensões de terra.

O esgotamento desse primeiro ciclo da organização da produção primária, iniciado no fim do século XIX e consolidado na terceira década do século XX, levou o Brasil a vivenciar uma crise política e institucional que determinou a emergência ao poder, no controle do aparato de Estado, de outra fração da classe dominante, os industriais. É nesse cenário que o país acelera seu processo de industrialização da economia.

A despeito dos industriais tornarem-se o segmento hegemônico na direção política e social, não foi possível exercer essa direção sem uma conciliação com os interesses das frações da burguesia rural que havia se constituído anteriormente. Isso, dada a dependência que a burguesia industrial apresentava em relação ao capital acumulado pela burguesia rural. Para efetivação da industrialização do país, o capital acumulado pelo setor primário era imprescindível. O terreno institucional de costura da relação entre essas frações da burguesia foi o Estado que, mais do que permitir a articulação entre os interesses das frações de classe e institucionalizar um bloco de poder, conduziu o processo de industrialização.

Dessa forma, foram reproduzidas, na conciliação política e econômica entre a burguesia industrial e a burguesia rural, as condições basilares de perpetuação do modelo agroexportador como interesse das frações das classes dominantes no meio rural. Em outras palavras, a partir dessa conciliação de interesses intraclassista, estabeleceram-se os requisitos para reprodução da estrutura do latifúndio, da relevância da produção primária para vitalidade da economia nacional, sobretudo da monocultora voltada para o mercado internacional; além da ratificação do papel de intervenção do Estado para garantir as condições da acumulação da burguesia rural.

Nesse contexto histórico, estabelece-se a relação política e econômica indissociável entre essas duas frações da classe burguesa, como uma marca da formação do Brasil contemporâneo. A acumulação capitalista internamente vai se desenvolver e expandir sua reprodução, tendo o capital industrial a hegemonia do processo, porém sempre em dependência da reprodução da acumulação agroexportadora.

A partir daí se inaugura o que se pode denominar de segundo ciclo do padrão de produção primária. Os elementos estruturantes que delineiam esse novo ciclo

estão postos no fato de que a reprodução ampliada capitalista é fortemente alicerçada na interdependência entre o setor industrial e o setor primário para efetivação do movimento de acumulação. Assim, ao setor primário, no movimento de acumulação capitalista, cabe: capturar capital no mercado internacional para fortalecer a reprodução interna capitalista; fornecer, através do êxodo rural, a mão de obra para pressionar o rebaixamento salarial na indústria; produzir, a baixos preços, tanto a matéria-prima necessária à indústria quanto aos produtos para alimentação da classe trabalhadora urbana.

O alicerce para o processo de acumulação capitalista interno, assentado na interdependência existente entre produção/acumulação industrial e produção/acumulação agroexportadora, vai se desdobrar no processo de modernização da agricultura brasileira no decorrer da década de 1970. Justamente nesse processo de modernização, inaugura-se o terceiro ciclo de organização da produção primária<sup>24</sup> nacional, em especial, aquela voltada para exportação.

Nesse contexto histórico, a produção do setor primário<sup>25</sup> vai desenvolver suas forças produtivas, diversificar-se e, por isso, assumir a denominação de *agronegócio*. E, embora o escopo principal do agronegócio seja o mercado externo, internamente, a produção primária vai se associar à indústria de transformação de gêneros diversos, em especial, a de alimentos.

Com isso, se amplia e se torna mais complexa a interdependência entre a produção industrial e a produção primária. Todavia, o que mais marca a complexificação nesse terceiro ciclo de estruturação da produção primária nacional, é que no movimento de acumulação capitalista desenvolvida no país o agronegócio vai imbricar com o capital produtivo e o capital financeiro<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> É importante pontuar que o mercado externo historicamente foi o grande escopo da organização desse setor de produção. Isso se inscreve no desenvolvimento dos três ciclos aqui referidos sobre o perfil que toma a organização da produção primária e sua relação com a particularidade do movimento de acumulação capitalista em plano nacional. Se nos dois primeiros ciclos de organização da produção primária-exportadora, a agricultura indiscutivelmente ganhava relevo, a partir do terceiro ciclo, vai haver maior equilíbrio entre as várias atividades primárias (agricultura, mineração, pecuária, pesca, extrativismo, etc.) direcionadas para exportação, porém a agricultura ainda se destaca entre elas.

<sup>25</sup> É sabido que setor primário no processo da acumulação capitalista não se restringe ao agronegócio, outras subáreas compõem o setor e impulsionam a acumulação no sentido mais geral, no entanto o agronegócio assume ênfase nas considerações dessa pesquisa em face à relação mais direta que guarda com o objeto de estudo dessa tese.

<sup>26</sup> Uma das características da “crise estrutural” que atravessa a acumulação capitalista na atualidade é justamente a hipertrofia do capital financeiro em relação ao capital produtivo. Não obstante, do ponto de vista real e concreto, o capital financeiro só pode mobilizar sua acumulação a partir da produção de riqueza realizada pelo capital produtivo. No entanto, é inegável que, a partir da “crise estrutural” do capital, desenvolveu-se uma hegemonia do setor financeiro sobre o setor produtivo. Esse processo a

Consequentemente, essa imbricação vai expressar uma relação de simbiose entre o agronegócio, o capital produtivo e a lógica da financeirização capitalista no movimento de acumulação. As premissas para que essa interrelação simbiótica se efetive está, em parte, sustentada pela preservação das condições de reprodução do agronegócio: latifúndio e intervenção do Estado em prol de sua pauta política e econômica. Destarte, isso traz implicações mais complexas também para a questão agrária.

Sem a mediação do Estado, não seria possível o estabelecimento das condições para reprodução do processo de entrelaçamento da “questão agrária” com o movimento de acumulação capitalista desenvolvido no Brasil. O Estado assumiu historicamente papel preponderante na conformação dos interesses das classes dominantes, com bastante relevo dado às frações da burguesia rural, determinando a reprodução reiterada das contradições econômicas, sociais e políticas no campo.

Alguns pensadores da tradição marxista, em determinados contextos históricos, defrontaram-se diretamente com a questão agrária como objeto de exame, a exemplo de Karl Kautsky. Mesmo para alguns deles, essa problemática foi tocada como mediação ou ponto de análise dentro de considerações mais gerais sobre os estudos que desenvolveram. No tocante a esse último caso, estão no rol da tradição marxista Vladimir Ilitch Lênin e até mesmo seu “fundador”, Karl Marx<sup>27</sup>.

Todos eles apresentam considerações sobre as transformações vivenciadas pelas relações sociais particulares ao campo desde quando o capital passou a determinar, dirigir e subordinar o processo de produção para acumulação. Além disso, colaboraram com as análises para iluminar as contradições sociais, econômicas e culturais que o modo de produção capitalista operou (e opera) nesse espaço da vida social.

---

que se pode chamar de financeirização se estende também para o setor de produção primária. O debate sobre a financeirização que toma a economia capitalista no quadro de “crise estrutural” é abordado em François Chesnais (1996a; 1996b). No que toca ao debate particular da imbricação, no Brasil, entre o agronegócio e o capital financeiro, é indispensável a leitura de Guilherme Delgado (2012).

<sup>27</sup> É sabido que o termo marxismo serve para designar a corrente do pensamento social que se desenvolveu em uma tradição teórica a partir do método Materialista Histórico Dialético formulado por Karl Marx em parceria com Friedrich Engels. No entanto, seus formuladores jamais se denominaram marxistas ou reivindicaram o uso do termo para designar a corrente teórica que se fundou a partir do método que conceberam para o pensamento social. É sabido, inclusive, do repúdio que, especialmente Karl Marx, detinha ao termo pelo risco que poderia simbolicamente recair em sua teoria como um dogma ou cânone absoluto sem sua vinculação com a realidade como fonte inspiradora. Sobre isso, ver Netto (2006).

Marx, especialmente em suas reflexões n' *O Capital*, revelou por meio da *teoria da renda da terra* ou *teoria da renda fundiária*, como a acumulação capitalista em seu processo originário esteve articulada com as relações de produção na agricultura. Também desvendou como as contradições particulares do processo de capitalização no campo estão articuladas à totalidade do processo de acumulação de capital.

Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e *A Questão Agrária*, respectivamente, obras de Vladimir Lênin e Karl Kautsky; são apresentadas conclusões que se assemelham<sup>28</sup> ao analisarem particularidades históricas, econômicas e sociais distintas em que o processo de acumulação capitalista se desdobrou como força irrefreável no campo.

Os dois estudiosos, ao verificar principalmente a penetração do capitalismo na agricultura (e em alguma medida também na agropecuária comercial), um processo sem volta, trouxeram informações sobre como relações sociais de trabalho no campo, que preservam ainda algum grau de autonomia, como o campesinato, tendem a proletarização ou a se subordinar às relações mercantis determinadas pelo capital, portanto, participar da reprodução capitalista.

Apresentar a reflexão e as considerações de clássicos da literatura inscrita à tradição marxista é importante para esta tese na medida em que expõe análises em

---

<sup>28</sup> Kautsky elaborou "A Questão Agrária" para colaborar com uma das maiores polêmicas presentes no movimento socialista revolucionário no final do século XIX, que era trazer luz para irreversibilidade da inserção capitalista no campo e para iluminar as estratégias para política partidária da socialdemocracia alemã, que pudesse viabilizar o apoio da população do campo ao partido. Em condições distintas, mas num terreno de polêmicas similares, Lênin elabora *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* para enfrentar as teses populistas que politicamente sustentavam que a economia rural camponesa travaria a inserção do capitalismo na Rússia e lograria a passagem direta para uma espécie de comunismo a partir das relações camponesas. Oposto a essa tese, Lênin demonstra que a penetração do capitalismo já se fazia presente na Rússia, inclusive nas relações sociais do campo, sob um processo de desenvolvimento distinto da Europa Ocidental. O combate às teses populistas, a partir da análise da realidade concreta da formação social russa, tinha como objetivo viabilizar estratégias para uma organização política revolucionária nessa formação histórica. A despeito das diferenças políticas que marcaram o pensamento e a prática política de Karl Kautsky e Vladimir Lênin, suas obras clássicas, que tratam do desenvolvimento capitalismo na agricultura, apresentam conclusões muito próximas; o que, de alguma maneira, revela o acerto de suas hipóteses ancoradas na teoria marxiana presente no terceiro livro de *O Capital*. Em notas introdutórias, Netto (1982) informa que Kautsky elaborou sua obra em 1899 ao estudar a realidade da Europa Ocidental e somente três anos após Lênin elaborou sua obra sobre a "questão agrária" na Rússia. No entanto, Lênin somente teve contato com os escritos de Kautsky anos após a impressão de sua própria obra, mas dada a relevância de *A Questão Agrária* a acolheu plenamente e fez profundos elogios. Só para frisar, a respeito dessa obra, considera Lênin (1981, p. 129): "a mais notável obra da economia contemporânea, depois somente do terceiro volume do capital". A Divergência entre ambos acerca da problemática da incidência do capitalismo no campo surgiu com o livro de Kautsky *Socialização da agricultura*, de 1919. Essa divergência tem como principal marco a consideração estratégica de Kautsky na luta contra o capital de que "A socialização da agricultura não deve seguir o exemplo bolchevique" (KAUTSKY, 1981, p.81).

diálogo com a totalidade capitalista. Eles fundamentalmente auxiliam na revelação do processo real e concreto da reprodução das relações sociais determinadas pelo capital no campo e as contradições daí decorrentes na particularidade do país.

Ainda que as reflexões teóricas desenvolvidas pelos três pensadores digam respeito às particularidades históricas e sociais distintas ao Brasil, é inegável que as categorias e os processos que revelaram em suas reflexões têm validade para esclarecer a questão agrária na realidade brasileira, porque o sentido e a natureza dessa problemática – como já foi pontuado – são inerentes à totalidade do movimento de acumulação, razão essencial que move o ser social capitalista.

Os clássicos supramencionados teoricamente trazem reflexões que se aproximam à realidade do Brasil acerca: do monopólio da terra, da expropriação camponesa, da acumulação capitalista na economia rural, da proletarização no campo, da reprodução ampliada do capital, do desenvolvimento desigual (e também combinado), etc.

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E SEU SIGNIFICADO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA NO SÉCULO XX: O DEBATE CLÁSSICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO

A problemática acerca do monopólio privado da terra ou concentração da propriedade desse *meio especial de produção*<sup>29</sup> não foi o cerne da atenção de Karl Marx na justeza teórica da crítica que desenvolveu à sociedade capitalista. Essa problemática apareceu imersa em seu pensamento social na medida em que a questão da propriedade da terra determinou as condições para o estabelecimento da sociedade capitalista e o posterior desenvolvimento da forma social estruturada sobre a reprodução de capital.

Assim, o que veio a se constituir na atualidade – entre os estudiosos e pesquisadores do campo social crítico –, no que se entende por questão agrária, apareceu em Marx como uma contradição da emergência da sociedade capitalista,

---

<sup>29</sup> Diferente de outros meios de produção, como a maquinaria, determinados componentes de matéria prima, ou mesmo as ferramentas, a terra se constitui sob a forma de um meio de produção especial na produção capitalista, particularmente na agricultura, porque não pode ser produzida ou multiplicada ao arbítrio do homem. Dado seu caráter limitado, a forma como se organiza a estrutura agrária atribui à terra a condição de um meio de produção fundamental. Uma boa problematização dessa questão está em Silva (1981).

determinada pelo processo de acumulação de capital. Somente a partir de então que, no rol da tradição marxista, essa contradição ganha atenção nuclear para o processo de acumulação e para as lutas de classes no meio rural.

Substancialmente, as formulações apresentadas no primeiro volume de *O Capital*, bem como, em alguma medida, os apontamentos de Engels em “A marca”<sup>30</sup>, serviram de suporte para que no interior da tradição marxista fosse possível desenvolver um profundo debate sobre o entrelaçamento entre as transformações no campo, determinadas pela extensão da produção capitalista e as estratégias para a aliança operário-camponesa na luta de classes. Os mais destacados pensadores clássicos no interior dessa tradição, como já ventilado, tornaram-se Karl Kautsky e Vladimir Lênin, seja pela profundidade com que trataram a problemática, seja pelo acerto nas considerações que apresentam validade para se pensar a atualidade.

Mesmo os debatedores mais contemporâneos no campo da teoria social crítica têm, dentre suas fontes inspiradoras sobre a problemática agrária, as formulações marxistas acerca das determinações das contradições capitalistas no incessante movimento de acumulação. Para esse quadro de pensadores, tanto Marx quanto Kautsky e Lênin são pontos cardeais no debate<sup>31</sup>.

No plano estrutural de exposição teórica de Marx, a problemática da propriedade privada da terra apareceu em dois momentos: num primeiro momento mediando o processo de transição em que emerge a determinação socioeconômica do capital ao ser social, condicionada inicialmente pela *acumulação primitiva*; num segundo momento, como mediação do processo em que se efetiva a reprodução ampliada do capital<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Trata-se de um texto publicado por Engels em 1882 com a intenção de ser uma fonte de propaganda política e questões teóricas para o Partido Socialista Alemão; o objetivo era auxiliar o partido no debate que conquistasse também, para luta socialista, o proletariado rural e os camponeses. O texto foi publicado em alemão a pedido de membros do partido como anexo à obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e aborda rapidamente a problemática agrária na Alemanha e as transformações essenciais pelas quais passou no século XIX.

<sup>31</sup> Algumas divergências aparecem entre pensadores e estudiosos da questão agrária em relação a determinadas considerações presentes nos clássicos marxistas. A maior e mais expressiva divergência se constitui em torno da *tendência apontada para fim do campesinato* nos referidos clássicos, desacordo que se espalha no quadro da teoria social crítica até mesmo no Brasil. Diferentes interpretações sobre o campesinato no Brasil estão esboçadas em obra organizada por Stedile (2017).

<sup>32</sup> Maior profundidade da riqueza teórica e maior precisão do esclarecimento histórico da reprodução ampliada e da acumulação primitiva do capital podem ser encontradas na parte sétima da estrutura expositiva de *O Capital*, respectivamente, no capítulo 22 e no capítulo 24 do primeiro livro. No entanto, em toda essa obra, encontram-se fundamentos explicativos dessa processualidade.

Dessa dupla processualidade Marx arrancou os elementos vivos e estruturais na história da constituição das relações sociais até aqui vigentes, para então estabelecer os fundamentos da *teoria da renda da terra ou teoria da renda fundiária*. Teoria essa que busca explicar como a propriedade da terra condiciona a acumulação de capital em sua fase emergente e de afirmação. Na trilha da precisão em que desvenda a reprodução ampliada capitalista, por conseguinte conseguiu montar um arsenal categorial para auxiliar na explicação das particularidades em que determinadas formações sociais se articulam, no plano da totalidade, com a reprodução dessa ordem societária.

No rigor do arsenal categorial da crítica da economia política se encontra elementos fundamentais para auxiliar na explicação do caráter estrutural da questão agrária para formação econômico-social do Brasil, posto que essa problemática se particulariza como uma mediação da reprodução social capitalista no país.

### **2.2.1 A questão agrária e a acumulação capitalista “em Marx”**

Estruturalmente, a sociedade capitalista está estabelecida através de relações sociais baseadas na sujeição do trabalho assalariado livre à exploração capitalista. São relações sociais que se constituíram decorrente de um longo processo histórico de transformações societárias. Marca esse processo a história da *acumulação primitiva* em que

todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbitas e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. (MARX, 2011a, p. 829-830)

A gama de transformações no trânsito da forma social em que se efetivava a exploração feudal para a forma social em que se opera a exploração capitalista é a pré-história da sociedade capitalista, porque é marcada pelo processo primitivo ou inicial de destituição do trabalhador dos meios de produção de subsistência. Esse foi o denso e profundo processo de formação da energia vital e essencial para o capital, a formação da força de trabalho.

Somente consolidadas as condições para que o capital pudesse se auto reproduzir como força societária por meio de leis econômicas, personificadas de um lado pelo capitalista e de outro lado pelo trabalhador, estabeleceu-se o processo contínuo de conversão da mais-valia em capital, como forma de reprodução ampliada. Ou seja, na reprodução ampliada do capital, o trabalho excedente não pago ao trabalhador é capitalizado.

No fluxo da produção, todo o capital originalmente adiantado se torna uma grandeza evanescente, em face do capital diretamente acumulado, isto é, da mais-valia ou do produto excedente que se converte em capital [...]. A economia política apresenta, por isso, o capital como “riqueza acumulada” (mais-valia ou renda transformadas), que se emprega para produzir nova mais-valia. (MARX, 2011a, p. 685)

Na exposição marxiana, esses momentos do movimento de emergência, constituição e maturidade do capital não aparecem linearmente como estágios necessariamente sucessivos, mas estão expostos como uma processualidade ou fases históricas que dialeticamente se correlacionam, cujo em determinado contexto, um momento ganha predominância sobre o outro.

A produção capitalista de mercadoria tem como exigência intransponível o uso da força de trabalho, requisito para que se cristalice sobre as mercadorias a propriedade que lhe garante valor de troca<sup>33</sup>, o trabalho abstrato ou “o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho” (MARX, 2012a, p. 60). Ao se efetivar a mediação final por meio da troca entre mercadorias – na troca de mercadoria por dinheiro<sup>34</sup> –, repõe-se também as condições de reiteração de um ciclo

<sup>33</sup> Embora não seja o propósito desta tese reafirmar a precisão das categorias marxianas no esclarecimento do processo de acumulação capitalista, ainda assim, é importante, mesmo que rapidamente, esclarecer sobre categorias fundamentais desse processo, posto que seja essa a razão máxima que põe em movimento as relações sociais que organizam essa sociedade. Por *valor de troca* se entende a substância incorporada nos produtos do trabalho humano, que sob a forma de mercadoria viabiliza a troca por outra espécie de mercadoria. A substância comum incorporada em toda mercadoria é o dispêndio de trabalho humano durante a produção, que nas relações sociais capitalistas se expressa unicamente pelo seu caráter de trabalho abstrato. Portanto, o valor de troca se manifesta numa mercadoria pelo *quantum* de trabalho abstrato, ou seja, pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Sob as relações sociais de produção capitalista, o objetivo é que a mais-valia se realize no processo de troca. Essa mais-valia é o valor além do trabalho necessário produzido nas mercadorias, ou a expressão do trabalho excedente não pago ao seu produtor, mas que é acumulado pelo capitalista que explora a força de trabalho. A profundidade e riqueza da expressão da categoria valor de troca e mais-valia são expostas por Marx (2012a), respectivamente, no capítulo 01 e no capítulo 05 d’O Capital.

<sup>34</sup> Na sociedade capitalista com as leis mercantis livremente desenvolvidas, conseqüentemente o processo de “venda” (= troca entre mercadorias) só pode se efetivar por meio de uma mediação cuja determinada mercadoria represente um valor universal ou equivalente geral. De acordo com Marx (2012a, p. 111), “[...] ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro”.



contínuo, cuja “reprodução compreende a da classe capitalista e da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do caráter capitalista da totalidade do processo de produção” (MARX, 2011b, p. 445).

Para que se efetive a reprodução social capitalista, depende-se impreterivelmente da força de trabalho, que colocada em operação criadora de mercadoria reproduz o capital com sua potência de subsumir essa mesma força de trabalho à reprodução continuada da forma social produtora de mercadoria. Portanto, é constituída uma relação social em que a própria força de trabalho aparece como outra mercadoria qualquer. Assim, o que reproduz o capital é a própria força ativa do trabalho sob determinadas condições, nas quais um dos pressupostos é o trabalho livre assalariado. Mas, para que essa condição se estabeleça, é necessário um segundo pressuposto fundamental.

Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho. Isso significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto laboratório natural. (MARX, 1991, p. 65)

As relações sociais que precedem a era de império do capital, as quais se organizavam produtivamente a partir do acesso à terra, passaram por um processo de dissolução determinado pelas expropriações dos meios de produção. Esse foi um pressuposto imprescindível para a transformação de uma massa de indivíduos em trabalhadores livres para o assalariamento. Trata-se das condições históricas e estruturais para que uma classe de trabalhadores livres se constituísse sob relações sociais mercantis, cuja única mercadoria para pôr em troca era à força de trabalho.

A pré-história da sociedade capitalista, como Marx (1991) concebe o processo, história imediata da transição para o estabelecimento das relações sociais essencialmente produtoras de mercadoria, fez aparecer de um lado o capital e do outro a força de trabalho como mercadoria livre para ser trocada. A desapropriação do acesso à terra pelos camponeses nessa fase é uma das mediações para que se estabeleça o segundo elemento desse polo; ao mesmo tempo, a privação do acesso à terra – como um meio de produção – é uma premissa para que o primeiro polo assuma autonomização nas relações sociais.

A classe de capitalistas que também se formou nesse processo histórico só pôde realizar a compra da força de trabalho e dispô-la no processo de produção com o objetivo de efetivar a acumulação reiterada que tanto almeja mediante o

estabelecimento de determinadas condições: 1) a formação de um contingente de trabalhadores para reprodução do capital, o proletariado; 2) que esse contingente esteja e permaneça estruturalmente separado dos meios materiais de produção de sua existência, nesse caso, a maneira mais imediata e primeira de separá-los desses meios materiais foi através expulsão do campo.

A própria terra, como propriedade privada de uma classe particular de indivíduos, posteriormente, a partir dessas condições, metamorfoseou-se e desenvolveu-se sob a forma de capital. Concentrada por essa classe particular de indivíduos, a propriedade fundiária se estabeleceu também numa determinação social e econômica que efetivamente retira do trabalhador a posse de seus meios de trabalho para organizar a acumulação privada de riqueza.

Dessa forma, a posse da terra que antes servia de meio de produção da subsistência de camponeses, metamorfoseada sob a disposição concentradora da propriedade fundiária se estabeleceu numa forma social que “transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos” (MARX, 2011a, p. 828). Portanto, a formação originária do capital, associada ao longo e reiterado processo de formação do proletariado, marca a acumulação primitiva de capital como um dos pressupostos para o desenvolvimento da sociedade capitalista, porque é o processo histórico fundante que dissocia o trabalhador dos meios de produção que antes tinha posse.

A concentração da propriedade fundiária se configurou como uma determinação imprescindível para formação do capital originário, que posteriormente ganhou potência incontrolável ao determinar a firmação de leis econômicas, responsáveis por reger as relações sociais capitalistas.

Marx (2011a) alerta que os meios de produção, dinheiro e mercadoria, em si mesmos, não são capital; para que tais elementos assumam essa forma, antes de mais nada, é requerida uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. O longo processo histórico de expropriação e de espólio, ou de expulsão do camponês de suas terras e do produtor rural do campo, colaborou para engendrar tais circunstâncias. Assim, o conjunto de contradições objetivadas na questão agrária aparece, simultaneamente, como determinação e determinante tanto da emergência quanto da reprodução social orientada para acumulação,

especialmente, porque possibilitou num processo histórico construir as bases da relação social entre capitalistas e proletariado.

[...] a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. [...] e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado. (MARX, 2011a, p. 716-717)

Foi determinante para a emergência e desenvolvimento da acumulação capitalista a forma em que passou a se projetar a propriedade fundiária no campo. *As próprias contradições oriundas da privação do acesso à terra foram e ainda são condições para efetivação do ciclo reiterado da acumulação capitalista em escala ampliada.*

A expulsão de um contingente populacional do campo liberou (e ainda libera<sup>35</sup>) força de trabalho para beneficiar a produção capitalista industrial. Com isso, ela também colaborou para estruturar as bases de funcionamento do mercado no deságue das mercadorias produzidas pelo modo de produção capitalista ao transformar o produtor rural e o camponês em assalariados. Pois, esses quando detinham o contato direto com os meios de produção de sua subsistência – dentre eles a terra –, conseguiam produzir para seu próprio consumo. A partir da expulsão do campo e da expropriação dos meios de produção tiveram, conseqüentemente, que acessar os meios de subsistência através da troca de mercadoria por dinheiro.

É preciso abrir um parêntese para o Brasil em meio à exposição da relação mais geral entre a acumulação de capital e a questão agrária, para que não se excluam as particularidades da formação econômico-social nacional. É marca histórica que essa formação tem como fundamento a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, orientada para produção primária-exportadora. Porém, diferente da formação capitalista da Europa Ocidental – mais precisamente o caso da

---

<sup>35</sup> É fato histórico que a acumulação primitiva marca fundamentalmente a gênese do modo de produção capitalista e, por conseguinte, determinou o desenvolvimento de sua reprodução ampliada. A despeito de um momento não se confundir com o outro, a reprodução ampliada do capital desenvolve situações em que exige a efetivação de formas de “acumulação primitiva continuada”, como expôs Rosa Luxemburgo (1985). A reiterada expropriação ou usurpação de terras dos produtores rurais expressa uma forma continuada de acumulação típica de sua fase primitiva. No Brasil, por apresentar uma formação capitalista montada na grande propriedade de terra como fundamento para a produção primária-exportadora, a recorrente expropriação de terra que sofrem os trabalhadores rurais, inclusive sob práticas ilegais, revela que a “acumulação primitiva continuada” é uma forma particular de a burguesia rural operar a expansão da acumulação em escala ampliada no país.

Inglaterra, que serviu de “laboratório” para Marx –, o processo de desenvolvimento do capitalismo interno teve uma dependência profundamente arraigada às determinações da questão agrária nacional. Trata-se de uma dependência não de qualquer ordem, mas uma dependência estrutural com fins de realizar o desenvolvimento capitalista.

As contradições que engendram a questão agrária nacional se assemelham com aquele conjunto de contradições apresentado por Marx no processo de formação originário do capital: processos de expropriação da terra, formação de um exército de força de trabalho migrante do campo, empobrecimento da população rural camponesa, etc. São questões reveladoras de que por onde o capital operou, teve que viabilizar esse conjunto de contradições com intuito de criar as condições objetivas para sua reprodução.

No entanto, no caso do Brasil, para além dessas semelhanças, o desenvolvimento e a reprodução capitalista no país foram determinados pela dependência estrutural que detém economicamente com a produção primária para o mercado externo. Trata-se de uma dependência da economia e da produção rural, cuja efetividade constituiu uma subordinação histórica ao ritmo do mercado externo para exportação.

### **2.2.2 Questão agrária e a acumulação capitalista no campo: síntese da teoria da renda da terra ou teoria da renda fundiária**

Para maturar a acumulação em escala ampliada do capital, cooperou a conjunção histórica de diversas circunstâncias, dentre elas, vale destacar a forçada migração de um exército populacional de pobres laboriosos para suprir a necessidade da indústria nascente; isso foi determinado pela concentração crescente dos arrendamentos, pelos cercamentos das terras para pastagens, pelo uso de maquinaria para aumentar a produtividade no campo, etc. Essa população rural que fluiu para os interesses do capital nos centros industriais urbanos é uma das condições *sine qua non* para que se pudesse estabelecer o funcionamento da *lei geral da acumulação capitalista*<sup>36</sup>, porque cria uma população sobranse ou colocada como

---

<sup>36</sup> Conforme aparece em toda a obra marxiana, o significado das “leis econômicas” em nada tem relação com o sentido absoluto ou exato que as leis da natureza assumem. As leis econômicas, a exemplo da *lei geral da acumulação capitalista*, são, na verdade, situações tendências, ou seja, que pela sua

reserva de força de trabalho para auxiliar no processo de expansão do capital. Essa população excedente

é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado. (MARX, 2011a, p. 735)

A história de constituição da acumulação capitalista encontrou bases também na história da expropriação e usurpação das terras dos produtores rurais medievais. A convergência entre acumulação e expropriação fundiária não ficou restrita a um passado secular. Ela se reproduz na contemporaneidade, porque a questão agrária, que expressa uma série de contradições resultantes dessa convergência, foi fundamental para a formação das premissas do desenvolvimento capitalista: 1) por formar força de trabalho assalariada; 2) por cooperar para estruturar o mercado capitalista; 3) por auxiliar na construção da força de trabalho sobranante nos centros industriais; 4) através da capitalização do campo ao aumentar a produtividade da cesta de alimentos para o mercado urbano, que junto com a força de trabalho sobranante atua para rebaixar o valor da força de trabalho; 5) *por intermédio da concentração de arrendamentos que associado ao processo de capitalização da agricultura colaborou para aumentar o fluxo da acumulação por meio da renda da terra ou renda fundiária.*

Em relação a quinta premissa supramencionada, embora a formação do capital não derive unicamente da propriedade privada da terra, Marx (2008a) revelou, por meio da *teoria da renda da terra* ou *teoria da renda fundiária*, que a concentração fundiária no campo determinou a própria capitalização da produção rural. Isso atuou para favorecer o fluxo da acumulação nas relações sociais capitalistas, mas interviu fundamentalmente para destravar a acumulação de capital substancialmente no campo; trazendo, inclusive, transformações essenciais nas relações de produção com o estabelecimento da proletarização do camponês por meio do trabalho assalariado.

---

recorrência ou tendenciosidade se estabelecem em fundamentos explicativos das relações sociais. A lei geral da acumulação capitalista, a qual Marx (2011a) dedicou explicação particular no capítulo 23 *d'O Capital*, revela uma síntese da relação tendencial entre a acumulação de capital e a emergência de determinadas contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista, de modo a favorecer a sua expansão.

Com a teoria da renda da terra, foi revelado como o capital superou algumas barreiras ou contradições estabelecidas pela concentração fundiária<sup>37</sup>. Essas contradições foram determinantes para o desenvolvimento das forças de produção rural, ou seja, para capitalização do campo sob o processo de acumulação ampliada, visto que o monopólio da terra, ao determinar uma série de contradições para constituir as premissas em favor da acumulação ampliada do capital, ao mesmo tempo também engendrou contradições para reprodução capitalista no campo.

Dentre as contradições que se formaram para que houvesse a reprodução do capital por meio da concentração fundiária, ganha relevo, de um lado, a condição natural que impõe limite físico à terra. De outro lado, também assumem importância as condições sociais e econômicas que estabelecem limitação ao acesso à terra pelos capitalistas arrendatários em face do monopólio fundiário. Mas é, principalmente, a apropriação de parte da mais-valia produzida pelos proprietários (*lati*)funditários, sob a forma de renda, que impõe a maior contradição.

Para superar esses obstáculos, inclusive os de ordem natural pelo caráter especial desse meio de produção, o capital operou o desenvolvimento das forças produtivas no campo, tanto para elevar a produtividade e auferir maiores taxas de mais-valia quanto para superar as barreiras naturais da produção rural ao fabricar as condições de seu próprio desenvolvimento. Dessa maneira, o processo de capitalização da produção rural se estabelece pela industrialização<sup>38</sup> no campo.

A teoria da renda da terra explicita, mormente, os fundamentos do processo de industrialização do meio rural ou o processo de capitalização mais profunda do campo. Contudo, ao mesmo tempo, os fundamentos da teoria marxiana da renda fundiária evidenciam o movimento em que o capital subordinou o monopólio da terra para realizar o desígnio de aumentar o fluxo acumulativo, seja por meio da produção mais elevada de mais-valia com incremento tecnológico, seja através da valorização da propriedade fundiária ou da valorização econômica em que aparece o movimento especulativo de elevação do preço da terra.

---

<sup>37</sup> A dissolução das relações feudais no trânsito para as relações capitalistas levou a concentração da propriedade da terra nas mãos de alguns antigos senhores feudais, os *landlords* (ou classe de proprietários), que passaram a arrendá-las para capitalistas que empregavam seus capitais na agricultura. O processo de formação dessa classe de proprietários pode ser observado a partir da história de expropriação “escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”, conforme foi descrito por Marx (2011a, p. 829) no capítulo 24 d’O Capital.

<sup>38</sup> É expressão disso o uso intensivo de inovações diversas na produção rural capitalista: química, mecânica, biológica, etc.

Por concentrar a propriedade privada da terra, uma classe de proprietários passou a receber uma renda fundiária dos arrendatários que investiram dinheiro para ser valorizado<sup>39</sup> na produção rural. Portanto, essa classe de proprietários, dada a condição de possuir o monopólio da terra, detinha a prerrogativa de impedir a sua exploração e limitar a transformação da terra em capital.

Para o proprietário da terra, a mera propriedade jurídica não gera renda. Confere-lhe, entretanto, o poder de impedir a exploração de sua terra até que as condições econômicas propiciem valorização donde retire o excedente, seja a terra aplicada propriamente na agricultura, seja em outros ramos de produção [...]. Não pode aumentar nem diminuir a quantidade absoluta desse campo de aplicação, nisso pode alterar a quantidade existente no mercado. (MARX, 2008a, p. 1005)

No processo de valorização econômica da terra, transforma-se em renda fundiária o pagamento realizado pelo capitalista arrendatário ao proprietário da terra durante todo o tempo em que a aluga para qualquer forma de atividade: mineração, agricultura, pecuária, piscicultura, etc. Esse é o processo em que a terra se valoriza economicamente sob as relações de produção capitalista, porque o seu proprietário, de um lado, recebe um valor sem realizar qualquer investimento; mas especialmente, porque esse valor é na verdade parte da mais-valia produzida e realizada que o arrendatário capitalista não se apropriou e teve que repassar ao proprietário da terra.

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias [...]. E na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apropriar-se – em virtude do monopólio da terra – de parte da mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e próprio preço do solo. O capitalista é agente automático do desenvolvimento dessa mais-valia e desse produto excedente. O proprietário da terra só tem de apropriar-se da porção, que cresce sem sua interferência, do produto excedente e da mais-valia. (MARX, 2008a, p. 849-850)

O monopólio da propriedade fundiária determinou duas situações que se convertem em formas distintas de renda da terra. A primeira situação é a de que esse monopólio em si possibilitou aos seus proprietários a prerrogativa de usá-la como bem

---

<sup>39</sup> Importante lembrar que dinheiro em si não é capital, porém a conversão de uma soma de dinheiro em capital através da transformação dessa soma “em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital [...]. O segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria cujo valor ultrapassa o dos elementos componentes, conteúdo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de mais-valia” (MARX, 2011a, p. 657).

entender, inclusive de não a dispor para produção. A segunda situação é a de que o monopólio de determinadas terras, quando usadas economicamente para fins de exploração capitalista, possibilita um lucro suplementar em razão da fertilidade natural do solo, da sua localização, de alguma qualidade especial ou condição favorável que permita o uso de maquinaria adequada.

Em face dessas circunstâncias, a *renda fundiária* se distingue em dois tipos: a absoluta e a diferencial<sup>40</sup>. Toda renda fundiária decorre da condição de existência do monopólio da terra, pertença esse monopólio diretamente ou não ao capitalista que efetivamente organiza e comanda a atividade produtiva rural. Nesse sentido, entre a renda fundiária absoluta e renda fundiária diferencial há uma unidade indissociável. O estabelecimento da renda absoluta é condição essencial para existência da renda diferencial; a primeira determina a formação da segunda. No entanto, entre elas há elementos ou formas de realização que as diferenciam.

A renda absoluta é, de acordo com Marx (2008a, p. 1012), “proveniente da sobra do valor depois de deduzir-se o preço de produção, é apenas parte da mais-valia agrícola, conversão desse excedente em renda, apreensão pelo proprietário”. Já a renda diferencial, aquela caracterizada do tipo diferencial II, se estabelece dadas as

---

<sup>40</sup> Marx (2008a) reconhece dois tipos de “renda da terra diferencial” determinadas pelo lucro suplementar: *renda diferencial I* e *renda diferencial II*. Os dois tipos de renda diferencial têm correspondência com a maior produtividade alcançada na produção agrícola. Em suma, a *renda diferencial I* diz respeito a uma maior produtividade, especialmente em razão das condições naturais mais favoráveis do solo. Distintamente, a *renda diferencial II* se refere a uma maior produtividade lograda pelo uso de maquinaria e outras inovações tecnológicas, portanto, essa espécie de renda diferencial é determinada pelo aumento da composição orgânica de capital na produção agrícola. A renda diferencial é consequência de um lucro suplementar na produção agrícola ou produção rural capitalista e se diferencia das circunstâncias gerais em que se efetiva a *renda absoluta* porque é resultado da concorrência produtiva entre os capitalistas arrendatários que, para auferirem um lucro acima da média, investem em progresso técnico no processo produtivo. Esse investimento tem por finalidade diminuir os custos de produção; ou melhor, tem por objetivo reduzir o volume de capital adiantado na produção e, dessa forma, vencer a concorrência na árdua disputa pela realização da mais-valia presente nas diversas mercadorias do setor agrícola. Somente do ponto de vista didático e metodológico é que se pode afirmar uma distinção que separa a renda diferencial do tipo I daquela de tipo II, pois há mediações na realidade efetiva que vinculam uma a outra na determinação do lucro extraordinário ou suplementar na produção rural capitalista. A determinação essencial que põe em movimento a renda da terra é a produção e extração de valor. Assim, para que ela ocorra a concorrência intercapitalista deve ser aquecida e a produção em larga escala deve ser constituída como processo cotidiano impulsionado, dentre outras razões, pela mecanização no campo (renda diferencial II). Diferente do que ocorre na produção industrial propriamente dita, é a terra de menor fertilidade (portanto, com menor produtividade) e de pior localização (renda diferencial I) que vai servir de medida comum dos preços de produção, uma vez que incidirão sobre elas custos muito maiores de realização da produção e da venda. Nisso está o elo entre renda diferencial I e renda diferencial II no processo de produção de valor e determinação do lucro diferenciado na produção rural.



circunstâncias em que as condições que determinam a renda absoluta criam também simultaneamente contradições para a produção capitalista.

O monopólio da propriedade fundiária, erigida em barreira ao capital, é condição da renda diferencial, pois, sem monopólio o lucro suplementar não se converteria em renda e caberia ao arrendatário (isto é, ao capitalista que explora o solo) e não ao proprietário da terra. E a propriedade fundiária continua a construir barreira, mesmo quando a renda desaparece como renda diferencial [...]. (MARX, 2008a, p. 998)

É importante esclarecer que a terra, em si mesma, não cria um lucro suplementar devido às determinadas qualidades especiais que nela possam existir. O que de fato amplia a magnitude do lucro que se constitui em renda diferencial é o aumento da produtividade do trabalho por meio de incrementos<sup>41</sup>.

Assim, a fertilidade, embora propriedade objetiva do solo, sempre implica relação econômica, relação com dado nível de desenvolvimento químico e mecânico da agricultura, e em consequência varia com esse nível. Com meios químicos (por exemplo, aplicação de certos adubos [...]) ou com meios mecânicos (por exemplo, arados especiais para terras pesadas) podem ser removidos os obstáculos que fazem um terreno produzir menos que outro de igual fertilidade [...]. (MARX, 2008a, p. 869)

E bem mais adiante complementa:

Se a taxa de produtividade aumenta com o emprego adicional de capital é que houve melhoria do solo. Este pode resultar do emprego de mais capital por acre (mais adubos, mais trabalho mecânico etc.) ou da possibilidade de se obter, com esse capital adicional,

---

<sup>41</sup> A isso se soma a constatação de que historicamente o proletário ou trabalhador rural na produção capitalista é aquele mais mal pago das frações que compõem a classe trabalhadora. Diversas circunstâncias “[...] fazem deles escravos dos proprietários e dos arrendatários, de modo que o mínimo de salário se torna para eles a lei natural” (MARX, 2011a, p. 801). Essa condição amplia a taxa de mais-valia ou o grau de exploração, favorecendo a efetivação do sobrelucro da burguesia rural. Constatação que se vislumbrou desde o limiar do modo de produção capitalista nas nações que logo iniciaram a acumulação primitiva, mas que contemporaneamente ainda salta aos olhos na realidade das nações de capitalismo periférico e dependente, em que se enquadram os países latino-americanos. Nesse conjunto de países a informalidade, a ilegalidade e o atropelo ou inexistência de direitos nas relações de trabalho no campo não só tornam mais precárias as condições em que realizam o trabalho, como também viabilizam um maior nível de exploração dos trabalhadores rurais pelo patronato. A título de informação, segundo o Dieese, em 2013, do universo de trabalhadores rurais em empreendimentos da agricultura ou pecuária, 59,4% deles estaria em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal. O rendimento médio domiciliar *per capita* dos trabalhadores rurais no período era de R\$ 550,65; esse valor se reduz quando o trabalhador estava na informalidade, pois o rendimento médio domiciliar *per capita* era de R\$ 469,83 ou quase 30,0% menor que o rendimento médio domiciliar *per capita* de um trabalhador rural com carteira de trabalho assinada. No ano da pesquisa do Dieese o salário mínimo era de R\$ 678,00. Assim, um rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 469,83 representava pouco menos de 70% do salário mínimo estabelecido à época.

investimento qualitativo diverso, mais produtivo. (MARX, 2008a, p. 936)

É por meio dessa condição de incremento de inovações na produção que o capitalista arrendatário também busca superar as barreiras cujo próprio monopólio da terra determina para expansão do capital no campo. Dentre tais obstáculos ou contradições aparece, mormente, a apropriação pelo proprietário (*lat*)fundiário de parte da mais-valia sem investir capital para isso.

A renda diferencial não elimina a apropriação por parte dos proprietários da terra de um montante da mais-valia em desfavor do arrendatário capitalista, mas ela expressa as determinações do movimento de capitalização da agricultura através do investimento em progresso técnico, então operado para compensar essa perda. Ela expressa a industrialização da agricultura, o movimento de aproximação entre capitais de ramos diversos que buscam se articular na produção rural em busca de valorização. A renda diferencial arregimenta a determinação econômica com base nos fundamentos da produção de mais-valia, seja para estabelecer as condições mais propícias à superação de determinados obstáculos, seja para potencializar a acumulação do capital.

Fica patente com isso que as contradições próprias da questão agrária, a partir de então, transmutaram ao lugar de mediação mais ativa ou visceral na reprodução capitalista, pois difere da fase de acumulação primitiva em que detinha uma mediação mais subordinada ou passiva na reprodução capitalista.

Com o estabelecimento de maior liberdade ao movimento de acumulação no campo, a produção de mais-valia ora é potencializada na própria produção rural sob novas bases, padrões e relações sociais, ora também serve de mediação para que parte dessa mais-valia seja redirecionada no investimento em outros ramos de produção.

É importante salientar que toda a elaboração da teoria da renda da terra teve como pano de fundo a realidade inglesa. A despeito de apresentar as mediações em que se processou a capitalização da produção rural, seus fundamentos são extraídos de uma sociedade em transição do mundo feudal para a era de dominação do capital. Nesse contexto, as mediações para capitalização do campo ainda não apresentam a integral subsunção do processo de produção rural ao capital.

O pressuposto teórico aí parte então da existência de uma distinção entre o proprietário fundiário e arrendatário capitalista. Por isso, Marx (2008a, p. 998) adverte: “a dissociação entre capital e terra, entre arrendatário e proprietário, é característica do modo de produção capitalista”. Somente posteriormente a isso é que proprietários fundiários e capitalistas aparecerão fundidos num mesmo sujeito social.

Do mesmo modo, a advertência deve ser tomada para um cuidado com as generalizações no emprego da teoria da renda da terra sem que se observe a particularidade de cada formação econômico-social. O desenvolvimento da produção rural capitalista no Brasil, desde o princípio, personificou num mesmo sujeito social, a conciliação entre a figura do proprietário de terra e do capitalista. Essa unidade fica ainda mais explícita na contemporaneidade, marcada então pelo que Silva (1981) entende como “industrialização da agricultura”.

Destarte, se a *renda absoluta* da terra não ilumina com precisão o processo de capitalização da agricultura nacional, dado que não ganha predominância pela própria particularidade da estrutura agrária, a *renda diferencial* traz contribuições teóricas para elucidar a particularidade da reprodução capitalista brasileira, porque nesse caso, é o proprietário da terra quem diretamente se apossa do excedente produzido. A renda diferencial demonstra que é o capital diretamente enredado à propriedade fundiária que subtrai diretamente o trabalho excedente.

Dois pensadores despontaram ao problematizar a questão agrária a partir dos fundamentos da teoria marxiana no quadro histórico em que se expressou com maior profundidade e rapidez a industrialização da agricultura, através da incorporação de inovações com vista ao progresso técnico da produção nesse ramo. A problematização que trouxeram buscou lastro, sobretudo nas formulações presentes no livro terceiro d’*O Capital*.

Karl Kautsky e Vladimir Lênin capturaram, no final do século XIX, as determinações que colocaram em movimento os fenômenos marcantes desse contexto histórico, com implicações no processo de produção rural, na reprodução social sob a articulação entre indústria e campo (ou entre capital industrial e capital agrário), que se desenrolaram com maior clarividência no aburguesamento de alguns poucos camponeses e no assalariamento da grande maioria deles.

A despeito dos fundamentos da teoria da renda fundiária servir-lhes de lastro para formular as análises e conclusões que desenvolveram, o contexto histórico em

que as realizaram apresentava particularidades um tanto que diferenciadas do período em que Marx a formulou. Isso atribuía novas dimensões e particularidades à questão agrária, já que Kautsky e Lênin extraíram suas análises da fase inicial do capitalismo monopolista.

Operavam-se intensamente, na segunda metade do século XIX, três processos: um de caráter científico-técnico, dois de natureza estritamente econômica – mas todos interligados. Importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das ciências naturais, estimuladas pelas demandas da indústria e fortemente marcadas pelo positivismo: novas concepções abriram caminho na biologia, a química avançada e a física registrava progressos. Os impactos desse desenvolvimento (afetando insumos, meios de produção e mercadorias) foram de tal ordem que alguns historiadores caracterizaram o último terço do século XIX como o de uma “segunda revolução industrial” [...]. Ao longo do capitalismo concorrencial, a classe capitalista foi se diferenciando em razão do volume de capital na mão de cada capitalista – existiam grandes, médios e pequenos capitalistas. [...] à concentração de capital e à centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 175-177)

A realidade socioeconômica na qual Kautsky se debruçou – a Europa Ocidental – aparecia muito mais arraigada às determinações da fase inicial do capitalismo monopolista. No entanto, as determinações essenciais dessa fase histórica, em certa medida, também despontavam na realidade russa analisada por Lênin. Entre os dois pensadores há pontos de encontro tanto nas formulações teóricas quanto nos resultados e hipóteses que alcançaram. Ambos partiram de realidades e formações sociais distintas, não obstante a isso, apreenderam as determinações no processo irrefreável de expansão do capital como relação social dominante de uma época histórica.

### **2.2.3 O debate da questão agrária em clássicos da tradição marxista: algumas considerações sobre a irreversibilidade do processo de expansão capitalista no campo em Karl Kautsky e Vladimir Lênin**

A penetração do capitalismo na produção rural já aparecia desde a última década do século XIX com força irrefreável na separação entre capital e trabalho no campo. Essa forma social determinaria a consolidação de duas classes sociais no campo: burguesia rural e proletariado rural. Assim sendo, o capitalismo iria sucumbir a outras relações sociais que não fossem particulares a esse modo de produção ou

as tornaria residuais. A permanência histórica de outras formas de relações sociais anacrônicas a era do capital estaria, por conseguinte, condicionada à inflexão aos seus ditames.

Para Kautsky (1968) e Lênin (1982), ainda que alguma relação social de produção pré-capitalista possa resistir historicamente à força de expansão do capital e às transformações econômico-sociais que determina, sua permanência histórica só poderia se efetivar articulada à reprodução da forma social dominante, o próprio capital.

É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual [...]. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias. Ao lado dele ainda se encontram ainda restos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. [...] todas as camadas que são em parte os resíduos de formas sociais pré-capitalistas e em parte produzidas, ou ao menos favorecidas, no seu crescimento, pelas necessidades do próprio capitalismo. (KAUTSKY, 1968, p. 21)

No período histórico em que se consolida a industrialização da agricultura, o capital se apodera das antigas formas de produção e propriedade, fazendo com que se subvertam à sua própria necessidade de reprodução. Com a inserção do capital industrial no campo, o campesinato ainda que produza para sua própria subsistência, na forma social capitalista teria a sua reprodução social agora condicionada à reprodução do capital. A única maneira do campesinato subsistir, nessa nova era em que o capital industrial se articula com o capital agrário, é também assumindo uma nova função histórica, a de também auxiliar na dinâmica imanente da expansão capitalista.

Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de modo a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso [...]. Quanto mais esse processo avança, e mais se degrada a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta sua necessidade de dinheiro, não apenas para comprar coisas disponíveis, e mesmo supérfluas, mas também para compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover sua manutenção sem dinheiro [...]. O único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-las ao mercado para venda. (KAUTSKY, 1968, p. 27-28)

As novas bases sociais e econômicas em que o camponês passou então a efetivar sua subsistência histórica determinaram contradições que empurram essa classe para o assalariamento, uma vez que nem mesmo com a mercantilização do

excedente da produção familiar camponesa se consegue mais o suficiente para que possa subsistir.

Sob as bases de uma relação social em que a mais simples transação mercantil é balizada em última instância pela concorrência com vista à acumulação, a inferioridade técnica da produção camponesa diante da grande exploração agrícola capitalista faz sucumbir o campesinato, transformando-o em criadores de mais-valia, em mero proletariado rural, mesmo que esse segmento guarde ou reproduza, em determinadas circunstâncias, características de formas sociais pré-capitalistas.

Situações decorrentes da concentração e centralização de capital por meio da articulação entre capital industrial e capital agrário impeliram contradições ao pequeno camponês através do atraso técnico na produção, da baixa produtividade e da crescente expropriação da terra. Cada uma dessas situações, isoladamente ou em conjunto, determinou uma tendência de proletarização do campesinato. A proletarização pôde ocorrer, a partir de então, mediante a busca por “trabalho suplementar do pequeno lavrador, este trabalho que é realizado para o grande estabelecimento agrícola” (KAUTSKY, 1968, p. 194). Dessa forma, sob tais circunstâncias, mesmo que ainda permaneça com a posse da terra e pratique a pequena produção familiar,

o camponês que vende os artigos agrícolas, mas não emprega assalariados, ou os emprega muito pouco, que não é capitalista, e sim um mero criador de mercadorias, não se apresenta assim. Ele é trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é o de assalariado. Tem necessidade da terra como de um meio de ganhar o pão como operário, e não para dela tirar qualquer lucro ou renda fundiária. Quando a venda de seus produtos desfalca-lhe a dispensa, lhe remunera o trabalho, ele ainda consegue viver. (KAUTSKY, 1968, p. 185)

Em síntese, no que se refere à subsunção dos camponeses aos ditames do capital, Lênin trouxe uma contribuição muito próxima das considerações a que chegou Kautsky. Embora, em relação a esse, discorda do posicionamento político acerca da possibilidade de aliança entre o campesinato e o operariado urbano-industrial.

Além dos dados estatísticos e censitários sobre a formação de um mercado interno capitalista na Rússia, Lênin (1982) observou as transformações dos camponeses a partir da dinâmica da economia rural do país, que assinalava a

tendência de uma diferenciação social no interior dessa classe<sup>42</sup>. A tendência observada era a de que as transformações impulsionadas pela germinação do capitalismo, numa sociedade de bases ainda feudais, determinavam para que camponeses mais ricos se constituíssem numa burguesia rural ou, em contrapelo, para que uma grande massa de camponeses pobres formasse o novo proletariado urbano e/ou rural.

Por ser um dos motes do debate de Lênin, a germinação e viabilidade do modo de produção capitalista na Rússia parte da consideração de que a consolidação do capitalismo, numa sociedade ainda profundamente pré-capitalista, apresentava-se de forma atrasada em relação à Europa Ocidental. A particularidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia mostrava-se de forma distinta da forma clássica; portanto o desenvolvimento do capitalismo russo derivava mesmo dessa condição de atraso<sup>43</sup>.

A dissolução ou transformação da economia rural camponesa foi consequência necessária para a formação de um mercado interno e colaborou para a industrialização (inclusive da agricultura) como processo de expansão capitalista: “Observamos que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 35).

Sendo assim, demonstrou que a expansão do capital na Rússia, ao se espalhar sobre as relações sociais pré-capitalistas que predominavam no campo, mesmo que lentamente, engendrou transformações no sentido de seu movimento expansionista.

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios

<sup>42</sup> De acordo com as observações de Lênin (1982), o campesinato da Rússia apresentava a seguinte estratificação social na esteira da capitalização da produção rural: *camponeses ricos e médios* (tendiam a se constituírem como burguesia rural), *camponeses intermediários* (alguns poucos tendiam a formar a pequena burguesia rural, mas a maioria deles tendia à proletarização) e *camponeses pobres* (integraria a massa do proletariado russo como assalariados ou semiassalariados). Essa estratificação própria da formação econômico-social da Rússia do século XIX inspirou as formulações de pensadores marxistas acerca do campesinato no Brasil do século XX no debate sobre a questão agrária, entre eles se destacam Moisés Vinhas e Alberto Passos Guimarães.

<sup>43</sup> A partir de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin lança as bases da *lei do desenvolvimento desigual no capitalismo* ao mostrar que a reprodução e expansão capitalista se assentam em bases históricas concretas, portanto se ajustam às particularidades de determinadas formações econômico-sociais. Do mesmo modo, na era do capital, cada formação histórica deve ser colocada no interior da reprodução e expansão capitalista como totalidade social. Em razão disso, Luciano Gruppi (1979) traz um debate de que esse pensador trouxe fortemente em suas análises o cuidado teórico-metodológico com referência aos processos históricos universais balizados por formações econômico-sociais particulares. Assim, seu rigor analítico firma a máxima: “A análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo” (LÊNIN *apud* GRUPPI, 1979, p. 297).

de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1982, p. 108)

O processo de desenvolvimento do capitalismo no país determinou que, no movimento de expansão sobre as particularidades da produção rural, também se projetasse uma especialização do trabalho no campo sob a hegemonia da produção industrial. Isto é, o padrão técnico e de gestão da produção industrial na era do capital monopolista impõe sua dinâmica ou racionalidade aos demais ramos; dinâmica que se fazia patente na industrialização da agricultura russa já nos finais do século XIX.

Compreende-se que esse fenômeno está relacionado ao grande número de operários das grandes empresas (familiares, assalariados industriais, e agrícolas) e esclarece a grande estabilidade e a tendência destas a se especializar na atividade industrial [...]. As combinações indústria/agricultura desempenham um papel muito importante no agravamento e aprofundamento do processo de desintegração do campesinato: enquanto os camponeses ricos e acomodados abrem oficinas, empregam operários recrutados entre o proletariado rural e juntam dinheiro, que utilizam em operações comerciais e usurárias, o campesinato pobre fornece os operários assalariados [...]. Verifica-se que a combinação indústria/agricultura consolida e desenvolve as relações sociais capitalistas, estendendo-as da indústria à agricultura e vice-versa. (LÊNIN, 1982, p. 242)

Na fase monopolista do capital, determinada pela potencialização do nível de concentração e impulsionada pela centralização entre os capitais, a indústria e a agricultura revelaram maior aproximação na produção direcionada para o mercado, como forma de favorecer a acumulação sob a articulação mais estreita entre ramos de capitais.

Desse modo, a agricultura e a indústria andam em comunhão, posto que as mesmas relações e pretensões estão presentes em ambos os ramos produtivos. Nesse sentido, Kautsky (1968) e Lênin (1982) pressupõem o progresso técnico-produtivo da agricultura numa fase determinada do desenvolvimento capitalista. São esses mecanismos de progressão que, de certa forma, levam à dissolução das relações sociais pré-capitalistas no campo ou ao emolduramento dessas relações sob o assalariamento do campesinato, já que não conseguiria concorrer com a agricultura capitalista.

Fundamentos e formulações apresentadas na teoria marxiana que, de certa forma, tocam na questão agrária, apresentam validade para se pensar a



contemporaneidade dessa problemática no Brasil, precipuamente pela relação estreita em que a acumulação capitalista de caráter dependente opera sobre as bases da produção primária-exportadora, com todos os traços históricos e estruturais que lhe são peculiares.

Com as formulações no clássico *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin é quem mais influencia o pensamento social brasileiro acerca das contradições da vida agrária. Todavia, há diferenças que marcam a forma como essa referencialidade é absorvida e instrumentada teórica e metodologicamente. Para alguns dos pensadores, a influência da obra leniniana aparece quase que sob uma transposição da realidade russa do século XIX para o Brasil da segunda metade do século XX. Para outros, a referência ficou marcada na compreensão do desenvolvimento desigual e limitado da reprodução capitalista, convergente com as determinações trazidas pela dinâmica de acumulação das nações que primeiro iniciaram o processo de acumulação primitiva.

### 2.3 A PARTICULARIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAMPO E A GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA COMO MEDIAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A estrutura fundiária historicamente concentrada como propriedade de uma classe dominante foi um dos eixos das problematizações sobre o freio ao livre desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

Alguns pensadores, interessados nas condições da revolução proletária mediante o amadurecimento do capitalismo nacional na segunda metade do século XX, construíram formulações teóricas tendo como referência textos clássicos da literatura marxista. Tais formulações hoje são percebidas como uma espécie de decalque sem a crítica ou confronto com as particularidades históricas da realidade do país. Num outro quadro de filiação teórica, sem interesse na revolução comunista, um conjunto de intelectuais esboçou a mesma preocupação com os caminhos internos para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com essa perspectiva de desenvolvimento do capitalismo nacional, o latifúndio e as relações sociais em torno dele constituíam uma natureza arcaica, um

dado expressivo de restos “feudais” ou “semifeudais”. Por isso, era obsoleto diante das exigências do desenvolvimento das forças produtivas. A sobrevivência dessas formas sociais arcaicas estorvava o livre fluxo da renda nacional, atrasava a expansão do mercado interno e enviesava a formação e o movimento da força de trabalho.

Nesse sentido, ganhava destaque a visão de um Brasil separado por dois mundos: um mundo subdesenvolvido, atrasado, arcaico e pré-capitalista; ao lado desse, encontrava-se outro, já com incipiente desenvolvimento industrial, porém travado pelas estruturas econômicas e relações sociais feudais ou semifeudais ainda existentes.

Disso decorria um antagonismo entre os dois mundos. O de um Brasil com economia agrária pré-capitalista, montado sobre um setor de subsistência e primário-exportador, responsável pelo atraso do país; e outro de um Brasil com potencial urbano-industrial e dinâmico, que se chocava com as forças arcaicas do atraso.

A solução para superação desse antagonismo deveria ser traçada mediante o mesmo caminho historicamente seguido pelas nações que primeiro desenvolveram as relações sociais capitalistas. Assim, as formas econômicas e relações sociais pré-capitalistas deveriam ser suprimidas e a economia agrária subordinada às necessidades do desenvolvimento capitalista, com vista a favorecer a industrialização e potencializar o mercado interno.

Dissonante à concepção de dois Brasis que se chocavam, outra perspectiva compreendia que a reprodução capitalista no país historicamente apresentou a particularidade de combinar uma unidade entre o atraso e o moderno. E, desde o limiar da formação econômico-social brasileira, o latifúndio foi funcional ao tipo peculiar de produção primária-exportadora.

Destarte, a concentração fundiária alicerçou a reprodução capitalista, porque serviu de base para estruturar a subordinação do setor agroexportador ao capital comercial que auxiliava a acumulação dos países do centro capitalista. Isso determinou o padrão atrasado do capitalismo nacional.

[...] assim, as razões do lento desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira não em função da presença de pretensos restos feudais que porventura ainda existissem, mas da própria forma específica que havia assumido ali o sistema capitalista. A proposta política daí derivada – muito embora não fosse explicitada – apontava como saída não o desenvolvimento do capitalismo, mas a necessidade de sua própria superação. (SILVA, 1982, p. 10)

Mediante essa linha interpretativa da formação histórica do país, ainda que o Brasil, no início da sua formação, não tivesse genuinamente desenvolvido o modo de produção capitalista (MPC) e amadurecido as relações sociais peculiares a ele, mesmo assim estaria inserido na universalidade da reprodução do capital.

O ponto de partida para fundamentar a conclusão da inserção originária e subordinada ao sistema de reprodução do capital não estava nos elementos clássicos ou genuínos que estruturam a produção capitalista de mercadoria, mas estaria na esfera de circulação comercial<sup>44</sup> de mercadoria em que o Brasil foi inserido desde a colonização portuguesa.

Embora o que estabeleça o caráter legítimo e maduro do MPC sejam as relações sociais de produção, no caso do Brasil colonial, não era a forma fenomênica que estabelecia a produção e sim a esfera da distribuição e circulação de mercadoria que conduzia à sua inserção na universalidade do sistema de produção de capital, visto que a determinação fundamental do processo global da produção capitalista estava no centro do sistema, ou seja, encontrava-se nas nações onde se operava a acumulação primitiva.

É isso que explica a montagem de um aparelho produtivo na colônia. As formas de produção aqui instaladas obedeciam a um único objetivo, o de servir aos mercados dos países europeus que já haviam iniciado o processo originário de acumulação ou que já caminhavam mais avançados no desenvolvimento do MPC. Portanto, tudo se subordinava a isso. Esse era o sentido da colonização de um país cuja história, na verdade, foi um capítulo da história do comércio europeu.

Sendo assim, é possível dizer que a formação da sociedade brasileira não foi conduzida para que se atingisse esse fim; sua constituição não guardou o objetivo propriamente dito de formar uma nação, muito menos de formar uma nação com dada autonomia política e econômica, diferentemente do que ocorreu nas chamadas

---

<sup>44</sup> Alguns pensadores no campo do marxismo brasileiro acusavam de *circulacionista* a interpretação de que, desde a chegada dos colonizadores, a formação histórica do Brasil tenha sido determinada pelo Modo de Produção Capitalista (MPC), que amadurecia no centro capitalista metropolitano. De acordo com essa interpretação, as determinações do MPC estariam manifestas na relação comercial voltada para acumulação de nações europeias que subordinavam as colônias americanas a esse propósito. Caio Prado Júnior, um dos formuladores dessa tese, é caracterizado como um *circulacionista*, justamente por não dar atenção devida à noção de *modo de produção* e ter como ponto de partida em suas análises a estrutura comercial. No entanto, se entende que essa acusação desconsidera que a tese da determinação capitalista na formação nacional desde a colonização tem metodologicamente referência na totalidade capitalista, na universalidade de seu caráter expansionista, confrontando a compreensão dos mecanismos de funcionamento do MPC mundial com as formas singulares de sua manifestação nas áreas coloniais. Sobre esse debate, ver André Ferrari e Dutra Fonseca (2011).

colônias de povoamento. O Brasil começa a se desenhar como sociedade à sombra de um contexto no qual predomina a produção voltada para o mercado exportador.

Na condição de colônia, foi forjado sob a forma de uma vasta empresa comercial, voltada à exploração dos recursos naturais e para produção primária em proveito ao mercado europeu. Esse seria o “sentido da colonização”.

O essencial do que precisamos para compreender e explicar a economia da colônia. Aquele “sentido” é o de uma colônia definida a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância [...]. Nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros [...] e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele reclama e que só eles podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam. (PRADO JÚNIOR, 1988, 119-127)

Em suma, a lógica essencial da economia colonial, montada sob uma determinada estrutura agrária, esteve articulada, no seu conjunto, a uma série de condicionantes que montam um capítulo da história comercial das nações do centro capitalista. Alguns traços fundamentais dessa lógica e mesmo dessa histórica estrutura agrária, irão se perpetuar no Brasil contemporâneo, renovando esse “sentido da colonização” que marca a formação nacional como uma economia dependente e subordinada na divisão internacional do trabalho.

O resultado desta política, reduzindo o Brasil a simples situação de produtor de alguns gêneros destinado ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia [...]. De tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que assiste sucessivamente fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 127)

De acordo com essa perspectiva de interpretação da formação econômico-social brasileira, pode-se afirmar que os elementos estruturais constitutivos da questão agrária assumiam papel ativo na reprodução capitalista, muito diferente da tese que supunha que tais elementos estruturais travavam sua expansão histórica. Muito embora a forma fenomênica em que apareciam, *a priori*, indicava tratar-se de uma herança pré-capitalista e, por isso, reproduzir um anacronismo histórico.

Entretanto, a estrutura agrária e as relações sociais de produção a ela associadas foram organizadas conforme o imperativo do capital comercial metropolitano.

### **2.3.1 A particularidade da questão agrária no pensamento social brasileiro: teses do Brasil feudal ou semifeudal e as estratégias rumo ao desenvolvimento capitalista**

Apareceu, de maneira mais densa no Brasil, no transcorrer da década de 1960, uma literatura que versava sobre a articulação inextricável entre a questão agrária e as relações sociais de produção capitalista. A partir de então, esse debate ganha corpo e visibilidade no pensamento social brasileiro, entretanto, surge, no início, curiosamente, mais como uma preocupação de natureza estratégico-política e partidária do que como questão de preocupação acadêmica.

Mediante os debates internos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) a respeito dos caminhos necessários para se empreender uma revolução no país, foi percebido que a articulação entre a questão agrária e o modo produção capitalista assumiu centralidade<sup>45</sup> para se pensar também outros problemas nacionais. Não se pode deixar de pontuar que, também em outras matrizes do pensamento social brasileiro, essa articulação ganhou igual destaque, a exemplo da vertente desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

O incontornável relevo da questão agrária para o desenvolvimento do capitalismo nacional assumiu ênfase nas problematizações apresentadas por Alberto Passos Guimarães (1977a). Com base em suas considerações, o Brasil apresentava relações sociais de produção com traços feudais ou semifeudais no campo que, por consequência, determinavam o entrave no desenvolvimento do capitalismo interno. Isso, em parte, impedia o avanço progressivo das forças produtivas, bem como drenava parte da riqueza nacional para as nações imperialistas no mercado internacional através da exportação da produção de base primária.

Os referidos restos feudais ainda existentes no Brasil eram heranças ainda vivas que apareceram no processo de colonização, fruto das escolhas políticas do

---

<sup>45</sup> O PCB historicamente apresentou em sua filiação um número expressivo de intelectuais com indiscutível importância em torno de questões pertinentes ao pensamento social brasileiro. A questão agrária ganhou centralidade no debate interno do PCB através de intelectuais de destaque, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Moisés Vinhas, Alberto Passos Guimarães e Jacob Gorender.

Estado Absolutista Português, porque com “os imensos latifúndios que surgiram [...], tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal” (GUIMARÃES, 1977a, p. 24). Assim, a principal determinação política e econômica do entrave ao desenvolvimento capitalista radicava na sobrevivência do latifúndio e nas frações de classe que detinham o poder econômico e extraeconômico em torno da propriedade latifundiária.

Na mesma linha de reafirmação das características feudais da questão agrária que entravavam o capitalismo nacional, também se colocava Moisés Vinhas (1972). Porquanto, sustentou a tese de que no Brasil as relações sociais de produção estabelecidas no campo eram de caráter feudal, especialmente aquela assentada no latifúndio. Logo, estabelecia contradições para acumulação do modo de produção capitalista e para o pleno desenvolvimento do modo de produção mercantil em nível nacional. Dessa forma,

o latifúndio que entrava a penetração do capitalismo no campo – os métodos superados de produção, que o latifúndio mantém, atrasam o desenvolvimento da produção per capita [...]. Esse latifúndio, que atrasa a penetração capitalista no campo contribui para o atraso do desenvolvimento industrial do país [...]. (VINHAS, 1972, p. 41)

Portanto, o latifúndio era a ponta de uma gama de contradições que urgiam ser enfrentadas por uma aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores<sup>46</sup>, já que o amadurecimento e a expansão do capitalismo internamente eram de interesse econômico do primeiro, bem como de interesse político do segundo.

A favor da reforma agrária, contudo, atuam as diferentes classes sociais e as principais forças da nação. Os camponeses ou lavradores de condições econômicas de ricos, que possuem ou não terras, vêm movimentando-se no sentido de que sejam realizadas medidas parciais de reforma agrária [...] o caráter da revolução brasileira na atual etapa histórica é antifeudal, antilatifundiária e anti-imperialista, visa remover não a propriedade privada, mas sim o monopólio da terra [...]. (VINHAS, 1972, p. 84-85)

A luta contra o latifúndio e o atraso agrário primário-exportador exigiria uma revolução para remover os estorvos de passagem ao pleno desenvolvimento do modo

---

<sup>46</sup> A leitura política e estratégica que ganhou hegemonia dentro do PCB foi a de que era necessário, para revolução no Brasil, primeiro superar os entraves para o desenvolvimento do capitalismo nacional através de uma aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores. Essa aliança seria determinante para enfrentar o imperialismo internacional e os setores nacionais que atuavam a seu favor, para em seguida, com o amadurecimento das contradições capitalistas a partir de seu desenvolvimento, conseguir efetivar uma revolução socialista.

de produção capitalista. Em torno dessa bandeira de interesse nacional, seria esfumado o antagonismo fundamental entre as classes e frações de classes, capaz de estabelecer, contraditoriamente, uma unidade entre frações da burguesia, os trabalhadores e os camponeses.

Um dos mais destacados pensadores no debate sobre os supostos restos feudais ou semif feudais que atrasavam o capitalismo internamente foi, sem dúvida, Nelson Werneck Sodré (1979). Todavia, o ângulo desse pensador estava voltado, nesse debate, para duas determina es estruturais que interagiam: 1) a estrutura de concentra o da terra; 2) a forma o do trabalho livre assalariado, imprescindível ao amadurecimento do capitalismo.

A estrutura fundiária de caráter concentrador reverte uma parte do ganho nas transa es da produ o agrícola no mercado internacional em renda aos latifundiários. Nesse sentido, Sodré (1979, p. 247) afirma: “O domínio do poder pela classe senhorial está consolidado, a esta classe reverte uma parcela considerável de renda, a parcela que permanece no país”.

Além disso, as transforma es nas rela es sociais de produ o no Brasil, com a aboli o do sistema de escravidão, não lograram a passagem direta para o assalariamento em razão do latifúndio. A concentra o fundiária determinou a forma o de rela es sociais fundamentalmente pré-capitalistas. Então, assevera Sodré (1979, p. 247):

O fenômeno de transi o de vastas áreas antes escravistas a um regime de servidão   possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras. Este   um dos fatores fundamentais, mas não deve ser apreciado pelo que aparenta, mas pelo que, realmente,  . A disponibilidade de terras   um fato inequívoco – mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. Há espaços vazios, mas não há propriedades a conquistar: não há transferência de propriedade [...]. Trata-se de um quadro feudal inequívoco.

E conclui reconhecendo que a supera o do sistema escravista expressou um avanço, mas apresentou limites:

A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era a terra, que permanecesse intocado, o trabalho sofreria inevitável retardo. (SODRÉ, 1979, p. 253)

As relações de trabalho no campo, de acordo com tal interpretação, apresentavam predominantemente características servis, expressão de um anacronismo socioeconômico em razão da concentração da propriedade privada da terra. Embora as relações sociais capitalistas já estivessem germinadas, o seu amadurecimento completo não lograria êxito enquanto os latifúndios determinassem a persistência de relações sociais pré-capitalistas no campo ao impedir a formação de um mercado assalariado generalizado num sentido e, no outro, por minuar a acumulação ou minar o investimento capitalista com a apropriação de parte da riqueza nacional por uma classe improdutiva e parasitária.

Inácio Rangel (2005), no terreno desse debate, embora assentado numa matriz teórica e numa perspectiva política divergente<sup>47</sup> àquela dos intelectuais do PCB, comungava com alguns deles sobre a problemática do desenvolvimento e expansão da acumulação capitalista, posto que no Brasil isso se daria por intermédio da superação da concentração fundiária tipicamente feudal.

Dessa maneira, de acordo com as formulações cepalinas, a concentração da terra, via propriedade latifundiária, se estruturava como tipicamente arcaica e com traços feudais, principalmente quando especialmente expulsava uma massa populacional do campo. Assim, os latifúndios se constituíam em canais geradores de uma superpopulação excedente de mão de obra que “mais do que qualquer outra coisa inibe a industrialização e deprime a taxa de inversão” (RANGEL, 2005, p. 15).

Nessa perspectiva, o enfrentamento da questão agrária brasileira, estruturada predominantemente sob a propriedade latifundiária de tipo feudal, poderia envolver forças sociais distintas, estabelecidas numa “luta dentro da unidade, uma luta ‘entre aliados’, que não deve prejudicar essa aliança” (RANGEL, 2005, p. 49), mas cujo principal agente seria o Estado. Esse deveria empreender ações para desestimular o latifúndio de tipo feudal, fomentar a capitalização do campo e aumentar a produtividade da terra, de modo que, através da elevação e distribuição da renda nacional, estimulasse o mercado interno.

Na trilha das interpretações da formação econômico-social do país, de acordo com as teses dos referidos pensadores, acima sinteticamente expostas, o Brasil

---

<sup>47</sup> Inácio Rangel compunha o quadro de intelectuais formuladores na CEPAL da perspectiva que se entende como *nacional-desenvolvimentista*. Distintamente do que intencionavam os pensadores vinculados ao PCB, o objetivo do nacional-desenvolvimentismo não se assentava numa estratégia de desenvolvimento do capitalismo nacional para, posteriormente, buscar sua superação.



apresentou condicionantes históricos de caráter feudal no cerne da constituição de suas relações sociais. Nesse sentido, dados os fundamentos da forma social feudal, a economia de base primária de produção (voltada para exportação) se colocava como uma barreira para o amadurecimento das relações sociais capitalistas no país e seu enraizamento em outros setores da economia.

A hipótese dessa perspectiva foi construída na interpretação de que a estrutura da produção primária-exportadora, montada sobre a propriedade latifundiária, criava um hiato ou um fosso que desarticulava as vias para a livre passagem do desenvolvimento capitalista. A superação desse hiato estava colocada no estabelecimento de uma ponte de unidade entre as classes fundamentais e suas frações. Em outros termos, a impulsão do desenvolvimento capitalista dependeria da articulação de forças sociais historicamente antagônicas que, guiadas pelo interesse do progresso nacional, estabeleceriam uma unidade política.

Em síntese, a despeito de suas distintas filiações teóricas e suas devidas diferenças, o que se delineou a partir das formulações de Guimarães (1977a), Vinhas (1972) e Rangel (2005) é que o latifúndio – especialmente – junto com a economia nacional de base primária condicionavam o atraso ou até inviabilizavam o processo de acumulação capitalista e a liberação de suas potencialidades produtivas. A modificação dessas condições harmonizaria interesses classistas divergentes, de modo a construir uma unidade de correlação de forças para superação das contradições que, tanto o latifúndio quanto a estrutura econômica de base primária (exportadora), determinavam ao Brasil.

Entretanto, uma análise histórica mais precisa sobre a formação econômico-social do Brasil indica que a mediação para acelerar o amadurecimento do capitalismo, determinar seu desenvolvimento – inclusive com o processo de capitalização das forças produtivas do campo –, montou-se sob os traços particulares da questão agrária nacional: propriedade latifundiária e produção primária-exportadora.

### 2.3.2 O desenvolvimento capitalista no Brasil a partir das relações sociais mercantis no campo: tese do “sentido da colonização”

A tese de que os traços característicos da questão agrária eram estruturalmente feudais e que desarticulavam a reprodução ampliada capitalista em âmbito nacional foi contestada a partir de fundamentos apresentados por diversos outros pensadores da formação do país. A crítica mais destacada a essa tese foi delineada por Caio Prado Júnior. Do mesmo modo, sua crítica vai no sentido oposto à hipótese da existência de um modo de produção com suas leis econômicas próprias e que segue em paralelo à totalidade capitalista<sup>48</sup>.

Nos quadros dessa outra interpretação, fica translúcido que a acumulação capitalista no Brasil está indissociavelmente articulada com os traços essenciais de sua questão agrária. E essa constitui uma condição estrutural de desenvolvimento do capitalismo nacional vigente. Primeiro por estabelecer as condições para o movimento de acumulação do capitalismo dependente que caracteriza o país; segundo porque, na divisão internacional do trabalho, o Brasil se localiza fundamentalmente como fornecedor de produtos primários para o mercado internacional.

Já desde os primórdios do estabelecimento da dominação portuguesa a organização fundiária se estabeleceu como uma mediação de propulsão para o capitalismo em seu estágio comercial (ou mercantil) em favor das metrópoles, isso porque apresentou

um acentuado caráter mercantil, [...] que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para produção de gêneros de grande valor comercial [...]. No seu conjunto, e visto no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos

---

<sup>48</sup> Essa crítica se refere às teses do “modo de produção escravista colonial” desenvolvida em Gorender (2016). De acordo com esse pensador, os pilares fundamentais da formação econômico-social do Brasil se assentaram no *sistema plantation* e na *produção escravista*. Por conseguinte, foi também essa a razão estruturante da questão agrária nacional. O essencial do modo de produção escravista colonial se revela na grande produção monocultora em larga escala realizada pelo trabalho escravo. Isso leva a ponderar que as determinações da formação brasileira distinguem de qualquer fundamento feudal e ao mesmo tempo apresentava leis próprias à parte da universalidade capitalista, por realizar uma produção mercantil sem a predominância do trabalho assalariado. Do ponto de vista teórico-metodológico, não serão discutidas, nesta tese de doutorado, as hipóteses e formulações da tese do *modo de produção escravista colonial*. Aqui, parte-se da compreensão de que a questão agrária no Brasil, desde sua origem, tem relação intrínseca com a reprodução capitalista, dadas as determinações que o centro metropolitano inscrito ao processo de acumulação primitiva imprimia sobre a colônia portuguesa, como empreendimento mercantil. Além de Gorender (2016), sobre a tese do modo de produção escravista colonial, recomenda-se a leitura de Cardoso (1979).

naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômico como no social, da formação e evolução histórica [...]. (PRADO JÚNIOR, 1988, p. 31)

A corrente interpretativa do pensamento social sobre a formação histórica brasileira, a qual se afina Caio Prado Júnior (1973), considera que essa formação, outrora montada em cima de relações sociais de produção no campo, já estabeleceu, mesmo nos seus primórdios, um cariz pertinente às relações sociais capitalistas. Assim sendo, no que toca ao perfil tomado pela formação econômico-social, a produção desenvolvida nas capitanias hereditárias esteve substancialmente direcionada à exportação, com o abastecimento não só de matéria prima, mas também de produtos com fins de fortalecimento dos capitais operados pelo intercâmbio comercial da metrópole.

Complementam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 117)

Mesmo que as relações sociais no meio rural brasileiro tenham apresentado, inicialmente, traços pertinentes às relações sociais pré-capitalistas ou de formação econômico-social anterior à ordem sedimentada pelo capital; tais relações sociais foram estruturadas hegemonicamente pela lógica da sociedade orientada e estruturada pela acumulação de capital.

É consensual entre os estudiosos situados no campo da teoria social crítica que a questão agrária, no terreno da formação econômico-social brasileira, foi estruturada mediante uma simbiose entre a propriedade latifundiária e a economia de base primária-exportadora. Portanto, as relações sociais que se estabeleceram no país desde o início da dominação portuguesa foram constituídas articuladas à dinâmica da reprodução capitalista em plano internacional, em sua fase mercantil, a despeito de inicialmente não aparecerem sob forma genuinamente capitalista.

Por isso, é refutável estabelecer a ideia de que o Brasil apresentou ou ainda apresenta no campo, através da estrutura agrária concentradora, as determinações

de entrave ao desenvolvimento da forma social genuinamente capitalista. Como toda forma econômico-social, “o latifúndio tem um determinado conteúdo em determinadas condições. O seu conteúdo é determinado pelas relações de produção que predominam em seu interior [...]” (WRIGTH, 2012, p. 114). Isso ilustra a fragilidade das considerações que atribuem à propriedade latifundiária o papel de desarticulação do impulso à acumulação de capital quando, no Brasil, essa forma econômico-social lastreou as condições de amadurecimento e expansão desse modo de produção, além de montar a base estrutural, na contemporaneidade, para seu próprio movimento de acumulação.

### **2.3.3 Fundamentos da crítica às teses: 1) das relações sociais pré-capitalistas e 2) do atraso do desenvolvimento capitalista do Brasil no campo**

Um número significativo das interpretações sobre a formação social brasileira manifestou uma transposição de elementos históricos estruturais da realidade europeia, particularmente aquela corrente que situa as análises com base na hipótese do atraso no desenvolvimento do capitalismo determinado pela herança feudal do período colonial. Decerto que a transposição mecânica e reducionista de análises de Marx e Lênin para o quadro nacional tem correlação com a linha política que a III Internacional Comunista<sup>49</sup> (IC) influenciou nas organizações da esquerda.

Embora o MPC não tenha se estruturado desde as primeiras atividades produtoras mercantis, a exploração colonial portuguesa esteve inquestionavelmente enquadrada pela universalidade capitalista. As particularidades histórico-concretas da exploração colonial foram amoldadas, inflexionadas e determinadas pela auto-reprodução do capital comercial no processo de amadurecimento do MPC nas nações colonizadoras.

Desde sua gênese, a estrutura econômica colonial produtora de mercadorias, portadoras então de valores de troca, esteve integrada à lógica expansionista irrefreável do capital ou ao sentido incontrolável da acumulação capitalista. Como bem

---

<sup>49</sup> Organização internacional fundada em 1919 para reunir os partidos comunistas de diferentes países. Tinha como objetivo traçar as estratégias em plano internacional para a luta revolucionária de superação do capitalismo. Sob a orientação da política stalinista, que passou a dominar a III Internacional, prevaleceu para os países latino-americanos a estratégia etapista de aliança para desenvolvimento do capitalismo a fim de, em seguida, realizar a luta revolucionária. Ver Silvio Pons (2014).

ponderou Prado Júnior (2000), a grande propriedade fundiária e a produção monocultora em larga escala eram a base fundamental para a produção de mercadorias, em que se corporificaram uma forma específica de dispêndio de força de trabalho mediante a estrutura de produção escravista na era do capital. Embora o latifúndio e o trabalho escravo fossem a forma em que apareciam e se organizavam as relações de produção, a determinação essencial era atribuída à reprodução de capital direcionada para o centro capitalista.

Já mesmo na origem, a formação social e a constituição da estrutura econômica do Brasil estiveram dialeticamente integradas à totalidade capitalista, sendo parte constitutiva de seu desenvolvimento. Para se firmar a era do capital, historicamente, sempre quando necessário, constituíram-se formas específicas de auto-reprodução, pois “se o capital se destinar a ser a forma dominante de uma época, suas condições terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala” (MARX, 1991, p. 102).

Parece bastante sólida a interpretação de que a projeção inicial da questão agrária no Brasil foi marcada por relações capitalistas, conforme é estabelecido por Prado Júnior (2000). Isso não implica a exclusão por completo da manifestação, residual ou subordinada, de outras relações sociais de produção precedentes à capitalista. Para se expandir, o império do capital inflexionou aos seus ditames relações de produção diversas, fato corrente na formação econômico-social nacional.

A referida tese de Prado Júnior está aportada nos fundamentos do conceito de “formação econômico-social”; conforme estabeleceu Nicos Poulantzas (1978), tal conceito dá margem a perceber como diferentes relações de produção se articulam sob a hegemonia de um deles. Assim, a formação econômico-social expõe a síntese entre diferentes relações de produção estruturadas e, em simbiose, sob o predomínio ou diretriz de um modo de produção determinado.

Portanto, não se pode afirmar que no Brasil tenha se constituído, ainda que durante parte do período colonial, qualquer modo de produção ou relações de produção lateralizados com desenvolvimento por fora da reprodução de capital.

Existe, então, um movimento sintético em direção, porém, a uma formação social que responde às necessidades capitalistas, formação particular gerada pelo processo de auto-reposição do modo de produção capitalista, enquanto universalidade. Com isso, podemos dizer que o capitalismo encontra caminhos diversos para seu desenvolvimento e reposição, onde as várias formações capitalistas

apresentam, assim, diferentes momentos de subsunção do trabalho ao capital. (MAZZEO, 1997, p. 80)

É nesse sentido que o capitalismo nacional se desenvolveu com especificidades próprias e teve seu ritmo de desenvolvimento historicamente ditado pela lógica de auto reposição ou de reprodução ampliada do capital nos países do centro capitalista. Os supostos restos feudais, legados da formação colonial, afigurados sejam no latifúndio, sejam em relações sociais pré-capitalistas, não constituíram expressões do atraso ao pretense desenvolvimento quase que linear do MPC, mas sim, instituíram manifestações da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro integrado à totalidade da era do capital.

No estudo do desenvolvimento do MPC, com base nas categorias econômicas, Marx (2008b, p. 265-266) lembra que

sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito [...]. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo.

Com o alargamento das formulações marxianas, indicativas de que o desenvolvimento do MPC não ocorreu de modo linear e equivalente em todos os ramos de produção, como tampouco progrediu apartado de uma base social e histórica anterior, é possível compreender o tipo de dominação que o capital exerce sob as formações sociais onde subsistiram relações de produção anteriores. As relações sociais de produção que montam base para o desenvolvimento da formação do Brasil contemporâneo se estabeleceram a partir da batuta do capital em sua “fase” histórica concorrencial ou mercantil e de acumulação primitiva que envolve o período colonial.

Em razão disso e de outras determinações, o regime orientado pelo capital que toma forma no Brasil põe e articula, no bojo do movimento de acumulação formas sociais historicamente arcaicas: escravo, senhor de engenho, fazendeiro, vaqueiro, meeiro, foreiro, etc.

O modo de produção capitalista não se desenvolveu no meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura socioeconômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância [...]. As formações socioeconômicas específicas – as “sociedades burguesas” e economias capitalistas – que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e que sua unidade complexa [...] abrangem capitalismo “concretos”, reproduzem em formas e proporções variáveis uma combinação de modos de produção passados e presentes, ou, mais precisamente, de estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção. A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica em cada caso, a um fator de importância apenas secundária em face da primazia dos traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema. Ao contrário: o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma função da validade da lei de desenvolvimento desigual e combinado. (MANDEL, 1982, p. 14)

É peculiar aos países periféricos do sistema que, no processo de desenvolvimento das relações sociais capitalistas, apareça a ocorrência da combinação simultânea entre aspectos sociais, culturais e econômicos atrasados com aspectos avançados de mesma natureza.

A reprodução capitalista, em determinadas circunstâncias históricas, desenrola-se mediante o que esclarece a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*<sup>50</sup>. Decorrente disso, um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com outro de matiz mais atrasado, resultando numa

---

<sup>50</sup> A *lei do desenvolvimento desigual e combinado* esclarece processos históricos em que se imbricam relações sociais e econômicas diversas no interior da sociedade capitalista. Com ela, é possível desmistificar a ideologia do progresso linear ou etapista no desenvolvimento capitalista prescritos para as sociedades periféricas do sistema; além de dar conta dos processos de dominação e do imperialismo desenvolvidos pelas nações centrais, que determinam contradições econômicas e sociais na periferia. Seus fundamentos foram estabelecidos por Leon Trotsky, especialmente na obra *A História da Revolução Russa*, porém sem sistematizá-los propriamente sob a denominação de uma lei histórica. Escritos marxianos dão indicativos de que o desenvolvimento das relações sociais capitalistas não é um processo linear e equivalente entre os diversos ramos de produção ou mesmo entre as nações que primeiro iniciaram a transição para o MPC. Lênin apodera-se dessas indicações para, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, afirmar que a reprodução do capitalismo russo se deu por meio de processos desiguais nas relações de produção. É, portanto, a partir de Lênin, que Trotsky problematiza que processos desiguais de desenvolvimento capitalista se combinam no sentido de favorecer a acumulação em *sentido geral* ou *global*. No entanto, quem expressou os fundamentos do processo desigual e combinado da reprodução capitalista como uma lei histórica foi o trotskista estadunidense, George Novack. Ele foi quem primeiro usou a expressão “lei do desenvolvimento desigual e combinado” ao se apropriar dos fundamentos elaborados por Trotsky e, então, os atribuiu como uma “lei” específica das relações capitalistas. No Brasil, diversos pensadores, a exemplo de Caio Prado Júnior, Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes; embora não atribuam que às formulações que fazem estejam ancoradas nos fundamentos da lei do desenvolvimento desigual e combinado, ainda assim, é visível a presença dos fundamentos dessa lei ao problematizarem sobre elementos da formação nacional. Sobre essa questão, recomenda-se a leitura de Novack (2008) e Demier (2007).

formação social sem grandes contradições ou impedimentos para a reprodução do sentido essencial das relações sociais hegemônicas e dominantes.

Seja em escala local ou global, a organização social da produção determinada pela troca entre mercadorias portadoras de valores, portanto, orientada pela *lei do valor*, estabelece, quando necessário, processos desiguais de desenvolvimento da produção que se combinam entre si para efetivar a razão socioeconômica da organização produtiva.

Nesse sentido, a lei do desenvolvimento desigual e combinado está subordinada como derivação da lei do valor, ou seja, em última instância, é determinada pela lei econômica fundamental que orienta a produção mercantil sob o capital. É a partir disso que se afirma no complexo de relações socioeconômicas a inexistência de mundos separados entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre uma instância arcaica e outra moderna. Não há etapismo histórico na reprodução das relações sociais capitalistas, típico da ideação positivista comtiana de evolução dos três estados.

Isso é plenamente concebível na formação histórica do Brasil, cujo arcaico se combinou com o moderno num processo de rupturas e continuidades sem contradições essenciais inviabilizadoras do movimento histórico de combinação, em que uma instância dialeticamente determina a condição da outra. Aqui a formação econômico-social expôs (e ainda expõe) a síntese entre características de diferentes relações sociais de produção estruturadas e em simbiose sob o predomínio ou diretriz de uma delas.

As relações sociais que se constituíram enredadas ao processo de produção hegemônico pelas leis da acumulação capitalista, então organizadas para realizar a exploração e dominação, personificaram-se, no caso particular da formação nacional, na relação entre: senhor de engenho/escravo/fazendeiro/vaqueiro/pequeno agricultor/camponês/etc. Essas relações se arquitetaram mediadas pela propriedade dos meios de produção e pelo mercado, cujo produto material daí advindo vai desaguar na relação de troca, de modo que um desses segmentos sociais se torna o proprietário da riqueza produzida e o outro mero produtor que vende sua força de trabalho ou é forçado pelas circunstâncias a subjugá-la em condições semelhantes à “servidão”.



Tais condições históricas, em que se estabeleceram as relações de produção da economia rural ditada pela lei do valor, constituem uma dimensão fundamental da questão agrária. As manifestações fenomênicas de relações de trabalho atrasadas, “tipicamente pré-capitalistas”, expressaram a maneira peculiar da reprodução do capital na formação nacional.

No Brasil, faltou a base do sistema agrário feudal: a economia camponesa. A grande propriedade rural se constituiu voltada para exploração comercial em larga escala; o camponês representou apenas uma forma residual na produção agrária, dessa forma, o que predominou mesmo foi a relação entre o grande proprietário e empreendedor fundiário e o trabalhador rural. Dadas as circunstâncias históricas e estruturais particulares da formação nacional, a reprodução dessa relação se expressou numa relação salarial bem característica através da “meia”, da “parceria”, do “cambão”, dentre outras formas. O que imprime um caráter anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do meio rural ainda hoje em nada representa a servidão feudal. Esses traços supostamente anacrônicos tratam-se de uma herança da escravidão impressa sob uma aguda exploração do trabalhador rural, entretanto eles são reveladores de que o capitalismo nacional requer essas formas anacrônicas de relação para potencializar as taxas de acumulação (PRADO JÚNIOR, 1987).

Assim sendo, a questão agrária, que emergiu originariamente desse múltiplo conjunto de determinações históricas, é parte constituinte e constitutiva da formação social do Brasil e de sua estrutura econômica. Ela é dialeticamente determinante e determinada no movimento de reatualização dos elementos peculiares da formação econômico-social nacional.

#### 2.4 ESTRUTURA AGRÁRIA (LATIFUNDIÁRIA) E A REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO SOB A ÉGIDE DA “MODERNIZAÇÃO DOLOROSA”

Em parte, foi pela articulação com aquilo que marca essencialmente a questão agrária brasileira que se estabeleceram os condicionantes para o amadurecimento e a passagem das relações sociais para um estado genuinamente capitalista. Ou seja, assentaram-se as condições para uma forma social em que, nas relações de produção, estabelecem-se sob a mediação salarial; uma relação de venda e compra da força de trabalho, cujo capital industrial se generaliza e ganha hegemonia. Por

consequente, a dinâmica da acumulação capitalista se constituiu articulada à questão agrária que, dialeticamente, tornou-se estrutural ao movimento de reprodução ampliada de capital no Brasil.

Com o desenvolvimento das relações sociais de produção em que se estabeleceu a industrialização, ficou claro o tipo dependente do capitalismo que amadureceu graças à acumulação primitiva operada pela burguesia rural. Apesar da burguesia industrial brasileira ter assumido, por longas décadas, a supremacia política na condução política do país, ela jamais conseguiu imprimir uma direção sem romper com as frações da burguesia rural, sem levar em conta seus interesses econômicos e projeto político, já que, em certa medida, constituiu-se dependente da captura de capital que essas frações realizam com a atividade agroexportadora (OLIVEIRA, 1977).

Se por um lado os traços de subordinação do capitalismo nacional estão atrelados à dependência econômica aos países do centro capitalista, de outra parte, têm também seus laços invisíveis na dependência com a reprodução da concentração fundiária, que estrutura a exportação de produtos primários como necessidade de gerar divisas para obtenção de bens de capital, necessária para montar e manter em atividade a indústria nacional, além de gerar um montante de divisas para o país preservar o pagamento dos juros da dívida internacional.

O latifúndio constitui, em última instância, a base social e territorial de seu controle sobre o Estado, pois é um dos elementos estratégicos de que a burguesia dispõe para compensar, através da monopolização dos excedentes econômicos e do poder político, a instabilidade econômica, social e política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado. (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p. 196)

Portanto, em razão dessas condições históricas e objetivas, o Estado no Brasil, como instituição de salvaguarda da propriedade privada e responsável por estabelecer as condições necessárias para produção capitalista, historicamente teve que pautar na sua agenda também os interesses políticos e das condições de acumulação da burguesia rural, posto que a acumulação desse segmento é, em alguma medida, imprescindível para a realização da reprodução do capital internamente.

A relação estrutural entre a questão agrária e a reprodução ampliada do capitalismo interno fica um tanto mais explícita quanto mais se apresenta entre os elementos da problematização: 1) o papel do Estado no estabelecimento das

condições da reprodução do capital; 2) o peso político da burguesia rural dentro do Estado; 3) e a inter-relação entre capital agrário e os diversos capitais.

Na esteira das transformações mais agudas do capitalismo no meio rural, inicialmente gestadas nos marcos da década de 1970, a produção no campo passou por um processo de modernização que respondeu mais adequadamente ao mercado oligopolizado. Através disso, é que foi possível que o setor primário se integrasse ao setor industrial, em especial, como mercado para a indústria de bens de capital e insumos voltada para as atividades agrícola e pecuária.

Uma das direções tomadas por esse processo de modernização foi fazer com que o agronegócio, para além do caráter primário-exportador, assumisse também o viés da agroindustrialização (*vide* a formação de complexos agroindustriais), determinado pelo adensamento da entrada do capital internacional no país e pelas multinacionais que se instalaram nesse período.

Silva (1982) intitulou o conjunto dessas transformações de *modernização dolorosa* da agropecuária no Brasil, uma vez que se tratou de uma modernização efetivada sob a forma de acelerados incrementos de novas tecnologias e técnicas de produtividade, combinadas com iniciativas políticas e econômicas estatais para o favorecimento do setor. Buscou-se, com isso, modernizar a cadeia produtiva no campo, entretanto, sem alterar as bases da estrutura agrária.

Esse processo de modernização dolorosa trouxe imbricado em si componentes detonadores do processo de transformação no meio rural, com implicações não somente produtivas, mas também nas relações sociais de produção no campo.

O grande fiador da modernização (dolorosa) brasileira passou a ser o Estado. De um lado, apresentou o escopo de solucionar o “atraso” no meio rural, por meio do aumento da produtividade e cristalização de relações sociais de trabalho no campo atreladas à manutenção do monopólio da terra, portanto, sem qualquer alteração da estrutura agrária. De outro lado, interviu também com o objetivo de incentivar uma maior integração econômica do setor primário e industrial para favorecer o capital monopolista presente: em subsetores da indústria mecânica e de maquinaria; em subsetores da indústria química e de insumos agrícolas; no subsetor financeiro, atuante na movimentação de créditos para a agropecuária, entre outros.

A partir do direcionamento dado à modernização do campo, o significado político que tomou esse processo, os sujeitos e as instituições que envolveu, bem

como os interesses econômicos que mobilizou, é possível estabelecer que a capitalização acentuada das relações de produção no meio rural, no Brasil, foi pautada pela *via prussiana* ou pelo *paradigma junker*<sup>51</sup> como referencial das transformações viabilizadas.

Muito cedo se formou uma burguesia rural ou uma burguesia agrária no Brasil, pois predominantemente a renda diferencial da terra era capturada por essa classe sem a intermediação de qualquer segmento parasitário e improdutivo na relação com a propriedade fundiária, diferente do caso inglês analisado por Marx. Como consequência, a lucratividade e acumulação da produção primária apresentavam taxas expressivas, tornando-se inclusive fontes para a acumulação em escala ampliada no país.

Perante essa circunstância fundamental expressa em taxas elevadas de lucratividade, os capitais de outros ramos de atividade buscaram fusão com o capital agrário, justamente em busca de potencializar sua valorização e auferir maior taxa acumulativa.

Isso marcou a industrialização da economia rural no Brasil, manifesto na “modernização dolorosa” da produção primária, determinada pela inserção da agropecuária na fase monopolista. Decorre disso a fusão entre ramos do capital agrário, capital industrial e capital financeiro. Assim, para viabilizar o processo de industrialização da economia rural, o Estado atuou como agente fiador para estabelecer tanto as condições políticas quanto os lastros econômicos garantidores da efetividade dessa fusão.

---

<sup>51</sup> O *paradigma junker* ou a *via prussiana*, como caminho de transformações realizadas pelo capitalismo no meio rural da Prússia durante o século XX, assume similaridade com as transformações operadas pela capitalização do campo que fez se constituir o agronegócio nos anos de 1970 no Brasil. Silva (1982) oferece os traços característicos dessa similaridade, sobre as particularidades do caso brasileiro e os elementos de sua complexidade.

### **3 INTERVENÇÃO DO ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A RELAÇÃO ENTRE AS CLASSES**

Está sacramentado na literatura que versa sobre a industrialização da produção rural que esse processo é decorrente do movimento mais geral de industrialização, o qual se constituiu com a consolidação do capitalismo tardio nacional. Assim sendo, a capitalização do campo é resultante do movimento tardio de entrada do Brasil na era do capital monopolista.

A “modernização dolorosa” do campo é, em suma, a expressão clássica, no meio rural, da “modernização conservadora”<sup>52</sup>, então efetivada no Brasil sob a Ditadura Empresarial Militar, mas que começou a germinar com as transformações na dinâmica de acumulação do capitalismo nacional no limiar da “industrialização restringida”, vivenciada já na primeira metade do século XX.

É inegável que esse processo de capitalização mais acentuado da produção rural implicou em determinações para correlação de forças entre as classes fundamentais e na ampliação do papel de regulação social que cabe ao Estado. Além disso, tem determinado também a complexificação da questão agrária e o aprofundamento da luta de classes. Do mesmo modo, é inconteste que os rebatimentos socioeconômicos e políticos do referido processo não ficaram limitados historicamente ao século XX. Eles têm desdobramentos sobre a direção da política e da economia nacional na primeira década do século XXI. Portanto, marca relação com os fundamentos dos vetores da economia e da política desenvolvidos pelo Governo Lula.

---

<sup>52</sup> O conceito de “modernização conservadora” foi elaborado pelo sociólogo estadunidense Barrington Moore Júnior acerca do caso específico do desenvolvimento capitalista alemão e japonês. Esse conceito foi trazido para o pensamento social brasileiro, especialmente por pensadores no campo da tradição marxista, pela similaridade entre essas formações nacionais no processo de desenvolvimento capitalista. Foi congênere o processo de uma revolução burguesa operada pelo alto nesses países, condicionado pelo pacto entre a burguesia nascente e os proprietários rurais para viabilizar o processo de industrialização. Pela similitude com o que ocorreu no Brasil, pensadores nacionais apreenderam o conceito para expressar o pacto entre a burguesia rural e a burguesia industrial, em contextos autocráticos, para consolidar o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. É inegável que o conceito diz respeito ao aprofundamento das forças produtivas do capitalismo nacional no período do Regime Militar. No entanto, a “modernização conservadora” guarda correlação com o significado histórico do processo de industrialização iniciado no país, que só pôde ter sucesso, em termos de economia e política, a partir do pacto iniciado nos anos 1930 entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. Uma síntese sobre como o conceito aparece entre alguns dos principais pensadores nacionais está em Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos (2009).

### 3. 1 AS BASES HISTÓRICAS-ESTRUTURAIS DA ECONOMIA RURAL OU AGRÁRIA PARA A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: O PACTO INTRACLASSISTA NA “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”

A suposta “vocação agrária” do país tem alicerces na histórica estrutura econômica agroexportadora demarcada pela integra o do Brasil com o capitalismo internacional como economia dependente. Esse caráter dependente tem rela o com as condi es em que o país opera no mercado internacional, de maneira determinada pelas na es do capitalismo central que, na abertura do século XX, reafirmaram o lugar das na es periféricas ou dependentes na totalidade capitalista a partir de uma nova divisão internacional do trabalho. Dessa forma, cada na o periférica foi “adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produ o predominantemente agrícola, destinada   outra parte primordialmente industrial” (MARX, 2012a, p. 514).

Ainda que o caráter dependente da integra o econômica do Brasil na divisão internacional do trabalho tenha sido consubstanciado no movimento global da produ o e acumula o capitalista, não se pode negar que essa condi o de subordina o no arranjo da economia mundial guardou também determina es internas essenciais, decorrentes das particularidades da forma o nacional, da conforma o das classes fundamentais e da condi o estrutural em que a acumula o capitalista se processou no país. Isso ficou patente na incapacidade do capitalismo nacional para avançar no desenvolvimento das forças produtivas e na diversifica o estrutural da economia sem superar a força política e econômica da burguesia rural.

Assim, a reprodu o histórica e estrutural da economia agrária de base latifundiária e exportadora no desenvolvimento (e manuten o) do capitalismo nacional tem uma dialética determina o. Convergem para um mesmo centro elementos de correla o de forças externas, sob a política imperialista<sup>53</sup> na rela o

---

<sup>53</sup> Na passagem do século XIX para o século XX o sistema capitalista passou por profundas transforma es decorrentes do acirramento da livre concorrência, que implicou no adensamento da explora o e espolia o na rela o entre as na es do centro e da periferia do sistema, bem como na interrela o entre os diferentes capitais. Impulsionada pelo movimento de concentra o e centraliza o do capital, desvendados por Marx no capítulo 23 d'O Capital, a acumula o atingiu um novo estágio, que foi compreendido por pensadores da tradi o marxista como a fase imperialista ou monopolista do capital. No clássico escrito por Lênin, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, talvez esteja a mais destacada obra que buscou esclarecer esse novo estágio de reprodu o do capital. Nela   taxativo ao

com o arranjo econômico internacional e em paralelo incidem também elementos da economia e da política interna. *Entretanto, essa dupla determinação suscitou contradições que impulsionaram a industrialização do país, com reflexos no padrão e relações de produção no campo.*

A consolidação do modo de produção capitalista do Brasil significou sua inserção em plena era dos monopólios no circuito mundial das nações industrializadas. Em certa medida, isso foi resultado da força expansionista do capital em plano internacional. Orientado pelas ações imperialistas, o capital se expandiu combinando níveis desiguais de desenvolvimento no sistema. Nessa esteira, desenvolvimentos desiguais se combinam entre as nações para favorecer a própria expansão do modo de produção capitalista.

Por isso, o desenvolvimento capitalista nacional é impensável como uma força motriz autônoma. Sua impulsão se efetivou, em parte, sob a determinação das forças de expansão capitalista de fora para dentro do país, que para se reproduzir buscou suporte no setor de maior rentabilidade nacional, a produção agroexportadora. Essa se tornou a base de apoio do interesse do capital internacional, que buscou o controle da produção primária-exportadora para garantir a segurança da rentabilidade dos investimentos na exportação de capitais.

Com intuito de estabelecer elevados níveis de lucratividade das nações do centro capitalista, a política imperialista estava materializada sob a dominação das nações periféricas por meio do controle econômico e da dominação política ao subordinar o ritmo do desenvolvimento da periferia à alavancagem do crescimento econômico do centro.

Para maximizar seus lucros, as nações de capitais monopolistas tornaram imprescindível impor o controle das fontes de matéria-prima indispensáveis aos monopólios. Para a periferia do capitalismo, foi estabelecido o lugar determinado na divisão mundial do trabalho, de modo primaz, como nações fornecedoras dos recursos primários de interesse das corporações monopolistas.

---

indicar que “O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior. Se fosse necessário definir o imperialismo da mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 2012, p. 124). Na trilha das reflexões leniniana, Nikitin (1967), ao fazer a síntese desse estágio superior da acumulação capitalista, indica que a partir do século XX a efetivação do sentido imperativo do sistema está arquitetada: no monopólio das grandes corporações, no controle do capital financeiro, na exportação de capitais do centro para periferia, na partilha do mundo entre as nações imperialistas e no papel do Estado para consolidar os monopólios e o imperialismo.

A dominação do capital estrangeiro sobre o processo de acumulação nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais. (MANDEL, 1982, p. 38)

Simultâneo a isso, o controle econômico e a dominação política da periferia do sistema se constituíam prioritariamente por meio de uma nova iniciativa, que assumiu sob o imperialismo indiscutível importância. Assim, o controle e a dominação de algumas poucas nações sobre o restante do globo passam a operar por meio da exportação de capitais, com a finalidade de financiar a infraestrutura essencial ao desenvolvimento das forças de produção de economias dependentes. Em outros termos, os capitais do centro do sistema migraram para periferia com o intuito de financiar o desenvolvimento dos empreendimentos da burguesia local das nações dependentes.

No limiar do século XX, assistimos à formação de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados [...]. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo “ter amadurecido excessivamente” em alguns países, e o capital (dada o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para sua colocação “lucrativa”. (LÊNIN, 2012, p. 93-94)

Isso posto, as economias das nações periféricas foram incorporadas à engrenagem universal da acumulação capitalista como dependentes da estrutura econômica e do ritmo de desenvolvimento do centro do capitalismo. Essas foram, então, refuncionalizadas no movimento internacionalizado de expansão de capitais como objeto da corrida por altas taxas de lucratividade, seja pelas corporações monopolistas, seja pelo capital financeiro internacionalizado.

O peso significativo da produção primária-exportadora no Brasil para o mercado internacional na fase imperialista ganhou maior importância em razão de uma série de fatores decorrentes da própria estrutura de produção interna, que essencialmente



guardava elementos atrasados ou expressava desigualdade em relação às nações monopolistas. Uma força de trabalho numerosa com rebaixado custo de reprodução associado à abundância de determinadas matérias-primas produzidas também a baixíssimos custos, essenciais para o empreendimento dos monopólios; tudo isso caracterizava a estrutura agroexportadora brasileira no início do século XX. A produção e comercialização a custos módicos possibilitou lograr, dessa forma, êxito na elevação das taxas de lucratividade da burguesia local – especialmente aquela de caráter agrário – e também aos empreendimentos do capital monopolista, com larga vantagem para esse último.

A partir disso, firmou-se um elo entre o capital monopolista e a burguesia interna, necessário para efetivar a política imperialista dos países do centro capitalista, que agia de duas formas: por meio da exploração ou do espólio de recursos naturais; através de investimentos de capital financeiro, tão necessário para se efetivassem as condições para a acumulação interna.

A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capitais (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a “artilharia leve” de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a “artilharia pesada” do controle da reserva de capital [...]. Na era clássica do imperialismo, entretanto, passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo [...]. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formaram um complexo integrado. (MANDEL, 1982, p. 37-38)

Foi durante as duas primeiras décadas do século XX, em plena pujança da acumulação primitiva nacional puxada pela exportação do café, que ganhou maior densidade a exportação de capital das nações centrais para auxiliar no financiamento da economia brasileira.

O Estado apareceu nesse circuito como fiel da balança na intermediação e garantia do financiamento estrangeiro por meio de empréstimos. Nesse sentido, agiu para implantar a infraestrutura indispensável para dinamizar a produtividade

econômica do país, especialmente da produção primária-exportadora, que tinha na exportação do café a fonte principal de divisas da economia<sup>54</sup>.

Contraditoriamente, era justamente a garantia dos meios ou condições objetivas para dinamizar a economia nacional que materializava a manutenção do papel imperioso (e imprescindível) do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Ao longo da Primeira República ocorreram algumas mudanças significativas nas relações internacionais do Brasil no plano econômico-financeiro. A maioria dos empréstimos e investimentos continuou a se originar da Grã-Bretanha [...]. Em 1928 o Brasil era o país com maior dívida externa da América Latina [...]. Calcula-se que em 1923 o serviço da dívida consumia 22% da receita da exportação. A dívida se originara da necessidade de manter o Estado, financiar a infraestrutura de portos e ferrovias, valorizar o café, ou simplesmente, cobrir a dívida existente. (FAUSTO, 2018, p. 165)

O crescimento do investimento do Estado e o financiamento do capital financeiro internacional foram fundamentais para o desenvolvimento da economia através da montagem de uma infraestrutura que se apresentava na construção de mais portos, ferrovias e estradas, ou mesmo na construção de usinas para produção e estações para distribuição de energia elétrica, requerida pela incipiente industrialização. Também no bojo da ampliação da infraestrutura requerida para dinamizar e impulsionar a economia, foram igualmente importantes os investimentos na criação de bancos e no espraiamento da rede comercial interna.

A direção dos empreendimentos estatais e do capital financeiro internacional caminhou em direção ao favorecimento da atividade mais rentável da economia. A montagem da infraestrutura para dinamizar a economia expressou maior capacidade em alargar a produtividade e, com isso, aumentar significativamente a massa de valor produzida que se realizava nas vendas para o mercado internacional. Decorreu disso que um volume expressivo de capitais se concentrou num setor determinado da economia nacional, o agroexportador.

---

<sup>54</sup> A atuação do capital internacional não se realizou exclusivamente nesse período por meio de empréstimos ao Estado com a finalidade de financiar a infraestrutura da economia. A forma em que se estruturou a realização da produção agroexportadora passava pela intermediação comercial e financeira internacional, “já que a realização do valor da economia agroexportadora passava necessariamente pela intermediação comercial e financeira externa” (OLIVEIRA, 1977, p. 29). Essa drenagem de capitais de dentro para fora da economia interna irá garrotear o desenvolvimento da industrialização, impondo contradições que freiam a autonomia do desenvolvimento nacional, sendo determinante para que a industrialização operasse com restrições na fase inicial, aparecendo apenas na forma de substituição de importação de produtos de bens de consumo não duráveis para suprir o mercado interno.

A concentração de capitais, no início do século XX, corria fundamentalmente para aqueles que dominavam ou dirigiam a economia agrária, os cafeicultores. Tratou-se de um adensamento ou amadurecimento do processo de acumulação primitiva nacional, que tanto apresentou distinções aos berços do capitalismo na Europa quanto guardou algumas particularidades em relação ao desenvolvimento capitalista clássico.

O volume de capitais que adentrou no país, resultante da exportação do café, tomou concentração numa região específica, o Sudeste, o que determinou desigualdade no patamar de desenvolvimento entre as regiões do país e mesmo entre os setores agroexportadores. Mais do que monopolizar a terra, os latifundiários e produtores do Sudeste, precisamente os de São Paulo, concentraram uma massa significativa de capitais, cujo patamar permitiu que o reinvestimento não se restringisse à produção de café para exportação.

No Brasil, os setores latifundiários vinculados à agroexportação não se constituíram como meros proprietários de terra. A condição de detentores da concentração da propriedade da terra não os transformou em meros parasitários que vivem unicamente da renda da terra, sem qualquer impulso social para o investimento produtivo. A história desse segmento social mostra o contrário: a grande propriedade da terra era a condição ou a base para que parte do excedente produzido se constituísse em capital com seu constante ciclo de reinvestimento para valorização.

Por controlarem diretamente a produção no campo e se apropriarem do excedente produzido, historicamente formaram uma burguesia agrária ou rural. Sobretudo, a burguesia agrária paulista produtora de café assumiu uma mentalidade empreendedora ou - parafraseando o neoidealismo weberiano -, adquiriu o “espírito do capitalismo”<sup>55</sup>, *dado que, a partir de determinadas condições objetivas do ponto de vista da economia e da política, metamorfoseou-se em burguesia industrial. Dessa forma, a acumulação da burguesia agrária contribuiu no aceleração da*

---

<sup>55</sup> Max Weber (2007), ao problematizar sobre o desenvolvimento do capitalismo, versou sobre uma determinada ética religiosa ou um tipo ideal de conduta religiosa que favoreceu uma subjetividade propícia ao amadurecimento das relações capitalistas. Não obstante, nenhuma ética ou comportamento humano se constitui por si só, já que é sempre resultado, em última instância, das condições em que o homem produz sua existência. A despeito disso, é inegável que o capitalismo, para se desenvolver, requer um modo de pensar e agir, uma sociabilidade que lhes seja compatível com o comportamento prático e objetivo, de modo que possa se reproduzir como sociedade. Portanto, a produção material da existência da humanidade requer uma sociabilidade correspondente, da qual uma ética particular lhe é funcional para o estabelecimento das relações sociais; por isso, toda ética, ao mesmo tempo em que é determinada, também é determinante.

*capitalização do país e para consolidar a inserção da economia nos arranjos ditados pelo capital monopolista internacional.*

A burguesia agrária brasileira, na primeira metade do século XX, ao florescer um espírito capitalista, ou melhor, ao expandir os investimentos para além do setor agrário e desdobrá-los em empreendimentos fabris, adquiriu uma mentalidade de investimento mais compatível aos tempos de dominação do capital numa atmosfera ditada pelo ritmo dos monopólios, sob a forma de fusões de capitais. Entretanto, essa nova mentalidade não emergiu de modo espontâneo ou se constituiu de maneira abstrata, ela foi condicionada mediante determinadas contradições que se estabeleceram em plano internacional e nacional.

Além disso, nesse período, a maior produtividade que alcançou o cultivo de café na Região Sudeste esteve associada a um cenário favorável à elevação dos preços no mercado e, sobretudo, a maior diferenciação na divisão social do trabalho mediante a instauração do trabalho livre, que com o predomínio do capital variável fomentou a rentabilidade do cultivo de café. Isso favoreceu um altíssimo grau de acumulação que impulsionou a aplicação dos novos capitais num ciclo diverso de expansão.

Portanto, esse tal espírito capitalista floresceu, porque enquanto personificação “de categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe” (MARX, 2012a, p. 18), a burguesia agrária se constituiu como sujeito social, cuja razão histórica de ser estava atrelada à dinâmica da reprodução ampliada capitalista, o qual, como uma força econômico-social incontrolável, determinava o investimento contínuo em novos processos de revalorização para expansão do capital.

Grosso modo, a burguesia industrial brasileira emergiu, em certa medida, a partir da burguesia agrária. Uma guarda com a outra vinculação histórica e estrutural, por isso, compartilham relações umbilicais na economia política da reprodução do capitalismo nacional. No desenvolvimento clássico do capitalismo<sup>56</sup>, para se

---

<sup>56</sup> Quando se fala aqui do desenvolvimento clássico do capitalismo, no que toca ao rompimento e superação da burguesia com os terratenentes, não se pode generalizar esse processo ao conjunto das nações do centro do capitalismo, relembra-se que isso foi característico à França, à Inglaterra e aos Estados Unidos. A título de informação, na Alemanha e no Japão, o desenvolvimento capitalista foi viabilizado por meio de uma aliança política e econômica entre burguesia e grandes proprietários rurais. A leitura de Nicos Poulantzas (1986) e Lênin (2002) traz indicativos da relação entre as classes dominantes no desenvolvimento do capitalismo dos países centrais.

desenvolver como classe dominante e impor a supremacia dos seus próprios interesses, a burguesia teve que romper politicamente com a classe de proprietários rurais, que sobreveio do Antigo Regime, e superá-la economicamente. Diferentemente disso, no Brasil, a burguesia industrial só conseguiu se desenvolver numa vinculação política e econômica com o segmento latifundiário e agroexportador.

O processo mais intenso de acumulação primitiva da burguesia agrária em plano nacional foi determinante para o amadurecimento das relações capitalistas e a diversificação das bases de expansão da economia brasileira. Como classe virtualmente dominante, forjada pelo Estado colonial, os grandes proprietários de terra detinham a potencialidade para efetivar a acumulação, mas ainda não dispunham plenamente dessas condições.

Essa classe, cujo controle econômico antes se subordinava aos ditames da Metrópole, entre a passagem do Segundo Império e a República Velha, viu se firmarem as circunstâncias que a tornou política e economicamente dominante. Foi com o início do período republicano que a burguesia agrária passou a deter maior controle de parte expressiva do excedente econômico.

Sob essas circunstâncias, os grandes proprietários de terra caminharam para o aburguesamento, assim constituindo-se, então, como burguesia agrária. Por meio dessas circunstâncias, não só estavam maximizadas as condições de acumulação como também ganharam maior potencialidade os termos para diversificação da economia brasileira em bases capitalistas. A burguesia agrária, mais do que o interesse em expandir o monopólio da propriedade da terra, guardava também o interesse em expandir o controle sobre as instâncias de poder extraeconômico, posto que o alicerce para esse empreendimento estava expresso no grau de potencialidade ou capacidade acumulativa que a classe detinha. A partir de então, ampliaram as margens do controle sob as estruturas econômicas e políticas do período.

O poderio de dominação econômica e política que constituiu a burguesia agrária tem peso determinante na formação do Brasil, de tal modo que as margens dessa dominação atravessaram outras conjunturas históricas e reclamam espaços cativos ainda hoje nas decisões e interesses presentes na estrutura de gestão do poder estatal.

O movimento da sociedade da República Velha tem seu ponto de partida na constituição de uma burguesia agrária – o antigo baronato brasileiro –, e seu limite na metamorfose daquela classe em seu contrário, que termina em constituir-se numa oligarquia antiburguesa

[...]. A formação da burguesia agrária no Brasil não se dá inteiramente no período circunscrito da República Velha; é claro que desde o Império essa burguesia está se construindo [...]. Mas ela somente se completa como burguesia agrária no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente social, e no momento em que funda *para si* um processo de acumulação primitiva [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 29)

A fonte de divisas endógena para financiamento da diversificação da economia brasileira sob arranque do processo de industrialização esteve assentada na produção primária-exportadora. Condição, aliás, que se pode asseverar como histórico-estrutural da dependência econômica do país, quer pela relação subordinada que detém com o mercado internacional, quer por ser uma fonte de capitais de grande relevância para sustentação da economia na sua estrutura interna. É, precisamente, em razão dessa condição que irá germinar as contradições fundamentais em plano externo e interno para criar o novo padrão da acumulação capitalista alicerçado na industrialização ou filiação da economia nacional a expansão capitalista.

Ainda na primeira metade do século XX, as economias capitalistas vivenciaram uma “onda longa recessiva”, para usar o termo de Mandel (1982). Esse grande ciclo de crise da acumulação capitalista em escala mundial culminou na quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Fato simbólico daquilo que Eric Hobsbawm (1995) qualificou como o primeiro grande desastre do início da financeirização da economia capitalista nesse século. Isso porque, dentre outras razões, o crescimento exponencial do capital financeiro, em busca de investimento em novos mercados, fez crescer em igual medida a especulação financeira da década de 1920, o que acarretou em inúmeros problemas para as economias nacionais nos anos finais da década, principalmente para aquelas dependentes do investimento dessa espécie de capital.

Diante do quadro de profunda depressão, as exportações de capital financeiro do centro para periferia minguaram *pari passu* ao “fechamento” do mercado mundial para o principal produto brasileiro, o café. A mais importante fonte de acumulação do Brasil nesse período encontrou dificuldades no mercado internacional. Paralelo a isso, as exportações de produtos industrializados das nações monopolistas também diminuiram.

Nesse cenário de crise internacional do capital, processaram-se contradições que forçaram o Brasil a alargar suas bases produtivas e dinamizar o padrão de acumulação que operava basicamente até então. A partir daí, foi dado o pontapé inicial

para requalificação do papel determinado e imperioso do país na divisão internacional do trabalho. De nação quase que exclusivamente produtora de produtos primários, o Brasil teve que alargar suas bases produtivas ao dar início a um processo de “industrialização restringida” por meio de uma política de produção industrial de substituição de importações.

Sem embargo no plano político, isso significou a emergência de um novo componente na correlação de força da dominação política e disputa pela hegemonia então manifesto na emergente burguesia industrial.

A economia da República Velha ou Primeira República, no Brasil, que vai de 1889 a 1930, é geralmente entendida como uma extensão da economia do Segundo Império, do ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho “produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas”, padrão esse que tem na crise de 1929 seu ponto de inflexão ou de ruptura; a própria crise é vista como momento crucial da inviabilidade daquele padrão, embora suas consequências mais profundas realmente apenas passem do estado virtual à concretização no segundo pós-guerra. (OLIVEIRA, 1977, p. 09)

A inviabilidade do padrão de acumulação preponderantemente estancado na produção primária, em cenário mundial adverso, conduziu a transformações no eixo central da economia, mas as metamorfoses do processo não se restringiram aos pilares da produção, pois implicaram simultaneamente na costura política da relação entre as classes fundamentais dominantes.

É indiscutível que o amadurecimento do processo de capitalização da economia nacional esteve integrado à expansão capitalista em escala global. As particularidades de sua dinâmica restringida ou garroteada resultam de uma acumulação por demais insuficiente para suportar a inteira conversão econômica do país em bases condizentes ao padrão plenamente monopolista, situação em que a expansão da industrialização se desenvolve com plena autonomia – o que não é o caso brasileiro.

Por isso, a expansão capitalista no Brasil obteve êxito por meio de uma dinâmica estabelecida na conjunção entre a emergência do moderno e a conservação do velho; num processo em que, embora o novo surja e assuma supremacia, não obstante, só pode efetivar sua prevalência ao coexistir com o arcaico, pois não pode ou não tem força para suprimi-lo.

Isso objetiva a dialética da relação entre a burguesia industrial e a burguesia agrária na reprodução do capital que se desenvolveu como particularidade da expansão do capitalismo nacional. No essencial, as condições objetivas para o desenvolvimento capitalista e para um conjunto de transformações na estrutura econômica não implicaram num antagonismo entre a nova e a velha classe social dominante. Apesar de emergirem contradições entre os dois segmentos, de maneira fundamental, não há antagonismos que levem à supressão de um pelo outro. Oliveira (2013) indica que a contradição e a luta entre as frações que compõem a classe dominante fundamental foram imprescindíveis para o amadurecimento capitalista e dinamização da economia.

Ainda que as determinações para o conjunto de transformações no padrão de acumulação do país detivessem correlação com o fluxo do capital financeiro internacional e a crise capitalista no cenário internacional, a contradição essencial esteve mesmo atrelada às circunstâncias internas. São elas que ensejaram a reversão econômica e as metamorfoses no padrão da acumulação no Brasil. O fator crucial para desencadear o processo esteve atrelado à relação e à conflitividade entre o setor agrário e o emergente setor industrial.

Por conseguinte, estabeleceu-se então, a tese da interação entre determinações exógenas e endógenas para o aprofundamento das relações capitalistas, todavia, com preponderância desencadeadora nas condições nacionais internas, sobretudo na conflitividade entre as classes. Assim, o essencial da tese é que:

tomado como um dado a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continuam em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estrutura capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso [...]. Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução de capital, há somente uma questão a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas classes burguesas empresário-industriais. [...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará essencialmente, na dialética interna das forças em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. (OLIVEIRA, 2013, p. 62-63)



Decorrente da própria condição histórica e genealógica entre a burguesia industrial e a burguesia agrária ou rural, a contradição intraclassista entre ambas não se reveste de um antagonismo essencial, mas de uma contradição entre setores proprietários e detentores de capital. As origens da acumulação do setor industrial estiveram assentadas na acumulação do setor rural. A contradição entre os dois setores, ou o choque intraclassista, processou-se na medida em que o desenvolvimento do circuito de realização e reprodução do valor entrou em oposição no processo de acumulação. Enquanto o setor rural realizava sua acumulação no circuito internacional, o setor industrial processava a acumulação no circuito interno com a indústria de substituição de importação.

Dessa contradição se forjou a oposição entre os setores dominantes da burguesia na direção dada ao desenvolvimento das forças capitalistas nacionais. No entanto, a divergência de interesses imediatos no período não resultou numa ruptura substancial entre os setores, principalmente por razões econômicas estruturais, já que a efetividade do desenvolvimento capitalista estava subordinada à capacidade econômica da burguesia agrária exportadora de capturar capitais para reversão e dinamização da economia.

É precisamente essa capacidade uma das determinações de maior importância que impõe o poder político da burguesia rural presente no pacto de dominação que atravessa a história do país e se faz manifesto no quadro histórico e conjuntural mais recente. Ao se analisar as relações políticas e o movimento de disputa entre as classes em torno do Estado durante a gestão do Poder Executivo do PT – aqui se trata do Governo Lula –, fica evidente o poder de influência e importância política dos setores ruralistas dominantes<sup>57</sup>.

A manifestação cabal do poder político da burguesia rural esteve sustentada na conciliação da política econômica do governo com os interesses desse segmento, dada sua imprescindibilidade econômica para manutenção das relações mercantis externas e para o próprio funcionamento da economia do país. Além disso, a tão

---

<sup>57</sup> A problematização sobre a aliança do Governo Lula com a burguesia rural e a dependência econômica da plataforma política do governo em relação ao setor agroexportador será mais aprofundada no capítulo quatro da tese. Aqui, a discussão aparece de modo mais introdutório, apenas para situar algumas semelhanças da política do governo com o processo de “modernização conservadora” na esteira do desenvolvimento capitalista, bem como para fazer referência à preservação dos interesses da burguesia agrária ou rural na composição do bloco de poder que se sobrepôs na gestão petista.

buscada governabilidade pelo ciclo da gestão petista esteve alicerçada com setores que representam os interesses da burguesia rural. A política de alianças institucional estabelecida pelo governo tinha como base parlamentar a bancada ruralista<sup>58</sup>, que não só tensionou a favor de suas demandas no Poder Legislativo como também barganhou espaço junto ao governo na própria gestão do Estado.

Para que o aparato estatal pudesse executar intervenções de caráter neodesenvolvimentista, enquanto estratégia econômica de governo, no terreno da política teve que ser o suporte institucional para conformação de interesses da burguesia rural ao absorver demandas e, ao mesmo tempo, realizar as condições para sua acumulação.

Portanto, não se pode descartar a consideração de que a própria gestão do Estado, nessas condições, reiterou no campo os processos essenciais que consubstanciaram o que se convencionou chamar de “modernização conservadora”. Nessa direção, Guimarães (1977b, p. 03) aponta

[...] a “estratégia de modernização conservadora”, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

O neodesenvolvimentismo, gestado como política de intervenção estatal para acelerar o crescimento econômico e para propiciar iniciativas com sentido de benefícios sociais, sobretudo com viés de transferência de renda, encontrou no mercado internacional bastante atratividade para os *commodities*<sup>59</sup> produzidos pelo setor primário brasileiro.

Dessa forma, o Governo Lula ao implementar iniciativas de desenvolvimento do capitalismo nacional, buscou refuncionalizar e estimular o poder de acumulação da burguesia rural para sustentar a política de intervenção do Estado. Com isso, não só

---

<sup>58</sup> A chamada bancada ruralista compõe o bloco de parlamentares formado diretamente por fazendeiros, latifundiários e empresários do agronegócio, ou mesmo por parlamentares financiados por esses segmentos para representar seus interesses no Poder Legislativo.

<sup>59</sup> O termo *commodities* é um vocábulo da língua inglesa que serve para designar certos tipos de mercadorias, geralmente o termo é empregado para produtos elaborados em larga escala. Além disso, trata-se de uma mercadoria que possui a característica de ser um produto primário e de estar direcionado ao mercado mundial. Os *commodities* possuem um valor universal e são regulados pelo mercado financeiro, geridos pelas bolsas de valores que estruturam, entrelaçam e “organizam” o movimento do mercado financeiro globalmente.

manteve intacto como também reproduziu objetivamente o padrão de produção primária sustentado, em particular, no latifúndio e no agronegócio.

### **3.1.1 O pacto de dominação de classe no interior do Estado para execução da “modernização conservadora”: expressão do desenvolvimento capitalista no Brasil**

O desenvolvimento das forças de produção capitalista expressou o amadurecimento do processo de industrialização, mas isso não significou uma aniquilação por completo do padrão de acumulação anterior, então sustentado no latifúndio e entrelaçado com a produção agroexportadora. E, principalmente, isso não determinou a supressão política da burguesia rural. Esse processo apenas expressou a reversão da direção da reprodução capitalista no Brasil para um novo padrão de acumulação; ou seja, houve o rearranjo da acumulação estruturada em bases mais dinâmicas e modernas.

Em que pese à burguesia industrial ter assumido a direção e supremacia da dominação com a “revolução burguesa” – forjada a partir dos 1930 –, ainda assim a burguesia rural manteve relativa influência na costura da hegemonia, pois deteve o controle econômico das relações externas, condição imprescindível para a dinamização da acumulação. Fato que impôs a força política dos terratenentes ou classe de proprietários rurais na processualidade da “revolução burguesa”, que no Brasil apresentou a particularidade de um pacto econômico estrutural e de uma aliança política intraclassista historicamente duradoura, ainda que isso apresente contradições ou choques sem muito abalo na estrutura de reprodução capitalista e nas amarras da dominação.

Esse “pacto estrutural” preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos [...]. Assim, dá-se uma primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação. (OLIVEIRA, 2013, p. 65)

O sentido econômico estrutural foi o de preservar a potencialidade geradora de divisas do setor agroexportador em benefício da expansão capitalista e da manutenção do novo padrão que passou a operar a economia. Em sua dimensão

política, a posição hegemônica passa a classe industrial, no entanto, sem excluir completamente os interesses da burguesia rural na estrutura do poder.

A “revolução burguesa” à brasileira expressou as tensões e conflitos na transição de uma sociedade eminentemente agrária rumo a um patamar urbano-industrial, o que refletiu no arranjo da correlação de força política entre as frações da classe dominante ou proprietária. Por conseguinte, o significado político resultante disso é que as transformações políticas operadas não alcançaram um nível de profundidade que permitisse alterar qualitativamente as estruturas do poder, as formas de dominação e, tampouco, as marcas históricas que predominaram na formação econômico-social do país.

É nesse sentido que se assevera a “revolução burguesa” como um processo de rupturas históricas parciais, de “reformas” com incidências importantes nos pilares para executar o desenvolvimento econômico, mas que não se desdobrou em “reformas” que implicassem em progressivas transformações nas relações políticas, de modo a deixar abertos os canais para revoluções ou transformações nos fundamentos estruturais da sociedade.

Por isso, com base em Octavio Ianni (1978), entende-se esse processo como uma “revolução” de ruptura parcial para viabilizar o amadurecimento capitalista, entretanto, ela não implicou em uma metamorfose substancial na relação de classe, dado que decorreu de sujeitos do mesmo campo socioeconômico e de mesmo espectro histórico de dominação.

Em suma, a ruptura que propicia o progresso pode ser de dois tipos. Ela é revolucionária, ou total, quando altera os fundamentos estruturais da sociedade. Sempre implica na ascensão de uma nova classe ao poder, realizando e simbolizando o rompimento drástico dos vínculos externos e com a sociedade tradicional. A ruptura reformista, por outro lado, ocorre quando se alteram somente certos quadros institucionais, sem qualquer modificação estrutural básica. Implica na ascensão de outras frações da classe dominante ao poder, verificando-se a recomposição das forças políticas e econômicas [...]. Por isso, envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. (IANNI, 1978, p. 08)

Todo o significado histórico estrutural da burguesia agrária para o funcionamento da economia nacional nos marcos da reprodução capitalista determinou sua importância política na costura da hegemonia e da dominação junto ao aparelho estatal. Desde o processo da “revolução burguesa”, tanto as condições históricas, políticas e originárias quanto, especialmente, as condições econômico-

estruturais determinaram o entrelaçamento da burguesia industrial à burguesia agrária na composição de uma burguesia “nacional”. Questão que ficou manifesta objetivamente sob o pacto político entre possuidores de capital. Em outras palavras, isso ficou visível na composição de um bloco de poder entre proprietários no controle do Estado, mesmo a despeito da hegemonia de uma fração diante da outra.

O fluxo das tensões e das disputas entre as frações da classe dominante pela direção do processo de desenvolvimento capitalista, mais precisamente, pelo bônus do amadurecimento do capitalismo no Brasil vai desaguar na disputa pela hegemonia no interior do Estado. O aparato estatal se constituiu no espaço consentâneo para acomodar e amortecer as disputas de interesses entre as frações da burguesia. Em considerações acerca disso, Sodré (1997) apresentou indicações de que, no momento catalisador da “revolução burguesa”, a gestão do Estado empreendeu iniciativas necessárias para garantir que a burguesia interna completasse o ciclo de transformações socioeconômicas iniciadas na década de 1930.

A respeito dessa questão, Florestan Fernandes apresenta pontos de aproximação com algumas teses levantadas por Nelson Werneck Sodré. Por isso, compreende que, em razão da debilidade econômica da burguesia no país, a “revolução burguesa” à brasileira só pôde ganhar densidade e consequência ao preservar seus laços históricos com a burguesia agrária para exercer a dominação política no Estado.

Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formam em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem [...]. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação econômica [...]. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação seguindo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (FERNANDES, 2006, p. 240-241)

A completude do ciclo das transformações burguesas iria se consolidar com a Ditadura Empresarial Militar (entre 1960-1970), marcada pelo quadro histórico de aprofundamento da industrialização pesada ou acelerada, em que se processou a

efetivação da “modernização conservadora” no contexto de aprofundamento das implicações do capitalismo monopolista e do imperialismo com as relações do desenvolvimento econômico brasileiro.

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: funcionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas precondições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados. (NETTO, 2006, p. 18)

Assim, Fernandes (2006) refere que o conjunto de transformações que consolidaram as relações capitalistas no Brasil, sob o signo da “modernização”, foi tecido no plano político através dos arranjos entre a frágil burguesia nacional, que não pôde levar adiante transformações na estrutura política e social – a exemplo de outras formações históricas donde esteve à frente das grandes mudanças societárias. Essa burguesia conciliou pelo alto e instrumentou o Estado para operar transformações e concomitantemente acomodar interesses dominantes de setores rurais. A partir disso, construiu as alterações na sociedade brasileira requeridas pelo capitalismo monopolista, ao passo que justapôs o moderno ao arcaico/tradicional. Portanto, desenvolveu mudanças produtivas, modernizou instituições e normas, mas manteve intocáveis tanto as antigas estruturas de dominação política quanto as sedimentadas estratificações sociais, sem socializar o poder, a propriedade e a riqueza social.

Dentre as características mais marcantes que expressaram a “modernização conservadora” em sua dimensão econômica, restou que ela assumiu a direção do interesse do monopólio face às benesses dirigidas ao capital “estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. – consagradas inclusive em tentacular repertório e normativo [...] acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao capital”, conforme Netto (2006, p. 31).

Desde então, o caráter essencial disso se arvorou, em determinadas conjunturas, ora com maior, ora com menor grau de profundidade sobre a gestão do Estado no que toca à condução da política econômica do país. Uma política que

passou a se desenvolver orientada, seja para a associação com os interesses do capital internacional (fundamentalmente, o financeiro), seja para o cumprimento da agenda de interesses das corporações industriais, em concomitância ao benefício do agronegócio.

Certamente, a direção tomada por tal política econômica está atrelada à condição estrutural de nação dependente na ordem mundial capitalista, profundamente impelida pela ação do imperialismo internacional no movimento de expansão do capital, que aprofundou a inserção do Brasil como nação subalterna e subordinada no arranjo do capitalismo monopolista<sup>60</sup>.

No entanto, essas mesmas características revelam também a incapacidade política da burguesia brasileira que constituiu hegemonia no interior do Estado de empreender um conjunto de reformas ou transformações profundas, ainda que em processos de “modernização” ou “desenvolvimento” do capitalismo nacional. Os arranjos históricos estruturais da economia e as relações políticas que forjaram essa burguesia criam barreiras para que apresentem iniciativas no sentido de revolucionar os traços essenciais da formação econômico-social. Essa mesma burguesia é incapaz de constituir processos para além da dinamização da economia, ou seja, é incapaz de impulsionar processos de rompimento ou supressão dos nexos com o arcaico, objetivados no latifúndio e na economia destacadamente primária-exportadora.

Por conseguinte, a “modernização conservadora” revelou os limites do projeto de transformação da burguesia *modernizadora*, aquela com interesse e necessidade de dinamizar e aprofundar as relações capitalistas. As fronteiras da iniciativa transformadora foram demarcadas pelo compromisso em preservar as estruturas do “atraso” no campo, já que esbarraram seus limites na incapacidade e inviabilidade em suplantar os interesses da classe dos proprietários rurais.

---

<sup>60</sup> A necessidade de acelerar ainda mais o desenvolvimento da indústria pesada, impelida pela reconfiguração do lugar da economia do país no mercado internacional, requereu a incorporação de alto nível tecnológico que se fez em associação com as grandes corporações monopolistas sob a forma das multinacionais. Essa incorporação foi uma exigência para que o plano de desenvolvimento industrial durante o Regime Ditatorial Militar obtivesse sucesso sem contrariar as determinações do capital monopolista internacional que expandia seus tentáculos de influência pela periferia capitalista. Entretanto, isso contraditoriamente realizou-se sob relações de aprofundamento de processos desiguais entre as nações, que no caso brasileiro redundou em maior subordinação e interdependência aos interesses monopólios. Elementos explicativos para compreender esse debate estão em Mendonça (2000), bem como uma boa síntese do debate que converge e polemiza sobre essa questão está em Serra (1979).

Nesse sentido, o processo de modernização da burguesia (ou de parte dela) não conseguiu ganhar universalidade no nível econômico, como tampouco logrou universalidade em dimensão política, já que ganhou alguns consideráveis avanços na formação de uma sociedade industrial moderna, porém, com uma estrutura política conservadora. Mesmo no plano econômico, os avanços estiveram atrelados à preservação das estruturas que demarcaram ainda mais a condição de economia dependente, determinando o ritmo e o rumo do desenvolvimento capitalista.

A situação de dependência à economia primária estabeleceu as condições de pouca autonomia para o desenvolvimento capitalista. Marini (1976) lembra que as economias dependentes da produção primária no mercado internacional estão estruturalmente submetidas a um ciclo de reprodução dessa condição, porque a sustentação dos lastros desse tipo de economia estaria fadada a se inserir numa relação de *trocas desiguais*. A produção primária se reveste de uma acumulação bastante “pobre” na totalidade das relações capitalistas internacionais, *já que impera a deterioração dos termos de troca em desvantagem para produção primária*.

É fato incontestável que a acumulação dependente da produção primária-exportadora historicamente operou num patamar considerado “pobre” para determinar a autonomia e aprofundamento do desenvolvimento. Apesar disso, a burguesia consolidou sua dominação a partir da extrema concentração que alcançou mediante as divisas geradas pelo setor primário-exportador.

Não à toa, a burguesia industrial consolidou supremacia – por certo período – na costura da hegemonia no interior do Estado nacional; porém só pôde operar a costura a partir das condições econômicas significativamente determinadas pela burguesia agrária ou rural.

Politicamente, a modernização foi sustentada por um pacto que preservou a estrutura de dominação cujos interesses das frações da burguesia rural ganharam relevância nas decisões políticas do Estado. A força e a vitalidade histórica de tais condições e resultados ficaram igualmente patentes na conjuntura mais recente em que o Governo Lula operou a gestão da política econômica do Estado em grande benefício ao setor do agronegócio e do latifúndio.

O referido governo operou, na política e na economia, intervenções que expressam uma conciliação ou o histórico pacto político que leva em consideração os interesses da burguesia rural. A exemplificação disso ficou manifesta em ações que



se concretizaram, como: o engavetamento de programa estatal de reforma agrária elaborado<sup>61</sup>; o volumoso aumento do crédito para o agronegócio; as legislações que flexibilizaram a concentração de terra e a apropriação de bens da natureza.

De certo modo, a face da “modernização dolorosa” no campo, ou da intitulada “modernização dolorosa” da agropecuária por Silva (1982), implicou no progresso técnico e no aumento da produtividade. No entanto, o reverso da moeda apresentou sua face, revelada por meio do redimensionamento do latifúndio que não foi liquidado no desenvolvimento e diversificação da econômica.

No que toca a relação de forças políticas que institucionalizaram seus projetos e pautas na gestão do Estado desde o processo modernizador e de desenvolvimento do capitalismo nacional, os interesses da grande burguesia rural mantiveram um indiscutível poder. A materialização dos interesses políticos e econômicos da burguesia rural tem sido considerada permanentemente, em particular, aquela grande concentradora da propriedade fundiária, cuja produção se dirige ao mercado externo ou se associa com empreendimentos monopolísticos internamente. A gestão do aparato estatal, quando operou a dinamização e desenvolvimento da economia, teve que levar em conta

uma via de desenvolvimento capitalista que se apoia na conciliação entre grupos dominantes urbanos e agrários, a partir da manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável. (AZEVEDO, 1982, p. 28)

O processo de modernização da economia e de desenvolvimento do capitalismo nacional esteve permanentemente implicado num pacto intraclassista entre os setores dominantes da burguesia “nacional” tanto para empreender uma modernização conservadora das forças de produção quanto para estabelecer uma dominação, que se objetivou na esfera política da institucionalidade do Estado, de modo a tolher e dificultar a penetração nesse espaço dos interesses e pautas dos setores subalternos. Dessa maneira, conforme indicou Azevêdo (1982, p. 24),

---

<sup>61</sup> A referência que é feita diz respeito ao II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado durante o primeiro mandato do Governo Lula. Com esse plano lançado em 2003 o governo programou assentar e propiciar o acesso à terra de aproximadamente 520 mil famílias. No entanto, pesquisadores indicam que não foram assentadas nem mesmo metade do programado. Não obstante a superestimação e distorções estatísticas publicadas pelo governo, os indicadores apontam que somente cerca de 220 mil famílias tiveram acesso à terra por meio de ações do PNRA.

[...] dependendo das circunstâncias históricas e nacionais, a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar-se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo “transformações pelo alto”.

É, de fato, no âmbito do conjunto do aparato estatal, pela sua própria natureza histórica, que as classes fundamentais ou frações de classes encontram as condições para tecerem a conciliação de seus interesses imediatos. Em relação ao pacto intraclassista em torno da “modernização conservadora”, ficou explicitado que ela não resultou também em transformações nas relações de poder expressas no Estado. Assim, setores terratenentes dominantes permaneceram cristalizados na estrutura do poder político nacional, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista.

No que diz respeito às particularidades das iniciativas para acelerar a capitalização da economia rural, o pacto político entre os setores dominantes da burguesia instrumentou o Estado a fim de aprofundar as transformações capitalistas das relações sociais de produção no campo. A política intervencionista estatal agiu para estruturar a industrialização do campo e acelerar o desenvolvimento capitalista nesse setor da economia.

Assim, a política do Estado foi direcionada para o desenvolvimento capitalista em conformidade com a via prussiana. Semelhante à capitalização da economia rural russa, as transformações capitalistas do latifúndio no Brasil se desenrolaram sem que se perdesse o caráter empresarial privado do empreendimento; mas, principalmente, fez com que a incorporação de modernas técnicas e uso de alta tecnologia na produção se associassem à grande propriedade rural concentrada. Por esse caminho, no processo de transformações, “[...] conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá à burguesia e ao latifundiário [...]” (LÊNIN, 1982, p. 10).

O padrão da grande produção primária capitalista como um todo assumiu a forma de complexos agroindustriais (com o denominado agronegócio). Aqueles que não conseguiram organizar a produção em conformidade com os modernos padrões exigidos foram sucumbidos pela concorrência intercapitalista ou expropriados. Cada vez mais a economia rural no Brasil entrelaçou os complexos agroindustriais, de um lado, com o fornecimento de avançadas tecnologias produzidas pelas multinacionais

que atuam no setor, de outro, com o mercado de financiamento de crédito; assim estabelecendo um mercado em que opera a fusão de diversos capitais.

Embora o moderno padrão capitalista de produção não tenha sucumbido e transformado por completo outras formas tradicionais ou “arcaicas” de produção rural, não resta dúvida que é esse padrão a determinação fundamental que organiza e atribui o sentido assumido pela reprodução das relações sociais no campo, inclusive ao inflexionar as formas tradicionais ou “arcaicas” no sentido da reprodução ampliada do capital.

A profundidade desse processo de capitalização foi estabelecida pela aliança entre os grandes proprietários rurais com diversos outros capitais, em que o Estado financiou as condições de modificação do perfil da burguesia rural em grandes capitalistas rurais mais afinados ao movimento de acumulação do capital na era monopolista e de hegemonia do capital financeiro.

Em vista disso,

o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, no Brasil, seguiu a chamada via prussiana. Não interessa tanto a denominação, mas o que ela expressa. Na via prussiana, a transformação capitalista não “revoluciona” a realidade agrária preexistente, mas promove uma evolução ou adaptação dela ao capitalismo: por um lado, transforma paulatinamente o latifundiário em grande capitalista (ou seja, promove uma “modernização”, em termos econômicos e técnicos, mas raramente em termos político-ideológicos) e os diversos tipos de pequenos agricultores dependentes ou agregados, em trabalhadores assalariados [...]. (GERMER, 2013, p. 312)

Em razão dos custos elevados para o processo de modernização da produção primária nacional, que opera desde os anos de 1970, fundamentalmente com o uso de pesada maquinaria e outras tecnologias, a burguesia rural jamais pôde prescindir da mão visível do Estado via o favorecimento através de uma política de preços, de créditos para investimento a juros muito abaixo do valor do mercado, do financiamento de pesquisas e assessoria técnica, da montagem de infraestrutura, etc.

Os impulsos dados pelo Estado ao desenvolvimento do agronegócio e à instituição dos requisitos para maior acumulação do capital agrário possibilitaram que os riscos de investimento na atividade agrária diminuíssem e, dessa maneira, se afirmassem as condições mais adequadas para a reprodução ampliada do capital nesse setor. Assim, despertou-se o interesse de corporações econômicas ligadas a

capitais industriais, comerciais e financeiros<sup>62</sup> em relação ao capital agrário, de modo que a dinâmica peculiar, própria dos processos de monopolização, desenvolveu a estreita articulação e fusão entre os diversos capitais.

Em que pese às devidas diferenças históricas e conjunturais no condicionamento da economia, sem dúvida, a dinâmica de reprodução ampliada do capital monopolista que se configurou sob a fusão e articulação produtiva com o campo tem influência essencial na política econômica estabelecida pelo Estado na contemporaneidade. Isso se mostra com mais precisão na efetivação da política econômica gestada sob a direção do Governo Lula, que constitui o recorte conjuntural das análises desta tese.

A direção atribuída pela referida gestão petista no Poder Executivo do Estado reproduziu uma política econômica, cujo processo de reprodução do capital operou nos marcos da acumulação monopolista, porém, numa conjuntura em que a fusão entre o capital industrial e financeiro, aparece hegemônica por esse último.

Foi nesse sentido que os grandes empreendimentos do agronegócio, tomando como referência os oito anos do Governo Lula, requereram uma média anual de 120 bilhões de Reais na forma de crédito de financiamento captado apenas em instituições bancárias<sup>63</sup>. Chega-se a essa constatação a partir da análise dos Anuários Estatísticos publicados pelo Banco Central do Brasil no período que compreende o governo<sup>64</sup>. Referente a esse montante, consta que aproximadamente 75% dos valores

---

<sup>62</sup> Pesquisadores do meio rural, como Delgado (2012) e Stedile (2012), afirmam que esse processo de articulação de outros capitais com o capital agrário propiciou que o agronegócio se inserisse no *movimento de centralização* indicado por Marx, uma vez que corporações ou grandes organizações econômicas começaram a controlar vários setores que se correlacionam com a atividade primária. Já mesmo na década 1990, constatava-se que grandes propriedades rurais ou complexos agroindustriais brasileiros estavam sob o controle, segundo Stedile (2012, p. 35), “de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas, com bancos, comércio, indústria [...]”. Apenas 46 grandes grupos econômicos controlam sozinhas, mais de 20 milhões de ha” e, para se citar exemplos, Stedile (2012, p. 35) aponta que “o maior projeto de laranja que existe em São Paulo, que nem começou a produzir ainda, é do Grupo Votorantim [...] que tem fábrica de cimento, tem banco, fábrica de computador, [...] e agora tem interesse em plantar laranja também. Essa é a burguesia que manda no meio rural”.

<sup>63</sup> O financiamento de atividades do agronegócio não se restringe a captação de créditos em instituições bancárias, por isso, o montante de R\$ 120 bilhões, aqui referido, diz respeito apenas a disponibilidade de crédito por bancos (públicos e privados). Dentre outros meios em que o agronegócio busca capital para investimento em atividade de produção, um deles é a venda de papéis em forma de ações em bolsas de valores.

<sup>64</sup> Divulgados a cada ano pelo Banco Central do Brasil, os referidos anuários são relatórios, dados estatísticos e informações acerca do financiamento em termos de crédito do Governo Federal para atividades da produção rural. Entre o período 2003 e 2010 foi observado e analisado, nos Anuários Estatísticos, o financiamento direcionado a empreendimentos de produção, caracteristicamente vinculados ao agronegócio, a exemplo: soja, cana-de-açúcar, eucalipto, milho, algodão, pecuária bovina, pecuária suína, etc.

concedidos em créditos no histórico evolutivo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi composto basicamente por recursos públicos.

Além disso, também a reprodução da lógica concentradora da estrutura fundiária se mantém entrelaçada à política agrária no governo. De acordo com o Relatório DataLuta Brasil de 2011<sup>65</sup>, em pesquisa aos dados cadastrais presentes no Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que forneceu informações sobre o perfil e a estrutura territorial de propriedades rurais durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a área controlada pelas grandes propriedades saltou de 182 milhões de ha (hectares) para 265 milhões de ha.

Ao se levar em consideração o controle da área de terra por parte dos grandes proprietários desde o início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva até o último ano de gestão, observa-se então um crescimento significativo da concentração fundiária. Trata-se de um aumento alarmante em favor da reiteração do movimento de concentração da estrutura fundiária, expresso num crescimento de 45,6% a mais da área de terra apropriada, tanto para fins especulativos em que a terra se transforma em reserva de valor como para os empreendimentos do capital investido no agronegócio.

Dessa forma, os dados estatísticos afirmam que o agronegócio passou a ser um braço essencial da economia para reprodução do capital financeiro e para captar investimentos e divisas externas para economia nacional, já que são frequentemente comemoradas as conquistas de bons índices econômicos do setor no mercado internacional, que serve para alavancar o Produto Interno Bruto (PIB).

Uma contradição que logo desponta é que a produção rural estabelecida sob o padrão do agronegócio está atrelada à dependência de recursos de alta tecnologia e dependência de diversos insumos (pesticidas, sementes transgênicas, fertilizantes, etc.), então controlados por corporações que centralizam a produção e comercialização desses recursos técnicos. Por conseguinte, isso redundará em maior necessidade de financiamento ou crédito para manutenção desse modelo de produção, o que traz grandes dificuldades para os pequenos produtores na

---

<sup>65</sup> O Relatório DataLuta Brasil tem divulgação anual e é, hoje, um dos mais importantes relatórios e fonte de dados sobre questão agrária no país. Esse relatório é resultado do Projeto DataLuta da Universidade Estadual Paulista (UNESP), trata-se de um Projeto de Pesquisa e Extensão sobre a Reforma Agrária.

concorrência por financiamento, seja ele disponível por instituições privadas ou ofertado pelo setor público sob a forma de programas de crédito.

### 3.2 AÇÕES DO ESTADO NA ACUMULAÇÃO MONOPOLISTA NO BRASIL: ENTRELAÇAMENTO ENTRE CAPITAL AGRÁRIO, CAPITAL INDUSTRIAL E CAPITAL FINANCEIRO

A história mostra que o Estado foi uma das mediações centrais para que a reprodução do capital monopolista pudesse desdobrar seu raio de ação também no meio rural. Entretanto, o histórico de intervenção estatal na estruturação da produção rural decorreu bem antes da ação para montagem das condições adequadas à inserção da economia agrária na era monopolista.

É bastante ilustrativo o fato de que o Estado monárquico português, durante a colonização, interveio no sentido de adequar a estrutura fundiária à produção. A intervenção estatal na produção rural foi marcante em vários momentos da formação econômico-social. No Brasil, o braço interventor do Estado teve papel histórico decisivo na maneira como a distribuição da propriedade da terra se estabeleceu como pano de fundo para o desenvolvimento do processo produtivo no campo.

Dessa forma, o aparato estatal teve papel chave na história constitutiva do desenvolvimento das relações sociais de produção no campo e, mais destacadamente, no movimento de aprofundamento da capitalização dessas relações, já que “o próprio Estado se tornou mais explicitamente um instrumento de acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p. 335).

O papel decisivo da intervenção estatal na organização fundiária do país foi determinante para que a estrutura agrária tenha sido desenhada sob o padrão de concentração da propriedade fundiária. O Estado metropolitano português determinou, durante o século XVI, que o estabelecimento do processo de ocupação colonial fosse iniciado por meio da posse privada da terra com o estabelecimento das capitanias hereditárias. Com isso, se estabeleceu o gérmen da concentração da propriedade fundiária no país. Essa foi a opção encaminhada para dar partida ao processo de organização das relações de produção que desenvolveriam a economia agrária; dessa maneira, iniciando o delineamento da localização da economia colonial

(e posteriormente do Brasil contemporâneo) no intercâmbio da produção capitalista internacional<sup>66</sup>.

É igualmente ilustrativa a intermediação do Estado para o arranque inicial das modificações nas relações de produção no final do século XIX. A inserção do Brasil no movimento da acumulação de capital implicou na adoção legal de medidas, que de forma gradual foram proibindo o uso de trabalho escravo até que se emoldurassem legalmente as bases para a institucionalização do trabalho “livre” e assalariado. Isso sem alterar, por absoluto, a estrutura agrária da posse privada da terra. Desse modo, em 1850, formulou-se a “Lei de Terras” antes mesmo que o trabalho assalariado livre emergisse como relação social de produção dominante. Portanto, essa lei foi configurada também com o escopo de garantir a subordinação dos trabalhadores aos proprietários e a sua permanência nos latifúndios.

Ao lado dos latifúndios, também se destacava a existência de uma vasta extensão de terras livres, que funcionavam como uma espécie de fronteira móvel, possibilitando a ocupação por qualquer indivíduo. Guimarães (1977a) indica que a “Lei de Terras” preconizou um duplo papel, o de sacramentar o estabelecimento do direito ao monopólio da terra e contribuir para que se firmasse o significado social dos fundamentos jurídicos das relações “livres” de trabalho.

Por esse motivo, é sugestivo que essa lei tenha sido inspirada nas teorias de Wakefield, de que trata Marx (2011a, p. 882), já que “a teoria da colonização de Wakefield [...] tem por objetivo fabricar assalariados nas colônias”. Assim, no que diz respeito às relações de produção, foi fornecida a estrutura jurídica para impulsionar a disposição da força de trabalho livre no mercado para a finalidade máxima da produção capitalista. Estudiosos<sup>67</sup> da organização fundiária brasileira compreendem que, em essência, não havia propriedade da terra no Brasil antes da “Lei de Terras”, já que a terra ainda não havia se constituído como uma mercadoria.

Aqui não se concorda com a consideração de que é a mercantilização da terra que lhe atribui, em essência, a condição imediata de propriedade (privada), posto que não foi o estabelecimento do mercado que historicamente definiu o estatuto da apropriação privada da terra, antes mesmo da implementação de mecanismos

---

<sup>66</sup> Informações históricas acerca da estruturação das capitanias hereditárias no Brasil podem ser encontradas em Goveia e Fragoso (2014). Além dessa leitura, é imprescindível a leitura de Furtado (1968; 2001) acerca do significado da economia agrária colonial para estruturação da economia brasileira na contemporaneidade.

<sup>67</sup> Sobre essa questão, sugerimos a leitura de José de Souza Martins (2010).

jurídicos-formais para a regulação da mercantilização fundiária, a terra já estava entrelaçada a relações de apropriação e dominação. Não obstante, é inquestionável que a “Lei de Terras” sacramentou o “batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural [...]” (STEDILE, 2011, p. 23). Portanto, ajustou a noção de propriedade privada com o capitalismo nascente, pois consagrou a terra como uma mercadoria.

A “Lei de Terras” correspondia à exigência de transformações superestruturais<sup>68</sup>, ou seja, de caráter jurídico-organizador de relações sociais mais consonantes ao processo de desenvolvimento da reprodução capitalista no Brasil. A lei também atuou no sentido de adequar mais plasticamente à inserção do país na divisão internacional do trabalho, sobretudo como nação agroexportadora, uma vez que sacramentou a existência do latifúndio com sua funcionalidade para produção primária e monocultura.

Na esteira da “revolução burguesa” do Brasil, explicitando o próprio pacto de classes estabelecido no interior do Estado, a política de ingerência na economia tratou com prioridade a construção de circunstâncias favoráveis à acumulação da mais importante fração da burguesia agrária, os cafeicultores. A intervenção estatal atuou com o intuito de reverter as circunstâncias desfavoráveis no mercado internacional que rebaixaram as taxas de acumulação da produção de café.

Furtado (1968) apresenta que, no bojo da crise econômica cafeeira, a ingerência estatal operou com uma política de crédito para financiar os cafeicultores, além de elevar a capacidade de captação de moeda com a depreciação do câmbio nas transações internacionais. Talvez a mais emblemática das iniciativas nessa direção foi a retenção de uma grande quantidade de estoque de café em decorrência da superprodução por meio da compra direta do produto pelo Estado, ainda que isso fosse bastante oneroso aos recursos públicos.

Com o projeto de industrialização de Getúlio Vargas, deu-se início a constituição de órgãos, que integrados ao aparato estatal tivessem a responsabilidade

---

<sup>68</sup> Para que não reste qualquer impressão esquemática e mecanicista sobre os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam esta tese, ou mesmo na apropriação deles durante a exposição dos resultados da pesquisa, compreende-se aqui que a superestrutura – as relações espirituais de reprodução social dos sujeitos – se entrelaça à estrutura – as relações de produção da vida social. Não há relação hierárquica entre as duas dimensões, assim, uma é parte e momento constitutivo da outra. A separação entre elas é meramente didática, de modo que são distinguíveis apenas analiticamente. Não existe processo de reprodução espiritual da vida social que possa se desenvolver desarticulado a um processo de produção das condições materiais e vice-versa.



de gerenciar a produção agrícola de forma mais articulada aos planos estratégicos da política econômica do governo, com isso foi criado durante a Era Vargas o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro de Café (IBC). Foi exatamente com esse objetivo que o IBC assumiu a responsabilidade de tocar a política econômica referente ao café, mas que garantisse também a manutenção de um nível mínimo de receita de divisas, necessárias para assegurar o desenvolvimento da industrialização.

Foi precisamente no bojo do processo de maturação da acumulação monopolista que o Estado assumiu de maneira mais demarcada a função, como esboça Mandel (1982, p. 334):

compreendida pela rubrica “providenciar as condições gerais de produção” [...]. Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo [...]; providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção.

Nessa direção, a condução da Ditadura Empresarial Militar, no âmbito da sociedade política do Estado, buscou ampliar a arquitetura das instituições criadas para gerenciar a economia agrária. Assim, ao criar outros órgãos, tentou dar maior vazão ao processo de capitalização da produção rural, como também procurou integrá-la à economia urbano-industrial e ao capital financeiro que já insinuava articulação com o capital agrário.

Nesse contexto, a política agrícola organizada pelo Estado, fundamentalmente por meio de uma política de crédito, fomentou a incorporação de pacotes tecnológicos mais pertinentes aos padrões da Revolução Verde<sup>69</sup>, especialmente com a inserção de avançada maquinaria e de insumos químicos, dentre outros. A criação do SNCR foi a principal mola propulsora da política creditícia, por isso, foi a linha da costura entre capital agrário e capital financeiro.

Para consolidar o agronegócio como esteio da economia agrária no Brasil, foram estruturadas e incorporadas ao aparato estatal a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ambas nasceram com a funcionalidade de impulsionar o desenvolvimento rural e incentivar a integração técnica da agropecuária com a indústria. Complementava esse impulso a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Apoio a Atividade Agropecuária (Proagro).

---

<sup>69</sup> Sobre isso, ver Vandana Shiva (2015).

A política de Estado, sob essa perspectiva de desenvolvimento das relações capitalistas na produção rural, constituiu-se com o objetivo essencial de socializar os custos da estruturação das condições de produção, ao passo que atenuava os riscos da integração dos capitais na economia agrária. Na mediação da esfera da política, isso representou a aliança entre as frações da burguesia (“nacional” e internacional), que procurou costurar sua aliança no terreno mais adequado, os espaços de poder do Estado. Nele, economia e política encontram o ponto de intersecção entre os interesses, necessidades, demandas e projetos das classes fundamentais e suas frações, que, no terreno imediato das relações sociais, encontram choques, disputas e antagonismos.

O conjunto das instituições que materializa o Estado é a expressão de uma relação social histórica e determinada, que institucionaliza ou organiza as relações de poder e de dominação existentes na sociedade, visto que exprime a relação de forças de classe, de acordo com Poulantzas (1986). Por isso, está atravessado de contradições como aquelas imediatamente decorrentes da esfera da economia e aquelas decursivas dos sujeitos antagônicos que compõem a sociedade civil<sup>70</sup>.

O conjunto de instituições que representa o poder estatal tem a atribuição de regular o conflito entre os sujeitos sociais para garantir a estabilidade necessária ao pleno funcionamento das relações de produção, de modo que seja possível alcançar a finalidade econômica que as organiza. Assim, Estado, sociedade e economia estão entrelaçados na relação de reprodução da sociedade (CORAZZA, 1987). Essa

---

<sup>70</sup> Compreende-se aqui por *sociedade civil* o espaço preponderante em que se manifestam as contradições e os antagonismos entre as classes fundamentais. Portanto, ela não expressa uma relação amorfa, sem sujeitos políticos e históricos. Nesse sentido, esse conceito na fundamentação e no desenvolvimento expositivo da pesquisa está na trilha da interpretação de Marx e Engels (2007), bem como está alinhado à inspiração teórica de Gramsci (2004a) ao aprofundar o debate sobre essa questão. No pensamento marxiano, essa categoria foi desenvolvida a partir da aproximação que teve com a filosofia hegeliana. Não obstante a isso, a partir daí se distancia largamente da influência que recebeu, pois, para Marx e Engels (2007), o Estado aparece na relação com a sociedade civil como expressão das relações de produção, das contradições e dos antagonismos existentes no seio desta. Todavia, o Estado mistificadamente apresenta-se como elemento aglutinador e harmonizador dos interesses privados próprios da sociedade civil. Ele sintetiza uma universalidade alienada, uma falsa universalidade, já que expressa a sociedade civil. Ao invés de ser a liga que amarra, dá coesão ou harmoniza, em um único corpo, às divergências do reino do privatismo e dos interesses particulares das relações econômicas e mercantis; na verdade, o Estado sacramenta esses interesses sob formas disfarçadas de instituição realizadora do interesse comum. Aclarado pela matriz teórica em que se vincula, Gramsci (2004a) amplia e complexifica as interpretações oferecidas ao Estado como expressão das relações entre os sujeitos. Por isso, estabelece-o na teoria ampliada do Estado como  *fusão da sociedade civil com a sociedade política*, portanto,  *sociedade civil e Estado formam uma unidade indissociável*. Na sociedade civil, apresenta-se uma gama de aparelhos privados difusores de hegemonia, que, articulados com a sociedade política (o Estado no sentido estrito do termo), garantem a supremacia da burguesia ao articular consenso e coerção na reprodução social.

atribuição fundamental ficou muito mais explícita com a emergência da fase monopolista do capital ao implicar maior participação do aparato do Estado na economia.

### **3.2.1 Apontamentos teóricos-críticos acerca do Estado: indicações da singularidade do capitalismo monopolista no Brasil**

Uma característica sócio-histórica que particulariza a constituição do Estado no entremeio das relações sociais é a de representar a centralização do poder e a formação de uma força militar armada a serviço do poder centralizado. Assim, o “Estado pressupõe um poder público especial, distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem” (ENGELS, 2010, p. 123). Esse poder, embora apareça como uma força autônoma, expressa, na verdade, a relação de dominação e preservação das condições de diferenciação social entre os segmentos que integram a sociedade.

O Estado apresenta a instituição do seu poder político sob a forma de uma falsa neutralidade, em que aparenta operar sob uma pretensa e cabal autonomia diante dos sujeitos sociais. Não se trata de uma entidade a-histórica e abstrata, resultante imediato do mais elevado espírito da razão e da eticidade humana, bem diferente daquilo que indicou Hegel (*apud* NÓBREGA, 2007). Ele é a objetivação da relação de dominação política entre os sujeitos na atividade de produção e reprodução social, por isso, é a sociedade civil que cria o Estado, dessa maneira, constitui o reflexo das contradições de suas relações mais fundamentais.

O Estado não é uma entidade representativa dos interesses gerais e comuns de toda a sociedade. Historicamente ele conforma vinculação orgânica aos interesses essenciais de determinada classe social dominante, materializando uma relação de dominação extraeconômica entre as classes.

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada de sua base concreta. (MARX; ENGELS, 2007, p. 74)

Assim, por baixo da aparência de um poder autonomizado, entremeia-se escondida uma relação de poder e dominação de classe. Todas as formas de luta de

classes que se desenrolam na sociedade civil concorrem para que tomem a forma de lutas políticas que se travem e sejam reguladas no âmbito da vida estatal, de modo que o Estado aparece como poder geral ou central, uma instituição superior que opera sobre a sociedade, portanto à margem das relações entre os sujeitos sociais. Entretanto, a objetivação essencial do poder estatal é expressão das relações contraditórias e do antagonismo desenvolvido no seio da própria sociedade.

O Estado é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classe são inconciliáveis. O Estado surge, no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classes não podem conciliar-se. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. [...] o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legaliza e fortalece esta opressão diminuindo o conflito de classes. (LÊNIN, 1980, p. 25)

As contradições e os antagonismos entre as classes passam pela regulação do aparato estatal para o estabelecimento das condições em que se possa efetivar a produção e reprodução da sociedade, no entanto, sem que o Estado se revele de imediato como uma instituição de dominação ou expressão da relação de poder decorrente das relações essenciais que constituem a sociedade.

O Estado não intervém de imediato como mecanismo de regulação na sociedade civil porque precisa se legitimar perante as classes. Sua legitimidade, que ganhou ar quase natural ou perene, repousa justamente por expressar a institucionalidade da dominação de classe na sociedade civil sob a forma de instituição pública e de interesse geral. A partir de situações de aprofundamento da luta de classes, em que são tensionadas as relações de dominação e, portanto, veem-se minadas as condições de legitimidade social e histórica do Estado, abre-se, então, a necessidade concreta de recorrer a meios de regulação que possam soldar novamente sua legitimidade reguladora. Dentre os meios a que recorre nessas circunstâncias, estão as políticas sociais, as legislações, o estabelecimento de um conjunto de direitos, o investimento em aparelhos de formação de consenso, a readequação do aparato jurídico-repressor, etc.

A classe que objetiva a relação de dominação extraeconômica no Estado é a mesma que controla os meios de produção material da vida. Em outros termos, a classe que controla a vida estatal se torna politicamente dominante justamente porque domina economicamente as relações sociais de produção. As várias formas que

tomou a arquitetura do aparato estatal em diferentes sociedades e diversos momentos históricos guarda em comum, por essência, uma determinação socioeconômica.

A análise minuciosa sobre a trajetória de construção das relações entre os sujeitos em diversas formas de sociedade ao longo da história é reveladora da implicação de tais relações na construção de mecanismos de regulação social. Então se pode dizer que as relações desenvolvidas entre os sujeitos sociais, inicialmente, impelidas pela necessidade de sobrevivência imediata e, mais tarde, desdobradas em formas mais complexas de reprodução social, passaram, portanto, a desenvolver alguma estrutura de controle ou regulação política. Não obstante, algumas das formas históricas de controle ou regularização desenvolvidas não se efetivavam como formas de dominação.

À vista disso, pode-se afirmar que nem sempre, na história da humanidade, o Estado existiu. A dominação de classe realizada pelo aparato estatal (poder central e corpo militar) não era historicamente necessária antes que se constituíssem a diferenciação socioeconômica entre os sujeitos. A razão política do controle social, conformado no Estado, guarda relação com a emergência da desigualdade na apropriação privada da riqueza social, associada às relações de exploração.

A determinação social para a institucionalidade do controle estatal entre os sujeitos decorreu da constituição de relações demarcadas entre classes, porque o estabelecimento da propriedade privada no entremeio das relações sociais implicou em contradições que requeriam ser reguladas imediatamente pela força e posteriormente pelo consenso ou dominação ideológica.

O significado socioeconômico da regulação das contradições em sociedades estabelecidas sob relações de desigualdades é, essencialmente, manter a coesão de relações sociais de exploração e salvaguardar a acumulação da propriedade privada. Para isso, Engels (2010, p. 137) ressalta que

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais [...] que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. Essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado.

Estado, sociedade e economia estão entrelaçados numa totalidade orgânica, de modo que para compreender a natureza dessa unidade é preciso recorrer à anatomia da economia política, conforme explicitou Marx (2008b). Porque na anatomia da economia política estão as determinações que colocam em articulação indissociável: Estado/sociedade/economia.

São as contradições derivadas das relações de produção e reprodução do capital que determinam a constituição do Estado capitalista. Ao Estado capitalista cabe a responsabilidade de dirimir as contradições que emergem da relação entre economia e política estabelecidas pelas classes fundamentais na reprodução da sociedade capitalista. Cabe ao aparato estatal costurar as mediações necessárias para que determinadas contradições não impeçam que a reprodução social aconteça.

O Estado, então, sintetiza as contradições das relações de produção capitalista. É um aspecto dessas relações; portanto, não é um elemento paralelo, mas sim, intrínseco à produção capitalista e está saturado também de contradições.

O Estado é antes de tudo a garantia de uma relação social, antes de o ser de uma classe social. Sendo a garantia da relação social capitalista, o Estado sustenta as duas classes sociais, trabalhadores e capitalistas, não enquanto indivíduos, mas enquanto classes sociais. Isso quer dizer que, se o Estado garante o trabalhador, o faz enquanto classe social subordinada, e o seu compromisso é mantê-lo enquanto trabalhador assalariado. A função básica do Estado consiste em garantir o estabelecimento e a reprodução continuada da relação capitalista. Evidentemente que a manutenção da relação social capitalista implica, logicamente, a reprodução das classes enquanto classe dominante capitalista e enquanto classe trabalhadora subordinada. Desde que não contrarie a sua função básica, que é a de preservar e favorecer a vigência das relações de produção, o Estado pode até mesmo impor perdas a capitalistas particulares e conceder vantagens à classe trabalhadora. (CORAZZA, 1987, p. 06)

Não se pode buscar a natureza da relação de poder e dominação estatal na forma em que aparece o conjunto de suas instituições. É nas relações sociais de produção que estão as determinações da gênese e significado social do Estado capitalista. Enquanto elemento político ou superestrutural, ele corresponde à lógica constitutiva dessa sociedade. Por isso, o exercício de regulação das contradições que se estabelecem entre as classes aparece de forma mistificada; aparece como um poder acima da sociedade civil, sem que a ela correspondesse. Para isso, opera a regulação por meio do controle ideológico sobre os fundamentos contraditórios,

desiguais e conflitivos entre as classes, auxiliando no controle e dominação pelo consenso, encobrindo formas de coerção.

Aliás, um dos aspectos constitutivos do Estado é a intervenção coercitiva com o uso violento da força. As relações de produção não se limitam às relações exclusivamente de caráter econômico, pois requerem, em determinadas circunstâncias, a intervenção do aparato estatal para a efetividade de suas demandas essenciais. Em determinadas conjunturas históricas, o aspecto coercitivo do aparato estatal se torna uma potência econômica para o desenvolvimento capitalista. Sendo assim, as classes dominantes recorrem às ferramentas coercitivas do Estado e tornam a violência como potência econômica. Dessa forma, a burguesia instrumentaliza

o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação [...] no modo de produção capitalista, abreviando assim etapas de transição. A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2011a, p. 864)

Esse aspecto foi destacadamente utilizado pela burguesia para potencializar o aprofundamento dos processos de acumulação sob as exigências e diretrizes do capitalismo monopolista no Brasil<sup>71</sup>. A violência foi (e ainda é) uma das marcas fundantes para realizar a reprodução capitalista no país. Ao garantir a subordinação política e econômica da classe trabalhadora urbana e rural por meio do controle coercitivo, singularizou-se, sobretudo, o caráter violento que assumiu o Estado nacional na intervenção para inserir o país na dinâmica econômica dos monopólios.

O uso da força coercitiva foi um aspecto demarcado no entremeio da condução para as transformações da economia, que passou a operar com articulação mais estreita entre os diversos capitais. Com a finalidade de que essa nova dinâmica da reprodução capitalista ganhasse efetividade, foi concomitantemente requerido um novo papel do aparato estatal.

A acumulação capitalista em escala ampliada exigiu no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, um Estado que interviesse para além da estrita função política de preservação da propriedade privada e da ordem. Dessa forma, exigiu ir mais além disso, que passasse também a garantir a efetivação do padrão de acumulação na nova dinâmica que opera a economia.

---

<sup>71</sup> Indicações teóricas referentes a essa categoria para leitura do processo mais recente de acumulação no Brasil estão em Rodrigo Castelo (2017).

Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado [...]. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios. (NETTO, 2009, p. 24)

A nova dinâmica de acumulação impõe ao Estado estender sua intervenção. Nesse sentido, suas tradicionais atribuições políticas passam por transformações qualitativas e ganham organicidade com novas atribuições econômicas, já que passou a ser demandado sistematicamente para organizar o próprio movimento interno da acumulação. Mediante essa nova perspectiva decorrente da fase monopolista ou imperialista, como estágio superior do capitalismo, a intervenção estatal passa a ser direcionada no sentido de estruturar as condições que assegurem as altas taxas de lucratividade das grandes corporações.

Assim, o Estado foi alçado ao posto de grande gestor sistêmico do capital com a finalidade de afiançar os objetivos econômicos dos monopólios. Em vista disso, as instituições estatais que operam para materialização da economia política burguesa são incumbidas de organizar e alinhar os complexos arranjos, cuja nova dinâmica de acumulação determina.

No que toca a nova dinâmica de acumulação no campo, as transformações na acumulação consolidaram a intersecção entre a variedade de capitais que passaram a buscar valorização junto ao agronegócio. Dessa forma, foi esse padrão monopolístico da produção que possibilitou, no movimento de expansão capitalista, que se constituíssem as condições adequadas para se fundir capitais agrários, industriais e financeiros.

O agronegócio assumiu, inquestionavelmente, o posto de um dos pilares centrais na articulação entre a economia nacional e a internacional. Esse padrão ressignificou a importância do setor primário para a vitalidade da economia brasileira e, por isso, tem na política econômica contemporânea do Estado o anteparo para a reprodução desse padrão de produção no campo e reiteradas garantias de condições seguras para acumulação operada pelo movimento de centralização.



### **3.2.2 Estado e acumulação monopolista: industrialização e financeirização no campo sob a batuta da economia política do agronegócio**

Já foi ponderado que a renda absoluta da terra no Brasil não significou entrave fundamental para o progresso técnico no campo. Muito diferente disso, a propriedade fundiária e o controle direto da produção por um mesmo indivíduo proporcionou superlucros, que num contexto histórico determinado favoreceu a associação da agropecuária com o avanço técnico-industrial para intensificar a produção e, com a captura de taxas mais elevadas de mais-valia, potencializar a valorização do capital.

A incorporação do progresso técnico nas relações de produção é um dos fundamentos do modo de produção capitalista na medida em que possibilita incrementar a extração de mais-valia. Nesse sentido, a industrialização do campo teve como escopo reduzir o tempo de trabalho necessário, aumentar a intensidade e ritmo de trabalho no mesmo compasso em que aumenta a produtividade.

O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento [...]. Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa de nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante à custa da variável [...]. Só assumindo a forma capitalista pode a produção de mercadorias tornar-se produção em grande escala. Certa acumulação de capital em mãos de produtores particulares de mercadorias constitui condição preliminar do modo especificamente capitalista [...]. Mas todos os métodos para elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são ao mesmo tempo métodos para elevar a produção de mais-valia ou do produto excedente, que por sua vez é fator constitutivo da acumulação. São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar a acumulação. A conversão contínua da mais-valia em capital [...] se torna base da produção em escala ampliada, dos métodos que acompanham para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais-valia. (MARX, 2011a, p. 726-728)

Com o aumento da produtividade em razão da industrialização do setor primário, tem-se, por consequência, a elevação das taxas de mais-valia, assim determinando níveis cada vez mais positivos de acumulação e ampliando a concentração de capitais no setor. O incentivo ao investimento na grande produção agrícola passou pela construção de um caminho que recebeu livremente o fluxo de capitais estrangeiros e, com isso, engendrou-se de uma vez por todas a inserção do setor financeiro no meio rural. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

durante a Ditadura Empresarial Militar foi determinante para o desenvolvimento do capital no campo.

Nesse processo, gigantes corporações passaram a atuar combinando seus capitais aos complexos agroindustriais que se constituíram intermediados pela política de desenvolvimento rural estruturada no âmbito do Estado.

A combinação aproximada entre tais corporações e a produção desenvolvida pelos complexos agroindustriais implicou no maior controle dos monopólios sobre a engrenagem da economia política do agronegócio. Isso se relevou nos empreendimentos do agronegócio através da maior dependência dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde; dessa forma, um volume considerável de capitais passou a ser drenado para as gigantes corporações. Muitas delas, inclusive, desdobram seus investimentos também em empreendimentos produtivos na formação de complexos agroindustriais, atuando na produção direta de produtos primários agropecuários. Não é demais frisar que, para efetivar os empreendimentos conforme os padrões pertinentes ao agronegócio, é necessário, conseqüentemente, maior concentração de terra.

Esse processo na economia política do agronegócio *expressa uma lei geral da acumulação capitalista, o movimento imperativo da centralização na produção rural, que é próprio da era dos monopólios*, pois o “capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Essa é a centralização propriamente dita” (MARX, 2011a, p. 729).

Ainda nesse mesmo processo, o aprofundamento da produção capitalista no campo acirra a concorrência na disputa por maior concentração de capitais. Para subsidiar financeiramente essa disputa, seja por meio da iniciativa do Estado, de bancos privados, ou de sociedades anônimas, Marx (2011a, p. 729-730) lembra que

a produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova: o crédito. Este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação, e, por meio de fios invisíveis, leva para mãos de capitais isolados ou associados os meios financeiros dispersos [...]. A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Além disso, o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada [...], ao passo que expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantes empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital [...]. Num dado ramo de atividades, a centralização terá alcançado seu limite extremo quando todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital.

Com o intercruzamento entre os diversos capitais (industrial, agrário, comercial e financeiro), decorrente do movimento de centralização do capital no setor de produção primária, foi forjado um processo em que corporações econômicas do mercado mundial passam a ter maior domínio sobre a produção e o comércio vinculados ao agronegócio. Portanto, é construída uma dominação que se constitui essencialmente na fabricação e na venda de insumos e químicos, maquinário agrícolas de alta tecnologia, sementes e uma gama de produtos agroindustriais; somando-se, outrossim, ao controle de terras<sup>72</sup> agricultáveis para fins especulativos.

A dominação e controle por parte das grandes corporações sobre a produção agropecuária brasileira consolidou um novo processo, que se pode compreender como *financeirização da produção rural*. A emergência desse fenômeno se deve à dominação do capital financeiro e das transnacionais no controle dos preços, do mercado nacional e internacional na aquisição de grandes propriedades de terra. Essa dominação exercida condiciona também imprimir direção à produção em conformidade com as necessidades do mercado mundial quanto à demanda por produtos primários.

Especificamente sobre o crescente movimento de concentração de terras – inscrito ao processo de centralização –, *a finalidade inerente a isso é dotar a terra, enquanto mercadoria, da condição de reserva de valor para que, através da especulação, seja possível elevar a lucratividade ao capturar maior volume de capital-dinheiro em relação ao que foi investido inicialmente na sua aquisição, decorrente de transações da venda por meio da elevação de preço*<sup>73</sup>.

Informações apresentadas pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) sobre os imóveis rurais, entre 2003 e 2010, evidenciam que a concentração da terra na forma de latifúndio é um caminho reafirmado historicamente no Brasil. A área total apropriada pelos imóveis considerados grandes propriedades em relação à área total de todos os imóveis do país saltou de 51,63% em 2003 para 56,12% em 2010<sup>74</sup>. Não obstante, a ampliação da área média das grandes propriedades não foi

---

<sup>72</sup> Lembra-se: a terra é um *meio de produção especial* particularmente para a agricultura, por conta de seu caráter limitado à maneira como é apropriada, a finalidade que lhe é atribuída e o modo em que é usada na produção dão-lhe a condição de um meio de produção fundamental.

<sup>73</sup> Preço e valor não são uma única e mesma coisa, isto é, não apresentam identidade. No entanto, há uma correlação entre ambos, uma vez que o primeiro é expressão do segundo. Ver capítulo três em Marx (2012a).

<sup>74</sup> Os dados estão disponíveis em artigo publicado pela Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) na edição especial – julho de 2013.

acompanhada pelo correspondente aumento relativo do aproveitamento produtivo na área acrescida.

O movimento de financeirização da produção agropecuária tornou-se mais incrustado à economia agrária a partir da primeira década do século XXI e, por isso, ganhou mais complexidade na conjuntura mais recente. Entretanto, a incorporação do capital financeiro ao agronegócio tomou corpo após a implosão do acordo de Bretton Woods<sup>75</sup>. François Chesnais (1996a) explica que esse foi um dos mais relevantes passos para financeirização mundial, pois permitiu diminuir as barreiras de controle e a liberdade de circulação dos capitais, determinando excesso de liquidez de capital financeiro transfigurado em créditos disponibilizados principalmente por bancos privados internacionais.

A liquidez de capitais disponíveis foi utilizada para financiar diversos empreendimentos, dentre eles, muitos vinculados à economia agrária. Frequentemente, a forma de acessar o crédito internacional foi a contração de dívida pública através de empréstimo, bastante recorrente durante a Ditadura Empresarial Militar no Brasil.

No que toca especificamente ao domínio exercido pelo capital financeiro, para além da oferta de volumosos créditos para os grandes empreendimentos agropecuários no país, as crises constantes do mercado financeiro levaram essa modalidade do capital a buscar investimentos mais seguros em ativos fixos com alto potencial de especulação no mercado de bolsas, como terras, produção de *commodities* e bens da natureza<sup>76</sup>.

Na conjuntura mais recente, talvez a maior razão para o capital financeiro buscar investimentos na economia agrária tenha sido o grande potencial especulativo que ativos do setor primário detêm, ou mesmo a segurança de lucratividade afiançada pela política econômica operacionalizada pelo Estado. Mesmo porque os referidos

---

<sup>75</sup> Foi um acordo de gerenciamento e regulação da economia mundial. O acordo foi firmado, em 1944, entre as maiores nações industrializadas ao estabelecer regras para as relações comerciais e financeiras internacionais, tendo como objetivo o gerenciamento negociado das relações monetárias no mercado.

<sup>76</sup> Dentre os vários bens da natureza que passaram a se constituir como mote de investimento do capital financeiro, estão as reservas de água mineral e água potável; florestas para fins de extrativismo de matéria prima para indústria de fármaco, de cosmético, etc; terras com possibilidade de se instalar atividade mineradora ou de expandir as fronteiras agrícolas. A título de informação acerca da potencialidade de investimento que o capital financeiro vislumbrou no agronegócio, o *Jornal Sem Terra* divulgou em sua 4ª edição impressa do ano de 2012, dizendo que, no final da primeira década do século XXI, “aproximadamente 50 maiores empresas transnacionais controlam a maior parte da produção e do comércio agrícola mundial”.

ativos não conformam segurança absoluta para as crises capitalistas, *que passaram a ter estreita correlação com a onda de financeirização da economia mundial*, de acordo com Chesnais (1996b). A especulação exagerada em derivativos<sup>77</sup> da produção rural muitas vezes colabora para criação de bolhas especulativas e, dessa maneira, constitui-se em um vetor de mediação para formação de crises.

Muitos bancos passaram a investir no mercado especulativo de bolsas, adquirindo ações das mais lucrativas empresas que atuam na produção e no comércio do setor agropecuário, ou na produção e comércio de uma diversidade de *commodities* direcionados à exportação. E, justamente, nesse movimento de financeirização, elevou-se o controle desse ramo de capital sobre o agronegócio, que passa a depender ainda mais de injeção de créditos para manter elevado o índice de produtividade, ou até ampliá-lo, sempre a partir de incremento de alta tecnologia e com uso de insumos.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) constituído durante a Ditadura Empresarial Militar e gerenciado pela tecnocracia da sociedade política do Estado formou a base de apoio financeiro para modernização técnica da agropecuária. Em 2003, já no primeiro ano de gestão do Governo Lula, as iniciativas tomadas revitalizaram a importância do SNCR para a direção que veio a tomar a política agrícola do governo.

O Plano Safra<sup>78</sup> 2003/2004 anunciado pelo Governo Federal, ao qual se agrega o SNCR, mostrou o aumento de 25,8% nos recursos totais do crédito rural com referência ao ano anterior; essa informação consta na *Revista eletrônica Carta de Conjuntura* da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Análises em fontes do Anuário Estatístico do Crédito Rural, publicado pelo Banco Central do Brasil, despertam atenção quanto ao crescimento global do montante de crédito concedido e direcionado ao Plano Safra durante os dois

---

<sup>77</sup> No mercado financeiro, os derivativos são instrumentos ou papéis que permitem realizar a chamada especulação na busca de lucratividade por parte de investidores que atuam nesse ramo. A especulação com derivativos depende da mera projeção de preços futuros de determinados ativos. Portanto, são instrumentos financeiros análogos a simples apostas baseadas na expectativa de lucratividade sobre a venda futura de ativos. Os derivativos, na economia agrária, surgem de um lado para garantir crédito de financiamento, que será utilizado por algum empreendimento produtivo no campo. De outro lado, para possibilitar o investimento de especuladores que visam superlucros no mercado financeiro.

<sup>78</sup> Em 2003, o Plano Safra foi criado pelo Governo Federal para garantir o crédito necessário para o agricultor investir e custear a produção. O Plano Safra é a principal, mas a única, fonte de incentivo por parte do Estado ao produtor rural e reúne um conjunto de políticas que abrangem os serviços de assistência técnica e extensão rural, crédito, seguro da produção, garantia de preços, comercialização, dentre outras ações.

mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. As informações publicadas no referido anuário dão conta de que os valores operacionalizadas pelo SNCR para o Plano Safra deram um salto exponencial de cerca de R\$ 31.102.681.808 reais no ano de 2003 para cerca de R\$ 82.070.562.133 reais no ano de 2010.

Sem esse volumoso aporte de recursos congregados no SNCR, então explicitados seja no Plano Safra, seja em outras fontes que compõem o índice global de crédito concedido, seria muito difícil que os empreendimentos estruturados sob o padrão da economia política do agronegócio tivessem viabilidade, uma vez que são bastante elevados os custos com o uso de incrementos mecânicos, técnicos e químicos.

Na esteira do fortalecimento do agronegócio, as atividades da produção rural desenvolveram uma elevada dependência em relação aos subsetores da indústria mecânica ou de maquinaria, bem como da indústria química e de insumos. No entanto, essa dependência se fez mostrar mais pesadamente no subsetor que atua no mercado financeiro através da aquisição de créditos para investimento na produção de produtos primários voltados, sobretudo, para o mercado externo.

A engrenagem desse novo movimento do capital, que mobiliza um conjunto de determinações complexificadoras da questão agrária brasileira, vai encontrar lastro primeiro na política de crédito rural arquitetada pelo Estado e, segundo, no mercado de valorização especulativa de terras, dada a debilidade das instituições estatais em regular esse mercado ou até mesmo atuar para favorecer sua liberdade com determinadas políticas ou legislações.

Desse modo, no ingresso do século XXI, o Estado, por intermédio de uma política financeira e econômica, vai atuar no sentido de estruturar as condições para instituir um novo projeto de acumulação de capital sob a perspectiva do agronegócio.

Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. [...] a estratégia de capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados – de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais – , e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica. (DELGADO, 2012, p. 47-48)

O que se evidencia no decorrer dos anos 2000 é uma expansão do setor primário e uma importância superdimensionada desse setor dentro da política econômica no Brasil. Isso posto, o agronegócio, sob suas múltiplas formas, assumiu prioridade na agenda macroeconômica durante os dois mandatos do Governo Lula, como plataforma estratégica do comércio internacional do país no sentido de capturar excedente de valor, produzido pela renda fundiária diferencial, seja na atividade agropecuária e mineral, seja na capacidade especulativa da terra como reserva de valor.

Na busca pelo equilíbrio da balança comercial nesse período, o agronegócio assumiu centralidade na política econômica. Com isso, tornou a vigorar no Brasil

o fenômeno da “reprimarização” do comércio exterior [...]. Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003-2007, quando vigorosos saldos comerciais oriundos dessas exportações superam o déficit de serviços da conta-corrente, tornando-a superavitária. (DELGADO, 2012, p. 117)

Na contemporaneidade, a questão agrária tem assumido contornos ainda mais complexos. Na conjuntura atual, ela aprofunda seu vínculo estrutural com o processo de acumulação capitalista, já que se insere na lógica da hegemonia do capital financeiro.

O processo de modernização da produção no campo, que desenrolou o aprofundamento de capitalização do meio rural no Brasil, encontrou no Estado o principal articulador dos interesses das frações de classe dos grandes proprietários de terra com os interesses do capital monopolista e da hegemonia do capital financeiro. No interstício das três últimas décadas, entre o século XX e XXI, esses interesses se cristalizaram no orbe do Estado, portanto, tornou-o o principal agente mediador institucional entre a burguesia rural e a integração dos diversos capitais.

A política neodesenvolvimentista operada pelos governos do Partido dos Trabalhadores irá implementar no âmbito do aparato estatal, estratégias com vista a acelerar a “modernização” da economia, leia-se resgatar estratégias “desenvolvimentistas”, reatualizando e aprofundando as históricas contradições no meio rural do país por meio da reprimarização da pauta exportadora.

### 3.2.3 A ideia da “modernização” da economia brasileira como fundamento do “novo desenvolvimentismo”

A ideia de modernização ou dinamização do padrão de acumulação para potencializar o crescimento da economia brasileira, que predominou entre os governos do PT sob a plataforma neodesenvolvimentista, encontrou alguns poucos elementos inspiradores em fundamentos presentes no pensamento nacional-desenvolvimentista. Entre ambos há aproximações ideopolíticas que apontam para ideia do desenvolvimento do capitalismo nacional, embora calcada por princípios e horizontes estratégicos divergentes. Separadas por condições históricas e alguns objetivos distintos, entre alguns dos princípios e orientações estratégicas que fundamentam as duas correntes há notória discrepância.

O nacional-desenvolvimentismo se arvorou como uma das mais importantes tradições do pensamento social e econômico brasileiro, ganhou destaque em meados do século XX ao se apresentar como fundamento ideopolítico e teórico na orientação às propostas de reformas estruturais ou mesmo de reformas no rol da revolução democrático-burguesa necessárias ao país. Em contrapelo, o neodesenvolvimentismo emergiu menos como corrente teórica do pensamento econômico nacional e muito mais como resultado das disputas na relação de força entre as duas tendências que almejavam o controle da política econômica durante o Governo Lula: a de inclinação neoliberal e a de influência desenvolvimentista.

Por isso, o novo desenvolvimentismo apareceu mais como uma mistificação ou ideologia<sup>79</sup> do que de fato apresentou substancialidade teórica e fundamentos capazes de resistir diante das determinações históricas do tempo presente. Basta lembrar da desdenhada marolinha vislumbrada na crise econômica internacional, que logo revelou ser um tsunami de demonstração do poderio da crise estrutural<sup>80</sup> da

---

<sup>79</sup> Conforme já mencionado, essa questão será problematizada no tópico 5.2.

<sup>80</sup> A crise referida aqui se diferencia das demais por sua condição de “crise estrutural” da acumulação capitalista. As determinações dessa crise incontornável da acumulação estão imbricadas à própria reprodução da sociedade burguesa, estruturada para produção e reprodução do capital, que implica sempre na queda tendencial da taxa de lucro. Desde o último quartel décadas do século XX, quando mergulhou em uma profunda crise de acumulação, a produção capitalista tem operado estratégias e transformações no padrão produtivo e de reprodução social com vista a retomar a elevação das taxas de lucratividade. A financeirização da economia, o enxugamento da força de trabalho nos ramos de produção, a adoção do receituário neoliberal como princípios estruturais, o acirramento da corrida pelo desenvolvimento tecnocientífico voltado à produção, à adoção da microeletrônica e da alta tecnologia da informação no processo produtivo; essas são algumas das estratégias e transformações para superação da crise, mas a história e os índices econômicos têm revelado que a crise a cada nova



acumulação capitalista ao atingir a economia do país já durante o último ciclo de gestão do PT. Assim, as prescrições da plataforma de gestão do Estado sob o manto do neodesenvolvimentismo

e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 679)

Em razão da sua fragilidade teórica e da carência na interlocução com a história ou com as determinações da realidade concreta, Castelo (2012) considera o neodesenvolvimentismo uma expressão da decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro na atualidade.

No interior do viés nacional-desenvolvimentista há alguns pontuais nuances, mas em linhas gerais pode-se considerar que suas formulações recebem influência do nacionalismo, do positivismo e do protecionismo industrial<sup>81</sup>. No solo histórico, a implementação da proposta de desenvolvimento do capitalismo nacional, no século XX, impulsionou o projeto de industrialização via o modelo de substituição das importações, efetuado na Era Vargas por empreendimentos estatais, políticas protecionistas, empréstimos e iniciativas fiscais para favorecer a iniciativa privada. Esse projeto teve seu auge com Juscelino Kubitschek (JK), condicionado pelo aprofundamento da imersão do capital financeiro no país e a chegada das multinacionais. A partir de 1964 com os militares no comando do Estado nacional, o desenvolvimentismo ganhou outras direções hegemônicas pelo poder dos monopólios internacionais.

Fundamentam o ideário nacional-desenvolvimentista a realização de profundas reformas estruturantes - a exemplo da reforma agrária -, a intensa política econômica

---

conjuntura tem se complexificado. Para um debate qualificado sobre a crise estrutural do capital, é indispensável a leitura de Mandel (1982). As crises cíclicas são imanentes à dinâmica interna do modo de produção capitalista, da qual jamais conseguirá superar por definitivo e que, de tempo em tempo, eclode e abala sua capacidade de acumulação; no entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, o sistema capitalista passou a ser caracteristicamente marcado por uma crise de caráter estrutural. Segundo Mandel (1982), a crise estrutural não significa o início do fim do modo de produção capitalista, como também não significa o fim das crises cíclicas. O significado do caráter estrutural da crise do capital é de que o capitalismo se vê numa situação de incapacidade para efetivar um período longo ou mais duradouro de crescimento econômico demarcado por altas taxas de acumulação. As determinações e traços econômicos, políticos e ideoculturais da crise estrutural, além de Mandel (1982), estão problematizadas em Mézáros (2002).

<sup>81</sup> Sobre as influências ideológicas e os ciclos históricos das ideias desenvolvimentistas no Brasil ver: Ricardo Bielschowsky (2004).

direcionada à industrialização, controle do capital financeiro internacional, o combate ao imperialismo por condicionar o subdesenvolvimento, o enfrentamento às determinações da condição de dependência, etc. Essas eram questões que se colocavam como orientação de uma consciência crítica no debate nacional, que para algumas correntes apareciam como mediações estratégicas para a revolução brasileira.

Mas, muitas dessas questões sequer aparecem como pilares para o novo desenvolvimentismo, ou quando muito, são retomadas como arremedos ou com deturpações. De acordo com suas premissas, a gestão implementada pelo Governo Lula deveria buscar competitividade no mercado internacional, ser austera no controle fiscal para fomentar o investimento do capital financeiro internacional no país; bem como o Estado deveria criar um ambiente favorável para diminuição dos riscos e incertezas do mercado, de modo que a administração do interesse público estatal e o interesse privado de ampliação da lucratividade do mercado não se contrapusessem, mas estabelecessem uma parceria de fortalecimento mútuo ou uma simbiose para estimular o crescimento econômico.

Em síntese, as formulações neodesenvolvimentistas se diferenciariam fundamentalmente do nacional-desenvolvimentismo por buscar fomentar o investimento privado em setores da infraestrutura do país, alargar os laços com o mercado internacional e ter compromisso com a estabilidade macroeconômica conquistada pelo controle: fiscal, da moeda e da inflação.

A novíssima versão teórica do crescimento e estímulo do processo de modernização acelerada da economia sinalizava que o Brasil experimentaria uma fórmula inédita de desenvolvimento. Como nunca antes na história do país, o planejamento e intervenção estatal estariam marcados por políticas que sinalizassem com sensibilidade social no processo de estímulo à acumulação. A orientação dessa nova versão desenvolvimentista se propunha como uma alternativa capaz tanto de remediar as contradições mais severas do neoliberalismo quanto de se sobrepôr ao nacionalismo anacrônico do velho desenvolvimentismo.

No bojo da construção de uma plataforma administrada por um Estado regulador na área econômica e social havia, portanto, o compromisso em impulsionar a constituição de um mercado de massas, promovendo a inclusão de milhões de brasileiros que estavam à margem ou com capacidade insuficiente de consumo. Por

isso, entre suas prescrições estava o compromisso com a distribuição de renda e com a ampliação salarial, além de objetivar a ampliação das políticas e serviços sociais, sem criar constrangimentos aos interesses de expansão do mercado.

Sob o receituário neodesenvolvimentista o Brasil entraria finalmente num ciclo virtuoso de desenvolvimento capitalista, em que o estímulo ao crescimento do bolo da economia estaria associado com mecanismos para que todos os cidadãos pudessem ter o seu quinhão na partilha.

Para Castelo (2012), as formulações neodesenvolvimentistas se estruturam em torno de três correntes: 1) a macroeconomia estruturalista: sua ideia básica está centrada na primazia do mercado, na promoção das exportações e no papel regulador do Estado nas falhas do mercado com políticas cambiais e de juros; 2) a pós-keynesiana: defende que o Estado deve assumir protagonismo para reduzir as incertezas do mercado, advoga a ideia da formação de uma coalizão entre burguesia industrial nacional, burocracia estatal e frações dos trabalhadores, com hegemonia dos industriais e da burocracia estatal; 3) a social-desenvolvimentista: acentua a necessidade de afirmação do mercado interno e a ampliação do consumo de massa com forte participação do Estado como indutor.

Dessa maneira, as formulações neodesenvolvimentista giram em torno do que deve ser articulado pela política econômica, para que se possam ser suplantados os entraves ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos. (CASTELO, 2012, p. 614)

O neodesenvolvimentismo cumpriu um papel de organizar os fundamentos da política de gestão do Estado para realizar uma nova etapa do crescimento da economia nacional, por conseguinte, de fundamentar as estratégias para constituir processos de potencialização do ritmo de acumulação capitalista. Os novos desenvolvimentistas, em geral, são entusiastas do protagonismo e pujança que assumem o investimento do capital internacional, os setores do agronegócio e do extrativismo mineral na objetivação da política econômica.

Para essa plataforma, os nexos do crescimento econômico coadunam com a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e na atividade extrativista mediante a apropriação privada de fontes de bens da natureza. Não por acaso, pode-se observar que a partir da gestão do aparato estatal, o Governo Lula ao imprimir a aceleração da modernização do padrão de acumulação reeditou processos sociopolíticos congêneres à “modernização dolorosa” no campo, que se materializou na reatualização de mecanismos que favoreceram a concentração fundiária, em estratégias ideopolíticas de conciliação de classes e no fortalecimento dos interesses da burguesia rural no interior do bloco de poder.

Sem embargo, a reprodução do padrão moderno de produção capitalizada no campo não deixou de apresentar suas contradições, porquanto que aprofundou e complexificou as determinações da questão agrária. A mediação que exerceu o Estado para consolidar os interesses e condições da reprodução ampliada do capital no campo também impeliu ao aparato estatal a exigência de regulação das diversas expressões da luta de classes constitutivas da questão agrária.

O advento de organizações de luta dos trabalhadores rurais atravessou a arquitetura do aparato estatal por meio de disputas, demandas, interesses, necessidades socioeconômicas e projetos societários. Com isso, ficou exposto seu atrelamento às contradições imediatas e ao antagonismo entre as classes fundamentais da sociedade capitalista.

As contradições emergentes no meio rural se expressam por meio de inúmeras formas: na espoliação que vivenciam as frações do trabalhador rural<sup>82</sup> expulsas do

---

<sup>82</sup> Compõem as frações de trabalhadores rurais no Brasil: meeiros, posseiros, pequenos agricultores, camponeses, assalariados ou proletários rurais, semiproletários, vaqueiros, dentre outras. Todos eles estão perfilados como forma de trabalho rural em que a produção capitalista vai associar como modo particular de exploração na produção de riqueza, dadas as condições singulares da formação histórica do país. Arivaldo Umbelino (2001) apresenta considerações que iluminam a questão acerca da forma como o modo de produção capitalista vai incorporar, também, à sua expansão e reprodução de formas de trabalho aparentemente pré-capitalistas. Com a “modernização dolorosa” da agropecuária, de acordo com Silva (1982; 1993), uma das características que marca a força de trabalho rural decorrente desse processo é que seu uso passou a ser ainda mais temporário na produção. Em razão da incorporação mais intensiva de avançada tecnologia na produção, a produtividade aumentou no mesmo passo que diminuiu o tempo em que a força de trabalho requer ser empregada e o número de trabalhadores empregados na produção. Dentro do leque que compõe o proletariado rural, surge, então, o trabalhador volante, que passa a circular em vários empreendimentos da produção rural vendendo sua força de trabalho. Uma das características desse trabalhador volante é a de que ele não é nem plenamente um assalariado nem um camponês puro. Dessa forma, uma das faces mais perversas da capitalização do campo é o aumento da precarização do trabalhador rural.

campo, na superexploração que caracteriza as relações do trabalho rural, na pauperização profunda de parcela do campesinato, etc.

Dessa forma, o conflito agrário se revelou como o centro de convergência das contradições no processo de capitalização da produção rural e as organizações de lutas dos trabalhadores do campo como o signo da resistência e do protagonismo políticos como sujeitos coletivos na arena política.

### 3.3 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO NO BRASIL DO SÉCULO XX

O Estado, ao explicitar ser “a rubrica providência das condições gerais de produção”, tem colaborado com a histórica manutenção da abissal desigualdade na distribuição de terra no Brasil, que enseja a superexploração do proletariado rural, marca dominante das relações de trabalho no campo, como bem salientou Marini (1976). Dessa forma, tem colaborado diretamente com a conflitividade no campo, o que aponta para atualidade da questão agrária.

É importante pontuar que os conflitos agrários no Brasil guardam raízes desde o início da ocupação portuguesa. É recorrente, nas problematizações sobre a história da luta pela terra, obliterar a participação dos indígenas, escravos e ex-escravos. A importância de ao menos pontuar essas raízes históricas é para que não se apague ou desconsidere os precursores na luta pela terra, seu papel na formação nacional e relevância na gênese das lutas agrárias que atravessam a história do país de ponta-a-ponta.

A origem do conflito pela terra no Brasil não se iniciou sob o enfrentamento travado pelos trabalhadores rurais desprovidos da posse da terra ou dela expulsos. Com frequência, na literatura sobre essa questão, leva-se a supor que a luta em torno da terra teve as balizas iniciais no século XX com a consolidação do capitalismo e sua expansão no meio rural.

Os períodos iniciais da conquista dos portugueses, daquilo que hoje compõe o território nacional, registram conflitos agrários travados entre os invasores e os nativos que habitavam no território. Na disputa pelo domínio da terra, a partir do século XVI, “a luta pela posse e uso de terra iniciou-se com a colonização; no caso do Nordeste do Brasil, quando os portugueses aportaram ao litoral e desenvolveram uma política

de exploração da costa” (ANDRADE, 1994, p. 29). Além dos conflitos em torno da terra no Período Colonial, tem relevante destaque as disputas durante a República Velha, marcadas pela “Guerra de Canudos” na Região Nordeste e pela “Guerra do Contestado” na Região Sul.

Contudo, é inquestionável afirmar que as lutas no campo ganharam maior dimensão e outra qualidade no transcorrer do século XX, principalmente a partir da segunda metade deste século. O ponto determinante dessa nova qualidade nos conflitos agrários foi sem dúvida os sujeitos coletivos que se constituíram nesse período temporal.

As lutas sociais em torno da questão agrária passaram a apresentar na história uma nova força social e política: os trabalhadores rurais organizados. A luta pelo direito ao acesso e permanência na terra é sem dúvida o ponto fundamental dos conflitos agrários em razão da cristalização das relações capitalistas. Mas emergiram também outras expressões das lutas sociais no campo que tocam em questões como a regulamentação das relações do trabalho e a constituição de direitos dos trabalhadores rurais.

Durante o processo de industrialização no Brasil na década de 1930 e 1940, já se iniciaram as primeiras tentativas de organização sindical dos trabalhadores rurais. Porém o pacto de classe estabelecido entre burguesia industrial e burguesia rural inviabilizou, em favor dos interesses dessa última, que a sindicalização pudesse seguir com o objetivo da adesão organizativa entre os trabalhadores do campo.

Foi a pressão dos trabalhadores que levou o Estado a tomar medidas estratégicas para recompor a relação de força e, assim, permitir a sindicalização rural, porém essa permissão se deu através do atrelamento da estrutura sindical ao aparato estatal.

Todavia, é preciso ressaltar que o Estado impôs barreiras jurídicas para impedir que a sindicalização viesse a se generalizar dentre os trabalhadores rurais. Com isso, constituíram-se por local de conflito as primeiras organizações de trabalhadores no campo, estruturadas de acordo com a regulamentação sindical, que abria a “possibilidade de organização em quatro categorias distintas: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa e produtores autônomos” (MEDEIROS, 1989, p. 11).

Na década de 1950, o processo de industrialização começa a se aventar no meio rural com implicações no sentido de modernizar a base técnica e de intensificar a exploração do trabalhador rural. Nesse contexto, cresceram os conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais e, assim, são formados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) em alguns estados da federação. Ganha, então, importância a luta pelo alargamento dos direitos na direção das relações de trabalho rural, outrora já assegurados pela legislação aos trabalhadores urbanos.

Com o viés sindical, surge em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) com a perspectiva de fortalecer as lutas dos trabalhadores rurais. A ULTAB foi organizada pelo PCB também com a finalidade de criar meios de forjar a aproximação para a constituição de uma aliança entre trabalhadores do campo e da cidade.

No final dessa mesma década, igualmente com inclinação à sindicalização, também se constituiu no Sul do país o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Não obstante, essa organização tinha uma marca para além da luta sindical, pois organizava os trabalhadores também para a conquista da terra<sup>83</sup>, mas sem sombra de dúvidas, a organização da luta dos trabalhadores rurais pela terra e outros direitos ficou marcada especialmente pelas Ligas Camponesas nesse mesmo período.

Conforme Azevêdo (1982), as Ligas Camponesas não gravitavam na órbita do controle do Estado e sua força de atração imantava mais e mais sujeitos para compor a organização, de modo que isso colocava em xeque a ordem institucional. O reestabelecimento do pacto de classes, através do populismo representado por João Goulart no início da década de 1960, de acordo com Ianni (1978), demandou o controle das lutas de classes no campo por meio do enfraquecimento das Ligas Camponesas ao regulamentar e afrouxar a abertura de sindicatos. A estratégia foi atrair o campesinato e os trabalhadores rurais para a sindicalização, essa fortemente marcada pelos limites da ação municipal/local, pelo corporativismo e pelo aparelhamento.

No transcurso da “modernização dolorosa”, o Estado sob o regime da Ditadura Empresarial Militar desenvolve o controle das lutas e organizações políticas dos

---

<sup>83</sup> A luta do MASTER para romper cercas, entrar e conquistar a terra serviu posteriormente de inspiração tanto para a organização quanto para a estratégia das lutas sociais empreendidas pelo MST.

trabalhadores rurais em três linhas: 1) com forte repressão, cujos efeitos foram debeladores para as organizações e a capacidade de luta; 2) por meio da herança do aparelhamento dos sindicatos controlados pelo Estado, que atribui margem de submissão dos STR's ao aparato estatal; 3) pelo consenso, ao conceber o Estatuto da Terra (ET) e a efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural<sup>84</sup> (ETR). Dessa forma, por intermédio da garantia de direitos, o Estado conseguiu frear o avanço e desaquecer a mobilização tanto do sindicalismo rural quanto de outras organizações um pouco mais acirradas de luta no campo.

É possível observar, numa avaliação muito rápida sobre as organizações de luta política dos trabalhadores do campo, que entre os anos de 1940 e 1980 a mobilização e luta dos trabalhadores esteve muito mais direcionada às questões mais imediatas da articulação entre capital e trabalho. As lutas desenvolvidas nesse período se manifestaram, sobretudo, nas reivindicações pela regulamentação das relações de trabalho realizadas pelas organizações políticas de representação.

Por isso, o grande crescimento e a predominância do sindicalismo no período. Nesse contexto, a grande exceção foram as Ligas Camponesas, que trazia entre suas bandeiras a de luta contra o latifúndio. Dentre as determinações para a predominância da mobilização sindical estavam o maior desenvolvimento capitalista no campo e a afirmação do agronegócio como padrão de modernidade na economia agrária.

Sob a conjuntura de esgarçamento político da autocracia, instaurada com o golpe de 1964, desenvolvem-se na crista da onda das lutas pela redemocratização um reaquecimento da sindicalização rural e o aumento da capacidade de mobilização. É, portanto, nesse cenário que surgem nos finais dos anos de 1980 novos sujeitos coletivos, em parte, também determinado pelo desgaste das práticas institucionalizadas do sindicalismo rural, afigurada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura<sup>85</sup> (CONTAG), que na atualidade ainda representa uma

---

<sup>84</sup> O Estatuto da Terra (ET) estabeleceu categorias normativas quanto à relação entre Estado e sociedade no tocante à regulação que lhe compete sobre a organização fundiária e a produção rural. Foi normatizada a partir daí a noção de latifúndio, minifúndio e empresa rural. A partir do ET, é constituída a noção jurídica de empresa rural e se estabelece a sua inviolabilidade para fins de reforma agrária. A garantia da inviolabilidade da propriedade privada da terra, sob o estatuto de empresa rural, foi instituída como uma segurança ao crescimento dos complexos agroindustriais. No tocante ao Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), ele expressou a garantia jurídica da extensão de direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. Embora o ETR tenha sido concebido em 1963, é sob a Ditadura Empresarial Militar que se visualiza sua efetivação.

<sup>85</sup> A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em 1963 para congregar, em nível nacional, as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) que representavam os trabalhadores rurais nos estados da federação. A CONTAG tinha como marca a luta institucional, assim



instância aglutinadora do sindicalismo rural organizado em 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), com mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) filiados. Em linhas gerais, a CONTAG afirma que seu projeto político está orientado para luta pela reforma agrária, pela produção sustentável de alimentos saudáveis através do fortalecimento da agricultura familiar e viabilizado pelo que chama de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário<sup>86</sup> (PADSS).

Esses novos sujeitos coletivos que emergiram na onda das lutas redemocratizantes no Brasil, explicitaram uma gama de contradições contidas no processo de valorização do capital no campo. Por isso, buscaram ir muito além das críticas as práticas sindicais ao acirrar também as lutas pela desconcentração fundiária, ao passo que se colocaram em rota de colisão com os interesses do agronegócio. Ganhou relevo dentre às organizações que desenvolveram esse perfil político, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi construída pela ala progressista da Igreja Católica com objetivo de dar suporte às organizações de luta dos trabalhadores do campo. Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também assumiu protagonismo nas lutas rurais, nesse contexto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Formado inicialmente a partir da mobilização de agricultores contra a construção de hidrelétricas na Região Sul do país, o MAB passou a se organizar em outras regiões.

Diversas organizações políticas surgiram ao longo da década de 1990, impulsionadas pelas lutas sociais espalhadas no campo e fortemente influenciadas pela necessidade de enfrentamento às contradições da política de redução do papel social do Estado. Entre os novos sujeitos coletivos que se constituíram nessa década, estão: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Fruto da histórica crise econômica e social que atingiu a agricultura do país, o MAP está organizado em 17 estados da federação e reivindica a construção de um

---

defendia que mesmo a luta pela terra deveria ser realizada pelos marcos legais, nesse caso, o instrumento mais adequado seria as preconizações do Estatuto da Terra. Essa estratégia levou a CONTAG a cancelar o I Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado pelo Governo de José Sarney, dessa forma negou as táticas radicalizadas de luta do MST e de outros dos trabalhadores expropriados.  
<sup>86</sup> Os traços mais gerais do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário pode ser consultado em: <<http://www.contag.org.br/index.php>>.

projeto popular para o Brasil e defende mudanças na Política Agrícola com a construção de um novo modelo de desenvolvimento do campo.

Organizado em 18 estados o MMC representa a organização de mulheres meeiras, agricultoras, ribeirinhas, extrativistas, entre outras mais. Além de bandeiras de lutas particulares às mulheres, esse movimento social reivindica um projeto de agricultura ecológica na produção de alimentos.

Após o Massacre de Corumbiara<sup>87</sup> alguns camponeses rompem com o MST e constituem a LCP. Essa organização não acredita na possibilidade de que a reforma agrária possa vir a ser viabilizada por qualquer governo como política de Estado, assim, a Liga dos Camponeses Pobres se orienta na luta pela ocupação de latifúndios e pelo início da produção por parte de seus integrantes, sem que se inicie como primeiro passo, a negociação para desapropriação das terras ocupadas e para implementação de políticas e serviços que viabilizem a produção rural na área.

As lutas sociais que explodiram no campo e ganharam relativa radicalidade, sem sombra de dúvidas, foram as grandes catalizadoras da luta de classes nas décadas finais do século passado, sobretudo aquelas em que o MST, enquanto sujeito coletivo, foi o grande protagonista. É preciso lembrar que a luta de classes como mediação que impulsiona a história não está circunscrita apenas nas relações fabris, especialmente quando se observa as determinações presentes no quadro da formação econômico-social brasileira.

Por isso, toda a história nacional está marcada pela emergência de lutas sociais realizadas em torno da questão agrária, já que essa problemática guarda determinações intocáveis para a reprodução capitalista no país. Muito embora, no período dos anos de chumbo do regime militar, a luta dos trabalhadores rurais tenha sido temporariamente silenciada, as contradições da estrutura agrária não foram apagadas, muito pelo contrário, essas contradições foram aprofundadas.

Mesmo a forte truculência e perseguição repressiva do Estado em relação às lutas sociais no campo não foram suficientes para impedir que germinassem novamente a reorganização de camponeses, meeiros, pequenos arrendatários, trabalhadores rurais sem-terra, que retomaram com força sua participação na arena

---

<sup>87</sup> Marcado pelo conflito violento ocorrido em 1995 no Município de Corumbiara, estado de Rondônia. O conflito começou com uma operação da Polícia Militar para desocupação de Fazenda Santa Elina, um latifúndio improdutivo ocupado por camponeses sem-terra. A operação resultou na morte de violenta de 10 pessoas.

da política como “novos” sujeitos coletivos que não só lutaram pela derrubada do regime mas também recolocaram a questão agrária no debate político, atrelada à perspectiva da transformação societária.

Particularmente sobre o MST, ao longo da última década do século XX, essa organização política veio a se firmar como o principal sujeito coletivo de luta dos trabalhadores rurais no país e na América Latina no que diz respeito à bandeira da reforma agrária.

Essa organização trouxe, pela primeira vez, para o campo do enfrentamento político a articulação entre os *trabalhadores rurais sem terra e um contingente de trabalhadores urbanos* que passou a buscar inserção na produção rural como uma alternativa para a contradição mais imediata do modo de produção capitalista, o desemprego. Isso recolocou a questão agrária como uma problemática fundamental na agenda política nacional e na agenda das disputas por projetos societários para o país. Assim sendo, o enfrentamento de uma das determinações essenciais da questão agrária, a concentração de terra sob a forma de latifúndio, foi colocado pelo MST como mediação de primeira ordem na relação com o Estado.

Concomitante a isso, a reforma agrária também alçou a condição de mediação estratégica para a transformação da realidade nacional, dado o papel que o latifúndio tem na articulação com a reprodução capitalista. Para tanto, empunhou a bandeira da luta contra a grande propriedade fundiária por meio da conquista do direito ao acesso à terra e do direito de nela permanecer. A principal estratégia nessa direção foi a retomada tática da luta radicalizada via ocupação de latifúndios.

O amadurecimento dos Sem Terra como ferramenta organizativa trouxe significativa influência para a direção, o significado político e o aprofundamento da luta de classes mais geral no Brasil. O desenvolvimento organizativo dos Sem Terra colaborou ao longo da década de 1990 para retomada da direção anticapitalista das lutas sociais no campo. Além de se chocar com os interesses políticos da burguesia rural, com impacto para relações de força e poder vigentes no meio rural, ao mesmo tempo acarretou em implicações para a agenda do agronegócio, uma das principais vigas da economia nacional.

## 4 O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DOS SEM TERRA: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DO MST

A indiscutível força com que se reascendeu a luta de classes no Brasil marcou o ponto mais elevado das lutas sociais no processo de redemocratização do país. Nesse cenário, combinou-se uma gama de determinações históricas, econômicas e políticas que fez reemergir a luta organizada dos trabalhadores na cidade e no campo.

No meio rural, como já foi frisado, o MST se constituiu na mais notória das organizações populares de luta. O desenvolvimento organizativo do movimento fez com que avançasse para se constituir também como *forma partido*. Esse amadurecimento, dentre outras circunstâncias, é percebido na vinculação com um projeto político de natureza nacional e popular, do qual a proposta de reforma agrária é o centro de articulação.

É pela mediação da proposta de reforma agrária que buscou urdir, em conjunturas históricas determinadas, sua vinculação com projetos políticos de implicações societárias. Na conjuntura recente, a proposta de reforma agrária radical que marcou o movimento na sua trajetória histórica passou por reformulações. Isso trouxe desdobramentos para o redirecionamento de sua luta política, bem como determinou seu comportamento na dinâmica da luta de classes.

### 4.1 AS LUTAS AGRÁRIAS COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES ANTICAPITALISTA

É bastante recorrente que as análises ou considerações acerca das relações sociais de produção no campo se atenham somente à ótica da produtividade ou às dimensões exclusivamente econômicas. Com isso, secundarizam as relações entre as classes que estão no terreno da produção, ou seja, escamoteiam as contradições, o conflito em torno de interesses políticos e econômicos entre elas.

As relações de produção no campo sob o modo de produção capitalista guardam em si determinações econômico-estruturais e políticas geradoras de contradições que, cedo ou tarde, desaguam em conflitos entre os sujeitos sociais presentes nessa relação. A capitalização das relações de produção do campo não se restringe às questões exclusivamente econômicas, como aumento da produtividade,

predominância da mecanização e de uso de novas tecnologias, gestão mais intensiva da força de trabalho, aperfeiçoamento da racionalização da produção, etc. Ela implica também na compreensão de que sob essas condições há maior complexidade nas relações entre os sujeitos sociais presentes que, por conseguinte, aprofundam as lutas sociais ou a conflitividade entre as classes.

A leitura adequada dessa realidade requer ir além das implicações meramente econômicas ou mesmo do recorte monolítico preso à aparência fenomênica da realidade, que esconde as múltiplas determinações da história. Essa perspectiva reifica as relações sociais, naturaliza e empobrece o real das concretas relações entre sujeitos sociais em movimento, mergulhados: em situações diversas de desigualdades; na subsunção formal e real; em relações de coerção; em necessidades imediatas; em interesses individuais, econômicos e políticos; na construção de projetos coletivos e societários. De modo que todas essas dimensões em que estão imersos os sujeitos sociais se constroem arraigadas em conflitos, em contradições menos ou mais essenciais e em antagonismos que se desenvolvem de maneira indireta ou direta.

A captura mais profunda e com riqueza das relações sociais de produção capitalista no campo requer uma investigação conectada com a concretude da totalidade social, da qual a luta de classes tangencia todas as dimensões das relações sociais.

a teoria da luta de classes se configura como uma teoria geral do conflito social [...] exatamente por fornecer uma chave de leitura do processo histórico, ela procura levar em conta as multiplicidades das formas nas quais o conflito social se manifesta [...] trata-se de analisar os conflitos que têm como protagonistas não indivíduos, mas sujeitos sociais e que, de modo direto ou indireto, imediato ou mediato, remetem à ordem social, a esta ou àquela essencial articulação da divisão do trabalho e da ordem social. (LOSURDO, 2015, p. 63-64).

O histórico de conflitos agrários se acentua também como traço da formação social nacional e, ao mesmo tempo, expõe outra ponta de sua questão agrária, a conflitividade entre os sujeitos sociais. Esses, algumas vezes, entram em luta por seus interesses de maneira isolada ou espontânea; não obstante, ganham maior notoriedade quando se constituem na luta como classe e expressam seus interesses organizativamente.

Há, no Brasil, uma longa trajetória de lutas sociais de classes no campo, em que o centro de gravidade dos conflitos está presente na apropriação privada e concentrada da terra, então necessária para efetivar um determinado padrão de produção primária. A questão agrária que se objetiva fundamentalmente nos conflitos pela terra tem sua determinação essencial na relação entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, presentes também no meio rural.

[...] nas sociedades em que as relações de classe existem, são o tipo fundamental de relações. Isso explica-se pelo facto de as classes, entre as quais elas se estabelecem, serem elementos fundamentais da estrutura social [...]. As relações de classe assentam antes de tudo nas relações de propriedade porque estas condicionam a própria existência das classes [...]. Uma particularidade importante das relações de classe consiste em que deixam a sua marca em todos os tipos de relações na sociedade. Isto acontece porque as relações de classe são multilaterais e manifestam-se através de todo um sistema de diferentes relações de carácter material e espiritual. (ERMAKOVA; RÁTNIKOV, 1986, p. 98)

As contradições entre trabalhadores rurais, sejam eles sem-terra ou diversamente explorados pela burguesia rural no regime de apropriação privada da riqueza social, expõem a relação antagônica entre essas duas classes. A conflitividade da relação entre elas foi e está cotidianamente presente na luta de classes concretamente manifesta, entre outras formas, na luta pela posse da terra, na luta contra as formas de dominação e contradições estruturadas sob a posse da terra, na resistência para garantir o direito de nela permanecer e produzir, ou mais complexamente, na luta pelo remodelamento da estrutura fundiária.

São diversas as formas que particularizam os conflitos agrários que atravessam de ponta a ponta o processo da formação histórica nacional; alguns desses conflitos já foram mencionados nesta tese, mas dada a relevância que tiveram serão novamente frisados<sup>88</sup>. Dentre eles, estão os conflitos expressos entre colonizadores e índios, entre senhores e escravos. Impõe reconhecimento as lutas atravessadas por conteúdo místico-religioso dos quais Canudos e Contestado são exemplos pelo significado político que guardaram ao desafiarem os setores dominantes locais.

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram movimentos populares que

---

<sup>88</sup> Aqui foram apresentados apenas alguns dos mais conhecidos conflitos agrários no país. Não se pretende, com isso, restringir ou apagar a infinidade de conflitos no meio rural existentes no Brasil. Tampouco, se quer mensurar a relevância de cada um deles.

acreditaram na construção de uma organização em oposição à República dos Coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo. (MARTINS, 1983, p. 62)

Um ligeiro escrutínio na história nacional logo revelou pronta mobilização dos poderes instituídos a serviço dos setores proprietários para que as relações de dominação e subsunção no campo não fossem (ou no presente, não sejam) abaladas e derruídas diante de alternativas colocadas pelos setores subalternos. A repressão ou desmobilização é a estratégia mais recorrente no terreno das lutas sociais de classes. As forças repressoras são sempre requisitadas diante de qualquer ameaça mais aguda dos setores subalternos às estruturas do poder econômico e político que estão assentadas sobre a propriedade fundiária, pela instabilidade que sempre representam para tais estruturas.

Somadas às lutas de conteúdo místico-religioso, não se pode esquecer que o fenômeno do cangaço, tão peculiar ao Nordeste no século XX, guardou certo significado de conflito agrário, de acordo com Martins (1983). Mas, especialmente em razão do potencial organizativo das lutas que desenvolveram, não se pode obliterar também a relevância e o peso histórico das Ligas Camponesas para que a questão agrária entrasse finalmente na agenda política de atenção do Estado sob a pauta de uma reforma agrária.

As Ligas Camponesas impuseram a presença reguladora do Estado aos interesses sociais determinados pela correlação de força entre as classes fundamentais, principalmente através de estratégia de cooptação e desmobilização *vide* sindicalização atrelada ao aparato estatal ou por meio da proposta de uma reforma agrária<sup>89</sup>, mas sem jamais prescindir do recorrente caminho da repressão/coerção estatal na defesa da propriedade privada. No entanto, é a luta dos Sem Terra que mais impõe a contemporaneidade da questão agrária como uma dimensão em que se tem desenrolado a luta de classes, cujo aparato estatal mobilizou maior atenção nos últimos tempos.

---

<sup>89</sup> O plano das reformas de base do Governo de João Goulart incluía a proposta de realizar também a reforma agrária. As reformas de base não objetivavam, *a priori*, a transformação revolucionária da ordem social, pois se tratava muito mais de um programa reformista, inclusive com potenciais de desmobilização da luta de classes. Mas mesmo assim, a mera apresentação dessa proposta levou ao acirramento da luta de classes que teve como desfecho o golpe de 1964.

No terreno histórico mais recente, fica cada vez mais visível que a luta de classes não se desenrola exclusivamente de forma binária: entre o trabalhador fabril e a burguesia industrial. Tampouco, a luta anticapitalista se desenvolve de forma pura, sem que esteja saturada por diversas outras contradições imbricadas nas relações sociais ordenadas pelo capital (LOSURDO, 2015). No rol dessa diversidade de contradições está inserida a relação que constitui os trabalhadores do campo na reprodução social.

Os camponeses e/ou frações dos trabalhadores rurais que na atualidade formam aquele sujeito social sem-terra têm suas raízes históricas nos indígenas expulsos do seu chão originário; na luta dos escravos que, após a conquista da liberdade formal, desdobraram sua luta na conquista da terra; no imigrante europeu que não possuía mais nada além da força de trabalho para se inserir nas fazendas brasileiras; nos diversos segmentos subsumidos ao poder econômico e político da terra nos quatro cantos país (MARTINS, 2010).

A luta particular de cada um desses sujeitos ao longo da história, a despeito de ainda não se constituir, na maioria das vezes, como uma luta orgânica, mesmo assim representou indiscutível contestação à ordem instituída, ao passo que também colaborou para forjar um determinado sujeito político, os *sem-terra*. Esse determinado sujeito político forjado pelas contradições na trama da história, hodiernamente, destaca-se pelo potencial de tensionar na correlação política, sobretudo, as forças sociais do capitalismo dependente que se assentam na propriedade fundiária.

Malgrado, as particularidades de cada um dos conflitos supramencionados, o que salienta a identidade objetiva entre cada um deles é a condição concreta e particular dos sujeitos sociais que a desenvolvem, já que constituem uma classe social inserida na totalidade das relações sociais capitalistas. Em outros termos, a condição de trabalhadores rurais e/ou camponeses sem-terra é aquilo que demarca a identidade social e política entre os sujeitos nos diversos conflitos agrários no Brasil.

[...] é no terreno das formações sociais em conjunturas específicas que se decide a formação do operariado em classe. Não há, no plano das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, que representa o nível econômico do modo capitalista de produção, nada que torne inevitável, ao contrário do que sugere o economicismo, a formação da classe operária como classe ativa. (BOITO JÚNIOR, 2003, p. 246)



Sublinha a identidade entre os sujeitos presentes em tais lutas a sua condição de sujeitos economicamente espoliados da posse da terra e/ou o seu lugar social de sujeitos politicamente expropriados do acesso à terra, uma vez que se consubstancia a espoliação e/ou expropriação, seja pela ação direta de grandes proprietários e empresas rurais, seja indiretamente pela determinação de instituições que salvaguardam os interesses econômicos empresariais e da propriedade latifundiária. De modo que essa condição de sujeitos espoliados e/ou expropriados também lhes atribuem o estado de subsunção real e subalternidade política.

Se o indivíduo é a expressão da singularidade e o gênero humano é a dimensão da universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condição de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de [pertencimento] a uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo [...]. É nesse complexo problemático das classes, do seu agir e do seu fazer-se, que aflora a necessidade de elementos de mediação, [...] uma das alavancas possíveis para a busca da identidade entre indivíduos e gênero humano. (ANTUNES, 2007, p. 119-120)

Os trabalhadores rurais e/ou campesinato têm apreendido a condição de identidade social e política que compartilham, enquanto sujeitos coletivos, através da mediação presente em organizações de lutas sociais direcionadas à satisfação de seus interesses particulares. Ou mediados, mais precisamente, por aquelas organizações demarcadamente de caráter classista, conflitivo e universalizante da luta política. Tais organizações no tecido social, constituem-se como formuladoras de interesses universais, ainda que partam de frações de uma determinada classe fundamental, pois conseguem apresentar projetos societários alternativos à lógica imperativa e degradante do capital, inclusive, em algumas circunstâncias, com certo viés anticapitalista.

Algumas organizações, *a priori*, fundam suas pautas em questões imediatas e “pontuais” como a luta pelo direito de permanecer na terra ou pela reforma agrária, que expressam interesses de uma base social particular: os trabalhadores rurais e camponeses. No entanto, a despeito da sua particularidade, guardam potencial de fundir a universalidade de classe. Num primeiro momento, elas se conformam em confronto com o capital por motivos imediatos e pontuais, mas se desenvolvem a partir

de questões que detém representação política com potencial de intervir no cenário nacional, unificando a ação em algo “muito além de sua situação particular e imediata de classe, convertendo-se num polo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que se unificam na luta” (IASI, 2006, p. 361).

Nesse sentido, a luta pela reforma agrária carrega a potencialidade de ser uma bandeira universalizante dos setores explorados e subalternos pelo caráter anticapitalista que representa, ainda que, *a princípio*, seja a expressão do interesse particular de uma dada fração de classe.

O tipo de mediação organizativa marcadamente classista e com expressiva força de imantação na conflitividade, capaz de dotar unidade de classe na luta objetivou-se contemporaneamente no MST. Essa capacidade se materializa ao arregimentar, para a luta política, camponeses e/ou trabalhadores rurais sem-terra com perspectiva de construir projetos políticos articulados aos interesses universais para a classe que vive da própria força de trabalho. A bandeira da reforma agrária, em torno da qual se constituiu o MST, é uma mediação política estratégica para unificar as lutas dos trabalhadores e as organizações de esquerda com o objetivo de esgarçar ao máximo a relação entre capital e trabalho na particularidade nacional.

Thompson (1981) considera que as classes sociais não se definem apenas pela localização presente nas relações de produção, elas se fundem também mediadas pela consciência de classe, portanto, as classes também se constituem na luta com outras classes. De acordo com isso, o MST se forjou em uma ferramenta política constitutiva da classe trabalhadora, porque converge para unidade de classe na luta contra bases objetivas e subjetivas da reprodução capitalista. No seu desenvolvimento histórico, estabeleceu-se como uma espécie de organização política unificadora de interesses dos trabalhadores, seja por dotá-los de consciência organizativa de classe, seja por representar interesses de sujeitos sociais determinados pela sua localização nas relações de produção.

#### **4.1.1 O duplo caráter da base social mais combativa do MST: a dialética entre camponês e trabalhador rural sem-terra na luta de classes**

A noção de classes sociais na sociedade capitalista, muitas vezes, é considerada de maneira estanque numa busca por definições precisas em que a

expressão ideal se coloca pretensamente como uma fotografia exata do real, assim se sobrepõe à própria vivacidade da realidade. Com isso, se perde o caráter dialético da realidade constituído: no movimento, na dualidade, na multiplicidade de determinações, na complexidade de condicionantes históricos, na riqueza de possibilidades e na contradição.

É comum compreender as classes sociais, seja pelo seu caráter exclusivamente objetivo - atribuído apenas pelo lugar que ocupa nas relações de produção capitalista -, seja na busca por sofisticação em concepções unicamente subjetivistas, configurada pela organização na ação coletiva.

No entanto, as classes sociais se fundam em uma síntese de múltiplas determinações e condições tanto históricas quanto políticas. É dessa forma que Marx esboça a gama de dimensões em que se expressam as classes quando vai tratar do campesinato no desfecho da primavera da luta de classes na sociedade burguesa do século XIX.

Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mesmo sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de os levar a um intercâmbio mútuo [...]. Assim se forma a grande massa da nação francesa, pela simples adição de grandeza do mesmo nome, do mesmo modo como, por exemplo, batatas em um saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. (MARX, 2008c, p. 324-325)

A formação das classes sociais compreende a síntese de relações econômicas, políticas e condicionantes históricos dotados pelo real, de modo que todas essas mediações estão atreladas à engrenagem da reprodução de um determinado ser social, particularizado por uma formação econômico-social específica. A classe social e a consciência de si formam uma unidade que se constituem em movimento, saturados por mediações e momentos diversos. Vão confluír, para conformação de uma dada classe social no terreno contraditório das relações sociais capitalistas, tanto a forma em que esta classe está inserida na produção material da própria existência quanto a compreensão do significado social e político que detém na história.

No caso particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a base social que apresenta está enraizada em setores subalternos explorados do campo, que se reproduzem como sujeitos sociais inseridos na própria *práxis* social de reprodução do capital. Mas há uma singularidade na constituição do caráter de classe da base social do MST, pois ela apresenta justamente um duplo caráter imprimido pela dialética na constituição do real.

O MST tem parte de sua base social<sup>90</sup> montada por uma fração bastante peculiar da classe trabalhadora, os chamados sem-terra. Esse segmento social se configura ao mesmo tempo nos camponeses e naquele contingente que dispõe no mercado sua força de trabalho para valorização do capital, já que não dispõe das condições e de autonomia para auto-reprodução social. De acordo com a análise desenvolvida por Claus Germer (2002), um grande estudioso do mundo rural, no início dos anos 2000 *parte majoritária* da base social do movimento era composta, principalmente, por “semiassalariados” do campo.

Não é propósito desta pesquisa problematizar a complexidade da configuração das classes do campo e a metamorfose que sofreu no processo de desenvolvimento da reprodução capitalista, impulsionada pela “modernização dolorosa” e com indiscutível correspondência com as transformações contemporâneas do mundo do trabalho num cenário de *crise estrutural da acumulação capitalista*<sup>91</sup>. Entretanto, uma análise mais simplificada sobre a configuração desse quadro de semiassalariamento, sem dúvida, encontra determinações no processo de industrialização do campo, mais precisamente, na esteira da “modernização conservadora”. Esse processo aprofundou ainda mais a expropriação e pauperizou da população rural.

Além disso, contemporaneamente, as metamorfoses mais gerais no padrão de produção que se hegemonizaram na produção capitalista avançada, mais do que estenderam a incorporação do pacote de altíssima tecnologia para produção no

---

<sup>90</sup> A base social do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra apresenta uma unidade que é reafirmada pelo próprio movimento, no entanto, é possível fazer uma distinção característica dos seus integrantes. Parte da base é composta por aquele contingente que foi expropriado da terra, por isso são, literalmente, os sem-terra. Já outra parte está assentada em terras desapropriadas pelo Estado, como conquista do movimento. Esse segmento assentado se dedica, sobretudo, a atividades de produção.

<sup>91</sup> Relembre-se: problematizações mais gerais acerca da crise estrutural capitalista são encontradas tanto em Mandel (1982) quanto em Mézáros (2002). Em relação às metamorfoses mais gerais no mundo do trabalho, entrelaçadas à crise estrutural, ver Antunes (2007; 2009). Para o conjunto de transformações que rebatem a força de trabalho no meio rural em correspondência às metamorfoses mais gerais, ver Silva (1998).

campo, pois também a tornaram uma condição estruturante para efetividade da produção capitalista rural. Isso fez com que se tornassem ainda mais incidentes as determinações para o *processo de diferenciação do campesinato e descampesinação* que, por consequência, redundam na *proletarização do camponês*, indicados por Lênin (1982) como corolários do processo agudo de capitalização no campo.

Diante desse cenário, o pequeno produtor rural ficou mais subordinado a um determinado padrão de produção, do qual teve poucas condições de incorporar. Quase sempre, nessas circunstâncias, perde a posse da terra para os grandes proprietários. Portanto, está enredado à subsunção formal e real capitalista, pois vivenciam, no cotidiano, formas econômicas, políticas e subjetivas de dominação.

É indiscutível que uma série de determinações como essa implica na configuração da força de trabalho rural. A população rural, pauperizada ou completamente expropriada nessas circunstâncias, foi forçada a buscar o assalariamento no campo ou na cidade, ainda que parcialmente, como forma complementar da própria reprodução social. Assim, o MST arregimentou, para formar sua base, camponeses parcial ou totalmente expropriados, além de trabalhadores da cidade, que em sua maioria, eram trabalhadores rurais que migraram em busca de emprego, mas que vivenciaram condições de precarização, como o trabalho informal ou desemprego nos grandes centros urbanos.

A reconfiguração das classes e frações de classe presentes, seja nas relações de produção do campo, seja nos conflitos rurais, ganhou maior densidade e assumiu contornos mais difíceis de serem definidos mediante o aprofundamento das transformações capitalistas mais gerais, determinadas pelo contemporâneo processo de reestruturação no padrão produtivo.

A indiferenciação social entre setores subalternos presentes no campo, que na verdade marca o entrelaçamento entre o camponês e o trabalhador rural, é típica de processos de desenvolvimento capitalistas em condições desiguais e limitadas, já que não operam transformações sociais por completo. Essa indiferenciação se mostra mais visível na composição da base social do MST no início dos anos 2000. Ela não deixou de ser reflexo da recomposição da divisão do trabalho que se iniciou a partir da segunda metade do século XX. Sobre isso, expõe Oliveira (1977, p. 118):

Do lado da estrutura social, esses avanços na divisão social do trabalho significam também transformações muito profundas, transformações essas cujo caráter principal pode ser anotado simplesmente na divisão social do trabalho entre cidade e campo: [...]

gestando uma nova classe operária, gestando novas classes assalariadas urbanas e transformando em alguma medida, com muito menos força e de uma forma muito menos radical, também o próprio campo. Neste, tem-se um processo menos marcado, menos visível e que, em certa forma e ainda por muito tempo, iria manter, como manteve, uma larga indiferenciação social, em que coexistem quase-camponeses e pequenos produtores de mercadoria, coabitando no coração do latifúndio.

*A priori*, tratar o camponês sem-terra como uma fração da classe trabalhadora, ou um segmento que a integra, parece significar uma imprecisão histórica e teórico-metodológica na leitura da realidade. Entretanto, é importante compreender que, dadas as particularidades da formação econômico-social brasileira, o camponês aqui apresenta singularidades que o colocam no rol do conjunto de frações da classe trabalhadora<sup>92</sup>.

É importante frisar essa compreensão para não criar uma dupla totalidade histórica. Portanto, é necessária, primeiro por demarcar que esse segmento tem sua existência condicionada pela totalidade das relações sociais capitalista; e, em segundo lugar, para melhor esclarecer a singularidade da base social do MST. Dessa forma, é possível esclarecer as implicações estratégicas e societárias determinadas pela centralidade de sua luta pela reforma agrária, além de permitir a compreensão do caráter classista de sua base social “ontologicamente” antagônica ao capital.

É esse segmento (camponês, trabalhador rural e sem-terra) que expressa o contingente mais combativo do MST. Dentre algumas outras razões pelas quais se insere diretamente na luta pela reforma agrária por meio das ocupações de terras, de prédios públicos, de estradas, etc. Dito de outra forma, é o segmento literalmente sem-terra no MST que apresenta potencialidade mais combativa e anticapitalista, do ponto de vista político e estratégico, porque está em conflito direto com a burguesia rural e com o Estado na luta pela desconcentração da propriedade privada da terra.

---

<sup>92</sup> O camponês representa um segmento social próprio da formação social do Velho Mundo. Esse sujeito social integrou o tecido social medieval e esteve presente na transição para o modo de produção capitalista. O campesinato, sob o prisma da produção econômica da vida, combinou a pequena produção simples para o mercado com a produção direta para própria subsistência. No caso brasileiro, o campesinato vai se constituir não sob o típico padrão clássico europeu, ele se constituirá, então, como camponês e semiassalariado ou semiproletário rural. Estão de acordo com essa tese Germer (2002) e Silva (1982; 1993). Para o último, no Brasil não existe predominantemente um camponês puro, já que, em determinadas circunstâncias, esse “camponês” tem que colocar sua força de trabalho no mercado para conseguir se reproduzir socialmente. Do mesmo modo, o caráter da relação de assalariamento no meio rural se constitui exclusivamente aos moldes característicos do modo de produção capitalista.

Entre 2004 e 2005, conforme informações disponibilizadas pelo movimento em seu *site* oficial, que têm correspondência com informações apresentadas pelo Relatório DataLuta<sup>93</sup>, o MST detinha nesse período algo em torno de 124.460 famílias acampadas; ou seja, esse era o contingente de famílias sem-terra envolvidas em ocupações diversas.

Esse contingente diretamente envolvido, no início dos anos 2000, nas ações mais combativas do movimento sofrerá uma redução. Isso incidiu no processo de metamorfose, na sua base social e no redirecionamento da luta e do projeto político que desenvolve. Essa questão, que será melhor problematizada mais à frente na exposição dos resultados de pesquisa que sustentam essa tese<sup>94</sup>, detém determinação para que o MST inflexionasse na combatividade da luta anticapitalista. *Assim, de certo modo, foi fundamental para que o MST viesse então a se acomodar em ações institucionalizadas ou mais pactuadas com a gestão do Estado, bem como estivesse no meio rural inserido na dinâmica de conciliação de classes que marcou o governo petista.*

Por ora, é importante pontuar que esse contingente da base social do movimento inicia considerável diminuição a partir da segunda metade dos anos 2000 e chega ao final de 2010 com pouco menos que 90.000 famílias acampadas, de acordo com o DataLuta. Portanto, isso revela uma diminuição do quantitativo de famílias do segmento sem-terra que compõe o movimento, o camponês e “semiassalariado”, que no início dos anos 2000 era a base social majoritária dos Sem Terra.

A dinâmica de reprodução do capital no interior da formação social brasileira não implica em exclusividade de relações sociais capitalistas tipicamente puras ou clássicas como as que se desenvolveram nas formações do centro capitalista. O duplo caráter de parte da base social do MST expressa um sujeito social híbrido, combinado por características tanto do camponês expropriado quanto do trabalhador rural sem-terra.

Dessa maneira, o duplo caráter afigurado no sem-terra guarda uma determinação do movimento particular das formações do capitalismo periférico, como é o caso brasileiro. Em tais formações, está impressa a dinâmica do desenvolvimento

---

<sup>93</sup> Aqui se refere às informações do Relatório DataLuta 2006 e 2011.

<sup>94</sup> O aprofundamento da problematização dessa questão aparece no subtópico 5.1.2 desta tese.

desigual e combinado, cujo processo de desenvolvimento da reprodução do capital combina o moderno ao arcaico, em que o novo está sempre imprimindo sua marca no atraso e vice-versa. Por conseguinte, as interações “entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra superior” (NOVACK, 2008, p. 08).

Assim, a luta dos camponeses sem-terra é, ao mesmo tempo, uma luta social de sobrevivência desenvolvida por trabalhadores rurais sem-terra. A particularidade histórica, econômica e política dessa luta apresenta uma direção anticapitalista, já que coloca em questão a propriedade privada e o travejamento de reprodução do capitalismo dependente.

O campesinato do Brasil forma-se também reproduzido pelas próprias condições de expropriação operada pelo capital. Ele é, dessa forma, trabalhador rural porque não apresenta as condições econômicas para se reproduzir autonomamente; ou seja, não possui os meios de produção, a exemplo da terra que cumpre a função de meio de produção diferenciado. Paralelamente, ele é camponês porque luta para se firmar na terra, para produzir autonomamente sua subsistência; sua luta é para ter terra e a partir dela lograr reproduzir-se como sujeito social.

Sob o prisma da vida política, o campesinato encontra suas condições de reprodução histórica inerentes à dinâmica de reprodução da subalternidade e contradições capitalistas. O movimento de espoliação/expropriação cria as condições políticas de reprodução do campesinato, que se organiza na luta pela reconquista da terra. Esse duplo caráter de classe, ao mesmo tempo camponês e trabalhador rural, ambos expropriados na relação produtiva com a terra, forma a parcela mais combativamente anticapitalista da base social de luta do MST.

Mediante a natureza da luta que desenvolve a base social sem-terra no MST é que se constitui uma das fundamentais distinções em relação às organizações do sindicalismo rural. As organizações que apresentam sua base social composta por assalariados puros tendem a restringir suas pautas à negociação dentro da ordem ao buscar melhorar as relações de trabalho. A luta desenvolvida pelos Sem Terra, de certa forma, toca na estrutura da propriedade privada, por isso tem potencial para se chocar bem mais com a ordem.



Esse sujeito social duplo, ora camponês e ora semiproletário ou semiassalariado, na esfera da política encontra as mediações para a unidade identitária de classe. O MST oferece, no terreno da política, essa mediação no processo de constituição da classe enquanto classe politicamente organizada e em confronto com outros sujeitos sociais. A própria condição objetiva e subjetiva que compartilham lhe condicionam em classe, portanto lhe condicionam em fração da classe trabalhadora no campo.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p. 09-10)

A condição de sujeitos sem-terra e em subalternidade nas relações capitalistas revela elementos de uma sociabilidade vivenciada por camponeses e/ou trabalhadores rurais; essa condição detém importância para impulsionar a radicalidade da luta de classes que desenvolvem. A base social do MST demarca sua condição de classe tanto no terreno da política, pela unidade na luta que desenvolve, como também tem sua identidade de classe em função de condições socioeconômicas que partilha.

Em que pesem as diferenças particulares presentes na infinidade dos conflitos agrários no país, essencialmente a luta de classes se posiciona no entremeio da opção histórica de modelagem da estrutura agrária.

No Brasil, os conflitos e as contradições se tornaram mais notórios com a opção por modernizar o campo de maneira conservadora transcrita na preservação dos latifúndios e da produção monocultora voltada para a exportação em paralelo à inserção de tecnologia direcionada aos interesses de ampliar a produtividade do capital no meio rural.

Diante da opção histórica de remodelagem da estrutura agrária aberta pelo Estado entre as décadas de 1970 e 1980, prevaleceu como processo a alternativa de “modernizar e conservar”. Isso repôs o aprofundamento de um conjunto de contradições que intensificaram os conflitos em torno da terra e pressionaram a emergência de organizações de luta dos trabalhadores do campo. É nesse sentido que, fundamentalmente, a luta de classes assume também posição mediadora da

questão agrária brasileira e como elemento historicamente imbricado à reprodução capitalista no meio rural.

Interesses de classes que se articularam aos elementos essenciais da questão agrária no Brasil adensaram a gama de contradições no meio rural. No processo de complexificação da questão agrária, determinada pela capitalização mais profunda das relações sociais de produção no campo, as contradições se impuseram como elementos incontornáveis na história das relações entre sujeitos sociais antagônicos no meio rural e, por conseguinte, salientam a máxima de que

A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes. [...] opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta [...]. A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. (MARX; ENGELS, 1998, p. 88)

Como elemento que convulsiona a história, a luta de classes também está presente no campo brasileiro e, conseqüentemente, colocou e torna a colocar em movimento concorrente: de um lado a opção em manter sobre os mesmos trilhos o secular modelo de organização fundiária e as relações de trabalho cristalizadas no campo, sob a batuta do capital representado pelo agronegócio; e de outro lado, abre luz à alternativa de solapar as relações de produção vinculadas hegemônica e historicamente ao latifúndio agroexportador.

#### **4.1.2 Caracterização das “etapas” ou momentos históricos da luta de classes no campo**

Ao se observar a história da sociedade ocidental, vê-se que a terra guardou relevância para o estabelecimento de relações de dominação, de poder, de subsunção econômica; destarte, tem correlação com questões políticas e socioeconômicas. Em algumas formações sociais particulares, a propriedade da terra ainda guarda significativas implicações com tais questões.

Nas sociedades antigas e nas sociedades estabelecidas durante a Idade Média, “a base do poder esteve sempre na propriedade da terra [...]” (MORISSAWA,

2001, p. 15). A luta em torno da garantia da propriedade ou direito à posse da terra também imprimiu a máxima de que a história de toda sociedade está atravessada pela luta de classes, conforme precisa a compreensão de Marx e Engels (1998) sobre o movimento da história da humanidade. A luta pela terra é, portanto, uma dimensão ou uma forma em que se processa a luta de classes. No Brasil, essa questão não se processou de forma diferente.

A grande propriedade da terra, após a emergência da sociedade capitalista, deixou de ser a fonte principal de riqueza. A consolidação da revolução burguesa clássica estabeleceu novas bases superestruturais de poder, que não mais se constituía essencialmente em torno da grande propriedade fundiária. Ainda assim, no Brasil a “modernização conservadora” que expressa um tipo particular de revolução burguesa, embora tenha aprofundado as relações capitalistas, não foi capaz de derruir a propriedade concentrada da terra como pilares da dominação e subsunção econômica entre as classes.

A forma multifacetada em que se processa a luta de classes no movimento da história também se apresentou em diversas formas organizativas direcionadas para a conquista do acesso à terra. Algumas delas se constituíram de maneira espontânea, outras apresentaram caráter mais estrutural e, por isso, pautaram a necessidade de uma reforma agrária que alterasse, de modo fundamental, a estrutura fundiária do país. Em alguns momentos, essas lutas se constituíram em torno de lideranças místicas e religiosas; outras delas se apresentaram sob a forma de lutas localizadas ou mesmo expressaram organicidade política em todo o território nacional. Porém todas estão marcadas pela luta, às vezes veladas, às vezes abertas, entre os sujeitos proprietários que concentram um *meio especial de produção*, a terra, com os sujeitos expropriados do acesso a esse meio de produção.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se notabilizado como a principal organização no desenvolvimento dessa luta desde 1984, ano que, simbolicamente, demarca a gênese dessa organização dos trabalhadores sem-terra. A despeito disso, diversas expressões em que se processou a luta de classes ocorreram antes mesmo da gênese do MST. Ao analisá-las, Morissawa (2001, p. 86) diz que

as lutas pela terra no Brasil do período de 1888 (abolição da escravatura) a 1964 (golpe militar) podem ser classificadas em três tipos e/ou etapas: as lutas messiânicas, que se deram em 1888 e a década de 1930; as lutas radicais localizadas e espontâneas, entre

1930 e 1954; as lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional entre 1950 e 1964.

Na primeira das classificações apontadas acima, a luta pela terra esteve associada também a uma liderança religiosa de caráter messiânico, já que do ponto de vista subjetivo e político a fé era um elo entre os sujeitos sociais na luta. Entretanto, a determinação objetiva estava assentada na busca pela conquista de uma fração de terra e pelo direito de nela permanecer.

Já a segunda tipificação das lutas, de acordo com a classificação estabelecida por Morissawa (2001), apesar de representar eventos isolados, ocorria em todo o território brasileiro; quase sempre essas lutas eram realizadas por posseiros expropriados pelo Estado e, muitas vezes, expulsos diretamente por grandes proprietários para expandir suas terras através da grilagem ou de outras formas ilegais e violentas.

O último tipo e/ou etapa classificada apresentou um caráter mais desvelado e estrutural da luta de classes entre camponeses ou trabalhadores rurais (sem-terra) e proprietários. A formação das Ligas Camponesas expressava a singularidade dessas lutas, pois ficou marcada a resistência para permanecer na terra e até conquistá-la “na lei e na marra” – lema das Ligas Camponesas que se espalhou principalmente pelo Nordeste, mas que também se articulou em outras regiões do país.

Essa etapa da luta pela terra, longe de representar qualquer evolução linear na consciência dos trabalhadores rurais ou camponeses, representa, seguramente, um avanço em relação às etapas anteriores. Ela trouxe à tona a questão estrutural da propriedade da terra extremamente concentrada no Brasil e colocou em pauta a necessidade da reforma agrária radical. Assim, pela primeira vez, a luta pela reforma agrária foi colocada como uma questão explícita de luta de classes. A reforma agrária teria, então, de ser conquistada pelos trabalhadores rurais sem-terra no campo da luta direta.

Além da classificação dos três tipos e/ou etapas de lutas (de classes) pela terra apontada por Morissawa (2001), é preciso inserir nesse conjunto também outro momento, aquele que emerge determinado, sobretudo, pelas contradições presentes no projeto empreendido pelo Regime Militar de desenvolvimento do capitalismo nacional, que deteve enraizamento com o desenvolvimento do agronegócio e fortalecimento do setor primário exportador. Ou seja, é importante constatar a

relevância histórica das formas mais contemporâneas com que se expressou a luta de classes no campo, reacesa a partir do último quartel do século XX.

Nesse quadro, entrou em cena na arena política uma diversidade de “novos personagens” para fazer alusão a gama de sujeitos coletivos que se constituíram em contradição ao modelo econômico que caracteriza o capitalismo dependente brasileiro aprofundado pela “modernização conservadora”. Dentre esses “novos personagens”, um deles assumiu o protagonismo da luta no campo, os Sem Terra, que junto com outros “novos” movimentos sociais marca a retomada das lutas agrárias já durante o esgarçamento do Regime Militar.

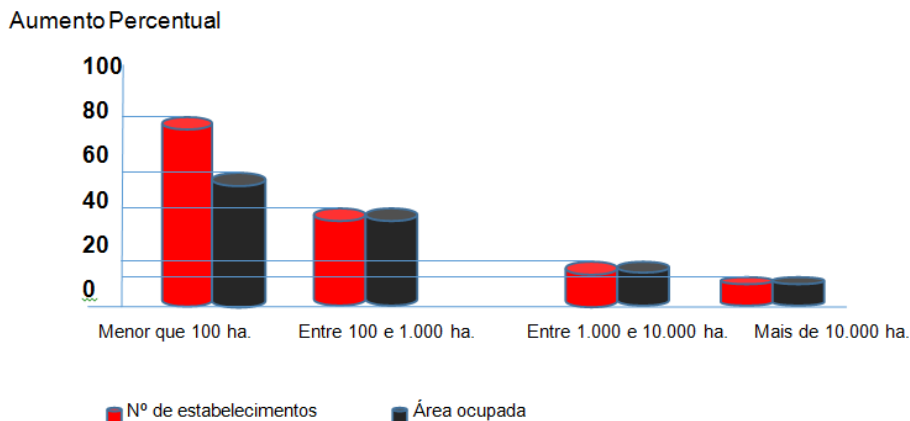
Sem sobra de dúvidas, o MST assumiu o protagonismo na luta de classes no campo porque trouxe uma nova dimensão a ela. Essa nova dimensão se explicita no fato de que as lutas dessa organização política ganharam uma radicalidade orgânica em todo o território nacional; elas não se caracterizam como lutas isoladas ou locais, são lutas que se contrapõem às opções de desenvolvimento do modelo econômico típico do capitalismo dependente, predominante na formação nacional com caráter concentracionista da propriedade da terra.

Na esteira do movimento de desenvolvimento do capitalismo dependente, ocorreu o aprofundamento de contradições que redimensionam a questão agrária com indiscutível tendência para o aumento de empreendimentos no campo com base na grande propriedade de terra. Isso pode ser observado através do comparativo entre o Gráfico 01 e Gráfico 02, apresentados a seguir. Ambos correspondem à relação do crescimento percentual entre os tipos de estabelecimentos e a área ocupada na produção de atividades agrícolas ou pecuárias.

Por meio de um comparativo entre as informações apresentadas no ciclo de 1940-1970 (Gráfico 01) e 1970-1985 (Gráfico 02), é possível constatar a tendência histórica de conformação da estrutura fundiária desigual no Brasil. O comparativo, em suma, irá indicar uma alteração na estrutura fundiária condizente com o movimento de concentração.

### Gráfico 01 – Relação de aumento percentual entre estabelecimento e área ocupada

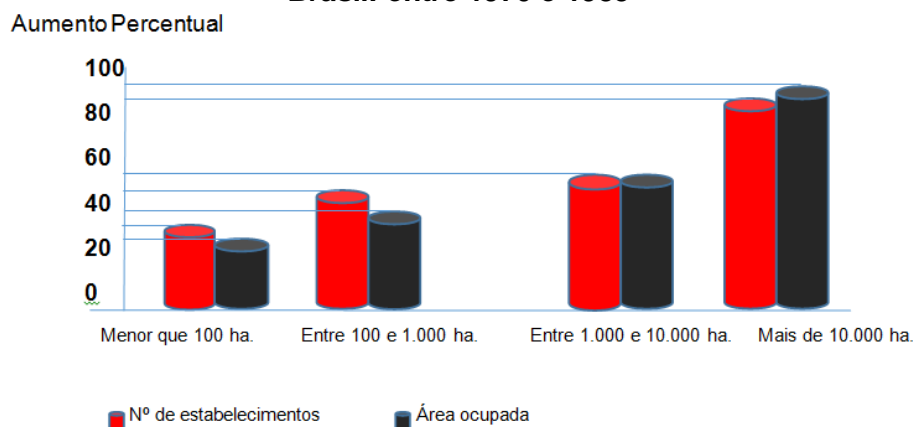
Brasil: entre 1940 e 1970



Fonte: Censo agropecuário – IBGE

### Gráfico 02 – Relação de aumento percentual entre estabelecimento e área ocupada

Brasil: entre 1970 e 1985



Fonte: Censo agropecuário – IBGE

É possível observar, no comparativo entre os dois gráficos acima, uma alteração na estrutura fundiária que acentua a tendência de concentração da propriedade da terra a partir do projeto de “modernização conservadora” no campo, que ganhou corpo durante a década de 1970, então implementado pelo Regime Militar. O percentual de crescimento de novas grandes propriedades ou estabelecimentos com área superior a 10.000 hectares atinge quase 100% de aumento, conforme mostra o Gráfico 02. Esse mesmo gráfico revela também que, a partir da década de 1970, a tendência, na estrutura fundiária do país, de acordo com os índices de aumento percentual, é a de incorporação de mais área ocupada em atividades de produção pelos estabelecimentos entre os menores, mas especialmente entre os maiores.

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão multiplicando os despejos das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária [...]. A aliança militares-burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista, mas sim como um elemento secundário da economia do país. (FERNANDES, 2000, p. 41-43)

A Ditadura Empresarial Militar atrelou o desenvolvimento da agropecuária ao modelo econômico implementado, gerador de desigualdades socioeconômicas tanto nas áreas urbanas quanto no campo. Dessa forma, as contradições da política econômica que fomentava a concentração criaram um fértil terreno para emergência de novos e intensos conflitos agrários.

O recrudescimento da questão agrária recolocou a luta pela realização da reforma agrária novamente atravessada na arena política e recuperou a efervescência da luta de classes que se tentou adormecer principalmente sob o poder do fuzil.

Muitos dos novos conflitos agrários que ressurgiam recuperaram a tradição de luta que se tentou deixar no passado e restauraram a tradição ideopolítica das Ligas Camponesas com a retomada da bandeira pela reforma agrária. Dessa forma, fizeram pulular, nos quatro cantos do país, ocupações de terra, com números mais expressivos e bastante explosivos nas regiões onde esse meio especial de produção se encontrava mais monopolizado por empreendimentos produtivos do agronegócio ou apropriados improdutivamente apenas para fins especulativos.

Nesse sentido, o MST é, ao mesmo tempo, legatário e continuador dessa tradição ao reorganizar os trabalhadores rurais e/ou camponeses completamente expropriados ou com pouca terra. Ao retomarem a luta pela reforma agrária, também repõe a possibilidade de transformação da sociedade, afinal, a luta pela terra com vista à reforma agrária é, antes de tudo, a luta contra o capital.

Portanto, o MST recolocou, no reascenso da luta de classes, uma pauta com significativa força anticapitalista diante da política econômica de desenvolvimento da reprodução ampliada do capital. A consolidação do padrão produtivo do agronegócio na economia rural historicamente foi colocada como um dos pilares principais de

sustentação e financiamento da política de governos que vieram a se constituir na “Nova República”.

Desde o Governo Sarney, passando pelos Governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC), até mesmo no Governo Lula, só para citar exemplos, o agronegócio ganhou primazia no rol da agenda da política econômica. Isso devido à capacidade de produzir sobrelucros ou lucros suplementares determinados pela *renda da terra diferencial I e II*, expressa por Marx (2008a), e por mediar as condições em que se efetiva a *superexploração* da classe trabalhadora, conforme Marini (1976), *em maior potência nas relações estabelecidas na produção primária*. Por isso, a pauta do MST, direcionada ao parcelamento e socialização da terra *vide* reforma agrária radical, cria estorvos estruturais à lógica reprodutora do capitalismo dependente constituído na periferia do sistema.

Ademais, a centralidade da luta do MST, historicamente posta na reforma agrária, contraria a estrutura da sociedade capitalista, porque significa maior socialização da propriedade da terra. No entanto, em sentido contrário a isso, o pleno movimento de acumulação e reprodução do tipo particular do capitalismo dependente nacional exige a concentração desse meio de produção. Dessa forma, pode-se concluir que a luta dos Sem Terra contraria o princípio do direito absoluto da propriedade privada e do direito à liberdade de concentrá-la, pilares da sociedade capitalista. No caso do Brasil, esse direito assume para a propriedade da terra mais que um princípio, já que é funcional à reprodução do capital.

James Petras (1997) ressalta que o principal foco de luta nos países latino-americanos nos últimos tempos tem sido os movimentos de lutas sociais em torno da questão agrária, pois são justamente os trabalhadores do campo que têm reafirmado com maior acuidade a atualidade da teoria social de Marx, em especial, sobre o escancaramento da luta de classes.

#### 4.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE GESTAÇÃO DO MST

O MST foi uma das organizações de lutas sociais que emergiu a partir do aprofundamento das contradições da questão agrária no Brasil, decorrente do processo de “modernização dolorosa” do campo.



Alguns dos determinantes fundamentais para a gênese dos Sem Terra apresentam aspectos socioeconômicos associados à intensificação do uso da mecânica no processo de trabalho da agricultura, pois, ao dotar a produção agrícola “com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira mais rápida, grandes contingentes populacionais [...]. Com a entrada da mecanização, liberou-se um enorme contingente de pessoas” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17).

O Regime Militar buscou, como saída política para acalmar os ânimos da população expulsa do campo, a efetivação de uma política de colonização agrária<sup>95</sup> em regiões do Norte e do Centro-Oeste.

Dessa forma, foi estimulado o deslocamento migratório de populações rurais sem-terra em conflito para essas regiões, onde o regime fomentava grandes projetos de desenvolvimento nacional. O objetivo primeiro era desmobilizar a organização dos sem-terra e baixar a temperatura do caldeirão da luta pela reforma agrária que já se desenhava. Decorria dessa política de colonização a tática de fragmentar e enfraquecer a luta organizada sem prescindir da coerção tão característica dessa conjuntura. Outro objetivo foi o de promover o povoamento da região em consonância com a lógica da política de segurança nacional através da ocupação das regiões fronteiriças.

Também com a política de colonização, que impulsionava a migração dos sem-terra para o Norte e o Centro-Oeste do país, esperava-se formar a força de trabalho a ser explorada nos empreendimentos de mineração e extrativismo desenvolvidos pelas grandes corporações e estimulados pela política econômica da Ditadura Empresarial Militar.

---

<sup>95</sup> O significado ideológico e político da iniciativa estatal de colonização no bojo da Ditadura Empresarial Militar pode ser encontrado na leitura de José Santos (1985). Pode-se entender a política de colonização, embora usada pelo Regime Militar no século XX, como um mecanismo de ocupação territorial do Brasil e de expansão de suas fronteiras desde o Período Colonial. Em suma, é possível dizer que, durante o regime militar, o Estado tentou controlar de maneira planejada o processo de ocupação, de alargamento em zonas agricultáveis e de valorização de grandes áreas de terras. Para lograr êxito no planejamento, estimulou a ocupação de terras devolutas, especialmente na Região Norte e Centro-Oeste, inclusive, financiando e deslocando levas de populações camponesas para a região, ao mesmo tempo em que, de modo contraditório, incentivou com políticas de crédito a instalação de empresas e empreendimentos agrícolas na região e até doando propriedades de terra às corporações econômicas e ao empresariado rural. No que toca, especificamente, a população camponesa, o Estado buscou responder política e ideologicamente às lutas sociais que já germinavam. Com a política de colonização, refutou a reforma profunda na histórica estrutura fundiária do país e a impôs como “representação ideológica que identifica na colonização a única e grande solução para questão agrária” (SANTOS, 1985, p. 18).

No entanto, essa ação do Estado revelou ter um efeito contrário ao esperado, pois colaborou para espriar a luta pela terra no país e dotá-la de maior densidade, uma vez que resultou em deslocar o conflito para regiões vistas com potencial para expansão de fronteiras agrícolas ou com larga possibilidade de concentrar a propriedade latifundiária da terra como reserva de valor pela burguesia rural.

Expulsa da terra, outra parte da população camponesa migrou para os grandes centros urbanos industrializados do país, constituindo-se naquilo que Marx designou como *população latente* ao tratar das *formas de existência da superpopulação relativa* inerente à lei geral da acumulação capitalista.

Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores, que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano [...]. Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população superrelativa latente [...]. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 2011a, p. 746)

A despeito de, inicialmente, parcela do contingente de camponeses e/ou trabalhadores rurais que migrou para os grandes centros urbanos industrializados ter sido absorvida como mão-de-obra, com a *longa onda da crise estrutural da acumulação capitalista* de que tratou Mandel (1982), que atingiu o país nos anos finais década de 1970, essa população se viu sem muitas alternativas, seja diante da mecanização do campo, seja diante do desemprego ou das condições precárias de reprodução social na cidade. E, num cenário de profundas contradições socioeconômicas, de esgarçamento político do Regime Militar e de efervescências das lutas sociais, restou aos camponeses e/ou trabalhadores rurais sem-terra organizarem-se.

Uma questão de ordem ideológica que também colaborou com peso para a gênese do MST foi o trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), do setor progressista da Igreja Católica, orientado pela perspectiva da Teologia da Libertação<sup>96</sup> (TL). Essa corrente constituída dentro da instituição aglutinava padres, bispos e agentes pastorais, que ao superar o trabalho estritamente messiânico

---

<sup>96</sup> Sobre a Teologia da Libertação, ver Felipe Aquino (2002).

realizado pela Igreja, atuou com posições político-progressistas sobre a realidade social.

A TL buscou uma síntese entre marxismo e cristianismo, de modo que a teoria marxista era instrumentada como método de análise da realidade e para legar fundamentação ao trabalho pastoral e político que desenvolvia. Todavia, a TL abnegava a condição universal e exclusiva do materialismo como fundamento da história, preservando, dado o seu caráter religioso, certo misticismo. Por isso, a leitura do socialismo que transmitia, detinha relativo traço místico-religioso<sup>97</sup>. Assim, o marxismo era usado apenas como artifício para alcance da crítica social que foi desenvolvida nas ações pastorais e de formação ideológica junto aos sem-terra.

Também contribuiu nesse processo de trabalho ideológico o caráter ecumênico em que se imbuía a TL, que possibilitou atuação conjunta e articulada com a Pastoral Popular Luterana (PPL), uma vertente existente no seio da Igreja Luterana que desenvolvia atividades organizativas com os trabalhadores do campo na Região Sul e Centro-oeste.

A intervenção de ambas as entidades, com auxílio de alguns sindicatos, gerou o Movimento Justiça e Terra (MJT), que atuou na mobilização e assessoria em algumas comunidades rurais. Ao mesmo tempo em que o MJT estimulava trabalhadores rurais sem-terra para a mobilização e a luta política, também prestava assessoria na negociação com o governo.

Assim, foi substancial, para o reascenso da luta organizada dos trabalhadores rurais expulsos da terra, o trabalho ideológico da CPT e PPL no sentido de reuni-los e recuperar a consciência organizativa; além de reascender a disposição para luta política desses trabalhadores do campo. A ação conjunta entre as duas entidades pastorais foi, seguramente, fundamental para despertar a consciência dos sem-terra de que a conquista consequente daquilo que era seu objetivo central só seria viável por meio da ação de luta direta.

Paralela a tudo isso, a conjuntura de reascenso das lutas sociais que convergiram também no sentido da luta pela redemocratização não pôde ser desvinculada dos vetores que condicionaram o surgimento do MST.

Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu

---

<sup>97</sup> Não é objetivo dessa pesquisa adentrar nessa questão, mas essa influência ainda tem significativa força dentro do MST. O que pode ser observado em atividades desenvolvidas de cunho cultural, lúdico e ideopolíticas ou político-educativas junto à base, então intituladas de *mística*.

com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 24)

O processo de redemocratização do país foi imprescindível para a formação dos Sem Terra na medida em que deu a base histórica e social para se colocar de novo em pauta a necessidade de uma reforma agrária radical.

A retomada da luta política pela reforma agrária a partir do MST emergia nesse contexto com vista à transformação da realidade socioeconômica do país, marcada pelo aprofundamento das desigualdades sob a política econômica da Ditadura Empresarial Militar. Essa luta também reaparecia com escopo de enfrentar as históricas relações de poder e dominação no campo.

E, sob uma angulação estratégica, aparecia como uma mediação para unificar a luta das organizações políticas na reconstrução de um projeto de transformação societária, ainda que não tão bem delineado, mas que começava a germinar em parte da esquerda radicalizada na luta pela redemocratização e por reformas estruturais.

A partir dessa última questão, é possível encontrar as raízes históricas de formação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MST. As três organizações apresentam o mesmo tronco fundador, resultante das condições históricas particulares dos anos de 1970-1980 e do esforço de unificação das forças sociais que retomavam com expressividade a luta de classes na conjuntura de desgaste do Regime Militar.

A constituição de cada uma das três organizações faz parte do mesmo processo, pois guarda o significado de convergência de um mesmo movimento político, cujas forças sociais, que operavam em várias frentes, direcionaram-se politicamente no sentido de avançar na luta contra o regime ditatorial e contra o viés concentracionista do capital, mas principalmente no sentido de avançar na formação de um projeto classista e com *ethos* socialista a partir de reformas sociais, políticas e econômicas radicais em favor dos trabalhadores.

Dessa forma, esse movimento político convergiu no mesmo sentido, seja empurrado por lideranças, algumas vezes as mesmas que participaram da formação de cada uma dessas organizações, seja impelido principalmente pela dinâmica particular da luta de classes que se intensificava no processo de redemocratização.

A dinâmica em que se retomou a luta de classes nessas condições de recrudescimento de inúmeras lutas sociais impunha, pelas próprias contradições presentes na realidade, a formação de organizações que servissem de ferramenta política de luta para trabalhadores do campo e da cidade, mas que encontrassem articulação e unidade entre si.

Por conseguinte, a constituição do PT, da CUT e do MST só podem ser compreendidas no movimento de (re)emergência das lutas sociais agrárias, das lutas sindicais e de outras formas de manifestação das lutas sociais que, embora tenham partido inicialmente de questões específicas ou particulares, encontraram um ponto de fusão de classe na esteira do embate contra o Regime Militar, na luta contra as contradições e as expressões de falência do projeto desenvolvimentista.

Para além de terem emergido do mesmo tronco fundador, o ponto de fusão entre essas organizações se costurou por meio da perspectiva de transformação socioeconômica e anticapitalista que até certo tempo guardavam. É fato que essa perspectiva tenha se perdido com o amoldamento à ordem que alcançou as três organizações, bem verdade que cada uma delas em ritmos e circunstâncias distintas, o que ficou mais explícito na adesão ao mito do “novo desenvolvimentismo<sup>98</sup>” iniciado no Governo Lula.

Não obstante, no processo de suas formações havia um fio condutor comum que era a perspectiva classista de cada uma delas, ou seja, de serem organizações de luta pelos interesses dos trabalhadores, que não se conciliavam, de imediato, com a lógica particular e histórica em que o capital operava sua reprodução no Brasil; assim, se chocavam com os interesses da burguesia local, mais precisamente, a sua fração agrária e industrial.

#### **4.2.1 Gênese e conjunturas do desenvolvimento organizativo do MST**

Foi sob esse conjunto de condicionantes históricos, socioeconômicos e políticos, atrelados ao processo de luta pela reconquista da democracia, que em 1984

---

<sup>98</sup> O termo “novo desenvolvimentismo” aparece aqui como sinônimo de neodesenvolvimentismo. O emprego inicial das aspas é justamente para demarcar a ideia de que o neodesenvolvimentismo se apresenta como uma ideologia que muito pouco se aproxima com o que foi o pensamento nacional-desenvolvimentista; bem como, enquanto ideologia, serve para esfumar a preservação na política econômica do Governo Lula de certos referenciais neoliberais.

o MST se constituiu simbolicamente no “Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, realizado na cidade de Cascavel, Paraná.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi organizado com a finalidade de dar unidade política e programático-orgânica às lutas e organizações camponesas que explodiram em todo o país, especialmente, em regiões marcadamente dominadas pelo agronegócio e pela presença do latifúndio improdutivo.

Um ano após a fundação, o movimento realizou seu primeiro congresso nacional, reunião que veio a se constituir como o mais importante momento político e deliberativo da organização. Nesse primeiro congresso, o MST decidiu que não estabeleceria pacto com o novo governo, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral de 1985, pois estava convencido de que a reforma agrária só teria êxito com lutas massivas, radicais e com ocupações. Na ocasião, deliberou a proposta de articulação com entidades sindicais e outros movimentos populares para empreenderem ações conjuntas com a finalidade de pressionar o Governo Sarney e o Congresso Nacional com o objetivo de fazer avançar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e garantir o avanço de medidas legais em favor da reforma agrária na nova Constituição Federal que seria elaborada.

Na conjuntura de transição “democrática”, o MST desenvolveu ações nas mais importantes regiões metropolitanas do país como tática de forçar o início de desapropriações de terra, de pressionar o governo e de enfrentar os latifundiários. De acordo com os registros históricos disponíveis no *site* do próprio movimento, havia cerca de 11.655 famílias acampadas em várias regiões do país. Todavia, o I PNRA e algumas garantias constitucionais importantes em favor da reforma agrária não conseguiram avançar em razão da União Democrática Ruralista (UDR), que foi fundada em contrapelo às organizações de luta pela desconcentração fundiária e desapropriação da terra. A UDR conseguiu frear a reforma agrária com apoio de partidos conservadores, como o então Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No final dos anos de 1980, com a primeira eleição direta pós-ditadura, organizações de esquerda, que se constituíram articuladas durante o processo de redemocratização, lançaram esforço para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que

saiu derrotado na ocasião. O MST se viu frustrado com a derrota eleitoral, pois a candidatura representava, na avaliação da organização, a oportunidade

[...] da classe trabalhadora assumir o comando do governo do Brasil. Isto com um projeto político e um programa de governo que, com a efetiva participação dos trabalhadores, pode fazer avançar as lutas sociais, e o processo de transformação da sociedade. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – JORNAL SEM TERRA, 1989)

O início dos anos de 1990, sob o Governo de Fernando Collor (1990-1992), ficou marcado pelo começo da implementação da política neoliberal<sup>99</sup>, que passou a partir de então, a ser dominante nos demais governos instituídos. Mas, particularmente para os Sem Terra, essa conjuntura representou grande dificuldade e resistência, já que o comando do Governo Federal retomou com força a política de repressão diante das lutas sociais agrárias.

Durante o pouco tempo que Fernando Collor permaneceu na presidência, até sofrer *impeachment*, o movimento buscou se fortalecer para dentro, a fim de resistir às dificuldades materiais e políticas e à repressão policial perpetrada pelo governo.

As palavras de João Pedro Stedile, a mais conhecida liderança do MST, em entrevista publicada por Bernardo Mançano Fernandes<sup>100</sup>, resumem bem esse período de experiência político-organizativo do movimento.

---

<sup>99</sup> A política neoliberal só pode ser compreendida quando colocada como um dos caminhos estratégicos para a saída da profunda crise capitalista que emergiu no último terço do século XX e que ainda perdura. A partir de então, a agenda política girou em torno de uma série de medidas econômicas e políticas que ficou conhecida como *Consenso de Washington*, pretensamente com a finalidade de superar a crise expressa através do aumento da dívida externa, altas taxas inflacionárias e estagnação econômica. Na verdade, o conjunto das medidas propostas se tratava de uma espécie de cartilha que orientaria os gestores do Estado. Ideologicamente, os fundamentos da política neoliberal alçaram à condição de “pensamento único” para orientação da vida social nesse quadro histórico. Assim, os princípios que o fundamentam conformam uma espécie de semente de uma determinada orientação “ética e moral” ante a *crise orgânica* (GRAMSCI, 2004a), que vivenciou a reprodução capitalista com o esgotamento dos anos dourados de crescimento econômico. As crises orgânicas indicam a correlação entre crise econômica e crise política na medida em que abrem a possibilidade para formulação, difusão e cristalização de novas formas de pensar e resolver questões que dizem respeito à vida estatal. Portanto, os princípios do neoliberalismo se tornaram dominantes como orientação não só para gestão do Estado, mas também para outras dimensões da vida social. Seus fundamentos basilares consistem, em suma: 1) na diminuição do papel social do Estado; 2) em aguda desregulamentação da economia; 3) na centralidade e liberdade do mercado; 4) no estímulo ao individualismo; etc. É possível encontrar boa elucidação acerca da adoção da política neoliberal como forma de pensamento dominante no quadro estratégico de saída da crise em Netto (1995). De acordo com o autor, “[...] é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo única alternativa e forma para democracia” (NETTO, 1995, p. 77).

<sup>100</sup> O livro *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* apresenta o roteiro da entrevista organizado por Bernardo Fernandes e realizada com João Pedro Stedile. Essa publicação é uma rica fonte de informações históricas das perspectivas políticas que informaram o movimento, sobre o

A derrota da candidatura de Lula foi uma derrota política após dez anos de ascensão do movimento de massas no Brasil. Ela nos atingiu também [...]. Afetou o ânimo da militância e aquela expectativa de que era possível fazer uma reforma agrária rápida. Essa era a sinalização que um possível governo Lula nos dava [...] o que demonstra o quanto estávamos convencidos de que a vitória de Lula representaria a possibilidade de massificar a luta pela reforma agrária no Brasil. A derrota dele, não sei como explicar direito, não foi apenas a vitória de Collor, de um doido que não queria fazer reforma agrária. Antes de tudo, foi uma derrota política nossa [...]. O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária resolveu reprimir o MST [...]. Foi uma loucura. Foram três anos comendo o pão que o diabo amassou. A entrada do governo Itamar Franco foi um alívio muito grande. (STEDILE, 2005)

A tática do movimento, para essa conjuntura de forte repressão que vivenciou, foi buscar consolidar internamente a estrutura política e de funcionamento para alcançar maior solidez organizativa, de modo a suportar os ataques e a perseguição por parte do aparato do Estado. Para alcançar esse propósito, buscou maior organicidade com a formação de setores de atividade para dar conta das demandas políticas e cotidianas de funcionamento.

Naquilo que corresponde às questões estritamente políticas, o movimento organizou sua estrutura de funcionamento de acordo com o que indica os Quadros 01, 02 e 03 a seguir:

Quadro 01 – Distinção entre as instâncias de deliberação

<b>INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS</b>	
Congresso Nacional	É realizado a cada 05 anos. É quando se definem as linhas políticas e o horizonte estratégico do movimento.
Encontro Nacional	Ocorre a cada 02 anos. Nessa instância se avalia, formula e delibera as ações para se aproximar da estratégia formulada. Também se planeja as ações das setoriais de atividade.
Encontros Estaduais	Elegem os membros das Coordenações Estaduais. É responsável por programar atividades e ações em conformidade com as deliberações nacionais.

Fonte: Site do MST.

---

desenvolvimento organizativo dos Sem Terra, dentre outras questões acerca do MST a partir de informações trazidas por uma de suas maiores lideranças.



Quadro 02 – Distinção entre as instâncias de representação

<b>INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO</b>	
Coordenação Nacional	É eleita a partir dos Encontros Nacionais do MST. Sua composição é formada por 02 membros de cada Estado e é responsável por coordenar o cumprimento das estratégias políticas formuladas nas instâncias deliberativas.
Direção Nacional	Sua formação tem número variável e é indicada pela Coord. Nacional. Deve acompanhar à implementação das estratégias políticas nos Estados por meio dos setores de atividade.
Coordenações Estaduais	Composta por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pelos setores de atividade.
Coordenações Regionais	São eleitas nos encontros de assentamentos e contribuem com os setores de atividade.
Coordenação de Assentamentos e Acampamentos	Composta por membros eleitos nos assentamentos e acampamentos. Colaboram com os setores de atividade.
Grupos de Base	São formados por membros da base e formam grupos de trabalho para tocar as atividades setoriais.

Fonte: Site do MST.

Quadro 03 – Definição dos Setores de Atividade

<b>SETORES DE ATIVIDADE</b>	
Saúde	Responsável por desenvolver ações educativas e preventivas nas comunidades assentadas no tocante à demanda da saúde.
Direitos Humanos	Articula ações na defesa dos trabalhadores rurais que sofrem violações de direitos ao fazer a luta pelo direito à terra.
Gênero	Tem a tarefa de animar o debate de gênero nas instâncias do MST e realiza ações que contribuam para uma participação igualitária entre os gêneros.
Educação	Tem a responsabilidade de cuidar da articulação entre as diversas atividades educativas com a linha e demandas políticas do MST.
Cultura	Toca iniciativas, ações e projetos de atividades culturais desenvolvidas em assentamentos, acampamentos, etc.

Formação	A formação do militante é uma das questões mais caras para a organização. Por isso esse é um setor chave para que a base possa contribuir com maior qualidade na luta pela terra.
Projetos e Finanças	É responsável por articular a construção de projetos internos ao movimento com os recursos financeiros da organização.
Produção e Cooperativas	Tornou-se num dos setores chaves para o movimento, já que cuida da produção realizada nos assentamentos.
Setor Frente de massas	É uma setorial voltada para as ações políticas e lutas diretas desenvolvidas pelo MST. Portanto, articula as ocupações, marchas, acampamentos, além de arrematar militantes.

Fonte: Site do MST.

Nesse processo de se voltar para dentro, com objetivo de se fortalecer e resistir, o MST forjou espaços ou instâncias com atribuições específicas para desenvolver as atividades de organização interna. Essas instâncias, que começaram a ser forjadas logo após a eleição presidencial vencida por Fernando Collor, são os chamados setores de atividades, que foram criados conforme o surgimento de demandas internas. Aqui se fará breve referência àqueles setores de “maior relevância” política para o MST, como o Setor de Educação, Setor de Formação, Setor Frente de Massas e *Setor de Produção e Cooperativas*. Não obstante, será dada maior ênfase a esse último, porque esse espaço tem correlação com o processo mais substantivo de metamorfose pelo qual passou o projeto político do MST durante o ciclo petista na Presidência da República.

As atividades de produção e a formação de cooperativas, expedientes a que o movimento se dedicou com afincamento entre as décadas de 1990 e 2000, conformam então mediações, no quadro de uma gama outras delas, para que na conjuntura do Governo Lula (2003-2010) consolidasse transformações substanciais no seu projeto político e, com isso, operasse o redirecionamento de suas lutas e estratégia política<sup>101</sup>.

Esse expediente foi importante para condicionar, do ponto de vista mais imediato, o recuo na direção política mais combativa e em ações de natureza confrontacionista com a burguesia agrária. Todavia, esse recuo se tornou muito mais

<sup>101</sup> A problematização dessa mediação será desenvolvida no capítulo 04.

sentido pelas instituições que salvaguardam os interesses e efetivam a dominação de classe por meio do Estado.

Nessa direção, o movimento assumiu uma linha política de ações pactuadas e consoantes com a política operada pelo Governo Lula de institucionalização das organizações de luta dos trabalhadores. E, do ponto de vista mais mediato e estratégico, as atividades de produção colaboraram para que os interesses políticos do movimento se localizassem na adesão ao “mito neodesenvolvimentista”. Conseqüentemente, isso mediou a acomodação do MST na lógica da conciliação entre as classes fundamentais, direção requerida por governos que implementam projetos políticos para viabilizar ciclos de desenvolvimento econômico.

No sentido de consolidar o MST, um dos desafios estratégicos foi o de conseguir organicidade política, para isso, voltou-se para atividades de formação educativa e política da militância, sobretudo de novas lideranças que pudessem atuar como direção junto à base social e colaborar no encaminhamento de necessidades internas. Os dois espaços responsáveis por articular e encaminhar esse quadro de necessidades foram o Setor de Educação e o Setor de Formação. O movimento entende que a educação é um espaço para se realizar também a formação política e colaborar com quadros que atuem organicamente no cotidiano da organização. Como resultado do amadurecimento da política de formação, foi criada a Escola Florestan Fernandes (EFF) e também, para auxiliar nas atividades educativas, foi criado o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária (ITERRA).

O MST se notabilizou por ser uma organização de luta de massas. Desde sua formação, foi a organização que retomou e cristalizou como característica sua as lutas de massas no campo. Conforme revelou João Pedro Stedile (2005):

Desde o início, todas as formas de luta que desenvolveu foram de massas, o que trouxe para dentro dele três características fundamentais. A primeira foi a de ser um movimento popular em que todo mundo pode entrar [...]. Pode entrar militante urbano, o técnico da Emater, o padre, etc. Ninguém fica pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consistência maior para o MST. Ele soube se abrir para sociedade [...]. Somos uma organização política e social de massas ou dentro de um movimento de massas.

O Setor Frente de Massas foi um dos responsáveis pelo crescimento político do movimento não só por articular as lutas direitas, mas porque atuou para arregimentar trabalhadores que, nos espaços urbanos, constituem o “exército

industrial de reserva” de que tratou Marx (2011a). Ou seja, atuou para organizar parte daquele segmento que corresponde à força de trabalho excedente às necessidades da dinâmica de produção e reprodução do capital, determinando que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada.

Assim que o movimento conquistou os primeiros assentamentos na passagem dos anos de 1980 para a década seguinte, surgiu a necessidade de organizar as famílias assentadas para produção. Com isso, a estratégia consistia especialmente em: 1) *expressar para o assentado que a luta não termina com a conquista da terra;* 2) *prevenir a expropriação e subordinação do assentado diante da incapacidade ou dificuldade de produzir rendimento;* 3) *evitar a desvinculação dos assentados do MST;* 4) *ser uma instância para auxiliar a organização política em algumas necessidades materiais;* 5) *concretizar o assentamento como viabilidade econômica.*

É possível encontrar alguns esclarecimentos sobre o significado da atividade produtiva para o MST a partir das seguintes considerações:

Na nossa visão, ocupar e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema [...]. De um lado, porque a grande preocupação em termos gerais do movimento, era de se consolidar como movimento social; de outro, porque a própria base achava que podia resolver o problema só com as próprias forças. Foi preciso então que a própria base do movimento – o assentado – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico, acesso a créditos, etc. [...]. A primeira luta do MST ligada à produção em 1986, como falei anteriormente, por uma linha de crédito subsidiado [...]. A partir da vitória eleitoral, Collor acabou com as políticas públicas para agricultura, com o crédito, com Emater que poderia dar assistência técnica [...]. Isso nos obrigou a fazer uma reflexão ainda mais aprofundada sobre as formas de cooperação [...]. Partimos dessa concepção de que era necessário criar um sistema para fazer frente à ofensiva de Collor. (STEDILE, 2005)

Uma das lutas principais no esforço de desenvolver a atividade produtiva no MST foi para que fosse possível o acesso ao crédito. A partir disso, foi formulado pelo Governo Federal um programa de crédito especial para assentados, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera). Na medida em que passou a organizar a produção e a fundar as primeiras cooperativas, criou o Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA) para articular e desenvolver a implantação da produção via cooperativas. Também na mesma conjuntura, criou as Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) com objetivo de ter maior poder político na

luta por uma política agrícola e por negociação de crédito de financiamento com o governo.

O MST foi gestado no interior do processo de “modernização dolorosa” do campo, por conseguinte, não deixou de sofrer rebatimentos desse processo no seu interior no tocante à estrutura organizativa. Nesse sentido, a organização de cooperativas não foi só uma necessidade estratégica do movimento, mas também decorreu de questões estruturais maiores como a política econômica que o impeliu a procurar meios de desenvolver a produção num contexto de hegemonia e dominação da capitalização rural. Por isso, recorreu à criação das cooperativas; é isso que indica em seu principal meio de comunicação com a sociedade em geral.

Diante de uma política econômica e agrícola que penaliza o pequeno agricultor, o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra [...]. Há a necessidade de encontrar meios que lhe possibilita [sic] ter acesso a recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização; acesso a técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização. Recursos esses hoje, somente ao alcance dos grandes proprietários. É para proporcionar essas condições que estamos implantando a organização de cooperativas em nossos assentamentos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1991a)

No transcorrer do processo de desenvolvimento das cooperativas de produção, o movimento formulou algumas experiências para melhor organizar e implementar a atividade de cooperação produtiva. No bojo das experiências, criou o Laboratório Organizacional de Campo, sob forte influência de Clodomir Santos Moraes<sup>102</sup>, para fomentar e transmitir entre assentados técnicas para melhor organizar e gerir tanto cooperativas de produção quanto desenvolver técnicas agroindustriais. Dessa maneira, informava o referido caderno que sua importância como documento orientador consistia:

Sobretudo tendo em vista a clara e definida linha política do MOVIMENTO SEM TERRA de estimular e ajudar a organizar de todas as maneiras, a COOPERAÇÃO AGRÍCOLA nos assentamentos [...] e manter os trabalhadores organizados. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1990b).

---

<sup>102</sup> Sociólogo e militante de esquerda exilado durante a Ditadura Empresarial Militar de 1964. Foi conselheiro regional da ONU para a América Latina referente a questões de desenvolvimento rural e reforma agrária. A proximidade que teve com o MST começou já na segunda metade da década de 1980. O movimento buscou em Clodomir Moraes, especialmente através da cartilha “Elementos sobre a Teoria da Organização no campo”, fundamentos para organizar e desenvolver as cooperativas de produção através da assimilação da ideia de divisão do trabalho para aumento da produtividade. A influência do pensador é sentida na elaboração do Caderno de Formação nº 11 com objetivo de fomentar na base a ideia de trabalho coletivo e romper com a cultura do trabalho individual.

Diante das experiências que forjou, o movimento não ficou preso a uma única forma de cooperação. As duas formas principais de cooperativas que desenvolveu foram:

- Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS): funciona como espécie de mecanismo econômico que amplia a capacidade dos assentados para agirem em mercados regionais. Dessa maneira, a forma CPS planeja, organiza e comercializa a produção dos assentados em seus lotes familiares. Outras funções que assume são a prestação de serviços de assistência técnica, o fornecimento de insumos e serviços de maquinaria, além de repassar créditos.
- Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): apresenta caráter mais coletivizado quanto à execução e administração dos meios de produção. A CPA, como forma de cooperativa, compreende geralmente um quantitativo entre 10 e 60 famílias produtoras.

Logo, nesse mesmo processo, também deu início ao desenvolvimento de agroindústrias como desdobramento da sistematização de cooperativas. Com isso, criou agroindústrias do tipo: *rural* (processa a matéria-prima extraída exclusivamente dos lotes dos assentados); *mista* (uma parte da matéria prima é proveniente dos assentados e a outra de terceiros); *tradicional* (tem objetivo de se colocar mais amplamente no mercado, por isso tem funcionários assalariados e investe em compras de matéria-prima de terceiros).

Com essa incursão, que assumiu na conjuntura da década de 1990, houve, de certa forma, uma conseqüente inserção na lógica capitalista de produção, da qual seria improvável – para não dizer impossível – o completo insulamento dos Sem Terra às determinações do modo de produção capitalista, já que toda e qualquer instituição que desenvolva atividade produtiva nessa ordem societária, invariavelmente, terá sua auto-reprodução determinada pela lei do valor.

Assim, os sistemas de cooperativas assumiram a forma de um empreendimento de produção de valor, mesmo que guardem particularidades na gestão do trabalho e na apropriação dos resultados produtivos. A questão é compreendida pelo MST como uma espécie de “empreendimento social”, pois “Quando falamos das Cooperativas de Comercialização e Produção que estão sendo

criadas nos assentamentos, estamos pensando num tipo de empresa social que seja ferramenta de luta por uma sociedade justa” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1993). Apesar disso, mesmo que a sistematização de cooperativas por trabalhadores rurais ou membros vinculados aos Sem Terra funcione como propriedade sua, irá se efetivar estruturalmente como instituição do modo de produção capitalista e sofrerá orientações determinadas pela reprodução ampliada do capital.

A organização das cooperativas, além de ser uma necessidade política e estratégica na conjuntura de dominação neoliberal, foi um imperativo de ordem econômica para os assentados organizados pelo MST. No entanto, isso não se desenvolve sem contradições, tampouco pode efetuar êxito sem atender a algumas condições. A inserção em atividades produtivas, especialmente nas de caráter agroindustrial, tem a necessidade de incorporação de máquinas e requer financiamento. Diante disso, na conjuntura em questão, a luta pela terra passou a ser seguida pela luta para torná-la produtiva, o que levou a lutar também por crédito. *Não obstante, é importante se considerar que o projeto político do MST estava centrado na luta pela reforma agrária radical, destarte, a luta por financiamento para investir na produção estava subordinada à luta pela socialização da terra.*

Um dos momentos mais marcantes da capacidade de luta e imposição política do movimento ocorreu justamente no Governo FHC (1995-2002), contexto de aprofundamento da liberalização da economia e mercantilização das relações sociais. Nessa conjuntura, a forma mais impositiva e radicalizada de luta desenvolvida foram as ocupações de terra e as marchas realizadas pelo Brasil. Em 1997, a Marcha Nacional por “Reforma Agrária, Emprego e Justiça” chamou a atenção do país. Os Sem Terra partiram de três regiões (Nordeste, Sudeste e Sul) em marcha pelo país até Brasília, com o objetivo de: fomentar o debate sobre a reforma agrária, apontar as contradições da política econômica vigente do governo e denunciar a repressão violenta do aparelho policial do Estado de que vinha sofrendo.

Nos anos de passagem entre os séculos XX e XXI, começou a organizar ações nas periferias das maiores regiões metropolitanas do país para arregimentar trabalhadores desempregados, muitos deles, ex-camponeses que realizaram no passado o êxodo rural e, com isso, conquistar novos militantes, ampliando sua base

social para luta<sup>103</sup>. A leitura estratégica do movimento foi expandir seu raio de ação, tentar superar a dimensão corporativa da luta, limitada apenas aos camponeses ou trabalhadores sem-terra. Dessa forma, entrelaçou a questão agrária à questão urbana. Ao mesmo tempo, isso indica também a estratégia para avançar na ampliação da adesão ou incorporação de outros segmentos na luta articulada com o MST. Isso significa um passo qualitativo na correlação de forças, seja sob o ângulo de aumento da base social com a adesão de novos militantes, seja sob a ótica da aproximação ideopolítica com outros segmentos que não fossem imediatamente ou exclusivamente os sem-terra.

Foi uma conjuntura marcada também pelo crescimento nos números de assentamentos conquistados pelo movimento. Segundo o Relatório DataLuta 2010, nesse período, houve 393.842 famílias assentadas. Para reverter o avanço político do movimento, o Governo FHC formulou o que se convencionou chamar de “reforma agrária de mercado” dentro da linha da orientação neoliberal do governo, porque desresponsabilizava o Estado com iniciativas de redistribuição da terra e aquecia o mercado fundiário ao possibilitar o financiamento de imóveis rurais a trabalhadores rurais não proprietários<sup>104</sup>.

Em meio a esse contexto de aprofundamento do neoliberalismo, o MST somou esforço político junto a outros sujeitos sociais (intelectuais, organizações estudantis, lideranças populares, etc.) para formular um projeto alternativo de desenvolvimento para o país que se contrapusesse à política do “pensamento único”. Sendo assim, a direção da organização foi signatária do documento ou série de textos analíticos intitulados “A opção brasileira<sup>105</sup>”. Esse documento, indica tratar-se não de um

programa de governo, e muito menos uma plataforma eleitoral. Sua motivação é, ao mesmo tempo, mais concisa e mais ambiciosa: explicitar as bases conceituais para um novo enfoque sobre a possibilidade de desenvolvimento do Brasil e demonstrar que esse enfoque tem consistência lógica, aderência à realidade e viabilidade

---

<sup>103</sup> Isso criou as condições para gestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

<sup>104</sup> A “reforma agrária de mercado” se constituiu num contexto em que a economia agrária se encontrava em crise, o que redundou na desvalorização do mercado de terras. A partir dessa política, o governo buscou reaquecer esse mercado em benefício dos grandes proprietários. No entanto, a adesão dos trabalhadores rurais à “reforma agrária de mercado” foi relativamente baixa, de modo que teve pouco impacto para reversão da crise no setor.

<sup>105</sup> Resultante disso, foi fundado o partido ou movimento Consulta Popular com o objetivo de ser um espaço de debates, formulações e proposições políticas acerca do Brasil, que pudesse ir além da incursão fundamentalmente eleitoral que tomou o Partido dos Trabalhadores. Entretanto, ao fim e ao cabo, a Consulta Popular se constituiu numa estreita relação de apoio ao Partido dos Trabalhadores e especialmente ao MST. Muitos militantes da Consulta Popular são integrantes da base social ou direção do MST.



histórica. É um texto sobre fundamentos. Menos do que soluções pragmáticas, apresenta um sistema de ideias. Uma vez consolidado, ele fará as soluções florescerem [...]. Rediscutem-se os fins que devem comandar a construção de outro projeto, sugere-se uma nova dinâmica para o nosso desenvolvimento econômico e indicam-se algumas condições políticas para que isso se dê. (BENJAMIN *et al.*, 1998, p. 18-19)

A partir de então, o movimento começou a gestar mais claramente sua linha de orientação política de combate ao modelo econômico neoliberal mediante a perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento nacional, que viabilizasse tanto o crescimento econômico quanto remetesse às conquistas sociais de caráter popular. A projeção apontava para o objetivo de superar os entraves de constituição do Brasil numa verdadeira “nação” com soberania política e econômica, com capacidade de satisfazer as necessidades da “população-cidadã”. Dessa forma, tecia alinhamento com um projeto comprometido em construir, de acordo com “A opção brasileira”: 1) a soberania; 2) a solidariedade; 3) o desenvolvimento; 4) a sustentabilidade; 5) a democracia ampliada.

A adesão ao projeto de desenvolvimento nacional associado às conquistas sociais, sobretudo aquelas dirigidas para as camadas populares, auxilia na compreensão do comportamento político assumido pelo MST na conjuntura do Governo Lula (2003-2010). Sob esse governo, houve por parte do movimento relativo apoio político à mistificação do novo caminho ou ciclo de desenvolvimento, o mito do neodesenvolvimentismo. A despeito de algumas críticas dirigidas publicamente, no fundamental, aderiu ao *modus operandi* de implementação da plataforma política do governo, inclusive da política econômica, que se sustentou na conciliação conjuntural entre as classes.

Durante a gestão executiva do Estado no primeiro ciclo da administração petista, operou-se a inserção (e adesão) dos Sem Terra à lógica de institucionalização das organizações de luta dos trabalhadores. Essa estratégia se tornou uma das dinâmicas mais destacadas do Governo Lula para costurar uma mediação imprescindível com fins de atingir a efetivação do projeto de retomada do novo ciclo de desenvolvimento econômico que, a partir da ótica da relação entre as classes, requereu o refreamento das lutas sociais e apaziguamento da conflitividade de interesses de classes.

É fato que, durante a gestão petista, especialmente sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, se estabeleceu o período de menor perseguição política sobre esse movimento social e, ao mesmo tempo, de abertura institucional de espaços do Estado para efetivação de suas demandas.

No ciclo conjuntural em questão, o movimento manifestou seu maior recuo combativo e arrefecimento nas práticas de luta radicalizadas, seja nas ações diretas de enfrentamento com as frações da burguesia agrária, seja através do distensionamento à pressão que recorrentemente exercia junto às instituições que montam o aparato estatal na administração e defesa dos interesses das classes dominantes.

Por conseguinte, essa fase de menor combatividade, inquestionavelmente, deixou estabelecida para o MST a contradição relativa a manifesta diminuição nas ocupações de terra, justamente numa conjuntura em que o agronegócio e a atividade primário-exportadora tornaram-se uma das vigas mestras de sustentação da política econômica do governo. A partir dos números apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>106</sup> (MDA), constata-se uma queda de quase 25% nas ocupações realizadas quando comparados aos do Governo FHC, a despeito da queda notória no número de assentamentos, que teve crescimento acentuado diante da radicalização das lutas da organização na conjuntura anterior.

Na dialética do desenvolvimento do capitalismo dependente, que marca a execução da plataforma política dos governos do Partido dos Trabalhadores, o MST entra numa fase de acomodação à ordem da gestão petista. Trata-se, portanto, de uma fase em que se expressa uma inflexão rumo à institucionalização, patente na ocupação de cargos no Estado e de estreitamento com o Governo Federal na organização de pautas reivindicativas de políticas sociais no campo, sobretudo voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

---

<sup>106</sup> A fonte para se chegar a essa constatação partiu de dados apresentados pela Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), criada pelo Governo Federal em 1995 e que foi vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) até sua extinção durante o Governo de Michel Temer. Dentre as funções da Ouvidoria Agrária Nacional, está o registro do número de ocupações de terra realizadas por movimentos sociais com objetivo de monitorar os conflitos agrários. Sem dúvida, a criação de um espaço institucional pelo Governo FHC para registro e monitoramento de conflitos dessa natureza deve-se a intensificação do nível de lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais no campo, em especial o MST. Os dados referidos foram extraídos de relatórios periódicos apresentados pela Ouvidoria Agrária Nacional, em que se apresenta um histórico de dados relativos à evolução e retração de conflitos no campo em diversas regiões do país. Tais relatórios foram publicados no site do MDA.

No decurso das gestões que sucederam o Governo Lula, há registros estatísticos da queda no rendimento da pequena produção familiar rural. Nesse sentido, é revelador os dados do período entre 1995 e 1999 em que, de acordo com Silva (2001, p. 42),

a fração da renda proveniente das atividades agrícolas (que representa 3/4 ou mais da renda total dessas famílias) caiu tanto para as famílias rurais de conta-própria agrícola (- 4,2% a.a.) quanto para as pluriativas (- 5,3% a.a.).

A partir do início da gestão petista, ocorreu uma forte implementação de políticas e programas sociais que determinaram uma viragem no rendimento da agricultura familiar. O Censo Agropecuário divulgado em 2009 indica que, em 2006, os agricultores que declararam receita de venda de produtos obtiveram rendimento médio anual de R\$ 13.600,00. Dessa forma, as políticas agrícolas condicionaram a ampliação relativa dos ganhos econômicos da pequena produção rural. Não obstante, isso trouxe impactos sentidos na diminuição da radicalização da luta pela reforma agrária.

A estruturação da pequena produção agrícola de base familiar, que ganhou nessa conjuntura relativo destaque, foi constituída em estreito fluxo de relação com o Estado. As políticas e programas para absorção da produção por meio das instituições estatais, juntamente com um aumento relativo de financiamento público, foram imprescindíveis para a inserção e viabilidade da agricultura familiar no mercado.

Mediado pela política de fortalecimento da agricultura familiar, através do aumento significativo de recursos para investimento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o MST passou a defender, como prática produtiva, a agroecologia<sup>107</sup>, portanto, supervalorizando a produção familiar e

---

<sup>107</sup> A agroecologia, conforme regista o *site* do MST, é estimulada nos assentamentos para “desenvolver uma nova forma de produzir que não prejudique as pessoas e a natureza, e, ao mesmo tempo, reduza os custos de produção. [...] os assentamentos buscam utilizar novas e velhas fórmulas alternativas de agroecologia [...]. No plano político, o MST entende que o país necessita de uma política de desenvolvimento econômico, social e humano que inclua a preservação do meio ambiente [...]. Os camponeses são estimulados para atuar na defesa da natureza não só procurando implantar a agroecologia em seus assentamentos, como também realizando mobilizações contra o uso de métodos agrícolas que coloquem em risco o planeta”. O movimento não esclarece, conceitualmente, o significado da agroecologia, seja nos seus documentos oficiais ou em qualquer de suas ferramentas de comunicação, mas, a partir das informações que traz no seu *site* oficial, pode-se compreender a agroecologia como uma espécie de padrão de produção rural que recupera o saber tradicional dos camponeses, que impõe menor uso de insumos e menor dependência de recursos técnicos como a maquinaria, isso articulado ao princípio de sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. Ela indica assumir papel estratégico no movimento ao se colocar como uma alternativa limpa e sustentável de produção frente ao padrão destrutivo do agronegócio.

as práticas ecológicas de produção no campo. Essa é uma das mediações mais significativas para determinar a acomodação do movimento na lógica da administração petista da conciliação conjuntural de classes e adesão política à plataforma do governo estruturada em torno da construção do mito neodesenvolvimentista.

Há uma grande dependência de crédito, sobretudo o fornecido pelo Estado, naquelas economias em que a produção agrícola é hegemônica por um padrão que requer uma matriz produtiva com alto custo de incorporação tecnológica e química. Em decorrência disso, o governo passa a ter uma boa margem de controle sobre as organizações que estruturam a produção para inserção de alguma forma no mercado. Diante da dificuldade com o aumento da produtividade requerida pela lógica da concorrência mercantil, além da dificuldade de aquisição de crédito disputado com os grandes empreendimentos agropecuários, o MST buscou readequar sua estrutura de produção para os princípios da agroecologia. Particularmente, após a primeira eleição do PT para o comando do Executivo, esses princípios assumiram centralidade estratégica para o movimento.

Houve, desde o limiar dos anos 2000, uma reorientação da produção junto aos assentamentos no sentido fomentar atividades agroecológicas, conforme indica o IV Congresso Nacional. Orientação que ganha maior peso e significação na linha política que passa a adotar no decorrer do século XXI. Tal reorientação decorreu de uma readequação à política de financiamento do Estado dirigida à produção rural.

De acordo com a plataforma política formulada no encontro deliberativo para traçar a linha política e orientação estratégica do movimento, há, nos anos 2000, um norteamento para que os assentamentos passem a adotar a “produção agroecológica” como padrão alternativo frente ao agronegócio:

A partir da orientação agroecológica no campo que deve abraçar o MST, as trabalhadoras e trabalhadores Rurais Sem Terra enxergam que uma nova luz incide nas relações de trabalho e no saber camponês. A agroecologia faz com que a valorização do conhecimento popular seja primordial para uma relação de trabalho equilibrada entre espécie humana e outras formas de vida, em que o saber local acumulado geracionalmente pelos camponeses permite um metabolismo sustentável nas relações produtivas. E com ela também é possível que uma produção comprometida com a preservação da vida, com a saúde, com o meio ambiente, com o bem-estar possa se contrapor com o modelo de agricultura dominante que envenena, compromete a soberania alimentar e degrada a natureza. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2000a)

A agroecologia é uma forma de produção agrícola que requer maior uso quantitativo da força de trabalho, já que se organiza em padrão distinto do típico à produção dominante no agronegócio, então estruturado a partir do emprego intensivo de insumos e sofisticada tecnologia. Por isso, ela se constitui como uma alternativa para absorver a volumosa força de trabalho existente nos assentamentos. Além disso, a produção agroecológica é apresentada sob o manto da mistificação do mundo rural camponês, em que se sugere ser uma espécie de ilha de resistência ou caminho alternativo para a predominância do modelo especificamente capitalista de produção, altamente destrutivo e centrado na matriz primário-exportadora.

A direção política, no sentido de afirmar a agroecologia como orientação de produção no campo, marca um momento de transformações políticas substanciais no MST na medida em que passou a revalorizar as técnicas de produção camponesa – leia-se produção familiar – para fortalecer e afirmar a agroecologia; no mesmo compasso, o sentido da reforma agrária radical de desconcentração da propriedade fundiária perdeu força na direção estratégica das lutas que passou a desenvolver, de modo que as reivindicações por políticas sociais, programas e serviços que atendam às suas demandas produtivas e imediatas assumiram relevo.

A adaptação da produção à agroecologia marcou o momento em que a luta pela reforma agrária de caráter radical, historicamente a pauta central no projeto político do MST, passou a ser lateralizada em relação a um conjunto de reivindicações para dotar a produção agroecológica desenvolvida pelo movimento de maiores condições materiais para sua efetividade. Duas ações do Governo Lula convergiram nesse sentido, a criação do “Pronaf Agroecologia” para concessão de créditos à agricultura familiar agroecológica e à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Com efeito, mediante o documento oficial de implementação dessa política, ela “pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável” e deve

privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004).

O Pnater foi concebido em parceria com movimentos sociais e instituições públicas voltadas à vida social no campo, isso facultou às organizações ecológicas

participarem ativamente do processo. A política da gestão petista no Estado, em relação à autonomia política dos trabalhadores e setores populares, foi a de operar a desmobilização dos movimentos sociais e outras organizações políticas dos trabalhadores por meio da institucionalização de suas necessidades. A estratégia de desmobilização assumiu ênfase mediante a política de negociação com o Governo Federal. Foi nesse sentido que o MST passou a ser inserido e assentiu politicamente na acomodação a tal estratégia.

O direcionamento político do movimento nesse processo de acomodação passou a mirar a garantia, por parte da gestão do Estado, da formulação de uma plataforma política que remetesse o país ao desenvolvimento, construísse a soberania econômica, garantisse o combate às manifestações de injustiça social, reorientasse o modelo dominante da produção rural e, especialmente, atendesse a demandas populares do campo.

Nesse sentido, deveria estar inclusa, nessa plataforma, a efetivação de políticas, programas e serviços que garantissem não só a efetividade da produção dos pequenos produtores agrícolas, mas também que possibilitasse que esse segmento pudesse permanecer no campo, produzindo alimentos que afirmassem a segurança e soberania alimentar<sup>108</sup>. A pequena produção rural, camponesa ou familiar, passaria a se constituir, então, como uma das bases da plataforma política a ser implementada.

Expressa isso as palavras publicadas pelo próprio movimento quando aborda os traços gerais da direção política a ser tomada pela organização após a deliberação de um “Novo Modelo para Reforma Agrária” na conjuntura do segundo mandato petista no Palácio do Planalto, conforme o texto veiculado no seu site oficial, de autoria de Adelar Pizzeta.

Não podemos seguir com a dominação do modelo do agronegócio, que entrega nossas terras e riquezas, expulsa o povo do campo, destrói o meio ambiente, impõe os transgênicos e os agrotóxicos. O novo modelo agrícola que defendemos está vinculado a um projeto de desenvolvimento, com base na defesa da soberania popular, numa agricultura limpa e agroecológica, que envolve a participação dos

---

<sup>108</sup> A soberania alimentar é uma formulação da Via Campesina Internacional, da qual faz parte o MST; assim, define-a oficialmente como “o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão [...]”. O objetivo é fomentar o consumo de produtos oriundos de cultivo agroecológico por toda a população que não tem acesso ao alimento saudável. Já a segurança alimentar, que se correlaciona com a soberania alimentar, diz respeito à garantia do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis.

camponeses. Defendemos um novo modelo econômico, que tenha como centro o fortalecimento do mercado interno, a distribuição de renda, a indústria nacional para sustentar a geração de emprego e renda para o povo [...]. Diante disso, o MST vai lutar para que seja implantada uma política de Estado baseado na democratização da terra, combinada com a reorganização da produção, priorizando alimentos para o mercado interno, sem atual controle das empresas transnacionais. Precisamos também de uma reforma agrária que adote novo padrão tecnológico, respeitoso do meio ambiente, levando para o interior do país as agroindústrias na forma de cooperativas, o acesso à escola e à educação. E, que ao mesmo tempo garanta, sobretudo, a sustentabilidade econômica da produção familiar para fortalecer as bases da soberania e segurança alimentar no Brasil. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2008)

Ao que tudo indica, a reforma agrária com vista a transformar radicalmente a estrutura fundiária passa a assumir outra concepção, estaria agora orientada a garantir a efetividade da produção rural. Destarte, o sentido clássico que assumia, vinculado à ação de enfrentamento ao latifúndio por meio da desapropriação e distribuição de terra, passa a adquirir o significado de um mecanismo para o desenvolvimento da produção rural e para garantia de iniciativas do Estado que possibilitem o rendimento da agricultura familiar dos assentados. No fundo, a reforma agrária de finalidade essencial para orientação política do movimento passou a ser a condição assessória, posto que o fundamental indica ser a garantia de políticas e programas para a produção de alimentos nos assentamentos e em outros espaços, via produção agroecológica – leia-se produção familiar ou camponesa – para o mercado.

É verdade que a orientação estratégica, no sentido de afirmação da agroecologia, implicou em transformações na centralidade do projeto político do movimento, mas o estabelecimento do Governo Lula também foi igualmente decisivo não só para o arrefecimento político do MST como também para sua adesão ativa e/ou passiva ao projeto de retomada do novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo nacional.

Enquanto o Governo FHC desenvolveu a estratégia de desmobilização por meio da “reforma agrária de mercado”, de outro modo, o Governo Lula investiu politicamente na estratégia de atrelamento à plataforma desenvolvimentista, com ações para o campo direcionadas à ampliação do rendimento da agricultura familiar e sua viabilidade produtiva, mas que, ao fim, não tocava na estrutura de produção da burguesia rural.

### 4.3 CARACTERIZAÇÃO ORGANIZATIVA DO MST

O MST tornou-se característico por ser um movimento social de massas com caráter democrático e popular, em que qualquer segmento da classe trabalhadora, oriunda do meio rural ou não, pode ser incorporado, ou seja, estruturou-se como uma ferramenta política de massas em que se estabelecem mediações entre os interesses particulares, em torno da luta pela terra, com os interesses mais gerais de classe trabalhadora. Alguns estudos sobre a natureza e estrutura organizativa do MST estabelecem quase um consenso de que se trata de um movimento social, o próprio Sem Terra assim se autodenomina.

Todavia, é possível atribuir também ao MST certa acepção de organização com caráter partidário em razão: 1) da forma particular do desenvolvimento histórico do MST; 2) da estrutura organizativa e política de âmbito nacional; 3) da articulação estratégica com organizações políticas dos trabalhadores e setores subalternos; 4) da aliança e aproximação política com partidos que “representam” historicamente interesses das classes trabalhadoras; 5) do caráter social e político de organização de massas; 6) especialmente, do cuidado com a formação de quadros e da unidade construída no processo histórico em que articula, para além da luta pela terra, também outras lutas populares; 7) dos princípios organizativos; 8) da elaboração e vinculação ao Programa Democrático Popular (PDP), que se metamorfoseou, tempos depois, em suporte à política desenvolvimentista.

Por todas as diversas características supramencionadas, pode-se dizer que a natureza e estrutura organizativa dos Sem Terra, para além de se constituir como movimento social camponês, assume também a *forma partido* na medida que transpõe a sua própria esfera organizativa, constitui alianças políticas, constrói e se vincula a um projeto de transformação nacional atrelado a interesses não só de frações da classe trabalhadora rural, mas de outros setores subalternos.

Para José de Souza Martins (1996), o MST em sua trajetória histórica deixou de ser um movimento social quando se estruturou em organização política de lutas populares e de massas, com isso, firmou-se como um partido popular agrário. Uma vez que, não apresenta mais

as características de um movimento social. A tendência do movimento social é desaparecer atingidos e esgotados seus objetivos, ou a capacidade de transformar-se numa organização partidária. É o



primeiro partido popular agrário que temos no Brasil. (MARTINS, 1996, p. 09)

De fato, o Sem Terra se afigura contemporaneamente em sua forma organizativa como partido, mas não na forma tradicional ou na forma *stricto sensu* de representação institucional que as organizações partidárias comumente se colocam na disputa da democracia eleitoral. A discordância que aqui se tem com Martins (1996) é acerca do fato de que o MST não deixou de ser um movimento social, mas sim, de que apenas superou a *forma movimento social*, conseqüentemente, foi além dela e se estruturou também como partido.

#### **4.3.1 O MST como movimento social dos sem terra**

A gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se processou na onda de redemocratização marcada pelo reascenso das lutas sociais, numa dinâmica particular da luta de classes no Brasil, em que frações da classe trabalhadora lançaram-se na arena política num processo de constituição de ferramentas políticas que aportassem seus interesses e, portanto, aglutinassem a reorganização política dos segmentos subalternos. Nesse processo, apresentaram suas demandas particulares como parte integrante da luta pela redemocratização. Sendo assim, o reconhecimento e a atenção das demandas colocadas foram estabelecidos como condições centrais para reconstrução das bases institucionais de regulação social do Estado, dessa forma, um fundamento para legitimidade das bases institucionais da vida estatal.

A reorganização dos trabalhadores rurais sem-terra avançou numa conjuntura de efervescência das lutas sociais e aguda retomada da luta de classes. O significado político mais profundo do processo de retomada das lutas dos sem-terra se expressou muito além das mobilizações que realizaram, o ponto mais alto no processo de desenvolvimento das lutas foi atingido com a constituição de uma ferramenta organizativa que se caracteriza como um movimento social.

um movimento social caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. [...] o movimento social é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o

movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 263)

A emergência de um movimento social tem correlação com um dado lastro histórico, bem como decorre de um processo inserido na totalidade da sociedade capitalista e abarca uma dimensão política de consciência coletiva. A condição chave para a constituição organizativa dos Sem Terra decorreu da luta de classes no Brasil, que ganhou densidade e capilaridade expressa nas demandas particulares de diversos segmentos sociais num dado momento histórico. Dentre outras razões, a retomada da luta dos trabalhadores rurais organizada no MST recebeu significativa determinação da crise estrutural do capital que agudizou ainda mais as contradições da “modernização dolorosa” no campo.

Um movimento social também se constitui na medida em que um dado grupo social se organiza para realizar sua ação coletiva com relativo grau de consciência de seu pertencimento social e político. Por isso, ao chegar nesse momento aos seus quase 35 anos de existência, o MST, durante esse tempo, logrou trazer para o conjunto dos sem-terra um senso de pertencimento de classe diante de uma situação de insatisfação coletiva, que, no processo político organizativo, abriu a possibilidade de formação de uma consciência de classe.

Pode-se afirmar que esse movimento social, no processo de constituição, guardou consigo uma singularidade histórica demarcada por uma dupla autonomia, típica dos “novos personagens” que entraram em cena na redemocratização, assim apontada por Sader (1988): a primeira diz respeito ao fato de ser um movimento social que não se organizou como correia de transmissão ou subordinação a uma estrutura maior, a exemplo dos partidos revolucionários que controlavam organizações de luta dos trabalhadores antes do golpe de 1964. A segunda é que foi gestado sem atrelamento institucional com o aparato estatal como ocorria com as organizações sindicais no contexto em que emergiu. Isto é, guardava diante do Estado independência política.

Dentro do leque de análises em que o MST é objeto de estudo, há vasta interpretação quanto à apreensão e caracterização dada à forma organizativa que assume esse movimento social: pouco difundida e eivada de muita polêmica, por isso, bastante replicada; Luis Antônio Pasquetti (1998) o associa, tipologicamente, como uma “empresa social”, pelo caráter dos empreendimentos sociais e econômicos que

desenvolve em assentamentos e ações cooperativas. Em outra direção, essa mais aceita e com prisma referente ao processo de transformação qualitativa que atravessou o movimento, Ademar Bogo (1998) o concebe como uma “organização social de massas”. Já Ilse Scherer-Warren (1993) denomina o MST como um integrante do conjunto de “novos movimentos sociais”, aquele bloco de movimentos que manifesta ações e pautas com capacidade de “consensuar” os parâmetros sociais vigentes. Compõe também o leque de caracterizações quanto à identidade organizativa dos Sem Terra o apontamento dado por Bernardo Fernandes (2005) ao concebê-la como “movimento socioterritorial”, já que se espria por todas as regiões do país e sua luta modifica a realidade social e política no espaço territorial em que atuam.

Nesse caleidoscópio de caracterizações, a compreensão sobre o MST que essa tese mais se aproxima, é a de que o MST se constituiu como um movimento social “antissistêmico”. Diverso das demais outras organizações de lutas sociais dos camponeses, que se conheceu na história nacional, o Sem Terra articulou a reivindicação pela reforma agrária com a perspectiva de transformações gerais na sociedade.

Desse modo, afigurou-se como um “movimento antissistêmico”, pois carrega, em torno de si, a característica de procurar dar respostas às questões especificamente nacionais, como em relação à estrutura agrária brasileira; além de apresentar uma postura transformadora da realidade social, isto é, imprime ações em favor da promoção de uma transformação fundamental nas relações sociais (WALLERSTEIN, 2005).

#### **4.3.2 A forma partido no MST**

O conceito de partido, tradicionalmente, está ligado à ideia de um veículo ou sigla legalmente constituída para disputa eleitoral e participação formal dentro dos marcos da democracia burguesa. Entretanto, sob o prisma da teoria social crítica, a concepção das organizações dos trabalhadores que assumem a *forma partido* vai muito além disso. O partido tem a função de elevar a consciência de classe e, no processo de orientação da classe trabalhadora, qualificar a luta de classes por meio

da formulação de um projeto político que assuma estrategicamente a direção social de transformação societária e emancipação.

Antes de tudo, em Lênin (2015), o partido congrega o momento da consciência de classe e o momento de direção dos segmentos subalternos. Nele está a mediação para superação da espontaneidade da luta dos trabalhadores. Assim sendo, é uma condição para dotá-la de mais clareza teórica e orgânica das contradições da sociedade capitalista, além de ser a mediação que possibilita retirar os trabalhadores politicamente da condição de subalternidade diante dos interesses da classe dominante.

A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários. (LÊNIN, 2015, p. 79)

Isso significa que os trabalhadores não logram por si só alcançar o grau mais elevado da consciência de classe para elevarem a consciência a um nível de elaboração política que configure um determinado projeto societário para si requer então uma mediação organizativa que assuma a *forma partido*. É por meio dessa ferramenta política que os setores subalternos amadurecem politicamente no sentido de compreender a totalidade das conexões sociais e econômicas presentes na realidade, para que a partir daí possam intervir.

O MST assume tal significado ao incorporar ao escopo de sua luta social a questão da formação política da base militante e, principalmente, de quadros dirigentes. Dessa forma, indica que:

Toda organização social somente progride, avança, se tiver um programa de formação de seus militantes e quadros. Os militantes são como a espinha dorsal do corpo da organização. São eles quem dão suporte e garantem a perenidade da organização social. Devemos sempre dedicar tempo, recursos e planejar em todos os espaços da organização e em todos os níveis, atividades de formação. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1991)

Portanto, passou a cuidar, no decorrer do seu desenvolvimento organizativo, da formação da consciência de classe, com empenho particular na formação de intelectuais orgânicos à organização. Por isso, é possível se pensar que esse movimento social no seu processo de amadurecimento assumiu a *forma partido*.

Assim, passou a conformar, em si, uma espécie de *moderno príncipe* nos termos gramscianos ou se constituir com a função de *um partido* de acordo com a acepção leniniana, porque se revela como uma ferramenta política de frações dos trabalhadores com grande expressão coletiva organizada e qualificada na luta de classes. E, dada a natureza de seu projeto político, acaba por incorporar e representar também interesses de outras frações da classe trabalhadora ou segmentos subalternos, de modo que os interesses com dimensão estritamente econômico-corporativos são ultrapassados e elevados a um patamar mais universal. Nessa processualidade, há a afirmação de interesses coletivos que assumem a dimensão de interesses comuns a uma classe, ao passo que o projeto político que conforma, ao orientar a luta social, contribui para formação da consciência de classe.

Aqui se parte da concepção teórica de que, como ferramenta organizativa de luta dos trabalhadores rurais, esse movimento social se constitui igualmente como uma espécie de partido político, um “aparelho” formador de consciência de classe, portanto, responsável pela elevação da consciência social e política de setores subalternos. Nessa perspectiva, adquire o significado de *mediação para o momento catártico* para setores da classe trabalhadora. Enquanto expressão da *forma partido* para a classe trabalhadora, o MST se revela como meio de *catarse* para consciência de classe.

Pode-se empregar a expressão *catarse* para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade de liberdade” [...]. A fixação do momento catártico torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de síntese que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 2015b, p. 314-315)

Como sujeito coletivo ou veículo de organização política de uma classe, esse movimento social representa um salto ou suspensão do determinismo econômico que engessa e paralisa a ação dos sujeitos numa cotidianidade resignada, indiferente e alienante, própria da sociabilidade capitalista. O salto que impulsiona aos segmentos subalternos está direcionado à possibilidade da emancipação na esfera da política por torná-los sujeitos conscientes da ação coletiva na história. Portanto, a direção e o comportamento político que assume o MST tem papel determinante na esteira da luta de classes de maneira mais geral.

O momento de uma elaboração superior da realidade, de superação de uma concepção fragmentária para uma visão unitária e coerente com objetivo de transformação societária, não se opera de forma espontânea na massa que compõe a classe trabalhadora. Essa operação, de acordo com Gramsci, é realizada principalmente pelo partido, o moderno príncipe (o novo *condittiero*), enquanto intelectual coletivo orgânico à classe subalterna.

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se inserido a concretização da vontade coletiva reconhecida e fundada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2014, p. 16)

Na condição que assumiu de *moderno príncipe* do presente para os trabalhadores rurais sem-terra, o MST tem intervido junto a esse segmento social para reconstruir as visões de mundo hegemônicas, que determinam a direção social de sua intervenção passiva ou ativa na vida política. Do mesmo modo, também tem atuado ao logo de sua trajetória no sentido de mobilizar vontades coletivas para organizar um *projeto nacional e popular*.

Daí caracteriza-se por assumir *a forma partido* ao projetar transcender para uma dimensão ético-política em que o movimento social

adquire consciência de que seus próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses dos outros grupos subordinados. (GRAMSCI, 2014, p. 41)

Dessa forma, a direção e o comportamento político que assume tem papel determinante na esteira da luta de classes de maneira mais geral. Embora tenha se constituído a partir de uma dimensão imediata da vida social dos trabalhadores rurais com a luta pela terra, o MST logo mostrou a superação desse momento econômico-corporativo da fase inicial. Com o desenvolvimento histórico, logrou saltar para uma organização política de interesse universal em que incorpora interesses do universo das frações da classe trabalhadora.

#### 4.4 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DO MST E A CENTRALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL: DO *ETHOS* SOCIALISTA AO TRANSFORMISMO

No caso específico da luta que o MST empreende, essa vai se articular à luta de classes em sua dimensão mais geral na continuidade histórica da luta pela reforma agrária que detém, na particularidade nacional, o caráter de uma luta sistêmica.

Na pauta da reforma agrária, vêm à baila questões seculares conectadas à estrutura agrária nacional, pois toca também em estruturas sociais, econômicas e numa cultura de dominação política que, por conseguinte, organiza e legitima a sociedade profundamente desigual e de completa subalternização de parcela significativa da população.

[...] as formas externas de desigualdade socioeconômica, cultural, e política imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução social do trabalho não pago, semipago ou pago ultradepreciado. Tocar nas condições que dão continuidade inexorável a desigualdades tão extremas e chocantes seria o mesmo que destruir a viabilidade de economias agrárias que não conseguem mercantizar a força de trabalho, incorporando-se no mercado interno. Dessa perspectiva, o dilema rural brasileiro não se reduz apenas, como muitos pensam, a questões de ordem econômica e técnica. Ele implica e impõe um desafio social em termos especificamente políticos. (FERNANDES, 1981, p. 197)

Dos fundamentais pontos que tocam o projeto societário proposto por esse movimento social, a reforma agrária ganha basilaridade. Ela não faz parte da agenda da ordem pelas estruturas históricas do latifúndio no país e pela funcionalidade imperiosa que assume para o movimento de acumulação capitalista do tipo dependente em que se inscreve a economia nacional no cenário mundial.

Afinal, a intocabilidade do latifúndio, vinculada aos interesses dos diversos capitais que operam no campo, aparece no entremeio da questão agrária como “elemento estratégico do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo dependente como um todo” (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p. 201).

Por isso, que ao longo de sua trajetória a luta empreendida pelo MST contra a presença da lógica do capital no campo se afirma sob um projeto político que se coloca primeiro num movimento de tensão com a concentração da propriedade fundiária; segundo, como alternativa em confronto com o fortalecimento e predomínio do agronegócio como paradigma produtivo e de desenvolvimento no meio rural.

Ao se constituir como base concreta de organização de luta de classes, com perspectiva de viabilizar a construção da identidade e consciência das frações dos trabalhadores rurais, no seu desenvolvimento, o Sem Terra em pouco tempo superou a condição de ferramenta política de luta por interesses imediatos e corporativos para se constituir também como organização de luta por um projeto alternativo de sociedade que rompa com a lógica destrutiva capitalista.

É nesse sentido que irá atrelar a bandeira da reforma agrária a outras questões estruturais que se põem atravessadas na realidade nacional, como a estratificação social desigual cristalizada na formação brasileira, no que toca ao caráter de subordinação econômica ao imperialismo internacional e ao modelo de desenvolvimento no campo, sustentado no padrão de produção viabilizado pelo agronegócio.

A reforma agrária, a partir da leitura de pensadores como Ademar Romeiro (2013), José Eli da Veiga (2013) e Paulo Sandroni (2013), pode apresentar natureza política distinta; o significado que pode vir a deter depende da direção social que lhe é impressa no projeto societário que as forças políticas articulam.

Ela pode ser do tipo capitalista clássica quando é realizada mediante o interesse da burguesia para potencializar o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, porque melhora a distribuição de renda, dinamiza o mercado interno ao inserir camponeses em relações mercantis, auxilia no rebaixamento do valor da força de trabalho, etc. O tipo clássico foi realizado nos Estados Unidos (EUA), França, Japão, entre outros países.

A reforma agrária pode adquirir a forma de estatização como ocorreu na revolução bolchevique. Ela foi resultado da aliança entre o proletariado urbano e um campesinato rural no desenrolar da Revolução Russa. Com a vitória da revolução e estabelecimento da União Soviética (URSS), houve a mudança do regime de propriedade da terra, de modo que se poderia acessá-la sem a necessidade de pagar de alguma forma pelo uso.

Historicamente, a natureza da reforma agrária que esteve atrelada ao MST desde sua formação e consolidação detinha um caráter radical; nessa condição, o objetivo estava centrado na desconcentração generalizada da propriedade da terra e na sua ampla socialização. A reforma agrária estaria articulada a um projeto nacional e popular, que se de imediato não significaria a edificação do socialismo, mas se



realizada, essa proposta representaria um avanço significativo em direção a um novo projeto de sociedade determinado pelo *ethos* socialista da reforma.

Embora esse movimento social jamais tenha apresentado formalmente escrito um programa político geral para a sociedade, em que apareça delineado seu projeto político minuciosamente fundamentado, ainda assim seria improcedente dizer que tenha se colocado na arena das lutas sociais sem uma referência societária. É evidente que as ações e aspirações do MST se tornaram ambiciosas e amplas, sobretudo do ponto de vista político e econômico.

De certo modo, o projeto político do movimento tinha sua direção social fundamentada a partir da orientação oferecida pelo Programa Democrático Popular; que, de acordo com Iasi (2006), estabelecia-se na estratégia da acumulação de forças mediante a ação de massas realizada pela luta sindical e por movimentos populares, associada à ocupação de espaços institucionais com objetivo de abrir espaço na gestão do poder do Estado e criar as condições para um conjunto de reformas estruturais que apontassem para o horizonte socialista.

Com o objetivo de construção da sociedade socialista, o Jornal Sem Terra apresenta a reforma agrária como uma de suas mediações, articulada com a necessidade da eleição do representante da estratégia democrática e popular.

Nossa tarefa é acabar com o latifúndio, fazer as terras conquistadas produzir e com isso contribuir para o avanço da luta geral dos trabalhadores. Lutaremos para eleger um representante dos trabalhadores na presidência da república. Entendemos que essas tarefas fazem parte de uma luta maior, em vista da construção de uma sociedade socialista. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989)

A direção social dessa estratégia consistiria numa estrutura social diferente do capitalismo, e em transição para o socialismo. A condução desse processo, necessariamente, teria que passar pela ocupação do Estado para colocá-lo na direção da ampliação da democracia e em favor das demandas populares. Para isso, a reforma agrária radical seria apenas o começo das profundas mudanças que passariam a acontecer, visto que alterariam a correlação de forças, favorecendo a classe trabalhadora em seu propósito de transformação societária. Isso é corroborado na acepção que traz um dos documentos de formação política dos Sem Terra:

Podemos dizer que, por duas razões, a reforma agrária está ligada à revolução. A primeira por ela estar no campo das “reformas” onde obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para frente através da luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão está vinculada a este concebimento antecipado da sociedade socialista que pretendemos construir, onde a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência. Por isso é preciso iniciar a sua reformulação agora já na conquista da terra, para que o novo modelo de reforma agrária sirva para preparar as bases de um novo modelo de propriedade e de agricultura na sociedade emergente. É neste sentido que a reforma adquire um caráter ideológico, reforça e aguça as contradições do capitalismo. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2000b)

*A priori*, a reforma agrária não é uma bandeira das organizações socialistas, já que ela, em si mesma, expressa apenas maior distribuição da propriedade da terra e não abala as estruturas do modo de produção capitalista. O bloco de nações que compõe o centro do capitalismo realizou a reforma agrária como necessidade de acelerar o desenvolvimento das relações sociais burguesas e potencializar a reprodução do capital. Diferente dessas nações, o Brasil apresenta uma formação capitalista dependente, em que a aguda concentração da propriedade fundiária é uma condição *sine qua non* para se operar o processo de acumulação. A histórica estrutura fundiária dominada pelo latifúndio não determina, portanto, contradições essenciais que inviabilizam a reprodução da ordem social burguesa.

A aguda concentração de terra não significou qualquer obstáculo para o processo de desenvolvimento do capitalismo internamente, muito pelo contrário, o capitalismo nacional se desenvolveu em ritmo acelerado a partir da primeira metade do século passado sem qualquer alteração na estrutura fundiária, de modo que manteve a concentração da propriedade da terra enquanto crescia economicamente, ou mesmo em alguns momentos, fez crescer essa concentração no mesmo compasso que desenvolvia o crescimento da economia. Isso expressa o fenômeno indicado por Prado Júnior (2000) a partir da *dinâmica do movimento pendular de crescimento da propriedade agromercantil de base territorial extensa em relação ao desempenho da economia nacional*.

Na medida em que o Produto Interno Bruto (PIB) alavanca altas taxas de crescimento, expondo bom desempenho do crescimento da economia, no mesmo sentido, a estrutura fundiária tende a aumentar o nível de concentração; é quando “a grande exploração se fortalece e prospera, ou, em outras palavras, se torna rendoso

‘negócio’, ela tende a se ampliar e absorver o máximo de extensão rural” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 53).

O Quadro 04 traz informações sobre a média anual de crescimento da economia do país entre 1946 e 2003, já o Quadro 05 informa acerca do índice de Gini da concentração fundiária<sup>109</sup>. Embora os dois quadros apresentem dados medidos em ciclos periódicos que não coincidem com exatidão, mesmo assim, possibilitam comparações ou conexão analítica entre si. Quando colocadas em paralelo, indicam a correlação entre os períodos de crescimento da economia e o aumento da concentração fundiária.

Quadro 04 – Média percentual de crescimento da economia brasileira entre os anos 1946 e 2003

PERÍODO	MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO
1946-1957 (12 anos)	6,33%
1958-1978 (21 anos)	7,39%
1979-2003 (25 anos)	2,26%

Fonte: Revista de Economia UFPR.

Quadro 05 – Evolução do Índice de Gini de Concentração Fundiária no Brasil entre os anos 1950 e 1995

BRASIL						
1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
0,840	0,841	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856

Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira.

Segundo matéria publicada pelo Portal de notícias EBC<sup>110</sup> (Empresa Brasil de Comunicação), o Brasil no século XX foi uma das nações com maior média anual de crescimento econômico, tendo se destacado nesse quesito junto com nações como Japão, Taiwan, Finlândia, Coreia e Noruega. No intervalo de 100 anos (1901 – 2000) o PIB nacional cresceu 110 vezes mais em relação ao final do século anterior.

Os dados do Quadro 04, elaborada a partir de estudos realizados por Guilherme Tombolo e Armando Vaz Sampaio (2019), expressam as médias elevadas

<sup>109</sup> O índice de Gini fundiário mede o nível de desigualdade da estrutura fundiária, marcado pela concentração da propriedade da terra. Quanto mais próximo a 1, indica maior concentração, dessa forma, maior desigualdade; de modo contrário, quando o índice estiver mais próximo de 0, menor a desigualdade fundiária e menor será a concentração.

<sup>110</sup> A matéria da EBC sinaliza que nas duas últimas décadas do século XX a economia praticamente estagnou, porém na soma geral do século o país registrou uma das maiores medias de crescimento econômico no mundo. Fonte: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-09-29/pib-cresce-110-vezes-mas-renda-capita-so-12-vezes-no-seculo-xx>>.

de crescimento da econômica nacional em paralelo à concentração da propriedade de terra. O único momento em que a média anual de crescimento econômico tem expressiva queda é no longo período em que a crise capitalista emerge com devassadora força no país, entre o final dos anos de 1970 e ao longo dos anos de 1990.

É precisamente nesse período de manifesto efeito da crise capitalista na taxa de crescimento econômico que o referido índice Gini sinalizou uma conjuntura de estagnação. O índice sinalizou também uma variação em 1995 que aponta para uma leve queda no indicador de concentração.

A lógica de imbricação entre o desenvolvimento capitalista e a concentração fundiária expressa, de alguma maneira, a histórica inter-relação que se estabeleceu entre o crescimento do PIB, a acumulação capitalista e o setor de produção primária-exportadora assentado sobre a grande propriedade fundiária.

É em razão do caráter particular da formação do capitalismo nacional que a proposta da reforma agrária radical, que historicamente foi construída como objetivo do MST, representou um fundamento para efetivação do projeto de transformação societária. A reforma agrária no Brasil jamais foi ou será reivindicação de setores pretensamente progressistas da burguesia nacional, interessada em eliminar o latifúndio e enfrentar o imperialismo, tampouco constituiria tarefa desse segmento em aliança com os camponeses, em espelho às reformas clássicas de socialização da terra que ocorreram em alguns países com o objetivo de liberar as vias para a reprodução ampliada do capital. Tal acepção não passa de equívoco de análise; uma estratégia um tanto idílica de setores progressistas bem-intencionados. Essa estratégia que ganhou hegemonia, no passado, em parte considerável da esquerda, não refletia concretamente as relações de forças e formação econômico-social da realidade nacional.

A burguesia brasileira se desenvolveu subordinada ao imperialismo e não pode romper os laços com esse mesmo imperialismo que deu as condições para seu próprio desenvolvimento. Do mesmo modo, a concentração fundiária não implica em empecilhos que travam o processo de acumulação de capital; como já foi sinalizado algumas vezes nesta tese, o desenvolvimento da capitalista nacional não só se realizou preservando elementos de caráter pré-capitalista no campo como também foram essas algumas das condições para atingir seu êxito.

Dessa forma, é possível asseverar que a luta pela reforma agrária será pautada, fundamentalmente, por trabalhadores rurais sem-terra. O significado socioeconômico e político da reforma agrária resultará da radicalidade que vier a tomar a luta social, visto que se defronta com a aliança de poder no interior do Estado e pelo caráter anticapitalista que detém ao fazer contrariar a forma particular de acumulação do país inserida na divisão internacional do trabalho.

O caráter de radicalidade que toma a reforma agrária assume uma mediação estratégica fundamental, mas não a única ou a principal, para superação da ordem capitalista no país porque acirra contradições para a reprodução do capital, que imprime ao Brasil uma acumulação dependente e desigual, enraizada na primazia que assume a produção primária-exportadora.

Ao longo do desenvolvimento histórico da organização dos Sem Terra, a reforma agrária passou a adquirir alguns significados no plano político do movimento. Significação que irá se ajustando à tônica da direção que tomou as lutas sociais que se desenvolveram em conjunturas determinadas.

O Quadro 06 a seguir traz alguns dos principais lemas que formulou nos congressos e encontros nacionais em confluência com a linha política a ser adotada pela organização em determinadas conjunturas. Essa informação foi apresentada pelo próprio movimento em publicação que traz indicações sobre a “evolução” de sua luta política em relação à linha do tempo de sua trajetória histórica.

Todos esses lemas estão entrelaçados à perspectiva da reforma agrária, porque essa questão é a razão histórica e social que condicionou a formação do MST. Assim, independente da tônica ou significado que venha a assumir para essa organização, será uma mediação incontornável na relação política que, nas trilhas das conjunturas históricas, desenvolve com os governos, com os interesses ou agendas das classes dominantes, bem como com a plataforma econômica e com a inclinação que toma o aparato estatal.

Quadro 06 – Lemas políticos do MST

<b>CONJUNTURA</b>	<b>LEMA</b>	<b>TÔNICA POLÍTICA</b>
1984	“Terra não se ganha, se conquista”	Durante o Governo de José Sarney, houve o estímulo para arrancar do novo governo “democrático” a reforma agrária.

1985	“Ocupação é a única solução”	Reafirma a necessidade de luta para conquista da reforma agrária no processo de redemocratização.
1986-1988	“Sem reforma agrária não há democracia”	Na retomada das lutas sociais, a reforma agrária é colocada como uma questão chave para o reestabelecimento democrático.
1990-1994	“Ocupar, resistir e produzir”	Fortalecer a atividade produtiva para suportar uma conjuntura de forte repressão e expressar politicamente a função social da terra.
1995-2000	“Reforma agrária, uma luta de todos”	Apresentar a reforma agrária como uma questão de interesse de toda a sociedade brasileira, aproveitando a conjuntura de expressividade político conquistada pelo MST nacionalmente.
2007	“Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”	Traz à tona a reafirmação de que a reforma agrária deveria ser um caminho para um projeto de nação com crescimento econômico e equidade social.

Fonte: site do MST.

Os lemas, por si só, não trazem o significado das orientações políticas tomadas pelos Sem Terra, mas são indicativos que auxiliam, do ponto de vista simbólico, na aproximação para se tentar compreender as metamorfoses políticas e o norteamento estratégico que determinadas conjunturas trouxeram ao movimento, condicionadas pela relação que desenvolveu com os projetos e agendas colocados pelos governos na gestão do Estado.

Desde sua emergência, em todos os governos à frente do Palácio do Planalto, o movimento buscou impor o *princípio da autonomia política e financeira* estabelecido desde o Primeiro Congresso Nacional<sup>111</sup>; assim sendo, a linha adotada, historicamente, seguiu a orientação que lhe colocou em ativa oposição, marcada por frequentes choques através de ações diretas e enfrentamentos públicos, seja para marcar posição contrária à plataforma política, seja para pressionar em favor da reforma agrária. Exceto durante a gestão petista, a orientação e comportamento político com o governo tomou rumo distinto.

Na conjuntura mais recente, os Sem Terra dão uma guinada no significado que historicamente elaborou acerca da reforma agrária para seu projeto político, que guardava orientação de tensionamento às bases da reprodução capitalista no Brasil e se direcionava para a acumulação de força com vista à transformação societária. O

<sup>111</sup> O MST estabeleceu desde o I Congresso Nacional, realizado em 1985, uma série de princípios organizativos. Tais princípios estão sistematizados no Caderno de Formação nº 05.

histórico caráter radical em que era apresentada a reforma agrária foi despido e adquiriu uma outra roupagem na formulação político-estratégica que passou a referenciar o movimento. Nasce a ideia de uma reforma agrária de “novo tipo” na conjuntura de relação que desenvolveu com o Governo Lula e de aderência à plataforma de impulsão ao novo “desenvolvimentismo”, em alguns momentos de maneira mais ativa e em outros mais passivamente.

Ainda que, em determinados momentos, não deixe de realizar críticas ao governo, como uma espécie de autocrítica pela relação orgânica com o PT, o movimento reorientou a formulação acerca de sua principal bandeira política. Assim, o MST operou a acomodação na política econômica orientada pelo mito do neodesenvolvimentismo, que requereu a costura de interesses de classes na administração estatal, mesmo que tivesse tratamento desigual na agenda do governo.

Ao reformular o significado radical da luta pela transformação da estrutura fundiária no país e dotar a reforma agrária de um novo sentido, os Sem Terra possibilitaram a efetividade de uma condição necessária para o êxito da política econômica do governo e, dessa forma, consubstanciou sua localização na plataforma política e econômica que marcou a gestão petista no Executivo do Estado.

De acordo com um dos membros do setor de formação, Adelar Pizzeta, em entrevista ao Jornal Sem Terra, a nova proposta de reforma agrária defendida não se identifica com o modelo clássico, tampouco com o modelo socialista. Nessa nova proposta, ela terá que assumir um caráter “popular”:

Não sabemos com precisão que tipo de reforma agrária se pode constituir no país diante de todas as transformações profundas que passou do final do século XX até aqui. [...] as terras antes improdutivas passaram a ser alvo de especulação e do agronegócio, que passa a ser incluída na base de atendimento ao mercado internacional. É difícil afirmar o tipo de reforma agrária que temos condições de realizar no Brasil de hoje. Mas certamente não será a reforma agrária do tipo clássico, em que bastava distribuir a propriedade da terra, e muito menos uma reforma agrária do tipo socialista [...]. Agora a reforma agrária tem outra natureza, ela deve ser de novo tipo e perpassa pela mudança do modelo de agricultura do país. Ela não engloba apenas terra, mas também o acesso ao conhecimento científico, à pesquisa outra matriz produtiva (compatível com o que se entende como preservação ambiental e saúde dos produtores e consumidores), bem como a educação e os acessos no campo às conquistas e benefícios que a humanidade adquiriu. No atual momento de descenso social da classe trabalhadora teria que se ter a capacidade de elaboração teórica e política, como uma proposta de popular [...] para fazer com que a sociedade perceba quais são as bandeiras que defendemos e quais são as propostas que estão em confronto: a da reforma agrária

popular e a do agronegócio [...] é preciso que a sociedade perceba que está em jogo o tipo de sociedade, de agricultura e de alimentos que queremos. O fortalecimento dessa proposta popular que deve mirar também para melhorias nas áreas de reforma agrária [...] possibilitaria um acúmulo de produção, de riqueza, daquilo que a agricultura pode gerar [...] não é só a questão da produção, de agregar valor para aquilo que se produz. É também um leque de possibilidades para que a população tenha melhores condições de vida no campo e uma perspectiva de ascenso social no meio rural. (PIZZETA, 2006)

Nos termos em que aparece, a reforma agrária de “novo tipo” não expressa mais uma mediação com potencialidade estratégica de tensionamento para superação capitalista, mas revela uma forma de estabelecer um contraponto ao modelo de produção hegemônico pautado no agronegócio.

Ela traz, imbricada em si, a concepção de que a luta pela terra agora está direcionada para aplainar algumas arestas da reprodução capitalista, o que indica uma ruptura com perspectivas e objetivos presentes na ideia da reforma agrária radical que historicamente orientou o movimento.

A contraposição com o projeto societário da burguesia apresentava-se diretamente ao MST através da confrontação com a burguesia agrária e sua base econômica, o latifúndio. Não obstante, na orientação política adquirida pelo novo sentido da reforma agrária está uma dualidade marcada: de um lado, pelo agronegócio; de outro, pela agricultura camponesa e pela agroecológica baseada em matrizes energéticas alternativas, direcionada à sustentabilidade, que poderá remeter ao estabelecimento de um novo modelo agrícola e ao estabelecimento de outro modelo econômico.

Desse modo, a efetivação desse novo modelo será resultado da conquista da reforma agrária de “novo tipo”. Entretanto, como se vê, ela não é mais resultado de uma programática que aponte para o horizonte socialista, ela agora assume um caráter “popular”, mas dentro das amarras da reprodução capitalista. A guinada que marca essa reorientação política impressa no novo significado atribuído à reforma agrária expressa, por conseguinte, um processo que indica uma operação de *transformismo* no projeto político do MST.

Esse processo não incorre a uma mera questão moral, mas é resultante das relações entre as classes no terreno concreto da política. Ele manifesta a hegemonia conquistada por uma determinada classe ou fração de uma das classes fundamentais através da adaptação programática política que esvazia o conteúdo de ruptura radical



dos segmentos com que desenvolve antagonismo. De certa maneira, isso permite a conciliação temporária entre diferentes segmentos sociais historicamente antagonísticos.

Todo processo de conciliação entre as classes apresenta caráter conjuntural, ou seja, jamais terá efeito absolutamente duradouro. A harmonização política e social entre os sujeitos históricos, em uma sociedade de classes, não consegue ter sustentação permanente. As contradições socioeconômicas e políticas entre as classes fundamentais, cedo ou tarde, desvelam antagonismos que remetem ao desenvolvimento de formas diversificadas de conflitos, enfrentamentos, mobilizações, ações e demandas, cuja luta de classes se expressará direta ou indiretamente. Todavia, em conjunturas históricas marcadas pela construção de relações conciliatórias entre as classes, especialmente, aquelas conjunturas em que essas relações são conquistadas pela constituição relativamente sólida de hegemonia, a direção social e política imprimida pelos segmentos hegemônicos *pode implicar* aos segmentos subalternos em processos de transformismo.

Para Gramsci (2015a), o *transformismo* é uma forma histórica de manifestação da *revolução passiva* comum na história política italiana no processo de modernização do Estado e unificação da nação, o *Risorgimento*. Sob essa forma de operação política de modernização do Estado com caráter conservador, há realizações de reformas através do afastamento dirigente das massas ou por meio da passividade forçada dos setores subalternos, cuja resultante do processo é a realização de algumas transformações sem que ocorra a revolução.

Em outros termos, circunstâncias históricas de acirramento da luta de classes que desembocam em processos de revoluções passivas tem como desfecho a realização de modificações epidérmicas ou superficiais na realidade social, econômica e política, porém se constituem estrategicamente saídas para que esse processo não desdobre em profundas rupturas, posto que o essencial deve permanecer o mesmo.

Dessa forma, o transformismo é sintetizado da seguinte maneira por Gramsci (2015a, p. 63):

Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam

irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. [...] de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva” [...].

Muito longe de ser um fenômeno exclusivo da história política italiana, o processo de transformismo serve para caracterizar momentos-chave da história do Brasil, em que situações agudas de lutas sociais, com possibilidade de aprofundamento da luta de classes, acabaram redundando em processos de passivização da relação entre as classes por meio da mediação do aparato estatal. A partir disso, em determinadas conjunturas, foi possível realizar transformações no interior do Estado, sem que se alterasse a composição das classes no poder, no sentido de melhor adequá-lo para auxiliar na reprodução capitalista; ao passo que essas transformações também realizassem a assimilação de lideranças, intelectuais orgânicos e, sobretudo, de reivindicações dos setores subalternos, esvaziando seu conteúdo potencialmente revolucionário.

Portanto, a reorientação do projeto político por meio da revisão do significado radical da reforma agrária revela esse processo de transformismo do conteúdo e finalidade do projeto societário dos Sem Terra, já que se esvaiu a potencialidade anticapitalista junto com a possibilidade de acirrar contradições para o travejamento da acumulação tipicamente dependente do país.

Por meio desse processo de transformismo, desponta uma conciliação política e prática com a reprodução do capital na medida em que a reforma agrária ganha o significado de política para o desenvolvimento rural, de modo que seu objetivo se relaciona com a ideia política de desenvolvimento capitalista e com a incorporação das massas rurais no mercado.

Assim, a partir da conjuntura de gestação do novo ciclo de desenvolvimento capitalista, comumente caracterizado por neodesenvolvimentismo, a reforma agrária defendida está mais direcionada a uma forma determinada de produzir, do que guarda o sentido de desconcentração da propriedade privada da terra. Ela visa priorizar a produção de alimentos para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e garanta, por meio do Estado, o investimento em políticas e programas econômicos e sociais para o fortalecimento da soberania

alimentar, além de garantir as condições de rendimento da população que trabalha na pequena produção do campo.

Essa metamorfose no conteúdo do projeto político do MST foi determinante para sua localização na costura de interesses classistas no interior da gestão do Estado, realizada pelo Governo Lula e imprescindível para a plataforma neodesenvolvimentista. Trata-se de uma transformação que, no plano político e estratégico, consubstanciou, do lado particular dos Sem Terra, uma mediação para permitir sua acomodação na política de conciliação de classes costurada pela gestão petista.

Outrossim, do lado do governo, essa metamorfose foi determinante para atingir o objetivo da administração do Estado na regulação de interesses antagônicos, com possibilidade de absorver reivindicações e pautas dos setores subalternos sem que isso abalasse as estruturas do bloco de poder que detinha a direção política da vida estatal, do qual faz parte também a burguesia rural.

Mas é preciso, acerca dessas considerações, abrir aspas, pois a acomodação na lógica da governabilidade petista e adesão ora ativa, ora passiva ao neodesenvolvimentismo por parte do MST não implicaram numa adaptação completa e acabada da plataforma político-econômica do governo. Há, em determinados momentos desse processo, a emergência de impasses e tensões, própria da incapacidade de harmonização em definitivo de forças sociais historicamente antagônicas.

Ademais, esse processo de acomodação não se desenrolou internamente no movimento como ponto passivo. Em razão do alinhamento político com o governo, ocorreram, no interior dos Sem Terra, críticas, disputas e fissuras acerca da formulação do projeto estratégico da organização e da direção política a ser tomada diante da programática neodesenvolvimentista sustentada no pacto de colaboração de classes. O aprofundamento dessas disputas e fissuras teve como desfecho a expulsão e saída de cerca de 50 integrantes da base e direção, que problematizaram o desligamento formal com o MST em carta aberta<sup>112</sup>.

A referida carta localiza os pontos de tensão no interior do movimento quanto ao alinhamento político da organização e problematiza o desfecho de saída a partir dos seguintes pontos: 1) Atrelamento a um projeto de desenvolvimento subordinado

---

<sup>112</sup> A carta de saída dos integrantes pode ser lida em: <<http://passapalavra.info/2011/11/48866/>>.

à linha política do governo; 2) Alinhamento com um programa de governo que apresenta como resultado uma política de poucos ganhos para a classe trabalhadora em contradição aos gigantescos lucros para o capital na conjuntura; 3) Apresentação no plano do discurso do socialismo como objetivo, muito embora o caminho estratégico hegemônico buscasse apontar para o desenvolvimento nacional – com isso, uma organização de natureza classista se atrela ao pacto de colaboração de classe para estimular o processo ou ciclo de acumulação; 4) As implicações da burocratização, institucionalização e da política de alianças – mas, fundamentalmente, a carência de avaliações que permitam examinar criticamente o processo que levou a organização política a assumir tal postura; 5) Abandono das lutas de enfrentamento, pois, mesmo que ainda exista mobilização, as lutas estão fundamentalmente direcionadas para ampliar os programas e projetos compensatórios de natureza assistencialista do governo. Por conseguinte, isso trouxe rebatimentos na formação da consciência política da militância e impactos para localização na luta de classes.

## **5 TRANSFORMAÇÕES PROGRAMÁTICAS DO MST: A EMERGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA DE NOVO TIPO E O ALINHAMENTO COM O (NEO)DESENVOLVIMENTISMO**

Na conjuntura histórica mais recente, são diversos os observadores que salientam as mudanças no comportamento prático-político do MST expresso particularmente no arrefecimento da combatividade. O momento que marca a mudança de comportamento está demarcado inquestionavelmente após a chegada do PT à gestão do Executivo do Estado. Porém as transformações que marcam o movimento, nesse período, vão muito além da mera mudança no seu comportamento político.

Desde o limiar dos anos 2000, os Sem Terra têm revelado um profundo processo de transformações na direção social de seu projeto político, que historicamente se constituiu com indiscutível inclinação anticapitalista sob a centralidade da reforma agrária radical. A programática política que passou a formular mais recentemente tem sido a de adequar o significado da reforma agrária ao projeto de desenvolvimento nacional da qual passou a defender como alternativa ao neoliberalismo.

No bojo dessa perspectiva, foi estabelecido um programa de reforma agrária caracterizado pelo movimento de natureza “popular ou de novo tipo”, o qual possui algumas premissas que apresentam aproximação com determinados fundamentos do neodesenvolvimentismo. Na esteira do desenvolvimento do Brasil, dentre os objetivos da “reforma agrária popular” está o propósito de constituir um novo modelo agrícola que viabilize tanto a produção de alimentos, para soberania e segurança alimentar do país, como também permitir a pequena produção de base familiar ou “camponesa”.

Todavia, é importante lembrar que as metamorfoses no projeto político do MST, que apareceram mais salientes após o Governo Lula, são resultado de uma gama de determinações. Algumas delas, inclusive, emergiram antes mesmo do estabelecimento desse governo, mas que com ele ganharam maior potenciação.

## 5.1 METAMORFOSES NA DIREÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO MST: INFLEXÕES PRÁTICAS E PROGRAMÁTICAS

No ato de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado na cidade de Cascavel, estavam presentes trabalhadores rurais e camponeses sem-terra de várias partes do país<sup>113</sup>, principalmente daquelas regiões onde mais se adensavam os conflitos agrários.

Além desses, marcaram presença no ato de fundação também sindicalistas, agentes pastorais da CPT e PPL, além de representantes da: CUT, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Pastoral Operária de São Paulo e Comissão Indigenista Missionária (CIMI).

Isso corrobora para reafirmar o que já foi referido sobre o processo de redemocratização e reorganização da esquerda. Assim, ratifica a *tendência* para a confluência de organizações de lutas sociais que operavam em várias frentes buscando costurar uma unidade e articulação, muito em razão de uma dinâmica particular da luta de classes, retomada com força, numa conjuntura histórica demarcada pela crise da economia capitalista e pela crise política do Regime Militar. Uma manifestação particular dessa dinâmica foi o fenômeno original em que a luta de classes era processada no sentido de fundir ou criar a interlocução entre setores subalternos que se reorganizavam.

Após o Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, foi elaborada uma plataforma política em que o movimento traz, entre outras coisas, considerações sobre o agravamento da questão agrária decorrente da política econômica implementada pelo Regime Militar.

[...] constatamos com muita tristeza que os problemas aumentaram: cresceu o número de conflitos, a fome, a miséria, desemprego, mortes, assassinatos brutais de companheiros [...]. Todos esses problemas e outros mais são consequências da política econômica, fundiária e agrícola voltada tão somente para a exportação, em benefício do capital nacional e estrangeiro. Esse capital, por sua vez leva a concentração das terras nas mãos de poucos, eleva sempre mais o número dos sem-terra [...]. A situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os Sem-Terra e suas lutas e defesas, faz com que estes comecem a agir contra o projeto da

---

<sup>113</sup> Em pesquisa desenvolvida por Fernandes (2000), há registro de participação de lideranças de organizações de trabalhadores rurais sem-terra que realizavam lutas isoladas e locais nos Estados da Bahia, Pará, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito.

burguesia latifundiária que quer se apropriar de toda a terra, e em vez de se defender, começar uma luta pela conquista da mesma. Esta é a luta do Movimento dos Sem-Terra em quase todo o Brasil, no campo e na cidade: os acampamentos, as ocupações, o cumprimento do Estatuto da Terra, até a luta por um governo eleito pelos trabalhadores. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1984a)

A referida plataforma política indica o caráter classista de luta do movimento, em contraponto “*ao projeto da burguesia latifundiária*”. Por isso, aponta e denuncia as contradições que pesavam para os trabalhadores rurais acerca da política econômica em favor da concentração fundiária e do movimento de centralização do capital no campo, que levou ao agravamento das desigualdades. Era consenso, dentro do MST nesse momento, que o projeto de estímulo ao desenvolvimento do capitalismo nacional – o projeto desenvolvimentista – significava, fundamentalmente, benefícios ao capital de um lado e, de outro, à intensificação da expropriação e espoliação da terra sobre os trabalhadores.

Ao passo que indica seu antagonismo à burguesia, também se coloca em contradição com a própria política econômica do governo e salienta a disposição ou inclinação às lutas radicalizadas com ênfase nos acampamentos e nas ocupações. Mas sinaliza também engajamento na luta institucional no sentido de “*eleger um governo pelos trabalhadores*”.

O empenho pela eleição de um governo pelos trabalhadores estava, nesse momento, estreitamente amarrado à luta pelo fim da ditadura instaurada com o golpe de 1964. Por conseguinte, isso significava uma luta para suplantando de vez o regime político estabelecido sem o processo de participação popular na escolha dos representantes da gestão do Estado. Essa era uma luta em que parte majoritária da esquerda se empenhava. Nesse contexto, qualquer luta que tomasse essa direção expressava, de certa forma, não só uma investida contra o regime, mas também uma luta contra a ordem pela efervescência da luta de classes e pelas possibilidades históricas que guardava.

Logo, essa luta ganha mais claramente a direção da luta pela eleição de um governo dos trabalhadores, na esteira da candidatura do PT representada por Luiz Inácio Lula da Silva. Desde as eleições de 1989, o MST diligenciou engajamento e apoio político para a candidatura do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto. Afinal, ambas as organizações, a despeito da autonomia política que detêm,

emergiram da mesma raiz fundadora e estiveram radicadas a um programa de reformas estruturais de interesse dos setores populares expresso no Programa Democrático Popular<sup>114</sup> (PDP).

Já no Primeiro Congresso do MST, realizado em 1985, o então sindicalista e presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, participou como liderança política convidada, o que tornaria a ocorrer em muitos outros momentos de deliberação do movimento. Nesse congresso, o movimento decidiu que “Ocupação é a única solução” se constituiria como sua bandeira de luta e orientação política. A presença do líder sindical no evento - que representa a instância máxima de decisão e, onde se estabelece a direção estratégica da luta pela reforma agrária -, sinalizava a aproximação dos Sem Terra com o movimento sindical e com o PT no processo eleitoral.

A alternativa de um governo popular estaria representada na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, deputado constituinte eleito pelo PT com a maior votação da história da Câmara dos Deputados. Foi um dirigente sindical que liderou as lutas operárias, que aceleraram a derrubada do regime militar. Foi um dos idealizadores e fundadores do Partido dos Trabalhadores, presidente do PT desde sua fundação até ano passado. O que vai representar seu governo? A proposta do PT é a implantação de um programa de governo popular, criar formas para que os trabalhadores dirijam de acordo com os interesses das grandes massas. O programa agrário do PT, define a necessidade de desapropriar todos os latifúndios, e as terras de empresas multinacionais. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1988)

A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva era vista com bons olhos porque ele representava a candidatura dos trabalhadores e significava a candidatura que representaria a estratégia democrática e popular, já que as decisões do governo estariam em sintonia com os anseios das organizações da classe trabalhadora e dos setores populares.

A disposição do MST em participar das eleições através do apoio à candidatura do PT esboçava a relação fluída e aproximada entre as duas organizações. Apoiar o partido na primeira eleição pós-ditadura significava um caminho para que os

---

<sup>114</sup> A composição de forças no interior do PT, da CUT e do MST, que se expressava no Programa Democrático Popular (PDP), não era homogênea, pois havia várias tendências e perspectivas nessa composição, desde tendências mais radicalmente revolucionárias a forças com viés reformistas. Segundo Iasi (2006), havia uma tendência à socialdemocracia na conformação das forças políticas em torno da formulação do PDP, no entanto, essa tendência também se construiu como uma tensão anticapitalista não resolvida no seu limiar.



trabalhadores do campo e da cidade alcançassem reformas sociais e econômicas; além disso, as duas organizações partilhavam concepções ideológicas afins e compreendiam a necessidade de realização da reforma agrária para transformação social.

O PT, para o MST, era uma espécie de ferramenta política para a efetivação do PDP, de modo que a candidatura e a vitória do partido no processo eleitoral se estabeleceriam num meio para transformações socioeconômicas pelas quais as organizações populares tinham interesse e lutavam. Para o MST, a eleição do PT expressava a concretização da estratégia democrática e popular na via institucional.

Apesar do apoio e engajamento na candidatura do PT, o MST entendia que deveria, com a proximidade das eleições de 1989, manter a combatividade para avançar na aliança entre os trabalhadores rurais e os da cidade e, com isso, fortalecer a construção das lutas sociais. Essa seria uma das alavancas para a conquista das reivindicações da classe trabalhadora. Nesse sentido, o movimento sinalizava usar a pressão da luta social por meio da tática de ocupações para firmar sua autonomia política. Assim, estabelecia que as ocupações representavam uma ação importante para se consubstanciar os interesses tanto dos Sem-Terra quanto de outras organizações populares.

As mobilizações que acontecerão em torno das eleições devem ser um espaço para denunciar todas as arbitrariedades que são praticadas contra os trabalhadores, e de fortalecimento da aliança entre operários e camponeses. Aos movimentos, sindicatos, mantendo autonomia em relação ao partido, cabem avançar na luta social pelas reivindicações básicas dos trabalhadores. O movimento, dentro desta perspectiva, não pode deixar de realizar a sua tarefa principal que é a luta pela reforma agrária, utilizando a principal forma de luta dos trabalhadores sem-terra que é a ocupação. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1989)

Desde a sua fundação até a chegada do PT na gestão do Estado no início dos anos 2000, as formas mais acentuadas de luta dos Sem Terra foram *as ocupações e acampamentos*. Essas duas táticas de ação direta se constituíram como símbolo de luta radicalizada desse movimento social e estavam atreladas à estratégia de pressão para realização das reformas estruturais; de modo particular, apontavam para realização da reforma agrária radical, ou seja, para a consecução do parcelamento de grandes propriedades fundiárias e maior socialização da posse da terra.

Entre a segunda metade da década de 1980 e até certo momento durante o primeiro ciclo de gestão do Governo Lula, quando o MST assumiu posição política mais pactuada e institucionalizada com o governo, a tática de intensificar ocupações e espriar acampamentos pelo país, dentre outras, foram cruciais para que o movimento conseguisse mais do que conquistar assentamentos para famílias sem-terra. As lutas de enfrentamento direto detinham certo conteúdo de defrontação com a ordem, pois recolocavam, em relevo, a pauta da reforma agrária na arena política. Tais lutas restituíam a conflitividade como mediação legítima e necessária para avançar em conquistas que expressassem, como salienta Marx (2012a), o triunfo da economia política da classe trabalhadora sobre a economia política do capital.

Assim que foi fundado, o movimento já esboçou alguns objetivos e orientações com o intuito de nortear sua posição e prática política, conforme apontam documentos e plataformas políticas resultantes de encontros e congressos nacionais. Nos documentos que registram as deliberações e orientações formuladas, os objetivos traçados para a luta política se dividiam ou se estruturavam entre objetivos centrais e objetivos auxiliares que se articulavam entre si.

O fundamento norteador presente nos objetivos deliberados também orienta a formulação de programas de reforma agrária que o movimento elaborou em conjunturas determinadas. Por isso, os programas de reforma agrária formulados estão, em linhas gerais, em consonância com a linha política traçada nos congressos, bem como estão em conformidade com as orientações estratégicas e práticas definidas nos encontros de deliberação. O direcionamento político apontado nas plataformas políticas também aparece presente, às vezes claramente, outras vezes de maneira nem tão direta, nos programas que orientam a concepção de reforma agrária pela qual luta o movimento.

Dessa forma, observar e examinar os objetivos traçados pelo MST serve como um ponto de partida para problematizar as linhas políticas que ele tomou em contextos históricos distintos. Da mesma maneira, serve para compreender o comportamento político que assumiu na arena da luta de classes ao longo de sua trajetória. Tal observação e exame auxiliam na aproximação das determinações que incidem sobre a direção social e as metamorfoses que foram processadas em seu projeto político.

As observações que seguirão têm foco principal nos objetivos traçados nos congressos e encontros de deliberação política do MST. Serão também

problematizadas questões imbricadas às diretrizes presentes nos programas de reforma agrária elaborados pelo movimento, na medida em que corroboram com algumas sínteses que tratam a respeito da posição política e direção social adotadas nas referidas instâncias deliberativas.

A posição e o norte político, expressos em objetivos políticos que o MST apresenta, trazem alguns indicativos para a *práxis* que se conforma na esteira da reprodução social, justamente porque em tais objetivos há indicações da direção social que informam o movimento em diversas conjunturas históricas, bem como há neles informações que auxiliam na compreensão de sua prática política no terreno da luta de classes, do horizonte societário estratégico e das mediações para concretização de projetos políticos.

Aqui serão elencados apenas alguns dos objetivos que se entende serem mais fundamentais na problematização das mediações “capturadas” durante o processo de estudo do objeto. Tais objetivos sustentam a exposição da tese que se constituiu no desenvolvimento do estudo realizado. Assim, chegou-se com a pesquisa à consideração de que o MST foi uma das pontas do nó na costura da conciliação de classe no campo, determinação fundamental para viabilização da política econômica no novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo durante o Governo Lula, o chamado neodesenvolvimentismo.

Para tanto, esse movimento social, impelido por determinações objetivas e subjetivas, algumas internas e outras de ordem externa, inflexionou sua orientação político-estratégica, que adquiriu contornos mais institucionalizados ou negociados. Portanto, nesse processo, operou transformações essencialmente em seu projeto político, no qual a *reforma agrária radical* passou, nessa conjuntura, a desvanecer no plano estratégico do movimento social.

Dessa forma, a reforma agrária com referencial anticapitalista, inscrita historicamente no projeto político do MST, passa a se configurar como uma mediação para viabilizar o projeto de desenvolvimento nacional mais “justo” socialmente, no qual o Estado, de caráter democrático e popular, assume papel preponderante.

Os objetivos que estão elencados no Quadro 07 a seguir, como já foi mencionado, trazem indicativos para direção e atuação política do movimento. Assim sendo, é inquestionável a importância dos objetivos deliberados para uma aproximação das análises e problematizações desta tese, pois permitem expressar

algumas inflexões e transformações que atravessaram o projeto político do MST, culminando, em meados dos anos 2000, no alinhamento com a mistificação do “novo desenvolvimentismo” através da defesa de um projeto de desenvolvimento nacional com equidade social. Nessa linha política, a luta pela reforma agrária radical, que historicamente foi a bandeira principal do MST e o eixo central de seu projeto político, passou a se constituir como uma espécie de desdobramento do desenvolvimento e fortalecimento da economia do país, com maior equidade para população trabalhadora e produtora rural.

No entanto, as aproximações analíticas e problematizações, que serão feitas com base em tais objetivos, serão apenas indicativas do processo de transformações e inflexões pelas quais passou o MST, que culminou com a acomodação na rede de pactuação de classe em torno do projeto político e econômico implementado no ciclo do governo de “esquerda” iniciado na primeira década do século XXI. O aprofundamento das determinações essenciais desse processo será melhor desenvolvido a partir de então.

Quadro 07 – Objetivos políticos do MST em encontros e Congressos nacional

<b>OBJETIVOS</b>	
<b>I Encontro Nacional do MST – 1984</b>	<b>II Congresso Nacional do MST – 1990</b>
Luta pela reforma agrária.	Fortalecer a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora.
Lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo.	Divulgar a reforma agrária nacional e internacionalmente.
Fortalecer a integração da categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários meeiros, pequenos proprietários.	Mostrar para toda sociedade que a reforma agrária é indispensável.
<b>III Congresso Nacional do MST – 1995</b>	<b>IV Congresso Nacional do MST – 2000</b>
Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.	Preparar militantes [...] para fazer ocupações massivas permanentemente.
A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.	Combater o modelo das elites, que representa os produtos transgênicos [...].
Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.	Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver o problema do trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimento para todo povo brasileiro.
Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.	Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um modelo tecnológico [...], que garanta a

	produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar.
	Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade, desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores sem-terra.
	Desenvolver ações contra o imperialismo, combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço [...].
Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.	Participar ativamente nas deferentes iniciativas que representem a construção do projeto popular para o Brasil.

Fonte: Plataforma política – I Encontro Nacional do MST; II Congresso Nacional do MST; III Congresso Nacional do MST; IV Congresso Nacional do MST; V Congresso Nacional do MST.

Para capturar a essencialidade do movimento real em que está inserido um determinado sujeito coletivo ou força política, decerto que não deve se ater, numa pesquisa ou análise, unicamente ao que diz sobre si mesmo quanto aos seus objetivos e ao seu projeto político. Ao restringir a análise a essa dimensão, corre-se o risco de cair em certo idealismo ou permanecer encoberto pela mistificação da aparência.

A respeito das metamorfoses políticas pelas quais passou o MST, cujos traços aparecem mais acentuados na relação com o Governo Lula, para ir além do véu da aparência, que não deve ser desprezada porque é ponto de partida, é preciso também observar: a correlação de forças entre as organizações políticas no interior da luta de classes; as determinações gerais e particulares da acumulação capitalista; a direção das pautas políticas presente nessa relação; as disputas e correlações de forças no interior da própria organização; a dinâmica contemporânea que se processa na luta de classes de modo mais geral; a direção e a prática política na relação com o aparato estatal, dentre outras mediações.

Os objetivos, que referenciam os Sem Terra desde sua fundação na primeira metade da década de 1980 até o início dos anos 2000, trazem a reforma agrária como eixo central para as lutas sociais do movimento. É fato que não aparece suficientemente claro ou minuciosamente explicado, nos objetivos apresentados na Quadro 07, no que toca a reforma agrária, como essa questão se articularia com a totalidade social.

Mas é possível considerar que, durante esse período, em razão do caráter classista e do comportamento prático-político confrontacionista, tanto com proprietários latifundiários quanto com o Estado, a reforma agrária não se restringia,

na acepção do MST, a uma luta política apenas por assentamentos. Essa questão tomava a forma de uma luta social para desconcentração da propriedade fundiária, base essencial do capital agrário e se constituía inquestionavelmente na mola propulsora das lutas que o movimento desenvolvia, das estratégias e dos programas que formulou nesse período.

Logo no primeiro programa de reforma agrária, que elaborou no ano de sua fundação em 1984, chama a atenção que estão na mira, como objeto de reivindicações e conquistas a desapropriação de: “1 - Terras das multinacionais e 2 - Terras dos latifúndios extensivos<sup>115</sup>”. Nesse primeiro momento, a reforma agrária assume a condição de uma mediação para transformação societária no conjunto programático do MST, ainda que genericamente, já que tem em vista lutar “por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”, de acordo com a linha política aventada no I Encontro Nacional.

A estratégia ventilada, no início da década de 1990, em reforçar “*a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora*” estava associada à estratégia de romper o isolamento na luta pela reforma agrária e costurar unidade classista na correlação de força contra a burguesia rural que tem seus interesses de classe incrustada no Estado.

Essa estratégia também tinha a finalidade de reafirmar a natureza classista da organização ao reiterar a dinâmica que determinou a formação do movimento, que ganhou materialidade no processo de reorganização da esquerda na confluência das lutas sociais e de setores subalternos durante a redemocratização. Assim, a direção da aliança e pactuação de classe do movimento era norteada essencialmente pelos interesses dos trabalhadores enquanto classe, reafirmando sua identidade social e política.

O MST assumia a conformação como uma organização de luta social direcionada para desconcentração fundiária e para socialização do meio fundamental de produção no campo, a terra. Nesse sentido é que a direção política desse movimento social confronta uma determinação estrutural de reprodução do capitalismo dependente. Não por acaso, assume em boa parte do ciclo conjuntural entre os anos de 1984 e 2000 um posicionamento explicitamente anticapitalista de

---

<sup>115</sup> Artigo 4º do Programa de Reforma Agrária do MST, documento elaborado como plataforma política do movimento social em seu I Encontro Nacional.

horizonte socialista, que é manifesto com o objetivo de lutar contra as contradições socioeconômicas capitalistas, suplantando essa ordem societária e projetando a edificação de uma sociedade alternativa ao capital, conforme expressam as plataformas políticas formuladas nos encontros deliberativos do movimento nesse período.

Esse posicionamento será demarcado nos discursos e formulações políticas no interior do MST, que lhes serviria de orientação insofismável até a chegada do PT ao Poder Executivo do Estado. Além disso, tal posicionamento estava explicitamente manifesto no comportamento combativo contra a burguesia rural, no enfrentamento aos setores dominantes em aliança com o capital monopolista e financeiro; bem como estava demarcado nos choques com o Estado na implementação de políticas direcionadas para efetivar os interesses dessa classe.

Havia fortemente vincada no interior da organização uma direção estratégica de ruptura capitalista, demarcada pela contradição que a reforma agrária significava para a estruturação do processo da acumulação de capital que particulariza a formação social brasileira, em que se opera uma engrenagem de reprodução social da totalidade capitalista condicionada por um movimento de acumulação limitado, heteronômico e reprodutor do sentido da dependência.

O apontamento do objetivo de construir uma sociedade “*onde o trabalho tem supremacia sobre o capital*” e o intento de propagar “*valores humanistas e socialistas nas relações sociais*” era informado também pela herança da perspectiva de construção de uma sociedade alternativa ao capital, assumida pelo bloco de forças sociais mais combativo da esquerda na conjuntura de retomada da luta de classes para o reestabelecimento da democracia.

O MST compunha parte desse bloco e guardava esse *ethos* socialista. O movimento se inscrevia na direção assumida por parte de alguns setores da esquerda que ganhou protagonismo pelo desenrolar da luta de classes no esgarçamento do Regime Militar e no imediato pós-ditadura. Essa perspectiva era, sem dúvida, um fenômeno original à medida que havia uma confluência na unidade de classe para um projeto com direção social anticapitalista que emergiu numa conjuntura bastante atípica para tal propósito.

A originalidade desse fenômeno se confirmava na observação de que, no plano global, as organizações de representação política da classe trabalhadora haviam declinado na perspectiva de transformação societária, tanto em razão da crise com a

experiência socialista soviética quanto em decorrência das transformações no processo de acumulação do capital *vide* predominância do padrão de acumulação flexível, financeirização do capital e implementação programática do consenso neoliberal.

É bem verdade que parte do bloco que integrava a esquerda mais destacadamente radicalizada e com viés de ruptura capitalista no Brasil, no transcorrer dos anos finais do século XX, já havia passado por transformações profundas em seus referenciais no tocante à programática política, ao horizonte societário, à posição classista, à política de alianças e ao comportamento político no desenrolar da luta de classes.

Algumas organizações, as quais se incluem o PT e a CUT, haviam aderido a uma postura menos combativa ou confrontacionista ao arrefecer sua posição essencialmente classista e frenar a incursão direta em lutas sociais radicalizadas, no curso em que valorizava, mais enfaticamente, os espaços institucionalizados. Na esteira desse processo, aderiram às estratégias próprias do pragmatismo político. Procuraram, assim, constituir alternativas mais propositivas, conciliatórias e consideradas mais viáveis ou realistas frente aos dilemas enfrentados pela “sociedade brasileira” e os trabalhadores.

Dessa forma, de um lado, a ação sindical confrontacionista, orientada pelo objetivo de ruptura societária, começou a dar lugar a um padrão de ação sindical mais pragmático e negocial. Por outro lado, o acentuado *ethos* socialista informado pelo PT foi ajustado ao jogo da viabilidade eleitoral e ao propósito de se tornar, aos olhos dos trabalhadores e, principalmente, da burguesia, o portador de uma alternativa de gestão pública do Estado mais consoante aos seus interesses.

A estratégia de realização de reformas estruturais articuladas à concepção de classe das lutas sociais com potencial de acentuar contradições para instituições da sociedade capitalista, fundamento que assentava o viés anticapitalista para algumas organizações da esquerda até certa conjuntura, ao longo da última década do século XX, cedeu lugar à estratégia de administração das contradições capitalistas por parte de segmentos que antes faziam fileira na esquerda radical.

Determinados por transformações que redundaram no amoldamento à ordem, tanto o PT quanto a CUT assumiram uma direção política mais pragmática, plenamente alinhada à institucionalidade capitalista, que possibilitasse se constituir



como a melhor alternativa de gestão e negociação dos interesses de classes, através da estratégia de desenvolvimento econômico com negociação para abertura de conquistas também sociais.

As metamorfoses pelas quais passaram essas organizações de representação política da classe trabalhadora foram mediadas por tensões e disputas na composição de força interna de cada uma delas; porém também foram determinantes as transformações capitalistas iniciadas no último quartel do século XX, que implicaram nas condições de luta, na direção política e no horizonte societário dos trabalhadores.

Não se pode deixar de salientar que, do mesmo modo, colaboraram para condicionar esse processo os impactos do refluxo da luta de classes em escala planetária, que trouxe rebatimentos à esquerda na América Latina e no Brasil, em particular, associado ao próprio referencial teórico, político, organizativo e societário que passou a orientar a esquerda hegemonicamente no mundo.

Alguns desses determinantes já foram rapidamente frisados, no entanto, é importante repontuá-los, dada sua imprescindibilidade para se compreender as metamorfoses políticas pelas quais parte importante do bloco da esquerda anticapitalista no Brasil passou; questão que ficou patente com o giro operado no referencial contundente das lutas sociais e de pressão às instituições estatais, que se voltou para uma incursão quase que estritamente dentro da institucionalidade, com vista ao gerenciamento do aparato do Estado e administração dos interesses capitalistas a partir da estratégia de conciliação de classes.

Esse giro, que em síntese significou a acomodação à ordem, ficou mais notório no início dos anos 2000. O tom adotado na “Carta ao Povo Brasileiro”, então emitida pelo PT e endossada por Lula, foi simbólico e expressivo da conformação à lógica da institucionalidade e da adesão à estratégia de conciliação dos interesses de classe, com maior prevalência para os setores dominantes.

É difícil refutar a consideração ou constatação de que o referido documento, emitido em nome do “povo brasileiro”, na verdade, simbolizou uma carta de alianças e compromissos de conciliação de um setor importante da “esquerda” com os interesses da burguesia interna e do capital financeiro internacional<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> A “Carta ao Povo Brasileiro” foi publicada meses antes do início das eleições presidenciais de 2002 e tinha a intenção, sobretudo, de sinalizar às frações da burguesia local e internacional que a gestão petista não significaria risco aos seus interesses essenciais. É ilustrativa a parte inicial da referida carta, que diz: “A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil [...]. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-

Dentro do quadro de implicações capitalistas para o ajustamento da esquerda, certamente, as mais fundamentais foram legadas pela reestruturação produtiva que trouxe impactos nas condições objetivas para a organização política dos trabalhadores. E, em igual medida, também foram legatários os desdobramentos do neoliberalismo que redundaram em implicações para a formação da subjetividade e consciência de classe (ANTUNES, 2009).

A reestruturação produtiva fragilizou as ferramentas políticas dos trabalhadores com o desemprego estrutural através do estabelecimento cada vez maior de relações de trabalho precárias, por meio do aumento da flexibilização, da terceirização e da informalidade. No mesmo sentido, a hegemonia neoliberal, a partir do prisma ideológico, político e cultural, também impactou a subjetividade de classe ao acirrar a competitividade, difundir o individualismo e a adesão aos princípios do mercado entre os trabalhadores. A isso, soma-se também o recuo mundial da luta revolucionária dos trabalhadores diante da derrocada da abertura de uma possibilidade histórica de construção alternativa à ordem capitalista, simbolicamente suplantada com a queda do Muro de Berlim.

Em que pese à conjuntura marcada pelo processo de institucionalização de setores da esquerda e pelo alinhamento à reprodução societária, os Sem Terra – diferentemente – continuaram a manter posição combativa e anticapitalista em relação à ordem instituída. Tal posição não estava tão somente explicitada nos objetivos que apontavam para o tensionamento à ordem e que lhes orientava para o estabelecimento de um projeto societário em que os interesses do trabalho tivessem supremacia sobre os do capital.

A disposição para transformação societária e enfrentamento do *status quo* era visível também no acirramento das formas de lutas radicais que empreendeu no transcorrer do século XX; isso, na medida em que os Sem Terra se colocava em rota de colisão direta com setores da burguesia ou em colisão com o Estado na salvaguarda dos interesses dessa classe, conflitando especialmente com a superestrutura jurídica e repressora do aparato estatal.

Particularmente, o neoliberalismo se tornou o grande mote de enfrentamento do movimento durante o período em que parte da esquerda passou pelo processo de

---

se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidário, que busca abrir novos horizontes para o país". A íntegra do documento está disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/28/carta-ao-povo-brasileiro/>.

adaptação e acomodação. Nesse sentido, se protagonizou entre as organizações políticas dos trabalhadores no combate ao receituário de prescrito pelo Consenso de Washington e no enfrentamento políticas das contradições desse receituário.

Os Sem Terra mantiveram posição radicalizada nas lutas sociais, principalmente no combate à política neoliberal adotada pelos governos estabelecidos na primeira década da “Nova República”, precisamente: por levar ao extremo a mercantilização da vida social e potencializar a reificação das relações sociais; também por agudizar a retirada de direitos, determinando novas e contemporâneas formas de expropriação, com isso, inviabilizando a concretização pelo Estado das conquistas sociais reconhecidas formalmente na Constituição de 1988 e, assim, aprofundar as desigualdades; por ampliar a dependência nacional nas relações internacionais capitalistas e, outrossim, aprofundar os processos de espoliação viabilizado pela política imperialista.

Em razão do significado e das contradições socioeconômicas decorrentes da política neoliberal, que assumiu o patamar de pensamento único, adotado no limiar dos anos 1990 e tendo ganhado maior densidade ao longo da década, os Sem Terra, já em meados desse período, apresentaram uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento nacional orientado pelo receituário dominante dessa conjuntura.

Conforme se vê abaixo, há a indicação desse propósito na consideração de um dos membros da direção nacional quando responde ao questionamento de qual teria sido a grande marca das deliberações políticas do MST nesse período.

A luta contra o neoliberalismo do governo FHC. Nossa reflexão nos levou a conclusão de que, para conquistar a reforma agrária, tinha de mudar o plano neoliberal. **Ou seja, a reforma agrária depende de mudanças no modelo econômico.** Para ela avançar, é necessário que toda a sociedade a abrace como uma luta legítima dos sem-terra, dos pobres do campo, com reflexos positivos para a sociedade. (STEDILE, 2005)

Assim, sua plataforma política delinea-se mais acuradamente e a reforma agrária ganha *status* de eixo dinâmico voltado para fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e se articula a um projeto de nação, pois a concentração da

estrutura fundiária “não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional<sup>117</sup>”.

A partir de tal programática política, a luta pela desapropriação e socialização da terra vincula-se às questões estruturais que tocam o modelo de desenvolvimento econômico do país, seja no que diz respeito a questões internas como: a distribuição de renda; o bem-estar social e as melhorias nas condições de vida da população brasileira; a geração de emprego, etc. Seja no que se refere às questões externas, especialmente por meio: da expropriação de propriedades de bens da natureza pertencentes a empresas estrangeiras no Brasil; da reorientação da produção agrícola, sem que essa esteja subordinada aos ditames do mercado internacional; da autodeterminação da soberania nacional frente à dependência ao capital estrangeiro.

Esse propósito de estabelecer questões estratégicas (de ordens internas e externas), para lograr a consecução de outro modelo de desenvolvimento para o Brasil, estava colocado no programa de reforma agrária elaborado pelo MST em 1995, o qual era consoante com o objetivo de buscar “*permanentemente a justiça social*”, conforme estabelecido no III Congresso Nacional.

Nesse contexto, sua proposta de reforma agrária já assinalava atrelamento à perspectiva de ser uma mediação para equação das contradições socioeconômicas neoliberais. Há nessa conjuntura indicativos de que a reforma agrária, dentro do plano estratégico do movimento, começa a sofrer inclinação para se constituir como uma das pontes para efetivar um projeto alternativo de desenvolvimento, de modo a enfrentar os impactos danosos de várias ordens para a classe trabalhadora.

Assim sendo, a reforma agrária era colocada como um dos caminhos para a saída da situação de desemprego, de êxodo rural, de extremo rebaixamento no rendimento, de aprofundamento da precarização de vida dos segmentos subalternos diante do neoliberalismo adotado, pretensamente, como única saída para a crise econômica e retomada do caminho do crescimento.

Nesse contexto, em que a reforma agrária passa já a despontar como um dos eixos de articulação para o desenvolvimento nacional, há algo a ser observado no tocante à estrutura interna do movimento. Como já foi referido, no início da década de

---

<sup>117</sup> Documento lançado pelo MST em 1995 e intitulado “Propostas para Reforma Agrária”. Esse documento norteador nasce a partir de sínteses de debates e formulações sobre a reforma agrária no III Congresso Nacional do MST.

1990, por razões político-organizativas e por outras questões de ordem objetiva, o MST começou a desenvolver mais organicamente a produção nos assentamentos.

Criou-se o Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA) integrado ao Setor de Produção para organizar, sistematizar, gerenciar e articular as atividades de cooperação de produção que começava a se desenvolver. Em meados da respectiva década, tais atividades atingem um estágio de agroindustrialização.

Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem-terra. O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para territorialização da luta pela terra [...]. Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas. (FERNANDES, 2000, p. 228)

Tornar os assentamentos viáveis economicamente era necessário para explicitar a produtividade da reforma agrária, a fim de não perder o vínculo político com os assentados diante do risco de capitulação política e expropriação por parte dos grandes proprietários e também colaborar econômica e materialmente com a manutenção das atividades organizativas dos Sem Terra.

Dezenas de cooperativas são criadas em diversas regiões do país; a maioria delas se localiza nas regiões Sul e Nordeste do país, que concentravam, nesse período, pouco mais de 54% e 26%, respectivamente, de acordo com dados fornecidos pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1997. O Quadro 08, a seguir, indica melhor a distribuição em números em cada Estado e o quantitativo percentual em números aproximados de cooperativas de produção desenvolvidas pelo MST em meados da década de 1990.

Quadro 08 – Cooperativas de produção no Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA) na década de 1990

<b>COOPERATIVAS DO SCA – MST</b>			
Nº de cooperativas por Estado		Quantitativo de cooperativas concentradas por região no país	
PA	01	<b>NORTE</b>	
		Total: 01	Porcentagem: 01%
MS	02		

		<b>CENTRO-OESTE</b>	
		Total: 02	Porcentagem: 02%
BA	06	<b>NORDESTE</b>	
CE	04		
MA	03		
PB	01		
PE	04		
PI	01		
SE	02		
RN	01		
		Total: 22	Porcentagem: 26%
ES	06	<b>SUDESTE</b>	
SP	07		
MG	01		
		Total: 14	Porcentagem: 17%
PR	14	<b>SUL</b>	
RS	23		
SC	08		
		Total: 45	Porcentagem: 54%
<b>BRASIL</b>		<b>Total: 84</b>	

Fonte: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1997.

Não precisa muito para se concluir que, já na primeira metade da década em referência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra investiu bastante empenho na organização das atividades de produção através de cooperativas; nesse período, o movimento conseguiu organizar integrado ao SCA um total de 84 cooperativas para desenvolver atividades de produção junto à base social assentada. Isso revela, inquestionavelmente, um número expressivo de cooperativas de produção organizadas, já que o movimento chegava à primeira década de fundação. Ainda de acordo com a mesma fonte de dados fornecida pela CONCRAB, em número de associados, o MST nesse período já organizava 20.277 membros, o que expressa o crescimento significativo das ações desenvolvidas pelo movimento no tocante à dimensão produtiva.

Por isso, sugere no rol da estratégia para viabilizar a reforma agrária como um dos determinantes para o desenvolvimento com “justiça social”, o investimento estatal em programas de “*assistência técnica pública e gratuita, específica para os assentamentos*”<sup>118</sup>. Bem como sugere o investimento na organização da produção

<sup>118</sup> “Propostas para Reforma Agrária” formulada a partir do III Congresso do MST em 1995.

“agropecuária em áreas próprias para o desenvolvimento da agricultura e da indústria com objetivo de empregar ‘massivamente’ a mão de obra<sup>119</sup>”.

Para a efetividade de um novo modelo de desenvolvimento socialmente mais “justo”, é requerido o papel imprescindível de protagonismo do Estado. É essa instituição que irá operar através da gestão pública com iniciativas ou ações econômicas e sociais com base na direção do projeto e poder popular para realizar as bases dessa nova via para a nação.

No quadro de suas formulações programáticas, a efetividade da reforma agrária ou a sua complementaridade requer uma articulação necessária com uma série de políticas públicas para se atingir os interesses estratégicos de ordem estrutural que visa. Para a consecução de sua plataforma política, as instituições estatais aparecem como terreno imprescindível, em plano mediato e imediato, para a concretização dos objetivos estratégicos presentes.

Também em decorrência dos interesses mais imediatos, ou seja, naquilo que toca a sua existência, é indispensável a oferta de uma gama de serviços sociais para sua manutenção como organização política de massas. É nesse sentido que esse movimento social tem que buscar, como mediação direta, a articulação com diversos espaços estatais, mesmo que se coloque contraditoriamente em tensão com o Estado.

Quando se observa a proposta política, percebe-se que o Estado desponta como o grande mediador para o plano político mais geral do movimento. Dessa forma, advém a perspectiva de estabelecer no Brasil um programa de poder democrático e popular, em que o primeiro passo é a pressão por meio de lutas sociais, para que se estabeleçam as bases institucionais imprescindíveis para o plano programático formulado. Diante disso, o Estado tem papel estratégico fundamental.

A implantação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico), seja o instrumento fundamental de implantação das propostas [...]. Deverá haver um novo nível de colaboração e nível de complementariedade entre os governos federal, estaduais e municipais. Articular as ações em torno da reforma agrária com todos os organismos públicos envolvidos, a partir do INCRA, com Ministério da Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Emater, etc. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1995b)

---

<sup>119</sup> *Idem.*

A partir desse ponto, estabelece-se uma aproximação histórica desse movimento social com o Partido dos Trabalhadores. Para além de uma relação orgânica com o partido, costurada por meio de suas lideranças, vinculações históricas, aproximações programáticas e alianças, a relação com o PT também se firma mediante as orientações políticas que tocam a natureza e o papel social do Estado. Esse assume papel preponderante para compatibilizar o desenvolvimento do país com a efetivação de uma democracia baseada no poder popular e com afirmação da soberania nacional.

Da mesma forma que o Partido dos Trabalhadores, que tinha em suas referências o Programa Democrático Popular, pautado na lógica de ocupação de espaços institucionais para viabilizar conquistas sociais, os Sem Terra também vislumbram as instituições estatais ou a gestão da vida estatal com significativa importância mediadora para o projeto político que apresenta.

O projeto de orientação popular e de direção social anticapitalista, na conjuntura de avanço neoliberal começou a ganhar ao mesmo tempo contornos de projeto para efetivar um desenvolvimento nacional que, estrategicamente, pudesse se constituir como uma alternativa às prescrições do receituário neoliberal. Portanto, que pudesse se apresentar como uma solução aos impactos sociais e econômicos que agravavam a precarização de vida dos setores subalternos, bem como representasse um caminho para superação da condição de heteronomia e subordinação da economia nacional.

De alguma maneira, serviram para dar suporte teórico e organizar ideológica e politicamente essa proposta alternativa alguns fundamentos do *nacional-desenvolvimentismo*, que ganhou ascensão em meados do século XX a partir do debate de alguns destacados intelectuais do pensamento social brasileiro de vários matizes, cuja Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi a grande difusora.

Entretanto, é preciso advertir que o ideário nacional-desenvolvimentista, mesmo tendo influenciado a formulação do projeto de desenvolvimento nacional dos Sem Terra, o que se observa de fato é que o conteúdo e os fundamentos inerentes a esse projeto político não expressam uma cópia idêntica ao projeto desenvolvimentista cepalino. A estruturação do projeto do MST funda-se sobre outras determinações. Entre ambos, há aproximações ideopolíticas, mas as condições históricas em que



foram concebidos e as forças sociais que fundamentam sua efetuação, dentre outras razões, não permitem que se estabeleça uma perfeita simetria entre eles.

Na conjuntura da década de 1990, mesmo que inclinado a conceber um projeto nacional popular, que igualmente guarda a finalidade de ser uma determinação para um modelo de desenvolvimento econômico alternativo, ainda esteve guardado, em torno desse projeto, o sentido anticapitalista da reforma agrária articulado ao horizonte estratégico socialista. Esse é um referencial que o orientou desde sua gênese, porque continua a ter centralidade em sua programática o propósito de que “o latifúndio deve ser eliminado de nossa sociedade<sup>120</sup>”; para tanto, isso só será possível se “alterar a estrutura de propriedade realizando desapropriações e expropriações<sup>121</sup>”. Também nesse contexto, a posição classista do movimento era reafirmada nas diversas formas em que se lançava na luta de classes.

Talvez tenha sido justamente esse período da última década do século passado aquele em que o MST mais demonstrou disposição anticapitalista nas lutas sociais de enfrentamento à ordem e ao processo mais contemporâneo da acumulação capitalista, seja através das ocupações e dos acampamentos, seja através da realização de grandes marchas pelo país. Isso tornou a prática política e a direção social do movimento um fenômeno contramajoritário, ao mesmo tempo, expôs um processo contraditório para os rumos que tomaram as forças sociais nesse período, já que boa parte da esquerda havia optado por outras perspectivas e práticas políticas. Nesse sentido, a tese aventada por Petras (1997) era reafirmada, uma vez que as lutas dos trabalhadores rurais de fato se constituíram como a maior energia de concretização da luta de classes nessa conjuntura histórica.

Assumir posição de enfrentamento à ordem e combatividade contra a imposição do consenso neoliberal foi fundamental tanto para sobrevivência política dos Sem Terra quanto para seu avanço organizativo. Primeiro porque, nesse período, o movimento vivenciou forte ataque jurídico e repressivo do aparato estatal, além de ataques de várias naturezas, sobretudo, de ordem ideológica perpetrados por organizações da burguesia rural e de outros aparelhos de hegemonia dos setores dominantes. Empreender lutas de caráter radical e realizar ações diretas foi importante para expor a sua energia combativa, não recuar na mobilização dos

---

<sup>120</sup> *Idem.*

<sup>121</sup> *Idem.*

trabalhadores rurais sem-terra e romper o isolamento político ao passo que impunha a pauta da necessidade histórica da reforma agrária diante da sociedade civil, terreno onde se movimentam as classes. Segundo, isso foi importante para o avanço da organização na medida em que acumulou força ao servir de ferramenta política de adesão para os segmentos subalternos que mais vivenciavam as contradições da política neoliberal. Não à toa, nesse contexto, o MST cresceu tanto do ponto de vista político diante da opinião pública, a despeito dos ataques sofridos, quanto avolumou sua base social sem-terra ao arregimentar segmentos vitimados pelas contradições socioeconômicas neoliberais nos centros urbanos e no campo.

Entretanto, a orientação ideopolítica que sustentava não permaneceria por completo ileso diante da avalanche conjuntural do pensamento único, das contradições políticas e socioeconômicas redundantes das transformações capitalistas e das metamorfoses de parte do bloco da esquerda. *É possível perceber o despontar de certa inflexão de contornos mais ou menos nítidos na posição política e direção social do movimento já no início dos anos 2000.* Pois, se por um lado ainda mostrava uma notória disposição combativa, conforme apresenta, no conjunto de seus objetivos nos anos 2000, o intento de preparar sua base social “*para fazer ocupações massivas*”, concomitantemente, passou a apresentar uma proposta de reforma agrária associada não mais direta ou explicitamente à desconcentração da propriedade privada da terra.

O que se quer afirmar é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chega ao final do século XX tendo delineado algumas mudanças no horizonte estratégico que o orienta, pois, se entre a sua gênese e boa parte da última década do século articulava a reforma agrária radical à direção de ruptura com a ordem capitalista, nos anos 2000, o projeto político desse movimento social reafirma a perspectiva já esboçada da reforma agrária ser uma mediação para constituição de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico nacional diante da liberalização da economia e extrema mercantilização da vida social. Não obstante, nesse processo, o acentuado *ethos* socialista que o informava já sinaliza se desvanecer no quadro de transformações do seu projeto político.

A reforma agrária, a partir de então, indica a perda de seu significado radical para o movimento. Dessa forma, o conteúdo ou fundamento inscrito ao objetivo da desconcentração universal e profunda da grande propriedade de terra capaz,

portanto, de remodelar a estrutura fundiária com potencial de acentuar contradições para o processo de acumulação capitalista no Brasil passa por inflexões no projeto político do MST. A proposta de luta pela reforma agrária passa a ser associada ao objetivo de combater o modelo de produção das elites e resolver “*o problema do trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimento para todo povo brasileiro*”.

Nesse mesmo contexto, o imperialismo internacional foi igualmente estabelecido como uma questão a ser enfrentada, seja porque está umbilicalmente associado ao neoliberalismo, seja porque cria impasses para construção do projeto de desenvolvimento proposto para o Brasil. Isso à medida que uma das faces do imperialismo, o capital financeiro internacional, opera com força tão decisiva que é capaz de subordinar as nações “em todas as relações econômicas e internacionais [...], e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política”, conforme indica Lênin (2012, p. 115). Assim sendo, para a efetuação do projeto nacional, objetivou desenvolver “*ações contra o imperialismo, combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço*”, com escopo de construir as condições para conquista da soberania nacional.

A reforma agrária, nas formulações políticas historicamente constituiu-se com centralidade e como pauta fundamental até mesmo condicionada pelas determinações que operaram para formação do movimento. Na conjuntura de aprofundamento da política neoliberal e agudização das contradições socioeconômicas dela decorrentes, para o MST a reforma agrária passa a ser compreendida como uma pauta incontornável para transformação social e econômica do país, pois seria determinante tanto para capacidade quanto para os rumos do desenvolvimento nacional. Nesse compasso, o imperialismo emerge como uma questão a ser enfrentada para viabilizar o desenvolvimento autônomo da nação com mais equidade social.

Diante disso, é preciso considerar que projetos com perspectiva de desenvolvimento nacional implica em processos de desenvolvimento ou fortalecimento do capitalismo nacional, o que caberia o questionamento realizado por Atilio Boron (2010, p. 28): [há]<sup>122</sup> “um capitalismo nacional sem ‘burguesia nacional’?”.

---

<sup>122</sup> Grifo nosso.

Opera-se nas projeções políticas dos Sem Terra uma simbiose entre a perspectiva de transformação da realidade brasileira, sobretudo a social; ao mesmo tempo, formula a perspectiva de construção da soberania econômica do país inscrita a um determinado projeto de viés desenvolvimentista. A orientação política contida na ideia de nação e de desenvolvimento do país, em que o Estado deve assumir grande protagonismo, acortina uma contradição para a posição classista, conflitiva e para a própria independência de classe que informou o movimento desde sua formação. Isso porque a construção de projetos de desenvolvimento nacionais implica englobar também, no seu interior, outros segmentos sociais e outras classes muito além das frações dos trabalhadores ou segmentos subalternos que politicamente formam a base social dos Sem Terra.

Historicamente, a projeção de enfrentamento ao imperialismo, fundido à perspectiva de construção estratégica do desenvolvimento nacional, guarda implícita a aliança conjuntural entre sujeitos sociais antagônicos, ainda que a força social e política que visam construí-la tenha como fundamento um projeto nacional popular. Foram exemplares, nesse sentido, os rumos apontados nas formulações projetadas pelas forças políticas que se tornaram hegemônicas na esquerda entre os anos de 1950 e 1960, das quais o PCB era o grande expoente.

Emergem, com isso, contradições para as forças políticas da esquerda que se constituíram sob a orientação anticapitalista. A contradição presente na perspectiva de construção de projetos de desenvolvimento nacionais diz respeito à pactuação ou interlocução entre forças sociais antagônicas no desenrolar de sua realização; embora no plano discursivo ou das intenções não seja esse o propósito imediato e explícito ou mesmo o horizonte fundamental que se quer alcançar com a efetivação de tais projetos.

Além disso, está colocada na direção social, que condescende projetos desenvolvimentistas, a necessidade das forças sociais presentes, invariavelmente, aportarem seu comportamento prático-político e perspectivas no sentido de conformação com a *práxis* de reprodução social das bases econômicas e sociais que convergem para acumulação capitalista.

Há que se problematizar ainda uma questão presente no interior da direção social e política que aproxima o enfrentamento ao imperialismo à estratégia que aponta para o “desenvolvimento” do país. Na fase contemporânea e superior da

acumulação, é preciso reconhecer que “o capitalismo se transformou em imperialismo”, como lembra Lênin (2012, p. 44). Projetar hoje processos de desenvolvimento de determinada nação implica projetar também a reprodução das determinações em que a acumulação contemporânea se processa.

Portanto, projetos de desenvolvimentistas, por mais que detenham direção social ou orientação nacionalista, não contradizem a ordem do capital. Muito pelo contrário, sua viabilidade se sustenta precisamente no interior da dinâmica do imperialismo, seja através da associação direta com forças imperialistas internacionais ou conduzindo políticas em favor de seus interesses, seja reproduzindo práticas imperialistas em favor da “nação” dentro dos limites estruturais do capital mundializado.

Do mesmo modo, os projetos de desenvolvimento de nações que conformam a aliança ou conciliação conjuntural de classes não trazem contradições essenciais ou de primeira ordem, capazes, então, de criar obstáculos para a operação das mediações presentes no processo de reprodução social capitalista. Tampouco tais projetos redundam em sólidas estratégias ou possibilidades perenes para construção da soberania nacional e independência política e econômica de nações na periferia do capitalismo.

Os projetos estratégicos dessa natureza apresentam contradições e limites que vão se gestando e irrompem determinados, seja no interior da correlação entre as classes, seja pelo próprio movimento de acumulação capitalista. Pensadores da formação social brasileira como Prado Júnior (1987) e Marini (1976) colaboram com fundamentos explicativos para se pensar os limites “emancipatórios” e contradições de projetos de desenvolvimento do capitalismo nacional, já que a política imperialista das nações centrais não representa contradição essencial que inviabilize os interesses políticos e econômicos da burguesia interna.

Ao falar de soberania nacional, ou sobre autonomia política e econômica de determinada nação diante do estágio superior do capitalismo,

é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas de dependência estatal. Para essa época, são típicos não só dois grupos fundamentais – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática. (LÊNIN, 2012, p. 119)

A dominância do capital financeiro significa a forma de manifestação do imperialismo no mercado mundial e nas relações internacionais, o que implica na dominação de alguns Estados nacionais sobre outros e também na estreita relação de interdependência entre a burguesia interna - em determinadas nações - e as operações realizadas pela burguesia internacional.

No capitalismo, as relações do mercado interno estão vinculadas ao externo e vice-versa, é dessa maneira que se estabelecem as relações no mercado mundial e é sob essa condição que se processa a concentração e centralização de capitais em escala global. Processo do qual as nações periféricas, no mercado mundial, inscrevem-se em condição de dependência em relação às nações centrais ou imperialistas. Esse processo não se realiza alheio aos interesses das burguesias locais e internacionais, são precisamente as diversas formas de interrelação entre elas que expressam a personificação desse processo.

Há limites e contradições que atravessam a formulação de projetos voltados à construção da soberania nacional por meio da defrontação ao imperialismo sob a perspectiva de construção de caminhos para o desenvolvimento (do capitalismo) nacional, mesmo que guarde também o objetivo de estabelecer transformações socioeconômicas mais "justas". O imperialismo opera para efetivar a acumulação capitalista numa dinâmica que envolve processos internos e externos, que se fundem na relação de intercâmbio entre as nações e os sujeitos sociais que a realizam ou estão envolvidos concretamente nessa relação. Por isso, mais do que determinar o nível de desenvolvimento entre os países, a política imperialista determina também condições de dependência e contradições socioeconômicas que são construídas e reproduzidas internamente no próprio movimento de acumulação das nações periféricas pelas classes sociais fundamentais.

Ao contrário do que se supõe, a história revela que o imperialismo não foi um entrave para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Na verdade, essa foi uma condição fundamental para o aprofundamento das relações capitalistas não só no Brasil como também em várias nações no século XX. Quase todo o processo de desenvolvimento das forças produtivas sob a batuta do capital se desenrolou mediante a associação entre a burguesia interna e a burguesia internacional, em boa parte do tempo, tendo o Estado como coordenador político desse processo.

Disso decorrem as barreiras e contraposições presentes na proposta de desenvolvimento das forças produtivas em âmbito nacional – leia-se projeto de desenvolvimento nacional –, associado à superação do subdesenvolvimento com uma política anti-imperialista. É na totalidade social que se efetiva a acumulação capitalista, decorrente do mesmo e único processo em que se articulam: imperialismo/dependência; acumulação nacional/acumulação internacional; desigualdades internas/subordinação externa; desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Essas são questões que se colocam diante do projeto desenvolvimentista que o MST passou a referenciar como alternativa à política neoliberal, *pari passu* ao processo de metamorfose na direção social de seu projeto político, cujo vetor de orientação anticapitalista passa a ser esfumado e diluído na concepção de um projeto de nação.

O despontar dessas questões, no processo de transformações e giros políticos do projeto aqui problematizado, bem como a emergência de contradições para sua posição e identidade classista, com implicações estratégicas no seu horizonte societário, não diz respeito a um processo linear, natural, acabado ou já decido de acomodação à ordem pela qual passou parte da esquerda nos anos finais do século XX, situação que cedo ou tarde, incontrolavelmente, esse movimento social também se ajustaria. Do mesmo modo, esse processo não diz respeito à mera cooptação pela qual passou o MST em seu conjunto, ele tampouco expressa apenas um momento de capitulação ou desvio de indivíduos da direção política da organização.

Trata-se de um processo saturado de mediações externas e internas que se inter cruzam e que, concomitantemente, operam, ora sincrônica e ora diacronicamente, decorrentes de determinações de ordem objetivas e econômicas articuladas dialeticamente a outras determinações de ordem subjetivas e políticas. Essas últimas, mais diretamente incidentes nos referenciais teóricos, nos projetos societários, na formação da identidade de classe e na condição de independência política.

O processo de transformismo que abarcou organizações da esquerda, ou seja, que recaiu sobre as ferramentas políticas da classe trabalhadora, incidiu também sobre o MST no decorrer deste século, porém não foi um processo que se desenrolou sem expressar contradições e sem implicar na correlação de forças de disputas

internas à própria organização. As transformações políticas desse movimento social foram marcadas por um processo saturado por avanços, recuos e tensões.

Durante os anos iniciais do século XXI, ou em certos momentos no decorrer do primeiro mandato do Governo Lula, não se pode negar que o MST tenha deixado de transparecer alguma energia de luta pela reforma agrária radical. Vale lembrar que o movimento detinha, como uma de suas marcas características primordiais, as ocupações de terra que realizava para pressionar o Estado a realizar expropriação de terra com vista à efetivação da reforma agrária de caráter radical.

Mas, em suma, a reforma agrária já estaria nessa conjuntura articulada à construção de uma proposta de viabilizar o desenvolvimento nacional, que não despontasse eivado por profundas desigualdades socioeconômicas e cuja produção no campo pudesse se configurar como uma das vias para efetivação da *“produtividade, da viabilidade econômica e do bem-estar”*.

Dessa maneira, a reforma agrária estava amarrada às diretrizes políticas que se constituíssem num projeto que viabilizasse crescimento econômico articulado com conquistas sociais. Isso, no entanto, sem mais vislumbrar a reforma agrária como um eixo articulado ao encaminhamento para derrubada da sociedade burguesa e de desestruturação da reprodução do capital no Brasil. Em outros termos, sem que a reforma agrária de orientação radical se constituísse como estratégia chave para luta anticapitalista, já que poderia tensionar bases da formação econômico-social que estruturam o capitalismo nacional e acirrar contradições para a reprodução do capital no país.

Assim, a proposta de reforma agrária radical que violava ou tensionava determinadas estruturas de reprodução do capitalismo dependente dava sinais, no início dos anos 2000, de inflexionar para uma direção em que pudesse se constituir numa espécie de desaguadouro auxiliar tanto para equacionar contradições socioeconômicas quanto para o aperfeiçoamento do sistema em sintonia com outros avanços direcionados à equidade social.

Nesse sentido, a reforma agrária se propunha a resolver contradições socioeconômicas referentes ao desemprego, à moradia, à insegurança alimentar, etc. Entretanto, já não mais se constituía como uma meta estratégica de transformação societária ou com *ethos* socialista. Além disso, dentre os objetivos políticos do movimento, projetou-se a perspectiva de conquistar a soberania nacional com o



enfrentamento ao imperialismo internacional, necessário para potencialização do desenvolvimento econômico e político do país de maneira autônoma.

### **5.1.1 Declínio no potencial de radicalidade combativa do MST e a redução das ocupações: inflexões no comportamento prático-político**

A questão agrária emergiu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, concentração da riqueza e expansão da pobreza; assim, cria um conjunto de desigualdades para o campo, determinada pela conjunção entre fatores políticos e econômicos. Sua face socioeconômica é produzida pela diferenciação dos agricultores por meio da sujeição da renda da terra ao capital; entrelaçada à face socioeconômica, emerge sua dimensão política que se manifesta com a sujeição e resistência ao capital (MARTINS, 1983).

A questão agrária condiciona, continuamente, situações de conflitividade entre os sujeitos sociais implicados em suas determinações. Sob determinadas condições, a conflitividade em torno da questão agrária pode ganhar contornos de maior radicalidade quando, de um lado, ela se estabelece em uma medição estrutural da reprodução ampliada do capital e, de outro, no plano estratégico para o enfrentamento da questão, está colocada a pauta da socialização da propriedade fundiária da terra.

A reforma agrária, desde a conjuntura em que se constituiu organizativamente, como já foi recorrentemente apresentado aqui, tornou-se historicamente a razão política de existência dos Sem Terra. Inicialmente apresentada na programática política com viés radical de enfrentamento da questão agrária, já que o propósito seria a desconcentração e socialização generalizada da terra. Portanto, ela configurava-se como uma dimensão central e estruturante no projeto político que visava tensionar no sentido da transformação societária do modo de produção capitalista.

Nesses termos, a centralidade estratégica da reforma agrária remete à inevitável radicalidade da luta para pressionar o Estado a realizá-la. A tática do MST para lograr êxito na imposição dessa pauta junto ao aparato estatal tem sido diversa, mas a ocupação de terra na trajetória política do movimento ganhou destaque por conta do poder de pressão e da “violência simbólica” à propriedade privada.

Quase uma década após sua emergência no terreno das lutas sociais, vai se notabilizar no cenário nacional por empreender uma forte luta contra o latifúndio e o

agronegócio; além de realizar o enfrentamento à política neoliberal de desresponsabilização do Estado ante aos direitos sociais, de privatização do patrimônio público, de abertura ou liberalização que ampliava a dependência econômica e debilitava a soberania política.

Durante a vigência do Governo FHC (1995-2002) na gestão do Poder Executivo do Estado, apresentou forte ofensiva e pressão, seja contra a política neoliberal que marcou esse governo, seja contra a propriedade latifundiária (produtiva ou improdutiva) para viabilizar a reforma agrária.

A forte tensão entre os Sem Terra e o Governo Tucano-FHC pode ser observada no número de ocupações que empreendeu no período de duração desse governo e no elevado nível de violência realizada pelo Estado como resposta às ações desse movimento social. Segundo fontes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em dados absolutos, somente o MST registrou, entre anos de 1995 e 1999, um total de 1.855 ocupações, com 256.467 famílias envolvidas. Esse número elevado de ocupações de terra e de famílias envolvidas no conflito agrário expressa o grau de pressão desenvolvida sobre o Estado para viabilização de sua principal pauta política.

Salienta, em especial, a linha de pressão que tomava os Sem Terra na sua relação com o Estado, sob a gestão de FHC, o elevado número de ocupações de terras. Em contrapartida, também se acentuava, em elevado grau de medida, o papel policial e repressor do Estado na sua função de mantenedor da ordem vigente, já que as ocupações violavam a propriedade privada concentradora da terra e o papel que detém para o processo de acumulação capitalista no Brasil.

No plano político, tem apresentado uma relação de aliança e proximidade com o Partido dos Trabalhadores (PT) desde os primeiros anos de sua formação e ao longo da trajetória de consolidação como movimento social. Relação que, para além de estratégica, sem sombra de dúvida, caracteriza-se também como uma relação orgânica, já que muitas lideranças desse movimento social integram esse partido.

Logo após a chegada do PT à gestão do Estado, no limiar dos anos 2000, o MST *aparentou* uma inflexão no seu comportamento político, o que pode ser observado na redução do número relativo e absoluto de ocupações que passou a realizar no período que compreende os dois mandatos do Governo Lula na presidência da República.

Conforme os dados que logo serão apresentados, fica visível que entre 2003 e 2010 caiu o número de ações de ocupação de terra que desenvolveu em relação às ocupações outrora empreendidas no período do Governo Tucano-FHC. Isso expressa outro tipo de relação com o Estado que, à primeira vista, denota ser uma relação pautada por menor tensionamento e de descenso no grau de conflitividade. Em sentido comparativo, o caráter aparente dessa relação apresentou sentido inverso daquilo que foi a marca da relação com o Estado durante a década de 1990.

Segundo fontes da Ouvidoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o número médio de ocupações anuais realizadas pelo MST, nos oito anos de FHC à frente da presidência da República, foi de aproximadamente 305 ocupações, enquanto a média anual de ocupações durante o Governo Lula foi de 206, em números aproximados. Já em números absolutos, houve 1.644 ocupações no período em que o PT (entre 2003-2010) geriu o Governo Federal e um total de 2.442 ocupações no período do PSDB (entre 1995-2002) à frente do Palácio do Planalto.

Chama a atenção quando se confronta os números das ocupações ano após ano durante o Governo Lula. No interregno entre 2003-2010<sup>123</sup>, foram decaindo as ocupações realizadas pelo MST, o que revela uma variante com notória tendência declinante no registro de ocupações. O maior pico delas, nesse mesmo intervalo de tempo, foi no decorrer de 2003, logo no início do governo, em que se registram 327 ocupações. Em 2006, o número reduziu sensivelmente para 218 ocupações e chegou, no ano de 2010, último ano de governo, ao número de 90 ocupações realizadas.

A despeito da histórica proximidade política ou até mesmo da relação orgânica que apresenta com o PT, em sentido oposto aos interesses e à luta central do MST, nos oito anos que perduraram o mandato de Lula, os números indicam que a desapropriação de terra e assentamentos de famílias sem-terra decaiu relativamente nesse período em relação à gestão do PSDB, de acordo com dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nos dois mandatos de FHC, foram assentadas 635.035 famílias, uma média, em números aproximados, de 79.000

---

<sup>123</sup> É verdade que não ocorreu, nesse período, uma queda linear, já que houve pequena variação entre um ano e outro, quando tomada a comparação de maneira absoluta. Todavia, quando se observa mais cuidadosamente a variação entre os números pode-se, sem maior dificuldade, concluir que houve uma constante que expressa um declínio ou tendência na diminuição do número de ocupações do MST durante a gestão de Lula.

famílias assentadas por ano. Já a gestão petista assentou pouco mais de 243.000 famílias, o que totaliza uma média anual de 30.375 famílias assentadas<sup>124</sup>.

O fato de que, nos oito anos do ciclo da gestão de Lula, o agronegócio tenha tomado relevância na política macroeconômica explicita algum grau de contradição na relação mais aproximada entre o MST e o Poder Executivo do Estado durante o governo petista. Esse setor tornou-se fundamental à economia do país no equilíbrio da balança comercial, através da exportação de produtos primários e do incentivo à indústria de produção de *commodities*.

[...] a ideia-força da acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito, sob patrocínio do Estado – retornará ao centro do debate no Brasil dos anos 2000, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior; mas também como pacto de economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e, particularmente, da renda fundiária agrícola e mineral. (DELGADO, 2013, p. 63)

A mistificação do novo desenvolvimentismo, que se tornou referência ideológica para a política operacionalizada entre a primeira década dos anos 2000 e meados da segunda década, logrou irrefutável suporte financeiro no setor primário-exportador da economia, tendo reiterado o histórico e recorrente sentido de primarização das bases econômicas do país. Concomitante a isso, para lastrear o novo ciclo de intensa acumulação, foi costurada na arena da política a conciliação, ainda que temporária, entre os interesses sociais antagônicos, mas com capacidade refrear a conflitividade entre as classes.

Para viabilizar o projeto de impulsionamento do novo ciclo de desenvolvimento, desenvolveu-se uma política de coalizão de classes e apaziguamento das lutas sociais. Chama a atenção que no bojo dessa política houve uma cristalina e estatística regressão no potencial combativo do MST. As informações oficiais indicam uma conjuntural e crescente inflexão no comportamento prático-político do movimento, sinalizada por meio da redução do número de ocupações durante a administração

---

<sup>124</sup> Embora apareça em estatística oficial do Governo Federal, essa informação é bastante contestada. Para o DataLuta, os números oficiais estão inflados tanto para o primeiro governo quanto para o segundo. Nesse sentido, ambos os governos usaram, nas suas metodologias de contagem de número de assentados, a regularização de terras de camponeses que, a despeito de não terem a propriedade, já detinham a posse da terra, pois já a ocupavam e faziam uso produtivamente. Essa regularização inflou as estatísticas do Governo Federal na vigência dos dois referidos mandatários, posto que, nos números estatísticos, aparecem como terras desapropriadas e direcionadas aos assentamentos de sem terras.

petista, a despeito do fortalecimento do agronegócio e da redução do número de assentamentos realizados no período.

O refluxo dessa radicalidade tática não sinalizou que a reforma agrária tenha deixado de ser uma orientação política da organização, porém, na conjuntura em questão, não foi alçada como uma mediação estratégica anticapitalista. A reforma agrária é uma pauta da qual não pode se desvencilhar politicamente; no entanto, ela ganhou outro sentido na arquitetura programática do movimento, já que assumiu o papel auxiliar de impulsão do desenvolvimento econômico, conjugado com conquistas sociais. Destarte, no plano político, caminhou para ser também uma via estratégica para produção de alimentos para o mercado interno, cujo Estado recorreria, acompanhada de uma série de políticas públicas, para desenvolver fundamentalmente a capacidade econômica da pequena produção de se inserir no mercado como padrão alternativo de produção.

Nesse sentido, ocorre uma mudança de eixo político na perspectiva da reforma agrária. Para o MST, essa bandeira estava, anteriormente, direcionada estrategicamente para o enfrentamento da questão agrária e, por conseguinte, manifestava a radicalidade de uma pauta anticapitalista. Entretanto, na formulação atrelada à orientação desenvolvimentista, a reforma agrária assume alguns tons cinzentos inscritos na prática histórica de reprodução das relações mercantis.

### **5.1.2 Reconfiguração na base social do MST e redirecionamento da luta política**

A proximidade política do movimento com o governo não é a única determinação que pesa para explicar o recuo na radicalidade das lutas políticas reveladas contemporaneamente. Trouxe significativa determinação para o redirecionamento de sua luta política a reconfiguração que ocorreu na base social do MST entre os anos finais da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000.

Nesse período, ocorreu uma ampliação relativa da base social assentada e uma queda acentuada no número de famílias acampadas, aquele contingente da base que está na condição social de sem-terra. Alguns números publicados pelo DataLula, já apresentados no tópico 4.1.1 desta tese, indicam que no final da primeira década desse século o contingente de famílias acampadas não ultrapassava 90.000. Em contrapartida, o próprio MST revela, em publicação no seu *site* oficial, que chegou a

meados dos anos 2000 com mais de 350.000 famílias assentadas, tendo atingido a marca de mais de 100 cooperativas em atividade espalhadas nas 24 regiões do país.

Os assentamentos conquistados se ampliaram, sobretudo, nos finais da década de 1990 em razão do grande número de ocupações que realizou como tática a fim de fazer pressão para que as desapropriações de terra ocorressem. Com isso, constituíram-se necessidades sociais que incidiram objetivamente nas pautas políticas da luta do movimento. Então se buscou responder politicamente às necessidades da base majoritária dos Sem Terra em face da condição de precariedade material vivenciada por muitos assentamentos.

A exigência de responder às demandas objetivas diversas da reprodução social na cotidianidade dos assentamentos, particularmente, à necessidade de buscar formas de rendimento para as famílias assentadas determinou redirecionar a luta para integração no mercado, *que se faz sob a roupagem da defesa da produção agroecológica, do sistema cooperado de produção e de que a organização produtiva nos assentamentos remete a outras relações sociais distintas daquelas eminentemente capitalistas, já que os ganhos de produção ou distribuição da riqueza produzida guarda um caráter mais igualitário.* Isso corresponde às estratégias de inserção no projeto político de desenvolvimento capitalista mais justo ou com face mais humanizada, do qual os pequenos produtores têm sua participação com a ampliação da renda.

Ao longo da última década, as lutas e reivindicações passaram a ganhar maior densidade no sentido de estruturar tecnicamente as atividades produtivas e dotar os projetos de produção de melhores condições de funcionamento. Em reportagem replicada em 2013 pela página virtual Viomundo acerca das conquistas, avanços e capacidade produtiva conquistada pelo MST na última década, é destacado que apenas sete cooperativas vinculadas ao movimento faturam cerca de R\$ 100 milhões por ano. Dentre os avanços e conquistas apresentados, está o fato de que 95% da produção dos assentamentos são absorvidos pelos programas de aquisição de alimentos do Governo Federal, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e escolas.

Hoje a produção nos assentamentos está direcionada para a produção de alimentos orgânicos, os quais o agronegócio trata com relativo desdém, talvez por isso seja ainda um ramo reduzido aos pequenos mercados ou feiras locais. No entanto, a

perspectiva é a de que a produção do ramo de orgânicos possa avançar com inserção nos espaços tradicionais; é isso que traz a fala de Altamir Bastos, assentado e militante do MST há 28 anos, então entrevistado na referida reportagem:

A sociedade não sabe o que fazemos. Acha que só invadimos terra. Muitas pessoas ficam surpresas quando mostramos nossos produtos. O dinheiro não tem ideologia, mas a opção por produzir alimentos orgânicos faz parte dos nossos compromissos e da nossa história. Eles fazem parte da luta da agricultura familiar contra os transgênicos, que são símbolos do agronegócio. Mas queremos entrar no mercado tradicional.

Decorre disso que os assentamentos passaram a receber, com muito mais forças, as determinações das leis que regem a reprodução capitalista, assim a viabilidade econômica da base social passou a dirigir também o sentido da luta.

Nessa toada, as táticas radicalizadas de lutas pela reforma agrária serão secundarizadas e ganhará força as reivindicações com enfoque para o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos a partir da estratégia de pactuação e negociação com o governo. As reivindicações por programas sociais, sistemas de crédito rural, convênios, subsídios e políticas sociais assumem maior dimensão nas reivindicações do MST, ao passo que o governo correspondeu ao atendimento de algumas dessas pautas, redimensionadas dentro da estratégia de institucionalização das lutas sociais, com força determinante capaz de dar direção aos projetos políticos das organizações; uma vez que é possível relacionar as respostas às demandas dos sujeitos coletivos via políticas sociais às estratégias de hegemonia.

Há também uma dimensão cultural, que está relacionada à política considerando que os sujeitos políticos são portadores de valores e do *ethos* de seu tempo. Se relacionarmos as políticas sociais às estratégias de hegemonia, isso significa sua configuração a partir de uma direção intelectual e moral que está imbricada aos projetos societários [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 45)

A contradição que se desenvolveu na esteira desse processo de relação simbiótica entre o Estado e o MST senta raízes na fragilização da condição de autonomia política do movimento, já que os convênios, programas sociais e subsídios se constituem a partir da relação pactuada ou negociada com a gestão estatal. Imbricadas ao objetivo de conquistar melhores condições estruturais de produção nos assentamentos, que realizam a produção tipicamente de caráter familiar, constituem-se relações de maior dependência do Estado, posto que a integração da agricultura

familiar no mercado dominado pelos médios e grandes produtores exige forte aporte e subsídio estatal.

De maneira distinta das ações radicalizadas de pressão política, passaram a se estabelecer lutas negociadas, com caráter muito mais institucionalizado, cuja intenção era responder às necessidades da base social assentada, de modo que fossem viabilizadas pelos programas de incentivo à produção e distribuição no âmbito do mercado. A organização da agricultura familiar e de outras formas de produção nos assentamentos, em conformidade com essas condições, está imbuída de objetivos políticos que determinam a compatibilização com a ordem. Dessa forma, conseqüentemente, permite breçar as tensões sociais na relação direta dos Sem Terra com o Estado e imprimir determinações para a acomodação ou adaptação dessa força social no “projeto” de desenvolvimento do capitalismo nacional dirigido pelo Governo Lula.

O redirecionamento da luta política conformou o significado de uma nova estratégia para a questão agrária que passa a se desenvolver sob a ideia de uma reforma agrária de “novo tipo”. Essa guinada na luta política é pontuada como um meio de fazer frente à dominação do agronegócio, disputar o sentido social e a maneira de produzir de alimentos. A partir dessas referências, o movimento buscou readequar seu projeto de reforma agrária, conforme indica Alexandre Conceição, dirigente da Coordenação Nacional do MST, ao ser entrevistado pelo Portal de notícias EBC:

Nós fomos modificando porque a sociedade também foi modificando. Com a expansão do agronegócio e do latifúndio, o país vive hoje uma produção agrícola baseada na monocultura de cinco produtos: soja, cana-de-açúcar, eucalipto, carnes e aves. O agronegócio não produz alimento. É a agricultura familiar e camponesa que produz alimento para a mesa da população. Neste processo histórico, o MST foi se readequando e descobrindo que a única alternativa para o país é uma reforma agrária voltada para uma nova matriz tecnológica de produção baseada no cooperativismo e na produção agroecológica. É assim que vamos produzir a democracia da produção agrícola no Brasil, com a produção de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo democratizando o espaço territorial brasileiro.

No tocante à atividade produtiva dos assentamentos, muitas das negociações com o Governo Lula foram direcionadas para que fossem atendidas as demandas de suporte técnico e subsídios para a estruturação das cooperativas, uma vez que esse sistema é identificado como uma alternativa para a agricultura familiar se fortalecer



diante de um mercado dominado pela agricultura empresarial, como também permite maior facilidade de obtenção de suporte do Estado. Nesse sentido, a intervenção estatal no desenvolvimento das forças produtivas nos assentamentos, com a estruturação de cooperativas, possibilitaria a blindagem dos trabalhadores rurais Sem Terra de maiores contradições quanto à dinâmica da concorrência na sociedade capitalista.

Oportunizar as condições de produção dos trabalhadores assentados seria uma das saídas para se fazer o enfrentamento aos “problemas” sociais e econômicos vivenciados no campo.

Para conduzir à solução da questão social, a criação de cooperativas de produção com subvenção estatal e sob o controle democrático do povo trabalhador. [...]. O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social” –, a cuja “solução” se “conduz”. A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção “criadas” por ele, e não pelos trabalhadores. (MARX, 2012b, p. 39-40)

Tanto a luta de classes quanto a orientação de enfrentamento ao latifúndio para tensionar suportes das relações de dominação e da produção capitalista no Brasil, na conjuntura recente, tiveram sua centralidade deslocada. Ganhou força a orientação estratégica de fazer frente ao agronegócio através da luta pela forma de produzir na agricultura.

Assim, a imbricação entre cooperativismo, assentamentos e Estado possibilitou manter, por parte do governo, as tensões e conflitos sob controle; ela permitiu conduzir, na arena política, a aliança de classes arquitetada. Isto posto, tornam-se pertinentes as considerações de Marx (2012b) na crítica conduzida ao Programa de Gotha, que salienta o revisionismo e recuo da plataforma política do Partido Operário Alemão na conciliação com a ordem, situação muito semelhante ao redirecionamento das lutas políticas do MST.

## 5.2 CONTRADIÇÕES DA IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA: A HEGEMONIA DOS SETORES DOMINANTES NA PLATAFORMA POLÍTICA DO GOVERNO LULA

As duas últimas décadas do século XX ficaram marcadas na América Latina pela execução de programas governamentais influenciados pela cartilha neoliberal. No caso brasileiro, essa cartilha ganhou mais notoriedade sob a administração de FHC no Governo Federal. Entre as nações latino-americanas, as prescrições do Consenso de Washington para as políticas de governo deixaram um rastro de contradições: altas taxas de desemprego, estagnação econômica, crescimento de diversas formas de desigualdades, elevados índices de empobrecimento, notório aumento dos conflitos sociais, inviabilização de direitos por meio do sucateamento dos serviços sociais, etc.

O recrudescimento desse cenário levou a um acúmulo de forças políticas ideologicamente de orientação anti-neoliberal. Nesse sentido, as forças políticas dos segmentos subalternos convergiam mediante a articulação das lutas sociais urbanas, sindicais e rurais, algumas delas com indiscutível caráter classista, que nos anos 2000 redundou na eleição de governos com trajetórias históricas no campo da esquerda ou que expressavam a defesa de pautas progressistas e de enfretamento à hegemonia do capital financeiro materializado na política neoliberal. Esse foi o caso da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou à presidência do Brasil a partir de uma acumulação de forças no terreno da sociedade civil que começou a se gestar ainda no processo de redemocratização, cujas lutas sociais mais expoentes se expressaram organizativamente no PT, na CUT e no MST.

Sob o Governo Lula, o capitalismo nacional entrou numa nova fase de desenvolvimento da acumulação, que teve por base alguns determinantes: a preservação de importantes mecanismos macroeconômicos de orientação neoliberal para o favorecimento da movimentação do capital financeiro; o arrefecimento da luta de classes a partir da construção de novas bases concretas para o reestabelecimento da hegemonia burguesa; além do protagonismo do Estado na indução do crescimento econômico.

Surgiu, para fundamentar o ciclo da acumulação no decorrer da gestão petista, uma ideologia que se propôs como guia do novo momento de desenvolvimento

capitalista, o neodesenvolvimentismo. Mais do que uma corrente do pensamento social e econômico que traz fundamentos com caráter desenvolvimentista, a apologética presente na plataforma neodesenvolvimentista se revela, na verdade, bem próxima do que se pode denominar como uma ideologia, no sentido em que Marx e Engels (2007) a apresentam.

Dito de outra maneira, o neodesenvolvimentismo se consubstancia como uma mistificação das essenciais condições que impulsionaram conjunturalmente a acumulação capitalista no novo ciclo de crescimento da economia brasileira. Mas, é, sobretudo, através dos resultantes socioeconômicos presentes nesse ciclo conjuntural que o neodesenvolvimentismo manifesta seu processo de alienação da realidade. Alguns mitos foram construídos pelas formulações do novo projeto desenvolvimentista vivenciado pelo Brasil a partir do modo petista de governar: a superação do subdesenvolvimento ao caminhar a passos largos para condição de nação soberana no mercado mundial, a erradicação da pobreza por políticas sociais focalizadas e distributivas, a instauração de um Estado com inclinação para o enraizamento de políticas de bem-estar social, a emergência de uma pretensa nova classe média no lugar dos segmentos mais empobrecidos ou precarizados da classe trabalhadora, etc.

Assim, de acordo com Sampaio Júnior (2012, p. 679), “para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira”. Essas fórmulas são apresentadas com força superestimada, com capacidade, inclusive, de contrariar o arranjo das determinações fundamentais em que opera a acumulação na globalidade capitalista e de isolar-se do quadro histórico marcado pela crise estrutural do capital na cena contemporânea.

Ao mesmo tempo, a ideologia do novo desenvolvimentismo se colocava como um poderoso fator de convencimento na diferenciação da plataforma política e econômica existente entre os Governos Lula e FHC na condução do Estado.

Conforme sinalizado no tópico 3.2.3 dessa tese, há relativa interlocução entre determinados fundamentos teóricos e estratégicos inerentes à arquitetura do pensamento nacional-desenvolvimentista e algumas premissas que orientam o neodesenvolvimentismo, até porque aquele pensamento, em determinados

parâmetros, serviu de inspirações para esta plataforma. No entanto, sob as formulações neodesenvolvimentista, alguns de seus fundamentos e orientações de suma importância sofreram distorções, foram rebaixados ou desprezados.

Para que a discussão sobre *desenvolvimentismo* e *neodesenvolvimentismo* não enverede para a senda da escolástica, tornando-se vazia e arbitrária, é fundamental relacionar o significado teórico e as consequências práticas dessas duas expressões do pensamento econômico a seus respectivos contextos históricos. Tal contraposição revelará o abismo que existe entre a ideologia burguesa como utopia — expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar — e a ideologia burguesa como farsa — expressão falsificada de uma realidade que nega os próprios fundamentos da noção de desenvolvimento. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 673)

Pode-se dizer que a utopia nacional-desenvolvimentista objetivava um capitalismo domesticado e subordinado aos interesses nacionais. A partir de seus fundamentos, estabeleceu como princípios a construção de processos de desenvolvimento para solução da dependência e a superação da condição de subordinação na divisão internacional do trabalho. Propôs a efetivação de reformas estruturais: reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana, reforma fiscal, etc.

O enfrentamento ao imperialismo, além do controle do capital internacional, principalmente, por meio de mecanismos que limitassem a remessa de lucros para fora do país se tornaram questões chaves no horizonte estratégico da proposta desenvolvimentista que ventilava. Dessa forma, os fundamentos que formulou o pensamento nacional-desenvolvimentista mantinham posição crítica sobre os dilemas sociais, políticos, econômicos e na proposta de desenvolvimento nacional.

No travejamento ideológico do novo desenvolvimentismo, parte-se do pressuposto de que o crescimento econômico é a principal condição para o enfrentamento da desigualdade. O objetivo primordial da plataforma seria fomentar o crescimento econômico por meio de forte política de financiamento público do consumo interno e de estímulo aos empreendimentos nacionais e multinacionais, ao passo que garantiria ligeira distribuição de renda, seja por meio de programas de transferência de renda e de estímulo ao pequeno empreendimento, seja através de uma política de relativa elevação salarial. Por intermédio da interação do conjunto dessas ações, o Brasil seria recolocado novamente na trilha do desenvolvimento depois de duas décadas de estagnação econômica e agudo crescimento da desigualdade.

A partir de tais formulações, passam a ser caracterizado *como equivalência de desenvolvimento, soberania nacional e autodeterminação econômica*: o aquecimento do mercado interno, a modernização do padrão de consumo, o crescimento econômico *vide* aumento do PIB, o equilíbrio fiscal, a constituição da dívida internacional em “nacional”, a relativa “independência” em relação aos organismos financeiros internacionais, a diversificação de acordos comerciais no mercado internacional e a inserção por parte dos monopólios “nacionais” em empreendimentos ou espaços no mercado externo.

De fato, o país vivenciou durante o Governo Lula uma conjuntura de diminuição no índice de desemprego, de elevação nos indicadores de crescimento econômico, de forte política creditícia para incentivo do consumo de bens duráveis, de relativa ampliação salarial dos trabalhadores. Essa conjuntura também ficou marcada por uma administração dos níveis de pobreza, através de políticas compensatórias de transferência de renda e um indiscutível cenário de agudo financiamento estatal em empreendimentos de caráter público/privado a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Brasil vivenciou nesse período o que Marini (2012) chamou de subimperialismo. Nessa direção, a política de governo operou a estrutura de financiamento estatal para atender às reivindicações do capital ao

complementar o mercado interno através do consumo público e abrir as portas do mercado externo [...]. Em relação ao mercado externo, as possibilidades de expansão, além de estarem subordinadas aos interesses dos monopólios internacionais – que por isso eram chamados a participar mais ativamente da superexploração do proletariado brasileiro –, dependiam da capacidade da burguesia competir em outros mercados. (MARINI, 2012, p. 165-166)

O Estado, sob a política econômica em questão, fez uso de volumoso investimento público em favor do capital monopolista, com escopo de potencializar o movimento de concentração e centralização de corporações multinacionais (capital nacional e internacional) para dotá-las de capacidade de disputar mercados de baixa ou média expressão no mundo.

Todavia, essa mesma conjuntura não se constituiu sem o reverso da moeda, inerente ao modo de produção capitalista. Paralelo à política de estímulo à ampliação da acumulação capitalista vivenciou-se, contraditoriamente no Brasil, um processo de aumento da condição de endividamento das famílias (da classe trabalhadora), maior

degradação ambiental, alargamento do fosso da desigualdade, apassivamento das lutas sociais, progressiva ampliação das políticas compensatórias e focalizadas na pobreza em detrimento da universalização dos sistemas de garantia de direitos, aprofundamento das condições de superexploração dos trabalhadores, reprodução estrutural da dependência, etc.

Com estrito apego aos indicativos positivos da plataforma neodesenvolvimentista e notório desprezo a uma problematização crítica dos fenômenos, alguns formuladores no campo do pensamento social e econômico atuaram como verdadeiros intelectuais orgânicos da política do governo petista para disseminar a ideia de que o país passou a vivenciar o início de um ciclo de interação virtuosa entre economia e equidade.

A mistificação buscou assento na ideia de que o capitalismo nacional teria atingido finalmente um estágio pujante e irreversível no processo de desenvolvimento, comprovado pelos indicadores de crescimento da economia e pela relativa expressividade das empresas de capital “nacional” no mercado externo, que rompiam a ordem econômica global estabelecida. Também, aportava no universo da ideologia neodesenvolvimentista a premissa de que todo o conjunto da população vivenciaria os ganhos socioeconômicos do dinamismo conquistado pelo desenvolvimento capitalista do país. Mas, o centro da propagação ideológica do neodesenvolvimentismo se firmou na ficção do fim da orientação neoliberal na plataforma de gestão do Estado e na suposta superação dos efeitos contraditórios desse receituário.

Os intelectuais orgânicos da gestão petista difundiram a ideia de que, com a superação das contradições do neoliberalismo, estariam combinados, num mesmo conjunto, a maximização e modernização da economia com o protagonismo do país no cenário internacional e o enfrentamento da desigualdade, principalmente por meio da (pretensa) erradicação da pobreza e da elevação positiva das condições de existência da população em geral. Daí a propagandeada emergência de um período pós-neoliberal por Garcia (2010) e Sader (2013); da exaltada constituição, conforme Pochmann (2012), de uma fase social-desenvolvimentista, que se expressam no neodesenvolvimentismo<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> Além desses formuladores há um vasto leque de outros intelectuais orgânicos na defesa das conquistas positivas do neodesenvolvimentismo e na sua difusão.

Para Castelo (2010; 2012), sob a vigência do Governo Lula, estabeleceu-se uma espécie de terceira via por meio do *social-liberalismo*, que incorpora, como estratégia alternativa de desenvolvimento, algumas orientações macroeconômicas neoliberais importantes para o investimento do capital financeiro; todavia, essa estratégia se materializa combinada com iniciativas distributivas de renda, especialmente focalizadas nas expressões mais explosivas da questão social.

Assim, o objetivo do social-liberalismo é dotar a atual fase do capitalismo, sob a hegemonia neoliberal, de uma face mais humana. Mas, em essência, isso representa a supremacia da burguesia rentista por preparar o terreno para a inserção do país na etapa contemporânea do imperialismo. Nesse sentido, o Brasil se transforma em uma plataforma para valorização do capital estrangeiro em associação com a burguesia local através de grandes empreendimentos firmados na parceria público-privada, expropriações de bens públicos e especulação financeira.

A plataforma econômica do Governo Lula, diferentemente do que se propalou a ideologia neodesenvolvimentista, não realizou o rompimento com o tripé macroeconômico herdado do governo anterior. Permaneceu preservada a *política de câmbio flutuante*, que facilita o livre fluxo de capitais financeiros internacionais; não foram alterados os *elevados índices de superávit primário*, que atuam com a transferência de valor ao drenar parte significativa da riqueza nacional para investidores internacionais; do mesmo modo, permaneceram as metas de controle da inflação *com uma política de elevação dos juros* que beneficia a especulação dos investimentos financeiros.

Destarte, nos seguintes termos “o Brasil ajudava a defender uma tese que tem sido reeditada aqui e alhures: as forças de esquerda que se credenciaram para demover o neoliberalismo, quando chegam ao poder, frequentemente se tornam prisioneiras da engrenagem neoliberal” (ANTUNES, 2006, p. 13).

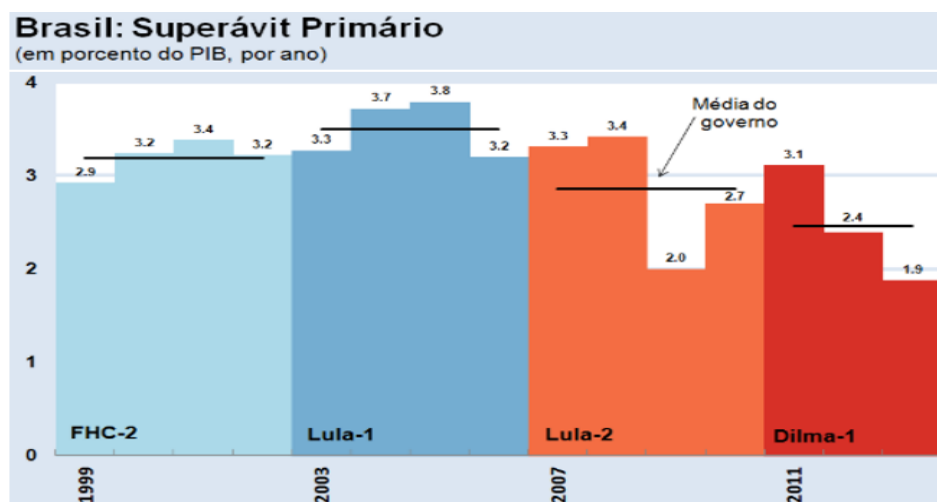
Duas informações ilustram bem como a gestão petista no período esteve atrelada ao domínio da financeirização da economia: os índices de *superávit primário* realizados pelo governo e o montante de Investimento Estrangeiro Direto<sup>126</sup> (IED). No primeiro caso ilustrativo, o Gráfico 03 a seguir permite visualizar os índices praticados

---

<sup>126</sup> São indicativos da movimentação de capitais internacionais direcionados a investimentos diversos num determinado país. São geralmente áreas em que os IED se direcionam com mais força e frequência: fusões e aquisições; empréstimos econômicos a grupos empresariais, a empresas públicas; etc.

pela política econômica do Governo Lula para constituir o *superávit primário* direcionado para o pagamento de juros e/ou quitação de parte da dívida do Estado com os investidores internacionais, que, além de espoliar o Fundo Público, determina a inviabilização das políticas sociais e a precarização dos serviços sociais.

Gráfico 03 – Índice de Superávit Primário entre 1999 e 2011



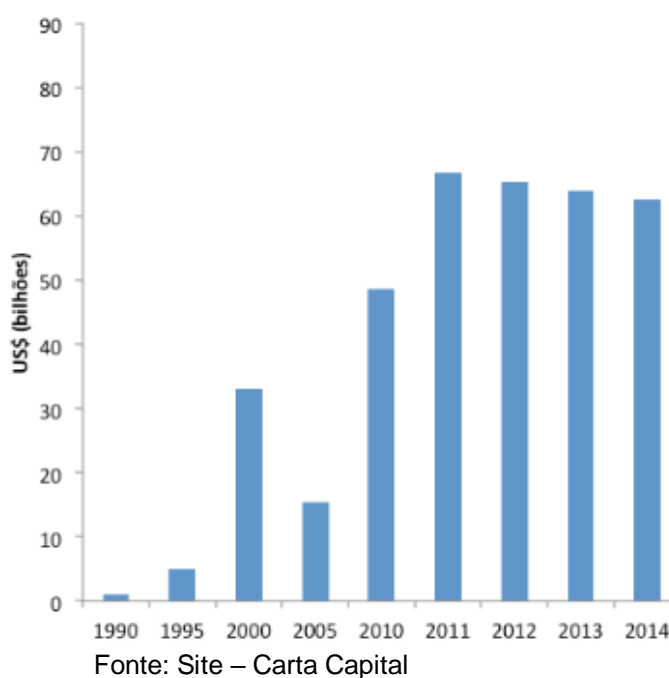
Fonte: Site – Instituto Mercado Popular / Laboratório de Políticas Públicas

De acordo com o Gráfico 03, o índice médio da poupança primária no primeiro ano da gestão em 2003 foi em torno de 3,5% do PIB, isso correspondeu ao montante de R\$ 68 bilhões reservados do orçamento público para serem direcionados ao mercado financeiro. Em 2010, último ano do governo, ocorreu uma queda na média anual no índice praticado em relação aos anos anteriores, dessa forma, o percentual girou em torno de 2,7%; não obstante, em razão do histórico de crescimento da economia, que redundou igualmente no crescimento do PIB nacional, o montante destinado para o *superávit primário* foi de R\$ 78,723 bilhões.

No tocante à segunda informação ilustrativa, o histórico do IED investido no país durante a gestão petista alcançou as maiores médias anuais em comparativo ao período do governo anterior, conforme elucida o Gráfico 04 a seguir.



Gráfico 04 – Montante de Investimento Estrangeiro Direto



De certa forma, o que de fato explica que o país tenha alcançado o patamar de um dos destinos prioritários dos investidores do capital internacional na primeira década deste século foi o cumprimento fiel e rigoroso das orientações macroeconômicas que favoreciam, sem muitos entraves, a acumulação da burguesia rentista (nacional e internacional), ao mesmo tempo em que utilizava o Fundo Público para garantir um terreno favorável ao investimento de capitais. Assim, o IED quase chegou ao montante de investimento no valor de US\$ 50 bilhões em 2010, o que expressou um recorde para a referida década.

O ambiente social e político favorável para execução da programática do governo dependeu das operações políticas que desenvolveu no terreno da sociedade civil para garantir a hegemonia dos interesses das frações da burguesia monopolista dominante. A dinâmica da acumulação capitalista não se processa à margem da dinâmica em que se materializa a luta de classes, pois ambas estão implicadas. Por isso, a reprodução ampliada do capital, para se desenvolver sem contradições que abalem o processo de acumulação, não depende exclusivamente de condições favoráveis no terreno estrito da economia ou unicamente da composição de estruturas econômicas; ela requer, para ser realizada, também o estabelecimento de condições políticas apropriadas no tocante à relação entre as classes fundamentais.

A plataforma política petista, para que pudesse viabilizar a acumulação dos setores dominantes dentro da etapa contemporânea do imperialismo, teve que criar estratégias no campo da política para conquistar o consenso dos segmentos subalternos organizados. E, assim, possibilitar a hegemonia dos interesses das frações da burguesia monopolista interna e externa; isto é, a partir do Estado ampliado, consolidar a direção social e política (realizar a hegemonia) consonante com a agenda do bloco de poder historicamente inscrita na vida estatal.

A hegemonia expressa a íntima relação entre “infraestrutura” e “superestrutura” na sociedade – a interrelação entre economia e política –, da qual o Estado assume papel relevante na articulação orgânica entre essas duas dimensões. Por conseguinte, a dinâmica da luta de classes colocou ao Governo Lula a exigência de adquirir relativo consenso da classe trabalhadora para que pudesse obter legitimidade na condução do aparato do Estado em favor preponderante das pautas econômicas dos setores dominantes. Desse modo, a hegemonia costurada só pôde ser alcançada, ora incorporando reivindicações históricas da classe trabalhadora, ora inserindo suas representações políticas no âmbito da vida estatal.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente a que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2014, p. 49)

A despeito do transformismo por que passou o PT, analisado por Iasi (2006), o tronco histórico do partido e a própria eleição de Lula, ancorada em forças sociais populares, não permitiram o distanciamento com o compromisso junto a essas forças. Embora engolfado pelos aliados dos quais se aproximou na institucionalidade da *sociedade política* e tragado pelas forças da ordem, o sucesso da governabilidade petista requereu engenhosa intervenção no solo onde se desenrola a luta de classes para administrar interesses e reivindicações de frações da classe trabalhadora e, respectivamente, efetuar uma agenda que privilegiasse a acumulação do grande capital.

É precisamente por meio dessa estratégia cujas políticas governamentais de natureza social-liberal organizam as condições concretas para o reestabelecimento

da hegemonia política em favor dos setores dominantes. Com isso, articula meios no âmbito do planejamento e administração burocrática do Estado para efetivar os interesses econômicos e políticos da burguesia local e financeira internacional, em concomitância com a atenção às necessidades imediatas ou de algumas reivindicações dos setores subalternos. Para tanto, a estratégia essencialmente se materializou na operação de uma política econômica que estruturasse as condições para retomada do ritmo de crescimento da acumulação dos setores monopolistas (construção civil, agrário, extrativista, serviços, etc.), mas que simultaneamente também viabilizasse, minimamente, a necessidade orçamentária de políticas sociais.

Para o envolvimento das organizações populares e de luta dos trabalhadores, ou legitimação a esse processo de pactuação e convivência passiva ao *modus operandi* da plataforma governamental neodesenvolvimentista, forjou-se a construção de um consenso social e político obtido com mecanismos de atendimento às pautas identitárias ou focalizadas, como a implantação de políticas de cotas, o avanço limitado em questões tocantes à sexualidade, à etnia, ao gênero, além da expansão de políticas compensatórias segmentadas na pobreza. Também foram elaborados diversos aparatos de subsídios às pautas de inúmeras organizações populares, que historicamente foram represadas na relação com o Governo Federal. Circunstância que, se não deve ser desconsiderado o peso de sua importância, também não se pode asseverar que tenha incidido sobre as mediações estruturais de reprodução da desigualdade, de dominação econômica e subalternização política.

Nesse sentido, o governo operou algo similar ao que Gramsci (2015, p. 299) chamou de *revolução passiva*. Ao incorporar reivindicações das massas populares urbanas e rurais na administração estatal, breiou-se o conteúdo político transformador das lutas sociais, que poderiam alterar a estrutura socioeconômica nacional. Essas lutas sociais passaram a ser subscritas por mediações no âmbito institucional da ordem através da participação na gestão de espaços do aparato estatal, da destinação de recursos orçamentários, da ação parlamentar, de políticas sociais compensatórias ou estruturantes no processo de reprodução social e da incorporação no universo dos direitos. Assim, se reproduziu a máxima leopardiana de que algo deveria mudar para que tudo permanecesse como está.

No campo político, a programática petista se apoiou numa hegemonia produzida por uma espécie de revolução passiva que, de certa forma, costurou

vínculos entre os sujeitos coletivos, algumas de suas representações políticas e a gestão do Estado. Dessa forma, alcançou-se a desmobilização das lutas sociais e o arrefecimento da luta de classes. Com isso, conseqüentemente, esvaziou-se o conteúdo crítico e radical dos sujeitos coletivos e do acúmulo de forças que auxiliou a chegada do PT ao Executivo Federal. Assim, foram determinadas as condições para imprimir outra “direção intelectual e moral” ao conteúdo político das lutas de frações da classe trabalhadora.

Muitas organizações populares e de luta dos trabalhadores, particularmente aquelas com impostação mais radicalizada na luta de classes, tiveram seu conteúdo programático e orientações da política societária, pertinentes a *grande política*, então canalizados para o âmbito da *pequena política*. As grandes questões ou aquelas reivindicações de conteúdo e direção social com possibilidade de acirrar contradições para acumulação capitalista foram redirecionadas para o âmbito das negociações com diversos espaços do aparato estatal em que imperam as questões parciais e cotidianas para preservação das estruturas societárias.

Assim, uma parcela significativa dos sujeitos coletivos, com peso considerável na luta de classes, teve seus conteúdos políticos - que se contrapunham à ordem, à dominação e à preservação do *status quo* -, inflexionados para a esfera da pequena política, em conformidade com o significado atribuído pelas análises gramscianas quanto às estratégias de conquista da hegemonia.

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a pequena política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 21-22)

Com intuito de conciliar os inúmeros segmentos ou frações de classe no âmbito da administração executiva do Estado, o governo desenvolveu uma sofisticada engenharia política através da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social<sup>127</sup> (CDES), que ficou conhecido como o “Conselhão”. Num primeiro momento,

<sup>127</sup> O Artigo 8º da Lei 10.683/2003, que institui o referido conselho, diz que a esse espaço “compete assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, apreciar

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não integrou, como organização ou instituição, a composição do referido conselho, isso somente veio a acontecer no último ano do mandato presidencial.

No entanto, algumas de suas lideranças ou intelectuais orgânicos ao movimento constituíam o canal entre o Governo Federal e os Sem Terra nesse espaço. Partia-se da ideia de que, por ter formulado o II Plano Nacional de Reforma Agrária e pelo histórico de proximidade do presidente com as lutas populares, esse seria um governo em disputa. Isso estava exposto no documento “A Luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST” que orientou o XII Encontro Nacional do MST.

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e, portanto, devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004)

Além da estratégia de pressão popular, havia a leitura de que a disputa da composição nos espaços de planejamento, decisões e execução no interior do governo, ou com proximidade política a ele, poderia alterar a correlação de forças em favor da pauta histórica do movimento. Isso o levou a ter relativa proximidade dentro do governo, seja nas indicações que realizou para postos no INCRA que passou a ser presidido por Marcelo Rezende<sup>128</sup>, seja pelo diálogo com o “Conselhão” do qual participavam intelectuais, economistas, empresários ou representantes de aparelhos privados de hegemonia do setor industrial, construção civil, agroexportador, bancário e movimentos sociais. O MST mediou a interlocução, no âmbito do CDES, acerca do debate sobre a necessidade de ações voltadas para a segurança e a soberania alimentar. Mediante essa circunstância, não se pode fechar as vistas para esse processo de apassivação do antagonismo de classes.

Na ausência de uma leitura crítica da realidade e de projetos que deem sentido e direção para além do capital, incorporaram-se os limites

---

propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente, para articulação das relações de Governo com representantes da sociedade”.

<sup>128</sup> Em razão dessas concessões do Governo Lula ao MST e outros movimentos sociais, o Congresso Nacional mobilizou forte pressão, inclusive, por meio de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), levou a exoneração de Marcelo Rezende e sua equipe. A presidência do INCRA passou para Rolf Hackbart que inspirava maior segurança ao governo na relação com o agronegócio.

macroeconômicos e até uma certa romantização da sociedade, ao conceber a possibilidade de convivência de interesses entre o que antes era considerado por essas mesmas esquerdas, como antagonismo de classe. (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 171-172)

Processos como esse, de colaboração ou conciliação entre as classes, não é um fenômeno novo no Brasil. Circunstâncias históricas que foram demarcadas politicamente por orientação de viés desenvolvimentista estiveram calcadas em condições de relativa convivência “colaboracionista” entre as classes, cujo Estado sempre assumiu a função de regular a relação de proximidade desenvolvida para confirmar a hegemonia do bloco de poder no arranjo interclassista.

A novidade agora foi que as representações mais destacadas da esquerda parecem, no exercício prático da política, ter aderido à ideia de fim da história e, na busca por uma alternativa apologeticamente apresentada como saída progressista, recorreram, como fim último, ao propósito do desenvolvimento nacional. Porém o meio para construir tal escopo repetiu a mesma receita do passado em que o moderno só avança associado com o arcaico. Nesse caso, quando se tinha a esperança de que as estruturas históricas das forças sociais de dominação no Brasil fossem enfrentadas; de que finalmente fossem desmontadas as estruturas históricas de reprodução da dependência, enfrentados os canais da superexploração e de preservação das raízes da questão agrária, no fundo, viu-se que a articulação do Governo Lula inflexionou e recolocou a estratégia da conciliação entre diversas forças sociais e a pactuação com o arcaico personificado no agronegócio, nos latifundiaristas, nas oligarquias regionais, etc.

### **5.2.1 A dualidade contraditória e desigual entre a Política Agrícola e a Política Agrária do Governo Lula**

No aparato institucional do Estado para administrar a política de conciliação, o governo manteve a estrutura dualista entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e de Abastecimento (MAPA). O primeiro tinha por função cuidar da política agrária, principalmente, para gerir os interesses dos movimentos sociais e das lutas no campo; já o segundo representava a histórica

estrutura que pautava os interesses da burguesia rural, cuja atenção era dirigida particularmente à política agrícola.

Essa dualidade espelhava a estratégia conciliatória de forças sociais antagônicas na incorporação das contradições e dos sujeitos sociais ao aparato estatal. Ao mesmo tempo, manifestava a contradição na disjunção entre questão agrária e questão agrícola, já que o enfrentamento consequente de uma implica tocar na outra. Em termos mais precisos, implica dizer que ir além do enfrentamento pontual da questão agrária e, conseqüentemente, alterar a estrutura fundiária no Brasil exige, de modo irremediável, mexer nas estruturas predominantes em que se materializa a agricultura nacional.

Uma das matrizes principais de financiamento da plataforma do governo esteve lastreada no indiscutível protagonismo que obteve o setor primário para a saúde econômica do país no período, assentado no fenômeno compreendido como *reprimarização da pauta exportadora* por Gonçalves (2003) e *financeirização da produção rural* ventilada por Delgado (2012; 2013), dado que o setor agroexportador e outros setores de produção de *commodities* passam a ter importância vital no mercado externo para captura de excedente econômico a ser dirigido para recompensação do capital financeiro diante de uma conjuntura internacional favorável, como também robustecer o fundo de investimento da política governamental.

É nesse sentido que a economia do agronegócio é reestruturada estrategicamente para dar sustentação política e econômica ao “projeto” neodesenvolvimentista. A isso se atrelam a reestruturação do mercado de terras, o crescimento da concentração fundiária e um forte sistema público de crédito rural, o que revestiu a política agrária e agrícola do Governo Lula de um caráter análogo ao processo de “modernização conservadora”. Trata-se, dessa forma, de uma

estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura [...] para demarcar a construção de um projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concentrado por dentro da política econômica e financeira do Estado. Este projeto, que se autodenomina “agronegócio”. (DELGADO, 2013, p. 57-58)

A acumulação do capital mediante o agronegócio é retomada no decorrer dos anos 2000 depois de passar por uma forte crise durante os anos de 1990 em decorrência do desmantelamento do sistema público de pesquisa agropecuária, da

desmontagem da política de garantia de preços, de uma política cambial supervalorizada e prejudicial à competitividade das exportações do setor primário, e de um sistema de crédito centrado no financiamento privado e a desvalorização do mercado de terras.

O setor primário exportador é reestruturado como solução para a forte crise pela qual passou a economia brasileira marcada, entre outras coisas, pela de fuga de capitais no segundo Governo FHC, que determinado pela sua natureza especulativa fez com que buscassem outros mercados. Assim, mais uma vez esse setor é escalado para determinar o saldo positivo na composição da balança comercial, portanto, o agronegócio é recolocado como uma das prioridades, seja na política agrícola, seja na política macroeconômica externa. A política neodesenvolvimentista se agarra, como ocorreu em conjunturas históricas passadas, às mesmas estruturas reprodutoras de raízes da dependência do país na totalidade capitalista e de perpetuação das condições de dominação da burguesia rural no âmbito do Estado.

O aparente sucesso comercial do agronegócio, alçado ao patamar de solução exportadora, ficou manifesto em 2006 – último ano do primeiro mandato do Governo Lula –, no recorde histórico de exportação que totalizou US\$ 49,422 bilhões, um crescimento de 13,4% em relação ao ano anterior, segundo matéria publicada na seção “Economia & Negócios” do Jornal Estadão. O mesmo jornal deu conta de que o setor veio a registrar novo recorde em 2010 com o *superávit* comercial de US\$ 63 bilhões.

No entanto, conforme demonstra o Quadro 09 a seguir, a solução exportadora mostrou sua fragilidade a partir de 2008, quando o saldo da conta-corrente começou a fechar no negativo ao indicar a depreciação dos termos de troca no mercado externo, baseado principalmente na produção de *commodities* agrícolas. Os resultados favoráveis para o equilíbrio da economia no mundo globalizado ou mercado pela financeirização mundial tiveram saldos positivos durante um ciclo conjuntural, entre 2000 e 2007, mas não tardou em expor a debilidade da reprimarização da pauta exportadora da economia ou a vulnerabilidade da via primária da economia brasileira diante da emergência de mais uma aguda crise cíclica do capital, que compõe o quadro mais amplo da crise estrutural capitalista categorizada por Mandel (1982).



Quadro 09 – Histórico evolutivo da composição das transações externas correntes nos anos 2000 em bilhões de dólares

<b>Períodos</b>	<b>Balança comercial: saldo médio</b>	<b>Conta-serviços: saldo médio</b>	<b>Total: saldo conta-corrente</b>
2000-2002	+ 5,01	-25,26	18,36
2003-2005	+34,07	-27,86	+9,92
2006-2007	+43,06	-39,83	+7,59
2008	+27,78	-57,23	-28,19
2009	+25,30	-52,90	-24,30
2010	+20,28	-70,63	-47,52

Fonte: Delgado (2013).

Entre 2008 e 2010, o saldo da conta-corrente começa a revelar uma curva acentuadamente deficitária. Dessa forma, expõe-se o processo de transferência de valor a partir das transações da conta-serviços. Segundo Delgado (2013), é através da conta-serviços que, contabilmente, é espelhada a remuneração das diversas formas de investimento do capital financeiro internacional. Assim sendo, a queda acentuada que apresenta o déficit no total do saldo da conta-corrente expõe também o peso significativo do capital financeiro internacional aplicado sob a forma de IED e/ou sob a forma de outros diversos títulos.

O movimento de fortalecimento da economia do agronegócio trouxe, inerente em si, a retomada de dois processos que se imbricam: a revalorização da extensa propriedade fundiária que requalificou a terra como meio de reserva de valor e a maior impulsão ao crescimento da concentração fundiária. Contribuíram para a duplicidade desse processo a frouxidão nos mecanismos de regulamentação e fiscalização do Estado, o cenário internacional favorável às *commodities* e a reestruturação do sistema público de créditos.

O Governo Federal publicou em 2015 informações acerca dos resultados de estudo realizados pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (AGE/MAPA) em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB). Entre outros, o objetivo do estudo foi analisar a variação da valorização média do preço da terra entre 2002 e 2013. De acordo com as informações publicadas, os resultados indicam que nesse período o preço da terra passou por uma valorização de cerca de 308%.

A gigantesca e assombrosa supervalorização do preço da terra tem correlação com a ampliação da *renda fundiária*, que também vivenciou elevação na última década, de tal modo que o aumento da produtividade agrícola estimulou a demanda por terra. O estudo ainda aponta que a produtividade agrícola, que aumentou no decorrer dos anos 2000, tem forte correlação com o preço de terras, de lavouras e de pastagem<sup>129</sup>.

Uma das consequências da reestruturação econômica do agronegócio foi a retomada do processo de concentração fundiária que não só esteve estancado durante os anos do decênio de 1980, como também apresentou leve queda na década seguinte. Todavia, o revigoramento do agronegócio durante a primeira década dos anos 2000 impulsionou novamente o crescimento da concentração fundiária.

A evolução do índice de Gini, que mensura a concentração de terra, indica que, em 2006, o país registrou um patamar de concentração de 0,872. Número ainda maior que os índices apresentados durante o processo de “modernização dolorosa” no campo entre os anos 70 e 80 do século passado, quando se constituiu o modelo ou padrão dominante de agricultura traduzido no agronegócio.

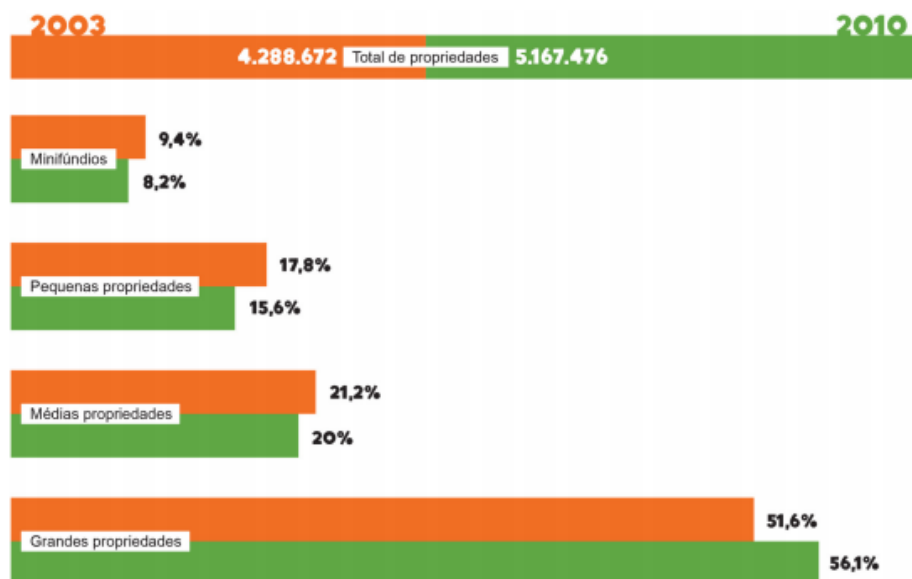
Esse movimento de concentração é reforçado pelos números apresentados no relatório de estudo sobre a desigualdade no Brasil realizado pela Oxfam e divulgado em 2016. Com base no documento, entre 2003 e 2010, o número de estabelecimentos rurais no país cresceu, porém tal crescimento foi impulsionado pelo surgimento de novas grandes propriedades, os latifúndios.

Explica esse crescimento linear e tendencialmente maior entre os anos pesquisados, conforme registram os números do Gráfico 05, a incorporação de novas terras pelas grandes propriedades por meio da anexação de terras das menores propriedades ou pela anexação de terras públicas principalmente próximas às fronteiras agrícolas.

---

<sup>129</sup> Informações sobre o estudo podem ser encontradas em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/preco-medio-das-terras-no-brasil-aumentou-300-nos-ultimos-anos>.

Gráfico 05 – percentual do crescimento de propriedades rurais nos anos 2000



Fonte: Relatório Oxfam Brasil – 2016

Sem dúvida, também colaborou para que a concentração fundiária voltasse ao tendencial movimento crescente, a reestruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi remontado, inclusive, com aporte de recursos para aquisição de terras pelos grandes produtores. Além disso, o enfraquecimento dos mecanismos de regulamentação ou fiscalização e até a desregulamentação por parte do Estado, que favorece as ações ilegais dos latifundiários ou mesmo impossibilita, no âmbito jurídico e institucional, atuar no sentido da desconcentração.

Nesse sentido, é exemplar a aprovação da Lei 11.952/09, que chancelou o repasse de terra da União para os empreendimentos ou proprietários que comprovassem atividade na área, nos termos descritos na introdução desta tese; do mesmo modo, é ilustrativa a denúncia feita por organizações ambientalistas de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) praticamente deixou de funcionar durante o Governo Lula. Esse órgão havia se destacado anteriormente pela capacidade de fiscalização, debate e denúncia do aumento do desmatamento florestal em regiões de grandes empreendimentos agropecuários.

No mesmo sentido, contribuiu a negligência do Governo Lula em não atualizar os índices de produtividade dos empreendimentos rurais, que permanecem os mesmos desde 1975, ainda que o potencial de produtividade, em termos técnicos,

tenha aumentado. O índice de produtividade está previsto na lei que regulamenta os artigos da Constituição Federal que tratam da função social da terra.

Informações de instituições que estudam ou que desenvolvem ações que tocam na questão agrária revelam que a reforma agrária não tem avançado desde o início deste século; têm sido cada vez menores os indicadores de desapropriações, bem como tem caído o quantitativo de novas famílias sem-terra assentadas. Durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a elaboração do II PNRA criou a expectativa de que finalmente a reforma agrária saísse do papel, entretanto, as metas planejadas viraram, mais uma vez, elemento de ficção presente na burocracia de uma plataforma política. Diante da correlação de forças sociais próximas ao governo, o plano nacional de reforma agrária tornou-se uma espécie de carta de boas intenções aos movimentos sociais, mas sem qualquer efeito prático substancial. Por isso, em matéria publicada no Jornal Brasil de Fato em 2010, um dos maiores estudiosos na atualidade da questão agrária, Arivaldo Umbelino, disse:

Assim, como tenho afirmado a política de reforma agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também, fingir acreditar.

Em breve observação das estatísticas oficiais, logo se nota que o governo operacionalizou uma “reforma agrária” pontual, que na verdade se traduz na realização de assentamentos em regiões relativamente distantes<sup>130</sup> daquelas onde mais se concentram os empreendimentos característicos do agronegócio, com o objetivo de distensionar alguns conflitos agrários. As estatísticas e os dados apresentados por estudiosos dão conta da queda nos números da reforma agrária durante o Governo Lula.

A incorporação de pautas e reivindicações dos movimentos sociais rurais e de organizações populares vinculados à questão agrária se materializou essencialmente mediado pela política agrícola dentro do viés desenvolvimentista da plataforma governamental; de um lado, com o escopo de impulsionar o desenvolvimento rural e,

---

<sup>130</sup> As estatísticas indicam que a maioria desses assentamentos foram realizados no Norte e no Nordeste.

de outro, com a promoção da agricultura familiar cada vez mais integrada ao mercado. Nesse caso, o principal veículo de integração foi determinado pelos subsídios públicos ou por programas de compra por parte do Estado. Uma gama de outros programas ou serviços para atender demandas sociais do mundo rural também foram estruturados em articulação à agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi redesenhado e fortalecido com aumento de aporte de recursos para que se estabelecesse como política pública com objetivo de estruturar a agricultura familiar. O Pronaf também se constituiu para possibilitar que a produção agrícola familiar pudesse ter viabilidade em pequenos mercados locais de consumo de alimentos ou mesmo até ter inserção entre um seletor público consumidor, em centros urbanos, que busca alimentos tidos como limpos de agrotóxicos; ou seja, que pudesse alcançar um consumidor determinado que almeje alimentos orgânicos, muitos deles, já presentes em grandes redes de supermercados, com preços bem acima dos alimentos produzidos pela agricultura dominante.

O Pronaf prevê o acesso a créditos menores para os produtores e o acesso a financiamentos subsidiados para os assentamentos, ademais, também possibilita assessoria técnica e capacitação para melhorar a capacidade produtiva na lavoura. Atrelados ao programa, outros mecanismos ou serviços foram elaborados para atender as necessidades dos pequenos produtores familiares voltados à eletrificação, às construções habitacionais e a outras infraestruturas com intuito de estimular o desenvolvimento social e econômico dessa população.

Entre 2001-2002, o montante de recursos operacionalizados pelo Pronaf, de acordo com os números divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, foi próximo aos R\$ 2,28 bilhões. No biênio 2005-2006, esse montante mais que triplicou, uma vez que chegou às cifras de R\$ 6,38 bilhões investidos. Esse crescimento é exponenciado e chega ao montante de investimento na ordem de R\$ 12,59 bilhões<sup>131</sup>. Todavia, a média anual de recursos destinados entre 2003-2010 para o Pronaf expressa apenas algo em torno de 15% da média anual do montante de recursos absorvidos pelo agronegócio no mesmo período.

---

<sup>131</sup> O histórico evolutivo de investimentos no Pronaf entre 2000 e 2017 pode ser observado em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>.

Somados aos serviços e ações atrelados ao Pronaf, o Estado agiu para estruturar um mercado voltado para a agricultura familiar ao conceber uma política de preços que buscou evitar ou compensar a depreciação dos rendimentos dos agricultores na venda dos produtos agrícolas. Dentre as ações previstas pelo governo, estava a intenção de criar mercados públicos locais e regionais. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) foi igualmente fortalecida e recebeu a incumbência de estimular a constituição de mercados para agricultura familiar, bem como impulsionar e participar da coordenação do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); todos eles possibilitam a compra, por parte de instituições públicas (escolas, hospitais, restaurantes populares, etc.), da produção familiar. Os dois programas instituem que 30% desses itens alimentícios consumidos no setor público deve vir obrigatoriamente da produção de assentamentos e/ou da pequena produção familiar.

Paralelamente ao fortalecimento e à readequação do Pronaf, foi implementado, em 2004, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). O objetivo principal do programa é planejar, incentivar, articular e coordenar iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural regional entre as esferas da administração pública. As iniciativas são integradas mediante a definição participativa em projetos de infraestrutura entre os diferentes ministérios, serviços dos estados locais e municípios, a partir de um apoio prioritário ao segmento da agricultura familiar. Com isso, o Pronat intenta centralizar ou federalizar a coordenação das ações de estruturação para dar efetividade econômica à agricultura familiar. O desenvolvimento territorial seria alcançado, dessa forma, como consequência do resultado da interação entre dinâmicas sociais e produtivas locais com as ações institucionais do Poder Público.

A viabilização da agricultura familiar e da produção dos assentamentos, especialmente através da constituição de um mercado institucional com a venda de parte da produção às instituições públicas, expõe uma inserção subordinada num mercado dominado e ditado pelo padrão monopolista da agricultura capitalizada. No cenário econômico e político dominado pelo agronegócio, a viabilização para o mercado da pequena produção de base familiar a constitui como o elo mais fraco da cadeia produtiva da agricultura capitalista. Na esteira desse processo, a política de

viabilização da agricultura familiar transforma, ideopoliticamente, os assentamentos e a pequena agricultura em espaços de desdobramento do desenvolvimento rural.

### 5.3 A REFORMA AGRÁRIA NOS MARCOS DO MITO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: O PAPEL DO ESTADO NA INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E A INSERÇÃO EM CONDIÇÕES DESIGUAIS DO “CAMPONÊS” NO MERCADO

O processo de aproximação programática com um projeto de viés nacional e desenvolvimentista vem sendo gestado já desde o período de aprofundamento do neoliberalismo. Uma das características mais destacadas que adquiriu essa programática foi a de que ela se colocava como um alternativa estratégica anti-neoliberal. Mas o ponto de cristalização do MST, assumidamente de viés desenvolvimentista, ficou patente no processo de *transformismo* que vivenciou no decorrer do século XXI, então configurado na direção societária de seu projeto político. Isso pode ser observado no giro operado na orientação que detinha foco na transformação societária - com *ethos* socialista -; de modo, que contemporaneamente passou a conformar uma direção social que mira o desenvolvimento econômico conjugado ao desenvolvimento social com sustentabilidade.

Mais precisamente, o consenso ativo com a ordem social vigente se estabeleceu a partir da formulação de uma programática que apresenta articulação com alguns elementos políticos e econômicos presentes na plataforma neodesenvolvimentista. Expressa sinteticamente essa condição a intitulada reforma agrária de “novo tipo”.

Na conjuntura do início dos anos 2000, marcada pela chegada ao comando do Estado de governantes progressistas ou de centro-esquerda, os projetos políticos de natureza anti-neoliberal e anti-imperialista constituídos pelas organizações de lutas sociais como o MST acabaram absorvidos por processos de *revolução passiva* empreendida por tais governos.

Assim, sob tais governos, desenvolveram-se estratégias de coalizão que conseguiram mover forças sociais que negavam o neoliberalismo para a integração a projetos econômicos em favor dos blocos dominantes, em conformidade com os padrões de acumulação contemporâneos. A proposta de reforma agrária de novo tipo

ou reforma agrária popular reflete a inserção nesse ciclo de revolução passiva, de tal modo, que se conformou em um projeto “reformista quase sem reformas”, para fazer uso da expressão de Arcary (2013).

Não foi por acaso que ocorreu a acomodação do movimento dentro da teia de consenso de classes *vide* a lógica conciliatória da plataforma neodesenvolvimentista. Isso foi, em parte, determinado por questões internas ao próprio movimento, como a transformação de sua base social, disputas políticas internas quanto à direção social e política que deveria assumir a organização; em alguma medida, também colaborou o papel de proximidade e relação orgânica de suas lideranças com o PT, dentre outras.

Teve importância significativa, para consolidar a viragem programática e prático-política dos Sem Terra, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao comando do Estado. A partir de então, costurou-se uma política de passivização das lutas sociais e institucionalização direta de ferramentas políticas dos trabalhadores, através da inserção dessas na coparticipação da gestão e planejamento governamental. Dessa forma, se estabeleceu canais de absorção de algumas de suas reivindicações.

As características gerais desse processo assumem a premissa de que capital e trabalho não são incompatíveis e que o Estado condensaria os interesses de acumulação e, ao mesmo tempo, mediará os conflitos distributivos, atendendo às demandas das classes subalternas. Aqui a vontade geral e Estado ampliado são conceitos que movem no campo do abstrato e genérico. (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 167-168)

Planos governamentais, com vistas a estimular o crescimento econômico, que se estabelecem tendo o Estado como grande indutor, historicamente recorreram à lógica conciliatória de atenção desigual a interesses postos na arena da política por sujeitos sociais antagônicos. Desse modo, firmam mecanismos de distensionamento do choque entre as classes ao desenvolverem estratégias para harmonizar algumas pautas apresentadas pelas lutas sociais que são possíveis de articular com o epicentro que movimenta a reprodução capitalista na contemporaneidade. Com isso, possibilitam acomodar a ampliação da acumulação com a atenção de certas reivindicações populares.

Foi nesses termos que a plataforma política da gestão petista atuou sob o manto mistificado do neodesenvolvimentismo ao fomentar a acumulação capitalista, direcionada principalmente aos grandes monopólios da construção civil, do



extrativismo e do agronegócio; sem, todavia, prescindir da atenção a algumas necessidades imediatas apresentadas por organizações políticas e movimentos sociais.

A sustentação dessa plataforma esteve calcada na reprodução do sentido da formação econômico-social brasileira por meio do fortalecimento do modelo agrário-exportador, ou seja, do grande latifúndio, do cultivo de monoculturas de exportação e da pecuária extensiva; o que inviabilizou a possibilidade da reforma agrária radical. Face a isso, restou a incorporação das organizações de lutas sociais no campo, principalmente através de políticas públicas para os pequenos agricultores e assentados a fim de firmar um pacto intraclassista costurado sob a intervenção do Estado.

Foi nesse sentido que o MST, como organização política com pautas e lutas sociais mais radicalizadas, tornou-se um elo imprescindível na coalizão conjuntural de forças sociais antagônicas no campo para concretização do ciclo de desenvolvimento capitalista – leia-se ciclo de crescimento econômico durante o Governo Lula. Entretanto, é importante reafirmar que essa ligação, mesmo que conjuntural, não deixou de ter, em algumas ocasiões, tensões decorrentes da sua relação contraditória. A dinâmica histórica de sociedades estruturadas em relações desiguais entre classes remete ao embate político e social entre elas. Por mais habilidosa que possa ser a administração burocrática do Estado e os artifícios ideológicos presentes nos planos governamentais para estabelecer a pacificação do antagonismo de classe, isso jamais poderá eliminar a luta de classes.

Em várias circunstâncias, o movimento se mostrou hesitante entre o “apoio crítico” e a cisão com o governo; algumas vezes tornou público seu descontentamento, marcou posição crítica ou ensaiou retomar a radicalização das lutas pela reforma agrária, mas ao fim e ao cabo permaneceu gravitando na órbita da política de pactuação e de conquistas que atendessem as questões ou problemáticas do cotidiano dos assentamentos, de modo que a reforma agrária praticamente foi substituída por programas e ações de fortalecimento da agricultura familiar. Por vezes, a justificativa ideopolítica para explicar o porquê de ser uma força social que montou base na sociedade civil para o governo esteve na ideia de que se tratava de um governo formado por uma frente popular, mas que estava em disputa.

É inconteste que os Sem Terra foram inseridos naquilo que Coutinho (2010) intitulou de “hegemonia da pequena política”, para designar ao Governo Lula o processo de absorção ou neutralização de organizações políticas e movimentos sociais com histórico classista. Conseqüentemente, passam a assentir com a direção social tomada no percurso da mistificação do novo desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, também se acomodam, com relativa passividade, às contradições atreladas a essa direção social; isso na medida em que a política passou a ser realizada como administração do existente, ao passo que deixava de ser pensada como a arena de projetos de sociedade em disputa.

Por intermédio da introdução na “hegemonia da pequena política”, ocorreu a adesão ao predomínio crescente de uma prática que limitava o horizonte estratégico da política, ao mesmo tempo em que remeteu a aceitação da relação política de acordo com o estabelecido.

Desse modo, constituiu-se o consentimento passivo com as proposições presentes no ideário neodesenvolvimentista, estabelecido na aceitação dos fundamentos direcionados para a melhor administração do que está posto na fase contemporânea da acumulação capitalista. Gramsci (2014) indica que, em determinadas circunstâncias, os setores dominantes obtêm a capacidade de dar direção política e social às massas por meio do *consenso passivo* delas. Assim, quando no comando do Estado, realizam intervenções no sentido de adequar “as mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (GRAMSCI, 2014, p. 23).

O consenso passivo de inserção do MST na plataforma política operacionalizada pelo Governo Lula passou a ser urdido pela administração do aparato estatal a partir da incorporação de demandas módicas dos setores subalternos (trabalhadores rurais sem-terra e assentados) sem, contudo, contrariar os interesses dos setores dominantes que historicamente dispõem de força representativa presente no interior do Estado. Nessa direção, houve uma espécie de “conformismo social” que amalgamou a adesão à direção social e a política tomada pelo governo na gestão do Estado.

No caso específico dos Sem Terra, a correspondência com a plataforma política instituída pelo referido governo não pode ser compreendida como um processo unicamente de consenso passivo. Houve, nesse sentido, coparticipação ativa de

membros do movimento na gestão de setores intermediários do aparato estatal embora não tivessem, na correlação de forças no âmbito da gestão do Estado, poder de influir decisivamente nos rumos gerais da economia política neodesenvolvimentista. O que consolidou, de certa forma, consentimento ativo na conformação da política governamental.

Para tanto, o Estado foi instrumentado naquilo que representa todo seu “complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2014, p. 335). O consenso ativo foi costurado a partir da incorporação de intelectuais orgânicos e/ou membros da direção do MST na esfera estatal, o que redundou na inviabilização da crítica radical e na supressão substancial de sua autonomia ao minar a energia conflitiva e remeter a pressão da luta de classes para dentro da lógica administrativa do Estado. Assim, expressou-se o que aqui se tem chamado de institucionalização e relação pactuada do movimento com o governo.

A ideologia neodesenvolvimentista, que fundamentou a plataforma governamental, apresentou premissas políticas que tocam em questões que possibilitaram a aproximação com o projeto de desenvolvimento nacional presente na programática do MST, estruturado em torno da nova acepção de reforma agrária e de proposições políticas dirigidas ao desenvolvimento socioeconômico que beneficie setores subalternos da população rural.

A interlocução entre os pilares da programática dos Sem Terra e a plataforma do Governo Lula se expressaram, mais destacadamente, na proximidade que tomam quanto: 1) à ideia de um consenso anti-neoliberal na gestão estatal; 2) à construção da soberania nas relações internacionais; 3) à proposição do fortalecimento do mercado interno; 4) ao objetivo de criar medidas para o aumento do rendimento e/ou distribuição da renda entre as camadas mais empobrecidas<sup>132</sup>, etc.

---

<sup>132</sup> Da parte da política econômica do Governo Lula essas proposições aparecem muito mais como discursos ideológicos, seja para diferenciação com as gestões anteriores, seja também para adquirir legitimidade política perante organizações de luta dos trabalhadores e, dessa forma, conseguir lograr consenso necessário para direção social e política que tomou na administração do organismo estatal. Muitas dessas proposições são desmistificadas a partir da apreciação crítica da realidade que conformam contradições. Como já sinalizado anteriormente, princípios neoliberais foram incorporados pelo governo; bem como a transferência de renda – especialmente por meio de políticas compensatórias e focalizadas –, não significou o estabelecimento da equidade social, já que informações oficiais indicam o crescimento da desigualdade.

Questões que detêm significados ideológicos universalizantes como justiça social, crescimento econômico com equidade, geração de emprego, sustentabilidade ambiental, erradicação da pobreza, inclusão, entre outras, são referenciais presentes no discurso do Governo Lula. São questões que montam bases referenciais para a formulação de pactos sociais e políticos entre a gestão do aparato estatal e as forças sociais populares, porque orientam a instrumentação do Estado em respostas aos problemas que vivenciam cotidianamente os setores subalternos. Por conseguinte, são referenciais que comungam tanto a programática contemporânea do MST quanto os fundamentos do neodesenvolvimentismo. Isso, de certa forma, permitiu a interlocução ideológica e política entre ambos os “projetos”, que se expressou na relativa acomodação do movimento na base social do governo.

Seria equivocado ou improcedente considerar que as proposições programáticas desse movimento social, com a orientação desenvolvimentista que conforma, tenham se ajustado plenamente em sua dimensão ideológica e política com o “projeto” do novo desenvolvimentismo. Não é essa a mediação que serviu de fundamento direto para acomodá-lo na política conciliatória realizada pelo Governo Lula na relação que costurou com as classes fundamentais. Já foi sinalizado que o projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo movimento não é uma fotocópia do pensamento desenvolvimentista presente no pensamento social brasileiro no passado; da mesma forma, entre os fins e os meios da proposição de sua programática e a plataforma neodesenvolvimentista, não há plena identidade ainda que existam pontos de encontro e correspondência.

Por isso, não foi uma questão de imediata identidade política e programática que estabeleceu a localização da organização no interior da mistificação do novo desenvolvimentismo ao integrar, como força social, a política conciliatória dos interesses de classe da gestão. Não obstante, além de questões e proposições afins que compartilham entre si, fundamentalmente, o ângulo programático e pragmático, a conexão entre a gestão petista e os Sem Terra foi mediada pela ideia de fortalecimento da pequena produção de base familiar, lastreado pela ação estatal através de políticas públicas que viabilizassem a inserção dessa produção no mercado como meio de assegurar rendimento para os pequenos produtores rurais e assentados. Isso para efetivar o objetivo de inserir esses sujeitos sociais no caminho do desenvolvimento percorrido com equidade e, por conseguinte, levá-los a participar

do crescimento econômico por meio da geração e participação na renda nacional. E, na trilha do suposto processo de desenvolvimento, então desdobrá-lo no meio rural em conformidade com o projeto político que o MST formulou no decorrer do século XXI.

Dentre as premissas neodesenvolvimentistas, aparece inadequadamente a ideia de crescimento econômico identificada com a noção de desenvolvimento socioeconômico, como se ambas fossem sinônimas; não se pode negar que algumas dessas premissas foram buscadas em inspiração na tradição do nacional-desenvolvimentismo. Essa mesma fonte de inspiração serviu de orientação e fundamento para a formulação do projeto político que o movimento passou a se orientar, de início, como uma estratégia que implicaria na superação capitalista, mas que, ao longo dos anos 2000, se cristalizou como uma estratégia quase que *stricto sensu* de fortalecimento da economia nacional perante a dominação imperialista e neoliberal.

A linha política adotada foi formulada ao estabelecer pontos de diálogo com algumas teses do pensamento social brasileiro. Ela guarda inspiração nos fundamentos do nacional-desenvolvimentismo que ganhou visibilidade em meados do século passado dentro de setores da esquerda e entre destacados pensadores no debate sobre o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro com direção anti-imperialista.

É bem verdade que tanto os fundamentos quanto a direção que ancoram a programática do MST, que visa colaborar com a perspectiva de construção do desenvolvimento do país, não representam uma cópia *ipsis litteris* do projeto nacional-desenvolvimentista. Há, sem sombra de dúvida, correlações, influências e proximidades político-estratégicas; entretanto, a perspectiva é formulada com nova roupagem e algumas revisões.

Expressa essa aproximação, que ganha novos traçados, a pertinência da proposta de reforma agrária. Na tradição nacional-desenvolvimentista, essa questão era imprescindível para enfrentar o imperialismo, porque o latifúndio estaria entre as bases primordiais para efetivação da ação imperialista no Brasil. Além disso, a eliminação do latifúndio era um imperativo para superação do atraso, acabar com os traços arcaicos da formação econômico-social e ultrapassar o subdesenvolvimento do capitalismo nacional. Questão que, para alguns dos pensadores e organizações da

esquerda, estava inscrita ao debate acerca dos caminhos para revolução brasileira, como já foi há pouco referido.

A ideia de enfrentamento ao imperialismo está presente na concepção de reforma agrária que aflora do MST e converge para fundamentar o desenvolvimento da nação. Porém a questão já não vislumbra traçar caminhos estratégicos para transformação societária, mas sim, enfrentar a face perversa da ação imperialista que se apresenta por meio do neoliberalismo, através da construção de um capitalismo orientado por um projeto popular. Não é por acaso que, quando vai discorrer sobre a nova proposta de reforma agrária, no site oficial da organização, João Pedro Stedile (2007) diz:

Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou anti-imperialista.

No que toca ao antagonismo entre as classes, o projeto popular reconhece o peso decisivo da burguesia agrária na condução da economia e na política brasileira, além de ser essa a classe que melhor expressa a condição de subalternidade econômica do país no cenário internacional e inviabiliza politicamente a realização da reforma agrária pelo Estado. Por essa razão, estabelece posição de antagonismo e enfrentamento político aos interesses da burguesia agrária.

Não obstante a isso, o seu significado assume também um sentido de enfrentamento de agentes externos que inviabilizam a autonomia econômica e a soberania da nação. Por isso, a necessidade de enfrentar o imperialismo através de ações que condicionem a plena capacidade econômica sem romper com a ordem social vigente. Em outros termos, o projeto popular sinaliza para a construção de um modelo econômico que alavanque o capitalismo brasileiro para enfrentar o imperialismo, conjugado com a distribuição de renda e fortalecimento do mercado nacional. Embora não apareça na formulação exatamente nos seguintes termos, projetar o fortalecimento do capitalismo nacional leva a supor a composição com setores da “burguesia nacional” ao seguir a direção da presente proposta.

Mediante alguns traços gerais apresentados no projeto popular ao qual está atrelada, a orientação da reforma agrária possui algumas correlações com a acepção que tomou as teses do desenvolvimentismo no passado, que pode ser observado com a ideia de instrumentalizar a reforma agrária para fomentar o mercado interno, estimular o capitalismo para conquista de uma economia pujante e autônoma, que remeta a conquista da soberania bloqueada pela intervenção deletéria do imperialismo; além de fazer o enfrentamento a grande ferida que marca o quadro social brasileiro, a pobreza que se acentua na população rural.

Entretanto, a proposta popular reconhece que a reforma agrária não será realizada em aliança com a “burguesia nacional”, o que a difere de algumas orientações da esquerda atreladas ao projeto desenvolvimentista no século XX. Ao mesmo tempo, ventila que o quadro conjuntural vigente não é favorável à realização da reforma agrária radical, já que houve complexificação da estrutura fundiária no Brasil e a relação entre as burguesias se estreitou na reprodução do capitalismo do país. Dessa forma, compreende a supremacia do agronegócio na economia política nacional na conjuntura dos anos 2000, que agora se constitui entrelaçado a outros capitais, com hegemonia do capital financeiro que atua através das multinacionais; assim sendo, teve que rever a orientação da reforma agrária ao plasmar seu significado radical e anticapitalista em uma política adequada às relações mercantis.

Mediante essas circunstâncias, o movimento requalificou o significado histórico da reforma agrária pela qual, desde sua gênese, lutou e reorientou estrategicamente para disputar a realização de um novo modelo agrícola para o país, que seria resultante também de outro modelo de desenvolvimento. É justamente nessa linha que comenta Stedile (2007):

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias [...]. Agora o capitalismo dominante é o do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na agricultura, com o chamado agronegócio [...]. No atual modelo, o agronegócio passou a ter importância econômica de primeira ordem, bloqueando assim a reforma agrária, já que protege as terras improdutivas para futura expansão [...]. A luta por um “novo modelo agrícola” deve ser entendida como a busca de uma alternativa viável que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais. Nesse momento histórico que vivemos para vencer o modelo econômico de desenvolvimento dominado pelo agronegócio em parceria com o capital financeiro vai ser preciso a coexistência de algumas formas complementares de

produção, seja nas unidades familiares, seja nos novos assentamentos de tipo individual ou coletivo. Vai exigir o desafio de construirmos um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção em sintonia um uso sustentável com a terra e toda a natureza [...]. Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária [...]. Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo [...]. E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil.

A realização da reforma agrária nesses termos recupera alguns referenciais estratégicos da tradição ideopolítica em que esteve inserido no processo de sua gênese, o chamado Programa Democrático Popular (PDP). Sobretudo, aquele atrelado à ideia de pressão das forças populares no terreno da sociedade civil para impelir a mudança de orientação do aparato estatal. Assim, segundo a plataforma política resultante do V Congresso Nacional do MST em 2007, a realização do novo modelo econômico e agrícola dependerá da

mobilização popular: o povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudança no campo [...]. As mudanças necessárias somente serão realizáveis com ampla participação popular, antes e durante a aplicação do programa. A necessidade de uma ampla reestruturação da propriedade e da produção agrária é um debate que deve ser levado a todas as escolas, aos meios de comunicação e demais meios de discussão para conscientizar toda a sociedade brasileira de sua importância e dos seus benefícios para todo o povo. As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma verdadeira reforma agrária (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2007)

De outro lado, para a proposta conquistar êxito, dependerá igualmente da “ação do Estado democrático e popular: [...] o Estado deve mudar sua natureza atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum<sup>133</sup>”.

Em certa medida, na arquitetura do projeto político com vista a remeter o país a um novo padrão de desenvolvimento e implementação de outro modelo agrícola, a reforma agrária passa a se correlacionar muito mais com o sentido atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas e em menor medida com a dimensão da luta de classes no enfrentamento ao latifúndio e aos segmentos da burguesia a ele associado.

---

<sup>133</sup> Plataforma política – V Congresso Nacional do MST, 2007.



A principal forma de disputa com o capital passa a se configurar na maneira como se realiza a produção no campo, que envolve um determinado padrão de relação produtiva com a terra e com outros recursos naturais. Para fazer frente ao agronegócio e à burguesia rural, a proposta é que a reforma agrária seja requalificada para se constituir como meio para criar espaços alternativos de produção, que permitam desenvolver uma nova sociabilidade na relação com os recursos naturais e a produção de alimentos para a sociedade; dessa forma, proporcionar à sociedade outra possibilidade de consumo de alimentos.

Os espaços por onde deve se realizar o novo modelo agrícola, sejam eles os assentamentos ou as pequenas propriedades familiares, aparecem como espaços blindados da lógica de produção degradante e predatória, peculiar aos grandes empreendimentos monopolistas de produção associados ao capital financeiro. Nesse sentido é que essencialmente a proposta de reforma agrária passa a ser avalizada como um meio de fomentar as potencialidades econômicas da agricultura de base familiar, compreendida como um modelo oposto ao dominante, dado que preserva a tradição camponesa de produzir alimentos saudáveis para o mercado interno e busca maior sintonia ou harmonia com os recursos naturais ao degradar menos a terra e o meio ambiente.

Ideologicamente, a produção dos assentamentos e a agricultura familiar são apresentadas como a materialização das diretrizes que deve seguir o novo modelo agrícola a ser constituído no percurso de desenvolvimento, que deve caminhar o país, seja na produção baseada na agroindústria “camponesa” ou baseada nos métodos tradicionais sem o aporte de recursos técnicos modernos.

Portanto, de acordo com a linha ideopolítica do novo modelo agrícola, são os assentamentos aqueles que melhor materializam a forma com que se deve realizar a produção de alimentos. Não obstante, essencialmente nas relações sociais capitalistas, mesmos os camponeses assentados produzem mercadorias como outras quaisquer. Ou seja, ainda que produzam alimentos que têm a função ou objetivo de satisfazerem necessidades humanas, esses, fundamentalmente, “são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX, 2012a, p. 58); somente a partir dessa qualidade determinada pelas relações sociais capitalistas, de serem suportes concretos para o valor de troca na condição de mercadoria, é que se concretizam como alimentos para satisfação de necessidades.

Entretanto, sob a ótica ou a projeção ideopolítica em que é apresentado o novo modelo agrícola, os assentamentos aparecem imunes às determinações da agricultura capitalista. Como consequência, são apresentados como espaços quase que refratários aos aspectos econômicos, tecnocientíficos e às leis que regem o modo de produção capitalista.

O fortalecimento da pequena produção agrícola se tornou a pauta mais destacada das reivindicações nessa conjuntura. Foi esse o grande mote de reivindicação a que o Governo Lula buscou corresponder, de modo que se tornou uma ponte objetiva de aproximação política com a plataforma neodesenvolvimentista, precisamente porque a agricultura familiar se constituiu como uma mediação para acomodar as organizações dos trabalhadores rurais no processo conciliatório conduzido pelo Estado, bem como foi uma das ferramentas para consubstanciar a premissa de inserção de parte da população empobrecida, precisamente aquele contingente do meio rural, na proposta de distribuição e produção da renda nacional.

Diante das condições históricas que complexificaram o enfrentamento da questão agrária por intermédio da reforma agrária radical, além da baixíssima expectativa de alcançar sucesso numa reforma agrária com tal característica, o movimento reorientou taticamente as reivindicações para a consolidação dos assentamentos, de modo que o Estado pudesse possibilitar as condições adequadas para realizar a produção em conformidade com um novo modelo agrícola.

Houve, destarte, a leitura de que a administração petista inseriu o Brasil numa grande plataforma agroexportadora ou primário exportadora, o que firmava um quadro histórico incompatível com a reforma agrária tradicionalmente pautada nas lutas da organização. Daí a necessidade de requalificação do significado tanto dessa luta histórica quanto do redirecionamento da atenção para os espaços produtivos da organização, os assentamentos; de modo que a resultante política essencial foi a preservação da relação pactuada com o governo e a inserção (passiva e ativa) no leque de forças sociais construído para a governabilidade e a efetividade do programa político e econômico que forjou o novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Através da plataforma política formulada no V Congresso Nacional, realizado em 2007, com a participação de cerca de 17.500 delegados de todas as regiões do país, é desenhada a *programática* que irá dar conta de expressar os pontos

fundamentais da “Proposta de Reforma Agrária Popular do MST<sup>134</sup>”. É esse programa de reforma agrária que irá acomodar tanto a ideia de reforma agrária de novo tipo quanto os fundamentos do projeto de desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade para o Brasil, cujo mundo rural não se inscreve como elo passivo, mas se apresenta como fundamental para o êxito do projeto.

Com a referida proposta, que na verdade se apresenta como um programa de orientação desenvolvimentista sustentado por uma base social popular, os traços essenciais da nova concepção de reforma agrária aparecem com maior nitidez. Portanto, salientam os elementos de inflexão na orientação política do movimento e rebatem no seu comportamento prático-político dentro do processo de localização junto ao novo ciclo de desenvolvimento do capitalismo nacional, sob o comando da administração petista.

Os elementos programáticos que, principalmente, entrelaçam a mais recente proposta de reforma agrária formulada pelo MST à plataforma política efetivada pelo Governo Lula têm duas pontas fundamentais de amarra. A primeira diz respeito ao papel que o Estado teria na condução da organização da atividade econômica no campo e do desenvolvimento rural; a segunda toca na inserção do campesinato, pequenos produtores de base familiar e assentados no mercado para auxiliar na impulsão inclusiva da economia nacional.

A formulação da *proposta de reforma agrária popular ou de um novo tipo* consiste em colaborar no sentido de remeter o país a outro patamar de desenvolvimento, principalmente por meio de objetivos em que ela busca contemplar, como: 1) eliminar a pobreza no campo; 2) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda; 3) garantir a soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais; 4) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas; 5) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e

---

<sup>134</sup> A “Proposta de Reforma Agrária Popular do MST” guarda elementos da nova concepção de reforma agrária formulada pelo MST no decorrer do século XXI. No entanto, não foi à toa que ela foi indicada nesta tese apenas como um *desenho programático*, pois sua aceção mais acabada, com formulação mais precisa, irá ser escrita a partir do VI Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 2014 durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República. Esse período não compreende o recorte temporal da pesquisa, mas os elementos fundamentais ou a arquitetura base do que veio a ser conhecido como “Reforma Agrária Popular” já estava esboçada nas formulações da plataforma política elaborada no V Congresso Nacional do MST em 2007.

oportunidade de trabalho, renda [...], estimulando a permanência no campo, em especial da juventude.

Alguns desses objetivos recuperam ou reafirmam orientações que o movimento já havia ventilado no início dos anos 2000 como estratégia política e econômica para fazer frente ao neoliberalismo, principalmente porque a reforma agrária poderia ser um caminho de enfrentamento à pobreza. Mas, sobretudo, na conjuntura em questão, ela poderia ser um valioso caminho para a geração de renda através da atividade produtiva realizada pelos assentados. A partir da viabilidade produtiva e econômica dos assentamentos, seria possível também estimular os pequenos mercados locais para impulsionar a economia do país, com “inclusão” daqueles segmentos que historicamente foram “excluídos” da renda nacional em processos de crescimento da economia, os pequenos produtores rurais. Assim sendo, essa proposta apresenta o anseio de construir uma sociedade “*igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável*”<sup>135</sup>.

Além disso, o padrão de produção rural desenvolvido nos locais de reforma agrária seria uma forma de fazer frente à intensiva destrutividade do grande empreendimento rural e colaboraria socialmente para a produção de alimentos para população no intento de garantir a segurança alimentar pela qualidade dos produtos sem uso de agrotóxicos e sem cultivo de transgênicos. Simultaneamente a isso, ocorreria redução do custo de vida em favor da classe trabalhadora e de setores mais empobrecidos ao ofertar alimentos direcionados à cesta básica desse contingente.

A proposta de reforma popular toca eminentemente em questões objetivas para possibilitar a inserção da pequena agricultura como alternativa de produção alimentar frente ao agronegócio. No entanto, ela não prescinde de apontar a necessidade de desapropriações de terra, que só teria sua razão socioeconômica realizada, nos termos fundamentais da proposta, se as novas desapropriações que vierem a ocorrer, priorizassem as regiões “*próximas às cidades, viabilizando, de forma mais fácil e barata, o abastecimento e a infraestrutura econômica e social*”<sup>136</sup>.

Com o intuito de complementar essa iniciativa e dotá-la de condições para competir na venda de produtos, o Estado deveria estimular “a realização de feiras

---

<sup>135</sup> “Proposta de Reforma Agrária Popular” traçada no V Congresso do MST em 2007.

<sup>136</sup> *Idem*.

agroecológicas (orgânicas) em todos os municípios do país<sup>137</sup>, mas, sobretudo, teria a responsabilidade de

garantir a compra de todos os produtos dos assentamentos e das comunidades camponesas, podendo utilizá-los para abastecer hospitais, escolas, e outras instituições públicas, de assistência social e programas de abastecimento alimentar<sup>138</sup>.

Outro conjunto de medidas importantes deveria ser organizado pelo Estado para estimular o desenvolvimento da capacidade produtiva do país. Por isso, o aparato estatal não poderia se eximir de fomentar a industrialização em todas as regiões, abarcando, inclusive, as áreas rurais com as agroindústrias. Essa iniciativa não deveria estar restrita aos grandes centros urbanos, ela deveria ser implementada no interior do Brasil para que o desenvolvimento pudesse se espriar para enfrentar a desigualdade regional. De acordo com o documento, “o processo de desenvolvimento deve eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade<sup>139</sup>”.

É nesse sentido que a reforma agrária se configuraria como um instrumento para estimular o desenvolvimento rural dentro de um processo generalizado e equilibrado de desenvolvimento. Dessa forma, a população e as atividades de produção no campo poderiam ser incluídas como partícipes ou sujeitos ativos no progresso social e econômico, diferentemente dos processos desenvolvimentistas do passado.

As áreas de reforma agrária auxiliariam a industrialização, porque se constituiriam como espaços para que a gestão estatal pudesse implantar agroindústrias “aproveitando de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos, aumentar a renda e criar alternativas para o crescimento da riqueza em todas as regiões do país [...]”<sup>140</sup>. A implementação dessa proposta corresponderia a um processo de desenvolvimento econômico autossustentável, mas com “inclusão social”. Isso, se de fato não representava uma cópia dos objetivos presentes no pensamento nacional-desenvolvimentista do século passado, ao menos se aproximava em alguns aspectos.

---

<sup>137</sup> *Idem.*

<sup>138</sup> *Idem.*

<sup>139</sup> *Idem.*

<sup>140</sup> *Idem.*

No tocante à correlação entre algumas premissas neodesenvolvimentistas e traços da proposta de reforma agrária de novo tipo, observa-se que alguns fundamentos de ambas convergiram ideologicamente para o mesmo sentido. Há nelas certa mistificação quanto à perspectiva e potencialidades inerentes ao suposto processo de desenvolvimento socioeconômico, posto que se agarram à ideia de que, no bojo desse processo, seja possível melhor administrar as contradições capitalistas a partir da reorientação da racionalidade burocrática do Estado. Nesse sentido, fenômenos como pobreza, desigualdade de renda e desigualdades regionais podem ser superados se a gestão do aparato estatal conduzir o processo de crescimento econômico, ainda que dentro dos marcos da reprodução capitalista, com uma política direcionada para a inserção de todos os segmentos sociais, que possibilite a socialização mais equitativa dos ganhos no processo de crescimento da economia.

Com base em fundamentos da economia política, a observação sobre os processos de crescimento econômico permite compreender que se tratam, essencialmente, de processos de reprodução ampliada de capital para acumulação. Por conseguinte, calcado nesses fundamentos, a *lei geral da acumulação capitalista* revela, que as desigualdades, em suas variadas formas de manifestação, crescem no mesmo compasso da produção de riqueza. Portanto, expansão do valor e crescimento da desigualdade são expressões contraditórias indissociáveis no processo de reprodução ampliada do capital; ambos fenômenos são, conseqüentemente, o verso e o reverso da mesma moeda. Assim sendo, lembra Marx (211a, p. 749) que o processo de reprodução do capital

Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante [...] brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.

As premissas desenvolvimentistas presentes, seja na política econômica de boa parte do Governo Lula, seja na programática do MST, assumiram a perspectiva de que há correspondência entre crescimento econômico e redução da desigualdade, quase que como uma relação de causa e efeito quando o Estado intervém para orientar o crescimento da economia e “socializar” seus ganhos. Com base nessas mesmas premissas, também parece existir certa linearidade no processo de desenvolvimento que remeterá a nação, mediante uma gestão racionalmente

orientada do crescimento econômico, à superação da subalternidade nas relações internacionais e, sobretudo, conduzirá à superação das circunstâncias que expressam o subdesenvolvimento.

Em tais premissas se é desconsiderada a reprodução capitalista como uma totalidade marcada por processos de desenvolvimento desiguais combinados, ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento são situações que se combinam e formam uma unidade totalizante na reprodução ampliada de capital, uma vez que,

com o surgimento do capitalismo como sistema mundial, a história mundial se torna uma totalidade concreta (e contraditória) e as condições do desenvolvimento socioeconômico passam por uma mudança qualitativa [...]. Esta perspectiva mais complexa habilitou [...] a transcender a concepção evolucionista da história como sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas, e a elaborar uma visão dialética de desenvolvimento histórico por meio de saltos súbitos e fusões contraditórias. (LOWY, 2015, p. 113)

Pode haver processos de crescimento econômicos acelerados e com significativos índices de alavancagem da economia entre nações subalternizadas na divisão internacional do trabalho, mas que apresentam limites estruturais, dado que no fundo não sinalizam para a supressão da condição de subsunção e de “atraso” no desenvolvimento diante da globalidade das relações internacionais.

A adesão à perspectiva do desenvolvimentismo, como já referido, está dentro da linha política estratégica de enfretamento ao neoliberalismo, principalmente porque os princípios do novo liberalismo reafirmam a negação do Estado na regulação econômica e na intervenção das contradições sociais. Afirmar o protagonismo do Estado no planejamento e intervenção em várias dimensões das relações sociais capitalistas expressa uma posição política ideologicamente progressista diante da regressividade dos princípios neoliberais, posição que só se firma se for desconsiderado o papel estruturante e histórico determinante para a sociedade de classes.

Com a finalidade de dar consequência a proposta de inserção do mundo rural no ciclo de crescimento econômico com desenvolvimento e equidade social, seria importante o estabelecimento de uma nova agricultura de base popular. Por conseguinte, ela deveria se materializar como um veículo para gerar renda aos produtores familiares, mas, para tanto, seria imperioso “um amplo programa social por parte do Estado, que garanta a toda população do campo as mesmas oportunidades

de todos os brasileiros e brasileiras<sup>141</sup>". De acordo com tal programática, essa garantia só seria efetivada por uma gama de políticas públicas em que:

- I. O Estado garantirá financiamento para que as comunidades do meio rural desenvolvam programas coletivos de autonomia energética [...];
- II. O Estado deverá garantir condições para que todos os pequenos agricultores e agricultoras tenham acesso aos meios de produção necessárias [...];
- III. [...] criar um programa especial de crédito rural, através da rede de bancos públicos, destinado às famílias assentadas e aos pequenos agricultores e pequenas agricultoras [...];
- IV. Destine recursos suficientes, priorizando investimentos que reestruturem e ampliem a produção. Destinando recursos subsidiados para implantação de agroindústrias, sistemas de irrigação e outras indústrias necessárias.

Com a perspectiva de determinar a reorientação da atividade produtiva no campo, de estabelecer o lugar da pequena produção agrícola de base familiar no plano social e econômico do país, bem como estimular o desenvolvimento rural, o Estado assumiria o papel preponderante na administração das relações sociais. O seu papel seria um fator decisivo tanto em favor dos interesses dos trabalhadores rurais, assentados e pequenos agricultores, quanto seria fundamental na reorientação da política agrícola, na determinação de outro modelo predominante da produção rural e no direcionamento social ou na finalidade socioeconômica da atividade agrícola.

O Estado não só assumiria as rédeas da regulação da atividade econômica no campo como teria papel central para reverter o sentido usual e histórico da agricultura no país. A atividade agrícola, a partir do financiamento e regulação estatal, deveria ser redirecionada de modo a possibilitar a introdução da produção da agricultura familiar na economia nacional, atribuindo-lhe primazia e relevância ante a histórica inclinação ao modelo agroexportador.

Assim sendo, as funções políticas de controle ou regulação estatal sob a economia despontam como imprescindíveis para conduzir um desenvolvimento socialmente justo e, conseqüentemente, abrir a porta para a inclusão do mundo rural, particularmente dos segmentos tradicionalmente "excluídos" nos processos de desenvolvimento, como os sem-terra, pequenos produtores, assentados e trabalhadores rurais.

---

<sup>141</sup> *Idem.*



Isso se tornaria possível sob a orientação social democrática, popular e progressista que conformaria o Estado, que, ao combinar sob sua intervenção alguns fatores, a exemplo de políticas públicas e financiamento público, determinaria uma combinação positiva entre agricultura familiar e mercado com vista ao progresso socioeconômico; ou seja, determinaria crescimento econômico combinado com justiça e inclusão social, premissas que deveria seguir o novo ciclo de desenvolvimento.

A manutenção de condições favoráveis à economia nacional, sob a vigilância do princípio da justiça social garantido pela intervenção do Estado com políticas públicas e programas de financiamento para estimular o mercado e/ou a participação nele, são questões consensuais que, do ponto de vista ideológico, aproximam o projeto de desenvolvimento nacional dos Sem Terra às premissas inscritas ao neodesenvolvimentismo.

Não obstante, se a linha política presente na formulação desenvolvimentista aqui problematizada for seguida, será percebido que há certo desprezo quanto ao papel histórico do Estado para a reprodução social do capital. A linha política presente parece ignorar, principalmente, o papel do aparato estatal na estruturação da dominação social que caracteriza o capitalismo dependente do país, que requer, para sua manutenção, o latifúndio, a produção extensiva monocultora e direcionada para o mercado externo. Ela guarda também certa mistificação, visto que atribui, à instituição historicamente responsável por manter as condições sociais fundamentais da produção capitalista, a função de adotar medidas adequadas para distribuição equitativa do valor ou da riqueza social produzida.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto, no ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender seus princípios gerais. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais ativo, menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX, 2010, p. 14)

Enquanto agente protagonista para superar a condição de subdesenvolvimento e subalternidade internacional, de acordo com a proposta desenvolvimentista problematizada, o Estado passa a ser considerado uma estrutura social com capacidade para agir acima dos interesses de classe economicamente dominantes e à margem da luta de classes, em prol dos interesses nacionais e direcionado também para melhor administrar burocraticamente a desigualdade.

Disso decorre que o aparato estatal não comportaria, portanto, uma complexa teia institucional em que interesses do capital internacional e nacional se inter cruzam para serem administrados no seu interior, em plena conformidade com o padrão contemporâneo de acumulação. De modo que a reprodução dos diversos capitais personificados nas várias frações da burguesia (financeira, agrária, industrial, nacional, internacional, etc.) não é um movimento exógeno ao Estado. Muito ao contrário disso, é no âmbito da estrutura burocrática do Estado que se encontra a mediação institucional para sua reprodução, assim implicando também na reprodução das condições estruturais da desigualdade interna e externa.

A captura crítica dos fundamentos sociais, econômicos e políticos da vida estatal revela que, essencialmente, esse é o *locus* institucional de regulação social em que se entrincheiram os grupos dominantes para administrar politicamente os seus interesses, mediante a instrumentação do Estado em sentido ampliado.

Um exame da particularidade brasileira indica que historicamente o Estado não só favoreceu os setores fundamentais da burguesia interna em associação ao capital internacional, como também historicamente esses setores dominantes encastelados no interior de suas estruturas tocam seus interesses e reproduzem as condições de dominação. As políticas módicas que, em circunstâncias particulares, foram operacionalizadas em favor das forças populares não infirmaram a relação estreita entre os interesses do capital e o investimento do Estado.

A proximidade política do MST com a gestão petista não comprometeu a estreita relação do aparato estatal com a administração das condições econômicas e políticas em favor do agronegócio. Tampouco o argumento de disputa da direção social do governo e a pressão social para mudar os rumos da gestão petista e a natureza do Estado tiveram, de fato, alguma conexão com a realidade.

O que se viu durante quase todos os oito anos em que esteve à frente do Planalto foi um governo que manteve eminentemente intocável a estrutura política e econômica de predomínio e dominação da burguesia rural. O próprio movimento, nesse período, arrefeceu a radicalidade tática das lutas sociais que empreendeu. Nessa conjuntura, predominou a mudança de foco das lutas e reivindicações, atestado

pela mais expressiva liderança do movimento em entrevista concedida à página digital do Instituto EcoD<sup>142</sup> (Instituto Ecodesenvolvimento):

O MST percebeu que não basta você ser contra o latifúndio e a favor da distribuição de terra. Você tem que lutar também pela mudança do modelo agrícola [...]. Nós temos certeza de que a imensa maioria da sociedade brasileira também defende esse programa. Já, agora, em momentos pontuais, nós atuamos com o Greenpeace, com o movimento ambientalista e com os setores de defesa do consumidor. O próprio IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor) tem nos apoiado na questão dos agrotóxicos. (STEDILE, 2010)

A mudança de foco do movimento é expressão das metamorfoses que vivenciou ao longo da sua trajetória, pois manifesta, principalmente, o redirecionamento de seu projeto político, que na primeira década dos anos 2000 apontou para integração ao mercado, ainda que a pílula apareça dourada pela integração por meio de uma produção sustentável, limpa e sem recorrer ao uso de agrotóxicos e transgênicos. Mediante a luta por políticas públicas e programas de financiamento que estructurem as condições para introdução da agricultura familiar no mercado de alimentos, houve uma adequação à lógica do “paradigma do capitalismo agrário”, que de acordo com Abramovay (1992, p. 126-131), expõe a integração

plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e se metamorfoseiam numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho [...]. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social [...]. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base de desenvolvimento.

A adequação do MST ao sentido do chamado “paradigma do capitalismo agrário” foi mediada pela integração *vide* agricultura familiar ao mercado,

---

<sup>142</sup> No *site* oficial do Instituto EcoD, indica-se que sua missão social “é produzir, integrar e promover conteúdos relevantes para a conscientização da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável”. As recentes incursões ou adequação do movimento em busca do desenvolvimento sustentável tornou-se uma vitrine para a plataforma que visa difundir essa orientação ideológica da produção para relação transformadora entre a humanidade e a natureza. O título da matéria, a qual traz a entrevista concedida por João Pedro Stedile, por si só já é bastante sugestivo acerca das metamorfoses na orientação do projeto político dos Sem-Terra; o título da matéria traz: “MST muda o foco e quer lutar por uma agricultura mais fraterna e sustentável”. Toda a entrevista por ser encontrada em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/mst-muda-o-foco-e-quer-lutar-por-uma-agricultura>.

consubstanciado pelas políticas desenvolvidas pelo Estado, muitas delas reivindicadas pelo próprio movimento como créditos especiais para produção, programas públicos de compra de alimentos, estímulo à formação de mercados locais e regionais para agricultura familiar, políticas de preços favoráveis ao setor, dentre outras.

Assim, a adequação ao referido paradigma ocorre em conjunturas em que o desenvolvimento capitalista atinge um estágio no qual a pequena produção agrícola de base familiar passa a ser determinada fundamentalmente pela estrutura do mercado nacional e impulsionada pelo Estado. Nunca é demais lembrar que, durante o ciclo 2003-2010, a pequena produção familiar no campo viu crescer, linearmente ano após ano, o aporte de investimento público em mais de 350%, conforme releva a observação dos orçamentos previstos para o Pronaf. Também de acordo com fontes desse programa, o número de contratos realizados saltou, em 2002, de 953 mil para mais de 1,5 milhão em 2008, o que revelou um crescimento de cerca de 53% no número de pequenos agricultores contemplados.

Talvez os investimentos na agricultura familiar ladeados ao Programa Bolsa-Família (PBF) tenham sido um dos fatores econômicos e políticos mais importantes para que o Governo Lula lograsse êxito na tessitura da hegemonia em relação aos setores subalternos e entre organizações das forças populares no campo. Através do Pronaf e de outros programas, foi possível aumentar o rendimento da pequena produção familiar, ampliar sua produção e, sobretudo, dotar as condições de viabilidade para o consumo doméstico ao garantir uma política de preços de alimentos no mercado interno.

A integração do MST ao mercado por meio do fortalecimento da agricultura familiar pelo Estado efetuou sua acomodação no arco de forças sociais que deram sustentabilidade política e capacidade de governabilidade da plataforma neodesenvolvimentista. Ela permitiu que os Sem-Terra se constituíssem como uma das pontas fundamentais do nó da costura entre as classes historicamente antagônicas no campo, condição requerida para que obtivesse sucesso a política econômica que impulsionaria o novo ciclo conjuntural de acumulação capitalista no Brasil.

Contraditoriamente, foi o Partido dos Trabalhadores que implementou as condições de reconstrução da hegemonia dos setores dominantes, em que ora o MST

participou como sujeito coletivo passivo, ora atuou como organização política ativa no interior da costura dessa hegemonia às avessas, como bem qualificou Oliveira (2010) para designar o fenômeno em que as forças política “de baixo” dirigem o Estado com um programa “dos de cima”.

Sob essa hegemonia, ocorreu a inserção política, econômica e, de certa forma, também ideológica dos Sem Terra às relações sociais de produção de mercadoria por meio das reivindicações centradas na viabilização da agricultura familiar, que se apresenta mistificada sob o modelo de agricultura agroecológico, pretensamente contraposta à reprodução do capital. No fundo, o que se viu com isso foi a integração no mercado em condições desiguais, na relação entre a produção familiar e o agronegócio, mediante a implementação de um programa de cunho desenvolvimentista. Programa esse que não alterou as bases da acumulação dependente do país articuladas ao padrão primário-exportador que, aliás, mantém a perpetuação da dominação da burguesia rural em aliança com outras frações para formar o bloco de poder hegemônico que dirige a vida estatal.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde de que emergiu, o MST acumulou força a ponto de se constituir como o mais destacado movimento social do Brasil na contemporaneidade, tendo adquirido reconhecimento que transpõe as fronteiras do país pelo potencial de combatividade e articulação política que mostrou durante os anos de maior aprofundamento da agenda neoliberal.

Seu amadurecimento organizativo fez com que se constituísse não apenas como um movimento social que apresenta as lutas sociais que desenvolve como pautas particulares restritas a um segmento social específico. As lutas que passou a desenvolver foram orientadas no sentido de buscar a articulação com a totalidade das relações sociais, assim ganhando uma clara direção social para consubstanciar um projeto político que se articulasse com as determinações societárias. Nesse sentido, apresenta-se como um movimento social que também assume a *forma partido*. O projeto político com indiscutível caráter anticapitalista, que por certo tempo o norteou estrategicamente, passou por uma reorientação nos fundamentos e significado político que o estrutura, de modo que passou a fundamentar a defesa de um projeto de desenvolvimento nacional como alternativa ao consenso neoliberal e a subsunção do país vivenciada ante ao imperialismo.

O protagonismo político no enfrentamento direto que assumiu frente a agenda liberalizante do Governo FHC o levou a ser, talvez, o grande polo dinamizador da luta de classes no Brasil, precisamente, no momento em que a representação política da classe trabalhadora, através dos partidos e do movimento sindical, vivenciavam um refluxo da energia combativa impactados pela queda do bloco socialista no Velho Continente e determinados pela recomposição do processo acumulativo e da reprodução do capital. Nesse contexto, o MST não se ressentiu com força decisiva diante do avançado *transformismo* já vivenciado nas orientações estratégicas que as principais organizações da esquerda já experimentavam sob um acelerado processo de adaptação à ordem. No campo da política, o refreamento e a adequação à lógica da institucionalidade burguesa vivenciada tanto pelo PT quanto pela CUT não pesaram para determinar o recuo da potencialidade conflitiva dos Sem Terra e de sua posição demarcadamente classista.

Essas duas organizações se constituíram juntamente com o MST como reflexo do mesmo bloco de forças políticas com forte *ethos* socialista numa determinada conjuntura histórica, mas, ainda que ambas tenham vivenciado processos de acomodação à ordem capitalista, esse movimento social avançou politicamente e acumulou força na luta de classes num contexto de condições objetivas e subjetivas bastante desfavoráveis.

Logo que se colocou na arena política mostrou grande capacidade organizativa ao se constituir como um movimento social que se articula em todas as regiões do país com a unificação das lutas desenvolvidas pelos camponeses e/ou trabalhadores rurais sem-terra. Nesse processo, não se constituiu isoladamente ou se firmou com o objetivo exclusivo de particularizar as lutas e reivindicações. Sua formação se desenvolveu, desde o princípio, articulada com outras forças políticas que integram lutas urbanas, sindicais e partidárias.

Em toda a trajetória, firmou seu caráter classista com inquestionável potencial conflitivo, especialmente frente à burguesia rural e diante do aparato estatal na representação dos interesses das frações da classe dominante. Historicamente, as lutas que tem desenvolvido buscam a articulação com questões mais gerais acerca da realidade nacional. A emergência do MST na cena política recolocou, na ordem do dia, a luta pela reforma agrária, que não se limitava apenas à pauta reivindicativa por assentamentos para famílias sem-terra, mas guardava a dimensão de uma luta para reconfigurar a histórica estrutura fundiária montada sobre a concentração da propriedade privada da terra.

Nos termos em que a luta pela reforma agrária foi retomada, no plano da luta de classes e no plano estrutural em que opera a reprodução capitalista no Brasil, conseqüentemente, assumiu a condição de uma mediação fundamental na luta anticapitalista. Ao pautar a reforma agrária de caráter radical, essa questão se coloca de encontro com elementos estruturais da formação econômico-social do país, já que se choca diretamente com os interesses da burguesia rural cuja propriedade da terra fortemente concentrada é um dos pilares concretos para efetivar sua dominação e se estabelecer historicamente com força na composição do bloco de poder no interior do Estado.

Ademais, como foi salientada nas problematizações desta tese, a condição de *economia dependente* na globalidade das relações capitalistas, que demarca o seu lugar na divisão internacional do trabalho, requer estruturalmente a produção primária para capturar excedente econômico e efetivar a acumulação. Portanto, o caráter dependente da economia nacional, associado ao seu lugar na divisão mundial de produção e comércio capitalista, imprime à economia rural ou primária a condição de mediação imprescindível para reprodução ampliada capitalista. Bem como, as condições em que opera a produção primária de caráter exportador se objetivam como determinações para que a superexploração, fenômeno particular às nações do capitalismo periférico, possa ser realizada.

A necessidade estrutural da reprodução em escala ampliada do capital em relação a economia agrária demarca seu enraizamento na formação nacional no fato de que o agronegócio e outros setores da produção de *commodities* foram reativados, entre outras determinações, para sustentar o recente ciclo de crescimento da economia expresso na elevação das taxas de acumulação. O agronegócio, juntamente com outras atividades que integram o setor de produção primário-exportador, ganhou primazia na política econômica do Governo Lula porque se estabeleceu como uma fonte para captura de divisas para implementar a plataforma governamental, diante da capacidade de auferir lucros suplementares condicionado pela *renda da terra diferencial I e II* na dinâmica acumulativa do capital.

Nesse sentido, esta tese diverge das indicações de que as lutas constituídas a partir da questão agrária – a exemplo da luta pela reforma agrária – se apresentem como bandeiras sem significado no século XXI ou com limites estreitos para potencializar a luta de classes e criar contradições para reprodução capitalista.

A história nacional mostra que, nas conjunturas em que se vivenciou ciclos de desenvolvimento do capitalismo, a economia rural teve peso determinante. Não foi por simples coincidência do acaso que a plataforma neodesenvolvimentista teve, como um de seus suportes, a produção primário-exportadora, que para ser viabilizada, depende significativamente da preservação da concentração da propriedade da terra, já que o latifúndio lhe é funcional. A implementação dessa plataforma reatualizou processos análogos a “modernização conservadora” ou “modernização dolorosa” no meio rural: fortalecimento econômico do agronegócio, reativação da propriedade terra



como fonte potencial de valor, aumento vertiginoso da concentração fundiária, dentre outros.

A pesquisa acerca das transformações no projeto político do MST, que a partir da relação com o Governo Lula determinou inflexões programáticas, teve como pressupostos iniciais duas hipóteses que se articulavam. Em síntese, considerou-se, como uma das hipóteses, que um conjunto de necessidades políticas e imediatas determinou a aproximação do MST com o governo, assim condicionou-se a lateralização da reforma agrária e o apagamento do seu significado radical na programática política desse movimento social. Bem como se ventilou, que o MST foi inserido na política de conciliação de classes colocada em prática pelo Governo Lula a partir da institucionalização das reivindicações históricas das organizações populares ou mediante a inserção participativa na gestão do aparato estatal.

Os resultados da pesquisa não infirmaram as hipóteses apresentadas, já que corroboram para sua validade. Entretanto, os resultados indicam um leque de mediações e/ou determinações que vão bem além dos pressupostos hipotéticos inicialmente formulados. Mediante as problematizações dos resultados se constituiu a tese de que o MST, na conjuntura do Governo Lula, foi essencial para a costura da conciliação entre as classes fundamentais no campo, de modo que a mistificação neodesenvolvimentista pudesse realizar a impulsão das taxas de acumulação capitalista no Brasil.

Isso somente foi possível por meio das transformações do projeto societário do movimento social, que passou a ter por orientação político-estratégica o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que inflexionou a pauta da reforma agrária radical para a reivindicação de uma reforma agrária de “novo tipo”, que busca a viabilização da agricultura camponesa ou familiar como modelo de produção agrícola e reconfigura a relação com o enfretamento da questão agrária.

O projeto político do MST, que detinha na gênese clara orientação anticapitalista, passou por determinações histórico-conjunturais que o redirecionou a responder com perspectivas que apresentassem respostas mais, imediatamente, ajustadas ou tangíveis às particularidades e contradições a conjunturas políticas determinadas. Assim, no compasso em que se atou a perspectiva de desenvolvimento nacional, impeliram inflexões à programática da reforma agrária no sentido de melhor

ajustá-la aos objetivos desenvolvimentistas. Esse movimento de adequação e inflexão se tornou mais acentuado com a chegada do Governo Lula à gestão do Estado. A implementação da política neodesenvolvimentista foi fundamental para potencializar o processo de transformismo no projeto político dos Sem Terra, uma vez que o *ethos* socialista que o informava foi esfumado pela orientação de realizar um projeto em que o crescimento econômico viesse, supostamente, a combinar-se com a equidade social.

Nas bases do projeto que passou a se orientar contemporaneamente, foi firmado o objetivo no qual os segmentos historicamente subalternizados no campo pudessem também participar do novo modelo de desenvolvimento do país norteado pelo princípio da potencialização da economia nacional fundida à justiça social.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização das forças populares no campo da esquerda com peso e potencial decisivos para os rumos do aprofundamento das lutas sociais, não só no meio rural como também para os rumos da luta de classes no Brasil. Seja em razão da estrutura organizativa que desenvolveu, seja porque a luta pela reforma agrária toca em dimensões estruturais da reprodução do capital no país, a luta histórica dos Sem Terra detém potenciais de imprimir novas qualidades para a luta anticapitalista por estimular e tensionar contradições para o capitalismo nacional.

Por isso, a conjuntura recente, em que se projetou com notória força o arrefecimento da energia combativa do MST, também ficou demarcada pela fragilização da impostação política de outras organizações de luta dos trabalhadores. Nessa conjuntura, viu-se a incapacidade, por parte daquelas organizações que não gravitaram em torno do governo, de conseguir fazer frente consequente às contradições da plataforma neodesenvolvimentista. O distensionamento da radicalidade presente no significado da luta pela reforma agrária trouxe relevante impacto para a correlação de forças no enfrentamento às bases materiais da política estratégica do Governo Lula.

É possível supor que a oposição enérgica e ativa diante da política do governo, especialmente ao *modus operandi* de desarticulação da conflitividade entre as classes, constituísse entraves para a viabilidade da plataforma que impulsionou a elevação das taxas de acumulação do capital, tendo, dentre o conjunto de mediações

essenciais, a superexploração da força de trabalho, o fortalecimento da financeirização da economia, a ampliação das desigualdades relativas à apropriação da riqueza socialmente produzida, etc.

A acumulação capitalista não é mediada exclusivamente por determinações inscritas no âmbito da economia, posto que depende também dos rumos da luta de classes e/ou do controle que se consegue imprimir sobre ela no tocante ao domínio das organizações políticas dos trabalhadores e segmentos subalternos. Em razão disso, o choque de hegemonia contraposto à plataforma do Governo Lula, por conseguinte, possibilitaria mexer na correlação de forças que sustentou, no campo da política, a implementação do novo ciclo de desenvolvimento capitalista. Decerto, que se isso não decidiria, por definitivo, os rumos da luta de classes no contexto aqui estudado, é fato inquestionável que a contraposição às bases fundamentais da política neodesenvolvimentista sinalizaria com maiores possibilidades para os interesses históricos dos trabalhadores. Além disso, é possível que outra configuração na relação entre os sujeitos antagônicos se desenhasse com potenciais de desestabilização ao projeto hegemônico do bloco de poder presente na plataforma do novo desenvolvimentismo.

Não é uma tarefa das mais fáceis analisar questões que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na relação com a gestão petista do Estado, bem como tecer também considerações que digam respeito ao seu projeto político e às recentes transformações programáticas que o orientam.

Trata-se de uma problemática que guarda certa complexidade porque tem suas determinações inscritas no terreno da economia, da reprodução material da vida social, mas, sobretudo, porque possui entrelaçamento com a dinâmica em que se desenrola a luta de classes. É justamente sobre a sua dimensão política que mais incide a complexidade da pesquisa e dos resultados apresentados, já que tocam em questões de direção social, orientações estratégicas, formulações programáticas com vinculação a projetos societários e significado da correlação estabelecida entre as classes fundamentais na vida estatal.

Todas essas questões aparecem como elos de mediação nas análises das transformações e inflexões pelas quais passaram o projeto político do MST, que, na relação com o Governo Lula, redundou em certo atrelamento ou alinhamento com o

mito do neodesenvolvimentismo; isto é, com os fundamentos ideopolíticos que orientaram a implementação da plataforma governamental em boa parte do ciclo de gestão do Executivo Federal entre 2003-2010 e que seguiu por orientar o segundo ciclo da gestão petista após o fim do mandato de sua maior liderança nacional.

O conjunto de observações indica mais do que um mero refluxo da radicalidade prático-política sofrido pela organização na conjuntura mais recente, dado que o leque de observações aponta que esse fenômeno está entrelaçado a um processo de transformações programáticas com redirecionamento estratégico-político, bem como se entrelaça ao redirecionamento das pautas ou reivindicações apresentadas. Mas, fundamentalmente, esse fenômeno tem correlação com a reorientação dos referenciais do seu projeto político.

O movimento se constituiu com uma perspectiva contrária ao projeto desenvolvimentista dos militares, porque aprofundou as condições de precarização da reprodução social para o conjunto da classe trabalhadora e acirrou as contradições dos sem-terra. Dessa maneira, se constituiu na crista da onda das lutas pela redemocratização e pela construção de bases institucionais, que respondessem ao quadro de profunda desigualdade socioeconômica e à tradição autoritária do país.

É indiscutível que guardou (e ainda guarda) relações orgânicas com o PT, tanto em razão das mesmas raízes históricas que compartilharam quanto em função da adesão aos princípios do Programa Democrático Popular, cuja reforma agrária aparecia associada a outras reformas estruturais. Na contramão histórica e política do seu tempo, o MST construiu-se orientado por um *ethos* socialista. No transcorrer do seu amadurecimento organizativo foi assumindo a perspectiva de construção da soberania e do desenvolvimento nacional, como estratégias de enfrentamento ao imperialismo e, especialmente, à sua face neoliberal.

Disso, decorreu algumas contradições político-estratégicas para o caráter classista impresso na trajetória organizativa que construiu. A proposta de enfrentamento ao neoliberalismo orientada por princípios desenvolvimentistas – ainda que balizado por interesses populares – e direcionada para construção da soberania nacional, não pode ser realizada à margem de *práxis* que aporte na reprodução social capitalista, tampouco será concretizada inteiramente apartada dos interesses de uma pretensa burguesia nacional.

As transformações programáticas do MST na contemporaneidade acenam para a afirmação de um projeto nacional e popular orientado por estratégias desenvolvimentistas, que encontra pontos de convergência com alguns fundamentos e mitos construídos pelo “novo desenvolvimentismo”: erradicação da pobreza, superação das determinações do subdesenvolvimento, instauração do Estado de Bem-estar, rompimento com a ordem global pelas “beiradas”, construção de um ciclo virtuoso entre crescimento econômico associado a justiça social, entre outros. Nesse projeto a reforma agrária passou a se afigurar na mediação para que a perspectiva de modernização, desenvolvimento e equidade social possa se desdobrar no meio rural.

Isso trouxe outro significado para questão agrária, já que a reforma agrária não está colocada, diretamente, no plano político, como uma mediação na luta de classes para o enfrentamento à burguesia rural e às particularidades estruturais em que opera a reprodução ampliada capitalista no Brasil, cuja monopolização da propriedade fundiária é imprescindível.

Ao longo de sua trajetória, determinado por algumas condições de ordem objetivas e histórico-conjunturais, emergiu diante do movimento a necessidade de tornar os assentamentos viáveis economicamente, seja por questões de sobrevivência da base assentada, seja para auxiliar a conquista de maior legitimidade perante a opinião pública. Por conseguinte, passou a dispensar maiores atenções para a capacidade produtiva dos assentados. A partir da mediação dessa e outras condições, é que se estabeleceram as possibilidades para o aprofundamento da relação pactuada com o Governo Lula, para a inserção nas estratégias de construção de hegemonia desenvolvidas pela política neodesenvolvimentista - com vista a viabilizar a aceleração da acumulação -, para a acomodação na política de conciliação conjuntural de classes.

Nesse sentido, o arrefecimento político vivenciado pela organização não pode ser atribuído simploriamente como resultante de um processo de cooptação, pois pensar o fenômeno nesses termos indica o desprezo pela maturidade política dos Sem Terra, ao passo que o torna quase que unilateralmente sujeito passivo na relação com o governo. Menos ainda, isso pode ser problematizado como determinado por um processo de degeneração ou traição política de suas principais lideranças e dirigentes. Pensar a questão exclusivamente nesses termos incorreria na

individualização com excessiva subjetivação do significado mais essencial do fenômeno.

A recente consolidação desse processo de transformações programáticas e que, por consequência, rebate no projeto político dos Sem Terra está inscrita no rol das mediações mais gerais da totalidade da reprodução capitalista, que dizem respeito ao peso estrutural da propriedade da terra para dinâmica particular da acumulação na economia dependente, à histórica força na arena política da burguesia agrária, além dos impactos na subjetividade da classe trabalhadora. E, outrossim, esse mesmo processo tem correlação com tensões, reorientações estratégico-políticas e metamorfoses na estrutura interna da própria organização.

As inflexões no horizonte estratégico do projeto político do MST, conforme indicado pelas questões analisadas nessa pesquisa, apontam que as metamorfoses programáticas na proposta de reforma agrária que tem apresentado são reflexos da reorientação política pela qual passou em conjunturas históricas distintas. De modo, que a interlocução com a perspectiva desenvolvimentista e as contradições que decorrem disso não emergiram impelidas exclusivamente pelo neodesenvolvimentismo.

Portanto, as inflexões que acomodaram o movimento junto a plataforma política do Governo Lula tiveram sua processualidade gestadas anteriormente à chegada do PT ao comando do Poder Executivo do Estado. Todavia, de fato, as inflexões problematizadas são acirradas na esteira da implementação do neodesenvolvimentismo.

Sob o Governo Lula, a gestão do aparato estatal viabilizou a reconstrução de novas bases para que a hegemonia, no sentido amplo atribuído por Gramsci (2015a), pudesse se reestabelecer enquanto *direção mais domínio*. As estratégias de recomposição da hegemonia construíram, mediante a plataforma neodesenvolvimentista, mecanismos políticos, econômicos e ideoculturais para consolidar consenso e direção social ao conjunto da sociedade civil, no sentido de potencializar um novo estágio de reprodução ampliada capitalista no país ou de “desenvolvimento” do capitalismo nacional.

No terreno da sociedade civil a costura do consenso foi direcionada, fundamentalmente, em favor da pauta econômica dos interesses da burguesia

monopolista interna, que expressou o bloco de poder no interior do comando do Estado durante a gestão petista, o empresariado do setor: industrial, agroexportador, minerador, construção civil e banqueiros.

Ainda que no plano da ordem global das relações capitalistas a burguesia brasileira apresente papel subordinado e dependente, essa não prescinde de desenvolver processos de hegemonia que imprima direção social e dominação com a incorporação de traços particulares à sua formação econômico-social, como mandonismo, patrimonialismo, autoritarismo, antirreformismo, assistencialismo, etc. Não à toa, que entre as bases estratégicas da hegemonia impressa esteve a incorporação de demandas históricas de setores populares, concomitantemente, à institucionalização de organizações de lutas sociais. Ou seja, implementou a construção de um projeto com pontuais conquistas sociais para os segmentos populares, sem que o essencial ou o estrutural fosse mexido, de modo que a luta de classes pudesse ser arrefecida e o novo estágio acumulativo pudesse se consubstanciar sem maiores arroubos ou instabilidades sociopolíticas.

A construção de hegemonia ao buscar conformação em terrenos conjunturais mais sólidos do ponto de vista ideopolítico, requer a assimilação de alguns interesses históricos ou imediatos dos setores que serão dirigidos. Nesse sentido, as estratégias formuladas pela plataforma neodesenvolvimentista alinhavou em sua órbita alguns segmentos subalternos que desenvolviam lutas organizadas; isso resultou na acomodação à política de conciliação de classes implementada, no estabelecimento de relações pactuadas ou com forte tonalidade institucional, na limitação da autonomia política, além da acomodação, relativamente passiva, diante das contradições políticas e socioeconômicas emergentes. Por conseguinte, desenvolveu processos análogos à consolidação de que se compreende por *revolução passiva*, tão peculiar a alguns desfechos em momentos chaves da história nacional.

O MST não esteve alheio a reconstrução do consenso e direção social desenvolvidos pelo projeto da gestão petista, lembre-se da “conquista” de maiores aberturas de espaços determinados do Estado para algumas de suas demandas imediatas, bem como da efetivação de políticas, programas e serviços sociais direcionados à viabilização da atividade produtiva dos assentamentos através da produção agroecológica de alimentos, a qual a programática da reforma agrária de “novo tipo” procura implementar.

A chamada reforma agrária de “novo tipo”, cuja esse movimento expressa em sua recente programática política, busca fazer contraponto ao modelo de produção hegemônico, então pautado no agronegócio. Ela intenciona ser uma ponte estratégica para se aplainar algumas das arestas da reprodução capitalista. No entanto, também expressa a relação, no plano da política, com a efetuação de processos característicos ao transformismo.

A reforma agrária de “novo tipo” imprime à luta pela terra outro sentido a questão agrária, já que ela não mais se afigura como uma mediação que converge potencialmente para o tensionamento de um dos pilares estruturais do modo particular de operação do capitalismo dependente, a concentração da propriedade privada da terra e a produção agroexportadora. A direção estratégica fundamental nela apontada, está orientada para a produção alternativa de alimentos em face ao modelo do agronegócio.

Isso indica, que a construção de estratégias de conciliação conjuntural entre as classes mediante o alinhamento de hegemonia, pode potencializar processos de transformismo já em curso em ferramentas políticas dos segmentos subalternos ou impulsionar a emergência desse processo. As problematizações dos resultados aqui apresentados, constata um processo de transformismo no projeto político desse movimento social, que ficou mais explícito na conjuntura contemporânea. Isso, sem dúvida, foi uma mediação fundamental para conduzir sua acomodação ora passiva, ora ativa na política ou pacto de colaboração de classes implementado sob a égide da ideologia neodesenvolvimentista, questão central que sustenta a exposição desta tese a partir da captura e problematização do conjunto de determinações objetivas e subjetivas que envolvem o objeto estudado.

Sem sobra de dúvida, o MST é uma das mais importantes e imprescindíveis organizações de lutas sociais no Brasil e na América Latina, com reconhecimento internacional entre intelectuais do campo progressista e anticapitalista, organizações da esquerda e de luta dos trabalhadores. As considerações acerca dos fenômenos sociopolíticos analisados nesta tese intencionam problematizar algumas contradições e limites, que se compreende terem sido desenvolvidos, no projeto político dos Sem Terra na aproximação com a gestão da plataforma neodesenvolvimentista.



Não obstante, é preciso lembrar que a despeito das considerações radicalmente críticas de Marx à experiência da luta de classes na Comuna de Paris, esse não titubeou em saudá-la como um dos eventos mais importantes da história de luta dos trabalhadores, afigurando-a como uma experiência prática mais valiosa do que qualquer programa pretensamente revolucionário ou qualquer formulação abstratamente teórica. Por isso, Marx (2008c, p. 433) lembra que a “Paris operária será sempre celebrada como o arauto glorioso da nova sociedade”. Dessa forma, aqui se reafirma a valorosa experiência prática e importância política do MST para luta dos trabalhadores. Aqui se reitera o apoio redobrado aos Sem Terra, sobretudo, nessa conjuntura em que já se sente o sopra de ventos do autoritarismo e do retrocesso.

Ao se desenvolver uma pesquisa e análise, cujo momento expositivo se constitui em considerações com tonalidades críticas a processos ideopolíticos concernentes ao MST, abre-se a possibilidade de se levar a crer que um dos objetivos da pesquisa foi a infirmação ou descredenciamento político dos Sem Terra do arco plural que constitui a esquerda ou as forças políticas anticapitalistas no Brasil. Do mesmo modo, não houve na exposição qualquer intenção com as considerações apontadas de se firmar uma verdade pronta e acabada, de modo a estabelecer que a interpretação atribuída ao objeto analisado seja algo insofismável.

Muito menos ainda, entre os objetivos desta tese esteve a pretensão de apontar as orientações estratégicas assumidas no decorrer dos anos 2000 como um caminho equivocado. Tampouco, foi posto como objetivo a presunção de estabelecer prescrições políticas para os Sem Terra, quanto à direção social e o comportamento prático-político que deveria ter desenvolvido no período que demarca o recorte temporal pesquisado.

É um tanto polêmico e complexo desenvolver um estudo com uma temática que envolve o MST, principalmente quando ele assume uma posição crítica e radical no sentido marxiano do termo, isto é, com vista a tentar alcançar as raízes da questão. Isso amplia ainda mais a complexidade referida em face de uma conjuntura cujo avanço do conservadorismo ganha ainda mais terreno e que até mesmo, de modo assombroso, se levanta uma onda fortemente reacionária dentro do quadro das forças sociais que povoam a sociedade civil.

A apresentação dos resultados desta pesquisa traz a sensação de se andar no fio da navalha ante ao risco da interpretação de que se está jogando água no moinho do conservadorismo ou das forças reacionárias; ou mesmo de que se está assumindo uma posição fraticida em relação a um importante movimento social, diante de um contexto em que as organizações políticas da classe trabalhadora se encontram em sensível desarticulação e relativamente fragilizadas na correlação de forças.

As considerações que foram apresentadas nesta tese têm obviamente uma filiação teórica e, portanto, guardam a intenção de buscar descortinar as determinações essenciais dos fenômenos diante da mistificação condicionada pelas relações sociais mercantis. Elas seguem o compromisso com a crítica à reprodução capitalista, dado que não incorrem no mito da existência imperativa de uma neutralidade axiológica no posicionamento das Ciências Humanas e Sociais perante os fenômenos. Por isso, a exposição ou leitura do objeto está imbuída de uma determinada posição política. Assim, as considerações acerca dos resultados alcançados decorrem do compromisso com a crítica radical sobre as contradições da ordem capitalista e os processos que desenvolvem sua de reprodução social.

O estudo desenvolvido tem, do ponto de vista político, a intenção de consubstanciar o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Seus resultados buscam, dentro dos seus limites, colaborar com a problematização da realidade em que os sujeitos coletivos estão inseridos, particularmente, no tocante à relação que desenvolvem com a gestão do aparato estatal.

A captura das determinações contraditórias e a problematização das implicações presentes no desenrolar dessa relação podem colaborar na intervenção sobre as condições em que os sujeitos coletivos se deparam face às relações sociais capitalistas, bem como também permite contribuir com a direção social em que pautam suas lutas. Entretanto, é preciso ponderar que tal colaboração só pode ser resultante de um processo contínuo e maduro do acúmulo teórico sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, na qual os movimentos sociais e as organizações da classe trabalhadora estão inseridos. Conseqüentemente, esta pesquisa tem o propósito de somar com esse acúmulo que pode auxiliar as organizações da classe trabalhadora a intervir sobre a realidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- AGRONEGÓCIO bate recorde de exportações em 2006. **Agência Estadão**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agronegocio-bate-recorde-historico-de-exportacoes-em-2006,20070105p18767>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O sentido da colonização**. Recife: Comunicação e Editora, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Uma Esquerda Fora do Lugar**: O Governo Lula e os Descaminhos do PT. Campinas: Ed. Autores Associados LTDA, 2006.
- AQUINO, Felipe (org.). **Teologia da Libertação**. Lorena: Cléofas, 2002.
- ARKARY, Valério. **Dez anos de governos de coalizão dirigidos pelo PT**. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governosdo-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>. Acesso em: 02 de julho de 2018.
- ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/estrutura-fundiaria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/estrutura-fundiaria). Acesso em: 19 de janeiro de 2019.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENJAMIN, César *et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOGO, Ademar. **Teoria da Organização do MST**. Teixeira de Freitas: Ed. Unisanta-cruz, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. A (difícil) formação da classe operária. *In*: MORAES, João Quartim *et al* (org.). **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

BORON, Atílio Alberto. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Disponível em: [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf). Acesso em: 04 de julho de 2018.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2003. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2003>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2004. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2004>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2005. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2005>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2006. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2006>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2007. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2007>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2008>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2009>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2010>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL. Sistema Nacional de Cadastro Rural - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Imóveis rurais certificados. Sistema público de registro de terras. Disponível em:

<https://sncr.serpro.gov.br/dcr/public/pages/security/login.jsf;jsessionId=jNobtGESwhMl9RXspxWdhfKn.edp1?windowId=3fb>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

**BRASIL. Pronaf completa 22 anos com números importantes para história do programa.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1965 – 1985.** 2012. 539 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamorion. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARTA de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **Passapalavra**, 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/11/48866>. Acesso em: 11 de março de 2015.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. *In: Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, v. 28, n. 60, p. 58-71, 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1380851485.pdf>. Acesso em: 30/01/2018.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente. *In: Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 118-138, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/02.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *In: CASTELO, Rodrigo (org.). Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.* Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *In: Revista da Associação Brasileira de*

**Reforma Agrária**, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, Edição Especial, p. 31-44, jul. 2013. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

CHESSNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996a.

CHESSNAIS, François. **A Mundialização Financeira: Gênese, Custo e Apostas**. Lisboa: Piaget, 1996b.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Sistema Cooperativista dos Assentados em Números**. São Paulo: Concrab, 1997.

CORAZZA, Gentil. Estado e Relações de Produção. *In: Revista Eletrônica Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 08, n. 02, p. 21-30, 1987. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1130/1463>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

CÔRREA, Ana Elisa Cruz. **Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária**. 2018. 357 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira***. São Paulo: Boitempo, 2010.

DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. A reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. *In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000***. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 07, p. 57-88.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS, 5. Campinas. **Anais** [...]*. Campinas: Unicamp, 2007, v. 5, p. 1-12.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *In: **Estudos e Pesquisas**, nº 74 – outubro de 2014*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. A marca. *In*: Documentos: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Ed. Unicamp, n.17, jun. 2003, p. 147-164.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Edipro, 2011.

ERMAKOVA, A.; RÁTNIKOV, V. **As Classes e a Luta de Classes?** Porto: Progresso Moscovo, 1986.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNANDES, Elaine Nunes Silva. **A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

FERRARI, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Júnior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. *In*: **Revista Eletrônica Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2397/292>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição Inacabada**: Vias Históricas e Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: contribuição teórica para leitura geográfica dos movimentos sociais**. *In*: Revista Nera, ano 08, n. 06, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>.

FRAUFE, Célio. Superávit comercial do agronegócio tem recorde de U\$ 63 bi em 2010. *In*: **Agência Estadão**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,superavit-comercial-do->

agronegocio-tem-recorde-de-us-63-bi-em-2010,50676e. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/28/carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil do Século XVI e XVII**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. *In: Margem Esquerda*, n. 16. São Paulo: Boitempo, 2011.

GERMER, Claus. Perspectiva das lutas sociais agrárias nos anos 1990. A questão agrária do Brasil: o debate na década de 1990. *In: STEDILE, João Pedro (org.)*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 6, p. 309-339.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. *In: STEDILE, João Pedro (org.)*. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: Transformações e perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GOVEIA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João. **O Brasil Colonial: 1443 – 1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 01.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a, v. 02.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas Sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 03.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento**. Notas Sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, v. 05.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b, v. 04.



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b, v. 01.

GRAZIANO NETO, Francisco; NAVARRO, Zander (org.). **Novo Mundo Rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

GRUPPI, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRYZBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. *In*: **Revista Reforma Agrária**, Brasília: Associação Brasileira de Reforma Agrária, ano 07, n. 06, p. 03-20, nov./dez. 1977b. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revistas/lista-dos-sumarios-das-revistas-da-abra-1971-2007>. Acesso em: 04/04/2017.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. **Sociedade e economia do agronegócio**: um estudo exploratório. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **O MST no fio da navalha**: dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. *In*: MARX, Karl. **Formação Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 13-64.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=745&view=detalhes>. Acesso em: 10 de março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1985**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=747&view=detalhes>. Acesso em: 09 de março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1466&t=agricultura-familiar-ocupava-84-4-estabelecimentos-agropecuarios&view=noticia>. Acesso em: 09 de março de 2015.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KAUTSKY, Karl. Socialização da Agricultura – prólogo à primeira edição. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. (Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin). São Paulo: Brasiliense, 1981, p.81-126.

LAZARRI, Martinho. O que há de novo no Plano Safra 2003/004? *In*: **Revista Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – Governo do Rio Grande do Sul, v. 12, n. 07, p. 01-08, jul. 2003. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/wp-content/uploads/2013/09/carta1207.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: o Conceito Marxista do Poder**. Guanabara: Diálogo, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Capitalismo na Agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. (Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin). São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 127-132.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer? – Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes: Uma História Política e Filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOWY, Michael. **A Política do Desenvolvimento Desigual e Combindo**: a teoria da revolução permanente. São Paulo: Sandermann, 2015.

LUKÁCS, G. **Marxismo e Questão de Método na Ciência Social. O Marxismo Ortodoxo**. São Paulo: Zahar, 1989.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência, 1973. *In*: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 173-185.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Instar, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Revisando a questão agrária**. *In*: Jornal Sem Terra nº 160, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a, v. 01.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a, v. 02.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro II: O Processo de Circulação de Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b, v. 03.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O Processo Global de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a, v. 06.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. *In*: MARX, Karl. **A Revolução Antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c, v. 2.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, Karl. **A Revolução Antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c, v. 2.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Entidades Patronais e Reforma Agrária: do Estatuto da Terra ao Limiar dos anos de 1980. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 05, cap. 01.

MENDONÇA, Sonia Regina de. UDR e Constituinte: impasses na transição democrática. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 05, cap. 04.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório Estatísticos de Conflitos Agrários no Brasil**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/ouvidoria/relat%C3%B3rios-da-ouvidoria-agr%C3%A1ria-nacional>. Acesso em: 19 de janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em:

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf). Acesso em: 03 de março de 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Preço médio das terras no Brasil aumentou 300% nos últimos anos.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/preco-medio-das-terras-no-brasil-aumentou-300-nos-ultimos-anos>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. *In:* MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plataforma Política – I Encontro Nacional do MST.** MST: Cascavel-PR, 1984a. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 17 de março de 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plataforma Política – II Congresso Nacional do MST.** MST: Brasília, 1990a. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 17 de março de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plataforma Política – III Congresso Nacional do MST.** MST: Brasília, 1995a. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 19 de setembro de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plataforma Política – IV Congresso Nacional do MST.** MST: Brasília, 2000a. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plataforma Política – V Congresso Nacional do MST**. MST: Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Para que servem as eleições municipais? **Jornal Sem Terra**, São Paulo: MST, 1988, ano 08, n. 77. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/biblioteca/jornal>. Acesso em: 07 de setembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Não esquecer os objetivos. **Jornal Sem Terra**, São Paulo: MST, 1989, ano 09, n. 86. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/biblioteca/jornal>. Acesso em: 03 de março de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Desafios e Prioridades. **Jornal Sem Terra**. São Paulo: MST, 1991a, ano 01, n. 101. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/biblioteca/jornal>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Mobilizar as Massas. In: **Jornal Sem Terra**. São Paulo: MST, 1989, ano 09, n. 82. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/biblioteca/jornal>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária do MST – 1984**. MST: Porto Alegre, 1984b. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995**. MST: São Paulo, 1995b. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documentos>. Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 11 do MST**. MST: São Paulo, 1990b. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em: 02 de julho de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 20 do MST**. MST: São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 34 do MST**. MST: São Paulo, 2000b. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 05 do MST**. MST: São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>. Acesso em: 23 de dezembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Os Princípios Organizativos**. Coleção saber e fazer nº 05. MST: São Paulo, 1991b.

NAVARRO, Zander. Pá de cal na reforma agrária. **Estado**, São Paulo, 21 de set. 2013. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,pa-de-cal-na-reforma-agraria-imp-,1077135>. Acesso em: 24 de março de 2018.

NAVARRO, Zander *et al* (org.). **O Mundo Rural no Brasil do Século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

NIKITIN, P. **Fundamentos de Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NÓBREGA, Pereira Francisco. **Compreender Hegel**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado na História**. São Paulo: Sundermann, 2008.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **O Que É Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. Introdução. *In*: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 07-21.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Nielmar de. PIB cresce 110 vezes, mas renda per capita só 12 vezes no século XX. **Agência Brasil**, 2003. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-09-29/pib-cresce-110-vezes-mas-renda-capita-so-12-vezes-no-seculo-xx>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

OXFAM BRASIL. Relatório Terrenos da Desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural. **Informe da Oxfam Brasil**, nov. 2016. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf). Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

PASQUETTI, Luís Antônio. **O MST como uma empresa social**. *In*: Revista Estudos 02, Presidente Prudente, Ano 06, nº 06, p. 22-33, jan/dez 1998.

PASSOS, Gésio. MST comemora 32 anos de fundação com 120 mil famílias acampadas no país. *In*: **Portal de Notícias EBC**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/mst-comemora-32-anos-de-fundacao-com-120-mil-familias-acampadas-no-pais>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

PETRAS, James. **Neoliberalismo em América Latina**: la izquierda devuelve el golpe. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1997.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. *In*: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v. 40, n. 03, p. 411-424, jul-set. 2009. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140). Acesso em: 26 de maio de 2018.

PONS, Silvio. **A Revolução Global**: história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.

POCHMANN, Márcio. Do neoliberalismo ao social-desenvolvimentismo. *In*: **Revista Fórum**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/do-neoliberalismo-ao-social-desenvolvimentismo/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.



POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUADROS, Vasconcelos. **As estratégias capitalistas do MST**. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/as-estrategias-capitalistas-do-mst-segundo-o-ig.html>. Acesso em: 01 de março de 2019.

RANGEL, Inácio. Textos sobre a Questão Agrária (1955-1989). *In: Obras Reunidas*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, v. 2, p. 15-162.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. **DataLuta Brasil 2005 – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2005.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2005.pdf). Acesso em 07 de julho de 2017.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. **DataLuta Brasil 2006 – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2006.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2006.pdf). Acesso em 07 de julho de 2017.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. **DataLuta Brasil 2010 – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2010.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf). Acesso em 07 de julho de 2017.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. **DataLuta Brasil 2011 – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2011.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2011.pdf). Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária do Brasil: o debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 06, p. 125-162.

SADER, Edir. **Quando novos personagens entram em cena – experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Notas Críticas sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 08, p. 189-240.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 662-668, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004). Acesso em: 24 de abril de 2018.

SANDRONI, Paulo. A questão agrária e o socialismo – notas sobre problemas econômicos e políticos. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 06, p. 181-196.

SANTOS, José. A política de colonização no Brasil contemporâneo. *In*: **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, v. 15, n. 01, jan./abr., p. 18-27, 1985.

SERRA, José (org.). **América Latina**: Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SHIVA, Vandana. **A Violência da Revolução Verde**: agricultura, ecologia e política do terceiro mundo. Porto: Mahatma, 2015.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O Que É Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *In: Revista Estudos Avançados* - USP, São Paulo, v. 15, n. 43, Jun/Jul, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

STEDILE, João Pedro. Introdução. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil*: O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 01, p. 15-31.

STEDILE, João Pedro (org.). **Questão Agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2017, v. 09.

STEDILE, João Pedro. Tendências do Capital na Agricultura. *In: Cadernos de debates n. 01* – Preparação para o VI Congresso Nacional do MST, 2013. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2012.

STEDILE, João; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, Maria Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou uma planetária de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 01.

TOMBOLO, Guilherme; SAMPAIO, Armando Vaz. O PIB brasileiro no século XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. *In: Revista de Economia*, Curitiba, v. 39, n. 03, set/dez, p. 181-216, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/31283/22683>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2018. 338 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UMBELINO, Arivaldo. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *In: Revista Estudos Avançados - USP*, São Paulo, v. 15, n. 43, Jun/Jul, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 17 de março de 2017.

UMBELINO, Arivaldo. O governo Lula dá adeus à reforma agrária. *In: Jornal Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/3444/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

VEIGA, José Eli da. Reforma agrária hoje. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária do Brasil*: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 06, p. 355-364.

VINHAS, Moisés. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O que significa ser um movimento anti-sistêmico?** *In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WRIGHT, Paulo. Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária do Brasil*: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 2, p.127-146.